



ESS
ESCOLA DE
SERVIÇO SOCIAL
UFRJ

PPGSS
UFRJ



FAPERJ
Fundação Coordenação Especial Filhos dos Arqueiros
e Pesquisas em Estudos da História da América

COLEÇÃO
JPN
JOSÉ PAULO NETTO

789
9
VOLUME

**Capitalismo,
crise e Estado:
ataques à natureza,
aos direitos
e ao trabalho**

Mossicleia Mendes da Silva

Julia Barcelos Bittencourt

Daniel Silveira Lopes

CAPITALISMO, CRISE E ESTADO:
ataques à natureza, aos direitos e ao trabalho
Coleção José Paulo Netto – Volume 9

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Roberto de Andrade Medronho
Reitor

João Ramos Torres de Mello Neto
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Ana Izabel Moura de Carvalho
Diretora

Guilherme Silva de Almeida
Vice-Diretor

Fátima da Silva Grave Ortiz
Diretora Adjunta de Pós-Graduação

Mossicleia Mendes da Silva
Julia Barcelos Bittencourt
Daniel Silveira Lopes
(Organizadores)

**CAPITALISMO, CRISE E ESTADO:
ataques à natureza, aos direitos e ao trabalho**
Coleção José Paulo Netto – Volume 9
1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2024



Navegando Publicações



www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG – Brasil

Direção Editorial: Navegando Publicações

Diagramação: Lurdes Lucena

Capas e selo da Coleção José Paulo Netto por Fábio Marinho.

Imagem original de capa desenvolvida com a ferramenta Adobe Firefly Image 2.

Copyright © by autor, 2024.

C2445 – SILVA, Mossicleia Mendes da; BITTENCOURT, Julia Barcelos; LOPES, Daniel Silveira (Orgs.).
Capitalismo, Crise e Estado: ataques à natureza, aos direitos e ao trabalho. Volume 9. Uberlândia: Navegando
Publicações, 2024.

ISBN: 978-65-6070-064-2



10.29388/978-65-6070-064-2

Vários autores(as)

1. Estado 2. Capitalismo 3. Trabalho. I. Mossicleia Mendes da Silva, Julia Barcelos Bittencourt, Daniel Silveira
Lopes. II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 360

Índice para catálogo sistemático

Serviço Social

360

A coleção José Paulo Netto – professor emérito da Escola de Serviço Social e referência para a Área de Serviço Social – compõe-se de pesquisas desenvolvidas por estudantes e docentes do nosso Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, cujos resultados foram apresentados na sua maioria na VII Jornada de Integração e Pesquisa Acadêmica – JIPA, realizada entre os dias 28 e 30 de março de 2023 com a realização de conferências, mesas temáticas e apresentação de trabalhos nos diversos GT (grupos de trabalho). A JIPA é um evento consolidado no âmbito do nosso Programa e está na sua sétima edição com o objetivo de combater o isolamento intelectual muito presente na lógica da pós-graduação brasileira, por meio do intercâmbio e do debate das nossas pesquisas.

A coleção é composta também dos resultados das pesquisas originalmente apresentadas em teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas em nosso Programa de Pós-Graduação de autoria das/os egressas/os no período de 2021 a 2023.

Deste modo, a partir de uma perspectiva crítica e voltada aos grandes temas contemporâneos que atravessam o Serviço Social e áreas afins, a diversidade das pesquisas existentes no nosso Programa é evidenciada no universo de nove volumes apresentados nesta coleção: 1 - Antirracismo, Lutas de Gênero e LGBTQIAPN+; 2 - Estado, Políticas Públicas e Lutas Sociais; 3 - Reflexões contemporâneas sobre o debate dos Fundamentos, do Trabalho e da Formação Profissional na ótica dos/as Pós-Graduandos/as; 4 – Capitalismo Contemporâneo: crise e barbarização da vida social; 5 - Estado e Sociedade: análises sobre Desigualdades e Políticas Públicas; 6 – Lutas Sociais, Política Social e Serviço Social; 7 - Contribuições sobre Raça e Gênero: reflexões contemporâneas; 8 – Políticas Sociais e Serviço Social: debates contemporâneos sobre trabalho e formação profissional; 9 – Capitalismo, Crise e Estado: ataques à natureza, aos direitos e ao trabalho. Agradecemos à FAPERJ pelo apoio para a concretização desta Coleção. Que esta coleção possa contribuir com as reflexões e análises sobre o nosso tempo e principais questões. Boa leitura!

Fátima Grave Ortiz
Coordenadora do PPGSS/UFRJ

Sumário

PREFÁCIO.....	8
Marina Machado Gouvêa	
APRESENTAÇÃO.....	14
Mossicleia Mendes da Silva	
Julia Barcelos Bittencourt	
Daniel Silveira Lopes	
CRISE CAPITALISTA E REPRODUÇÃO SOCIAL: O desmonte do sistema protetivo e o acirramento das desigualdades.....	17
Mossicleia Mendes da Silva	
Julia Barcelos Bittencourt	
Daniel Silveira Lopes	
PADRÃO PREDATÓRIO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO PÓS-GOLPE DE 2016.....	35
Laryssa Gabriella Gonçalves dos Santos	
Fátima da Silva Grave Ortiz	
ESTADO NEOLIBERAL, CONTRARREFORMA TRABALHISTA E AVANÇO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL.....	51
Silvia Silva Martins Pinheiro	
GRAMSCI, FORMAÇÃO SOCIAL E NEOFASCISMO BRASILEIRO.....	67
Renato de Brito Gomes	
A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA DA BURGUESIA NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	84
Vanderlei Martini	
Ivanete Salete Boschetti	
REFLEXÕES CRÍTICAS AO EXISTENCIALISMO.....	100
Higor Claudino Oliveira	
Gláucia Lelis Alves	
O LÍTIO É O NOVO OURO BRANCO? Capitais, Estado e luta de classes na Bolívia.....	113
Chantal Liégeois	
Sara Granemann	

FAZENDA DA TOCA (SP): Inserção do capital na produção de alimentos saudáveis.....	130
Abilio Soares Maiworm-Weiand	
Maristela Dal Moro	
ESTADO AMPLIADO NO RIO DE JANEIRO: A FIRJAN e o Arco Metropolitano.....	147
Guilherme de Rocamora César Henrique Maranhão	
A LUTA PELO DIREITO À CIDADE E OS LIMITES DA INSTITUCIONALIDADE BURGUESA: embates de projetos de cidade.....	164
Natália Coelho de Oliveira	
SOBRE OS/AS AUTORES/AS	181

PREFÁCIO

Marina Machado Gouvêa

O *neoliberalismo enquanto forma da reprodução capitalista* emerge a partir da crise da década de 1970. Baseia-se no aprofundamento da mercantilização onde a mesma já prevalecia, mas também em sua expansão para espaços geográficos e atividades de reprodução material da vida nos quais, antes, as relações sociais de produção capitalistas não eram ainda predominantes. Neste movimento, há uma marcada *centralização de capitais*, que aprofunda os traços do imperialismo (aqui entendido como fase capitalista-madura alicerçada na concentração, centralização e transferência de valor), e uma ferocíssima *expropriação primária e secundária* da classe trabalhadora, com a privatização de bens coletivos, o aumento na expropriação direta e a destruição massiva de direitos anteriormente conquistados. Processo este refletido na ampliação da pobreza e da miséria. Ao mesmo tempo, a exploração insaciável dos recursos naturais coloca em risco a própria sobrevivência humana e das demais espécies do planeta, tendo acelerado uma nova era de megaextinção, agora propiciada pela ação humana.

Vivemos uma época marcada pela *dimensão catastrófica da crise capitalista*.

Nosso período histórico, capitalista-imperialista-neoliberal, caracteriza-se por uma *ampliação da extração de mais-valia*, fundada nesta expropriação sem precedentes da classe trabalhadora e dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, demarcam-se um novo papel do capital fictício no ciclo do capital, a mudança nas relações interestatais, transformações na divisão internacional do trabalho, um arraigamento da dependência e a exacerbação da divisão racial e binário-generificada do trabalho. Testemunhamos ainda uma *transformação das subjetividades*, com a radicalização do individualismo e o aparente esvanecimento de horizontes utópicos que outrora prometiam uma vida melhor, junto à derrota ou abandono de projetos socialistas em diversas partes do mundo.

Uma compreensão exata do neoliberalismo só pode partir, porém, do estudo sobre a luta de classes. O neoliberalismo deve ser entendido também como processo de *ofensiva da classe dominante*, em contraposição a uma situação mais defensiva na qual a mesma se encontrou durante grande parte do século XX. Se, por um lado, as mudanças acima descritas já se faziam necessárias à acumulação de capital a partir da crise de 1970, por outro, a aceleração da expropriação só se torna possível com a vitória capitalista na Guerra Fria, a queda do Campo Socialista e a debilitação do horizonte de superação do capitalismo nas formas de resistência da classe trabalhadora. Muitos dos próprios territórios que antes compunham o mundo socialista, ou mesmo uma parte das articulações de luta e de resistência, tornam-se também espaços de acumulação de capital.

No início do século XXI, as múltiplas resistências à transformação neoliberal que se acentuara na década de 1990 dão espaço a uma série de governos que buscam reduzir o ritmo desta, impedir-la, ou mesmo retomar um horizonte utópico socialista. Muitos destes governos

se baseiam em projetos de corte democrático-popular e desenvolvimentista sustentados em políticas de conciliação de classes. Tais governos não podem romper com o neoliberalismo, posto que o mesmo não se constitui apenas em um conjunto facultativo de políticas, mas na própria tecitura da reprodução capitalista em nossa época. No caso das experiências mais à esquerda, deu-se um paulatino estrangulamento a partir inclusive da contraditória relação de parceria e antagonismo com as experiências desenvolvimentistas ou neodesenvolvimentistas.

É neste contexto que se precipita a crise capitalista atual, iniciada em 2007-2008 e aprofundada exponencialmente pela emergência da COVID-19. *A crise presente não alterou estes traços, mas sim agudizou-os.*

A partir de seu desdobramento inicial, passam a ser progressivamente inviabilizados os governos amparados em distintos arcos de conciliação de classes, e as poucas experiências mais à esquerda enfrentam dificuldades cada vez maiores para subsistir. Muitas formas históricas de organização trabalhadora haviam se desarticulado ou sido cooptadas, ao passo em que a diminuição das taxas de lucro pressiona a classe dominante a exigir uma expropriação e transformação das relações de trabalho ainda mais acirradas. Por sua vez, o impacto da crise sobre as subjetividades incita a perspectiva de conservação individual do que se tem, ampliando o conservadorismo. Assim, a atual *mudança dos blocos no poder* ao redor do mundo é um traço não-circunstancial componente do momento atual. Reflete-se em um período de aumento de golpes de Estado e na *emergência da extrema direita e do neofascismo*, hoje tristemente relevantes. E abre as portas para o açodamento da destruição das regulamentações ambientais, das legislações trabalhistas, do predomínio do trabalho intermitente e/ou mediado por aplicativos, da reiteração da divisão racial, binário-generificada e territorial do trabalho, da centralização do capital sob o comando da colonização digital sobre a reprodução da vida, entre outros aspectos.

O aprofundamento do neoliberalismo e a emergência da ultradireita e do neofascismo têm tido profundo impacto sobre a Política Social ao redor do mundo e no Brasil, por meio da redução do papel do Estado na provisão de serviços públicos, da privatização de setores essenciais como saúde, educação e previdência, e da nova regulamentação do mercado de trabalho. No Brasil, essas tendências se manifestam através de reformas que desmantelaram direitos trabalhistas e sociais conquistados ao longo de décadas, intensificando a precarização e a informalidade. Há ainda uma pressão pela intensificação do racismo, da misoginia, da heteronormatividade e de uma unidade familiar idealizada.

Esta combinação de fatores resulta em uma sensação generalizada de impotência e desesperança, ampliada pela dimensão catastrófica da crise contemporânea. O pavor do futuro tem alimentado produções midiáticas que retratam cenários apocalípticos e pós-apocalípticos, talvez ainda com maior frequência que durante a corrida nuclear, refletindo o medo coletivo de que o colapso civilizacional seja iminente. A intensificação das mudanças climáticas, a degradação ambiental e a disseminação de doenças como a COVID-19 são apenas alguns sinais mais visíveis desta crise profunda. Refletem o atual acirramento da contradição entre as relações sociais de produção capitalistas e o desenvolvimento das forças produtivas, aqui entendido não somente como desenvolvimento técnico ou tecnológico, mas como capacidade teleológica de afastamento das barreiras imediatamente colocadas à sobrevivência humana.

No entanto, é destas contradições que se alimenta a história. E nosso sangue está repleto de luta. Cada vez mais, se visibilizam *lutas alicerçadas na própria materialidade da reprodução social da vida* e nas dificuldades, na sociedade em que vivemos, para comer, beber, morar, vestir-se, criar os filhos, frequentar espaços públicos, conseguir dinheiro para comprar as mercadorias necessárias à reprodução da vida, ter acesso a entretenimento e lazer, sobreviver ao aquecimento global, à seca do ar ou às inundações existentes e iminentes. Visibilizam-se lutas que têm base imediata e explícita na dificuldade de existir e se reproduzir na sociedade em que vivemos, majorada e particularizada a depender da racialização e da generificação social às quais se esteja submetido.

Multiplicam-se as lutas contra a exploração desenfreada da natureza e as consequências de desastres naturais, como as lutas contra a mineração ou contra a privatização da água na Bolívia, a resistência de populações atingidas por desastres como os ocorridos em Brumadinho ou no rio Grande do Sul, ou mesmo a luta ambientalista pela preservação das espécies e biomas hoje existentes. Um dos principais eixos da expansão capitalista no Brasil é hoje a Amazônia e, mais que nunca, é necessário compreender a relação entre a destruição do planeta e o capitalismo.

Multiplicam-se também as lutas por terra e por moradia digna (muitas vezes relacionadas ao bem-viver ou a uma melhor relação com a natureza da qual somos parte), pelo direito à existência, sobrevivência e autodeterminação de povos originários, pelo direito à existência e sobrevivência nas periferias, contra a letalidade policial direcionada a homens negros, por melhores condições de trabalho intermitente e mediado por aplicativos.

As enormes conquistas das lutas feministas e antirracistas expõem quais são as parcelas populacionais mais exploradas na concretude da reprodução capitalista e a enorme dimensão que o trabalho reprodutivo não mercantilizado e invisibilizado ocupa na dinâmica da acumulação de capital contemporânea. Uma parcela das lutas feministas tem sido particularmente responsável por jogar luz sobre o trabalho envolvido na reprodução da própria força de trabalho, ao passo em que as lutas antirracistas conquistaram o reconhecimento do caráter estruturante do racismo para o sistema capitalista. O racismo é fundamental na reprodução da dependência no sistema capitalista mundial e na constituição da classe trabalhadora ao redor do mundo. Raça e classe são indissociáveis. No Brasil, em particular, a racialização é a principal determinação constitutiva do proletariado.

A crise atual, portanto, é econômica, política, geopolítica, ideológica, ambiental, civilizatória. Representa uma crise dos próprios ideais civilizatórios da modernidade capitalista e da noção de um pretense ‘sujeito universal’ idealizado, fundado em uma imaginária universalização da branquitude, masculinidade e propriedade dos meios de produção – como se estas não fossem também particularidades. Este ‘homem universal’ foi entendido, ainda, como senhor da natureza, da qual poderíamos dispor ao nosso bel-prazer, como se nós mesmos não a compuséssemos.

Mais do que nunca, o estudo do capitalismo é essencial para a transformação da sociedade em que vivemos, beneficiando toda a humanidade. *A compreensão da relação necessária entre a luta anticapitalista e as muitas lutas pelo direito à existência é tarefa imediata e imprescindível, para a qual o marxismo pode contribuir imensamente.* Vivemos hoje a possibilidade de uma fértil e mais que necessária reivindicação da resistência do marxismo no período anterior, junto à desidealização, agora possível, da noção de uma classe trabalhadora abstratamente heroica e

cujas próprias materialidades são imaginadas como constitutivas de ‘contradições secundárias’ em termos de raça, gênero e território.

No campo do Serviço Social, a compreensão sobre o capitalismo contemporâneo é particularmente relevante, pois permite uma atuação e pesquisa mais eficazes e críticas. A reprodução capitalista, na totalidade de sua concretude, fundamenta a ‘questão social’, molda as condições de vida das populações atendidas e condiciona o arco de possibilidades e limitações da Política Social no seio da luta de classes. Profissionais de Serviço Social que possuem um entendimento crítico dessas dinâmicas são mais capazes de identificar as raízes estruturais dos problemas sociais, em vez de apenas tratar seus sintomas. Esse conhecimento permite desenvolver intervenções no sentido da disputa por uma sociedade mais justa e equitativa.

O volume que você tem em mãos, “Capitalismo, Crise e Estado: ataques à natureza, aos direitos e ao trabalho”, apresenta uma coletânea de artigos e é lançado junto a outras duas coletâneas, que também compõem a *Coleção José Paulo Netto*, publicada pela Editora Navegando em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS-ESS/UFRJ). A coleção, lançada no final de 2023, visa a incentivar e apresentar a produção do PPGSS, sobretudo a pesquisa do corpo discente e egresso.

Esta coletânea é fruto da submissão de trabalhos por estudantes e egressos dos cursos de Mestrado e Doutorado no PPGSS-ESS/UFRJ desde 2020 até este momento, bem como da contribuição de artigos por parte dos organizadores dos volumes. Para este volume, contamos com o primoroso trabalho de organização de Mossicleia Mendes da Silva, professora do PPGSS-ESS/UFRJ, e de Daniel Silveira Lopes e Júlia Barcelos Bittencourt, estudantes do programa.

Abrindo o livro, temos o trabalho assinado pelos grupos de organizadores, **Mossicleia Mendes da Silva, Daniel Silveira Lopes e Júlia Barcelos Bittencourt**, “Crise capitalista e reprodução social: o desmonte do sistema protetivo e o acirramento das desigualdades”, que analisa os impactos da crise do capital e da radicalização neoliberal sobre a reprodução social contemporânea no Brasil, especialmente após o golpe de Estado de 2016. Destaca-se o recrudescimento das medidas de austeridade fiscal e o desmonte dos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas no Brasil. A pesquisa problematiza o agravamento das desigualdades estruturais de raça, gênero e classe, exacerbadas pela ascensão de governos de extrema direita, pela crise sanitária e pelo aumento da exploração da força de trabalho.

Laryssa Gabriella Gonçalves dos Santos, por sua vez, analisa especificamente o “Padrão predatório do mercado de trabalho brasileiro pós-Golpe de 2016”, discutindo a precarização das relações trabalhistas no Brasil após o golpe de 2016. A análise mostra como as reformas legislativas dos governos Temer e Bolsonaro aprofundaram a informalidade e o desemprego.

Silvia Silva Martins Pinheiro também se debruça sobre a legislação trabalhista, no artigo “O Estado neoliberal e a crise do capital: breve análise sobre a relação entre a contrarreforma trabalhista e o avanço da corrosão das relações de trabalho no Brasil”. Seu estudo analisa os impactos da Lei nº 13.467 de 2017 sobre as relações de trabalho, buscando indicar que a contrarreforma trabalhista, junto a políticas de teor neoliberal, intensificaram a precarização do trabalho e a expropriação de direitos.

Renato de Brito Gomes, no artigo “Gramsci, formação social e neofascismo brasileiro”, adota a noção de neofascismo para a compreensão da história recente no Brasil. Utilizando-se categorias de Gramsci, o autor busca investigar sua gênese e consolidação. A análise destaca ainda, especificamente, a aliança entre a pequeno-burguesia e a grande burguesia na promoção de reformas ultraliberais.

Vanderlei Martini, no artigo “A decadência ideológica da burguesia brasileira e suas implicações sobre a classe trabalhadora”, por sua vez, aponta a existência de uma decadência ideológica da burguesia no contexto do capitalismo maduro. A análise destaca a rejeição a reformas progressistas e o impacto negativo sobre a organização e as condições de vida da classe trabalhadora, especialmente mulheres e negros.

Higor Claudino Oliveira e Gláucia Lelis Alves, por sua vez, tecem “Reflexões Críticas ao Existencialismo”. Destacam a centralidade do conceito de angústia na tradição existencialista e sua relação com instabilidades introduzidas pelo capitalismo, indicando as condições históricas e sociais que facilitaram o surgimento e desenvolvimento desta corrente teórico-política. A partir desta reflexão, contrastam a abordagem existencialista à dialética marxista, sugerindo que a perspectiva existencialista ignora a complexidade da totalidade social e as dinâmicas históricas mais amplas.

Chantal Liegeois, por sua vez, investiga o extrativismo capitalista clássico aplicado à exploração de um novo recurso natural, o lítio – imprescindível à digitalização na reprodução capitalista contemporânea. A disputa pelo lítio pode ter cumprido papel relevante nas recentes tentativas de golpe de Estado na Bolívia, país sobre o qual a autora foca sua análise, em “O lítio é o novo Ouro Branco? Capitais, Estado e luta de classes na Bolívia”.

O artigo de Abilio Soares Maiworm-Weiland, “Inserção do capital na produção de alimentos 'saudáveis': um estudo da Fazenda da Toca (SP)”, por outro lado, investiga a transição de grandes propriedades agrícolas para práticas biodinâmicas e orgânicas no Brasil. A análise destaca a crise ambiental e a expansão do mercado de alimentos tidos como saudáveis como ramo da acumulação capitalista, utilizando a empresa Fazenda da Toca como estudo de caso.

No artigo de Guilherme de Rocamora, temos um movimento de foco da investigação para a compreensão da dinâmica de reprodução capitalista em escala local, no Rio de Janeiro. Em particular, para os Aparelhos Privados de Hegemonia envolvidos nessa reprodução. Em “Estado ampliado no Rio de Janeiro: a Firjan e o Arco Metropolitano”, o autor examina a relação entre a Firjan e o Estado na promoção de infraestruturas logísticas no Rio de Janeiro. A construção do Arco Metropolitano é caracterizada como um projeto para impulsionar a exportação e a acumulação de capital no estado.

Natália Coelho de Oliveira, por sua vez, analisa particularmente a participação social nas Conferências das Cidades e no Conselho das Cidades entre 2003 e 2016. A autora discute como a institucionalidade burguesa limitou a efetividade desses espaços de participação política, em “A luta pelo Direito à Cidade e os limites da institucionalidade burguesa: embates de projetos de cidade”.

O volume reúne, portanto, investigações críticas multifacetadas, inspiradas em uma abordagem materialista histórica e dialética. Abrange estudos acerca dos impactos da crise capitalista e da radicalização neoliberal sobre a reprodução social contemporânea no Brasil no que se refere à Política Social e à legislação trabalhista, ao neofascismo e à decadência ideológica da burguesia brasileira, em especial nos direitos de mulheres e da população negra.

Abrange também as relações entre capitalismo e exploração ambiental, a noção de antropoceno, a nova geopolítica de extração de recursos na Bolívia e a agroindústria orgânica no Brasil. Debate, ainda, uma análise de caso sobre os limites da participação política na institucionalidade burguesa e se debruça sobre as particularidades da dinâmica de reprodução capitalista local no Rio de Janeiro.

Tal diversidade temática proporciona não apenas uma visão abrangente sobre os desafios de nossa época, mas a chance de que, no conjunto, possamos nos esforçar para recuperar o princípio da totalidade na construção do marxismo. A realidade só existe em sua concretude e só existe enquanto totalidade. O conjunto da reprodução social deve ser entendido como unidade.

No capitalismo, as decisões e interesses da burguesia são determinantes precisamente porque dispõem sobre a capacidade produtiva e a (re)produção material da vida, por meio da propriedade privada sobre os meios de produção. Cabe à classe trabalhadora o salto qualitativo no questionamento deste poder.

A atual dimensão catastrófica da crise capitalista coloca em xeque a capacidade de que este modo de produção atenda às necessidades sociais coletivas, bem como sua capacidade de seguir contribuindo para a própria sobrevivência humana e das demais espécies do planeta. Assim, a reivindicação do direito à vida tem uma potência monumental, frente à dimensão gigantesca da morte hoje a nós imposta.

Esta quadra histórica exige respostas que considerem o conjunto das relações sociais como totalidade, superem uma noção de desenvolvimento das forças produtivas construída como antagônica à própria manutenção da vida e entendam a racialização e a binário-generificação não apenas como ‘recortes específicos’, mas como dimensões fundamentais à própria reprodução capitalista. Apenas assim poderemos compreender e transformar a realidade de forma a resgatar a esperança de um futuro melhor para nós e para todas as formas de vida no planeta.

Esperamos, com este volume e com o trabalho do PPGSS, poder aportar um grãozinho à construção da massa analítica crítica que venha a contribuir para a tarefa de compreensão do capitalismo contemporâneo como fundamento para as lutas que, em nosso cotidiano, compõem a história.

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2024.

Marina Machado Gouvêa
Professora do PPGSS/ESS

APRESENTAÇÃO

O presente volume, intitulado **Capitalismo, Crise e Estado: ataques à natureza, aos direitos e ao trabalho**, reúne artigos, cujo debate trata centralmente da dinâmica da crise capitalista, no Brasil, após o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff, as implicações do padrão de acumulação capitalista contemporâneo sobre o meio-ambiente, face ao acirramento das expropriações dos recursos naturais como forma de sobrevivência do capital, bem como sobre a formação social brasileira e a escalada neofacista como resposta à crise. No escopo da Coletânea contamos, ainda, com reflexões acerca da limitação da participação popular no debate do Direito à Cidade na institucionalidade capitalista e as estratégias de reprodução do capital no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Dessa forma, os textos aqui compilados contribuem para a produção de conhecimento crítico no campo de estudos sobre a crise estrutural do capital, as análises e disputas sobre o Estado burguês e os impactos destrutivos do processo de radicalização neoliberal sobre os direitos sociais, os direitos relativos ao trabalho e o meio ambiente.

As reflexões referentes a esta temática são frutos/produtos finais de teses e dissertações de estudantes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, egressos do último quadriênio (2021-2023).

Abrimos este livro com o capítulo “Crise capitalista e reprodução social: o desmonte do sistema protetivo e a acirramento das desigualdades”, escrito por Mossicleia Mendes da Silva, Daniel Silveira Lopes e Julia Barcelos Bittencourt, comissão organizadora deste volume, cujo intuito é desenvolver uma reflexão, ainda inicial, sobre os rebatimentos da atual crise do capital e da radicalização neoliberal sobre a reprodução social, considerando as desigualdades de gênero, raça e classe. Este trabalho contribuiu para análise do cenário brasileiro atual, sobretudo após o ano de 2016, período este que tem sido atravessado pelo recrudescimento das medidas de austeridade fiscal e desmonte dos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas sob a égide neoliberal.

Em seguida, o trabalho intitulado “Padrão predatório do mercado de trabalho brasileiro pós-golpe de 2016”, escrito por Laryssa Gabriella Gonçalves dos Santos e Fátima Grave Ortiz, a partir da análise de indicadores dispostos pelo IBGE, PNAD Contínua (2022) e DIEESE. As autoras demonstram que, apesar das conquistas da classe trabalhadora nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), algumas particularidades do mercado de trabalho brasileiro permaneceram, a exemplo da alta rotatividade da mão de obra, informalidade, leis que degradam o trabalho, desemprego, ocupações precárias e terceirização. Assim, este trabalho se debruça sobre a ampliação de tais elementos diante dos ataques às conquistas dos trabalhadores no que diz respeito às relações de trabalho durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Ainda nesse contexto de refletir sobre as contrarreformas e seus impactos no mundo do trabalho, o artigo “o Estado neoliberal e a crise do capital: breve análise sobre a relação entre a contrarreforma trabalhista e o avanço da corrosão das relações de trabalho no Brasil”, de autoria de Silvia Silva Martins Pinheiro, se propõe a discutir acerca dos efeitos da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 e seus impactos sobre as relações trabalhistas, sobretudo após a intensificação dos processos de flexibilização das relações trabalhistas, de precarização das condições de trabalho durante a pandemia de covid-19. Este trabalho contribuiu para

compreensão das conexões existentes entre a contrarreforma trabalhista, os processos de expropriações e as políticas neoliberais implementadas no Brasil, assim como a relação de tais fenômenos com o avanço das formas mais precarizadas de trabalho (trabalho informal, contrato intermitente, subutilização da força de trabalho, uberização).

Ao analisar o cenário brasileiro de forma ampliada, este volume conta com a contribuição dos artigos “Gramsci, formação social e neofascismo brasileiro”, escrito por Renato de Brito Gomes, e “A decadência ideológica da burguesia brasileira e suas implicações sobre a classe trabalhadora”, escrito por Vanderlei Martini e Ivanete Boschetti. O primeiro artigo realiza uma análise de conjuntura, procurando identificar os elementos da gênese, ascensão e consolidação do neofascismo brasileiro e suas implicações nas reestruturações no padrão de dominação de classe que, por instrumentos variados e originais, produzem uma reatualização de traços da nossa formação social. Já o seguinte artigo, aborda a decadência ideológica da burguesia brasileira no contexto do capitalismo maduro, ressaltando que não há uma decadência ideológica intrínseca e/ou exclusiva à burguesia brasileira, mas que tal processo se insere em um contexto de decadência geral das burguesias dos países capitalistas de capitalismo central.

Gláucia Lélis e Higor Claudino, ao proporem uma reflexão crítica acerca do “Existencialismo”, elucidam as condições históricas e sociais que ensejaram o florescimento de uma “filosofia da angústia”, ao tempo em que demonstram o contraste da abordagem existencialista à dialética marxista, uma vez que àquela ignoraria a complexidade da totalidade social e as dinâmicas históricas mais amplas.

Ainda no sentido de promover discussões sobre os impactos socioambientais do modo de produção vigente, o trabalho de Abílio Soares Maiworm-Weiand, “Inserção do capital na produção de alimentos 'saudáveis': um estudo da Fazenda da Toca (SP)”, se debruça sobre a penetração e expansão empresarial no ramo das práticas agrícolas biodinâmicas e orgânicas no Brasil. Este estudo contribui para a análise sobre a dinâmica da Fazenda da Toca, compreendendo de forma ampliada o processo de determinação de crise ecológica e as contradições da ampliação do mercado consumidor de mercadorias ecologizadas.

No artigo “Estado ampliado no Rio de Janeiro: a Firjan e o Arco Metropolitano”, os autores Guilherme de Rocamora e César Maranhão analisam a construção do Arco Metropolitano como principal projeto para impulsionar a acumulação capitalista de frações burguesas industriais e comerciais, inserida na relação entre a sociedade civil burguesa e o Estado no processo de consolidação das bases para impulsionar novas tendências de reprodução do capital no território do Rio de Janeiro (RJ), durante a fase neoliberal do capitalismo.

Por fim, o trabalho “A luta pelo Direito à Cidade e os limites da institucionalidade burguesa: embates de projetos de cidade”, sob autoria de Natália Coelho de Oliveira, problematiza o esvaziamento dos espaços de participação social, como Conferências das Cidades e Conselho das Cidades. Assim, a autora parte das resoluções encaminhadas pelas Conferências das Cidades e das atas das reuniões do Conselho das Cidades para analisar as imposições de limites da institucionalidade burguesa a estas instâncias organizativas, bem como seu enfraquecimento e esvaziamento político.

A equipe organizadora deste volume agradece a participação das autoras e autores, estudantes egressos do programa e seus orientadores, César Maranhão, Fátima Grave,

Gláucia Lelis, Ivanete Boschetti e Sara Granemann. E, também, à professora Marina Machado Gouvêa, que nos prestigiou com brilhante prefácio a este volume.

Esta produção reflete o conjunto de reflexões tecidas por parte do corpo discente e docente Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ no último quadriênio e convida ao leitor e leitora a conhecer a produção acadêmica em Serviço Social, que articula pesquisadores consolidados e novos quadros profissionais acadêmicos.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2024.

Mossicleia Mendes da Silva
Julia Barcelos Bittencourt
Daniel Silveira Lopes

CRISE CAPITALISTA E REPRODUÇÃO SOCIAL: O desmonte do sistema protetivo e o acirramento das desigualdades

Mossicleia Mendes da Silva
Julia Barcelos Bittencourt
Daniel Silveira Lopes

Introdução

O presente capítulo se propõe a refletir acerca dos impactos da crise capitalista sobre o padrão de reprodução social vigente no capitalismo brasileiro contemporâneo, problematizando a incidência da radicalização neoliberal e o aprofundamento do ajuste fiscal no desmonte do sistema protetivo brasileiro, acirrando as desigualdades de gênero, raça e classe. Ainda nesse sentido, tem-se como recorte histórico o período da crise sanitária, deflagrada pela propagação da COVID-19, tardiamente reconhecida no Brasil como Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e desdobramentos posteriores

O advento da Pandemia explicitou ao menos dois processos no que tange às políticas de proteção social e à desigualdade social: escancarou as contradições e mazelas de anos de corrosão neoliberal sobre as políticas e direitos sociais e trabalhistas; e aprofundou os níveis de pobreza e concentração de renda. Revelou, assim, uma profunda crise de reprodução social. Considerando essas premissas, o texto ora apresentado está organizado da seguinte forma: num primeiro momento, pretendemos contextualizar em que medida este processo incide sobre a reprodução social da força de trabalho e aprofunda as desigualdades estruturais e, em seguida, refletir sobre a radicalização neoliberal e a crise estrutural no contexto de capitalismo dependente brasileiro.

Para melhor apreensão da realidade e suas múltiplas determinações, este trabalho toma como referencial teórico analítico o materialismo-histórico e dialético para realizar uma análise crítica acerca do cenário contemporâneo e do padrão reprodutivo social. Ademais, a perspectiva histórico-crítica sobre a trajetória das políticas sociais no Brasil possibilita situar também o papel desempenhado pelo Estado na promoção de respostas às demandas da classe trabalhadora atualmente e, simultaneamente, na construção de mecanismos de produção e reprodução da ordem social capitalista. No que diz respeito à metodologia, este trabalho parte de revisão bibliográfica e análise documental para estabelecer diálogo com autores contemporâneos e clássicos no debate sobre crise do capital, neoliberalismo, reprodução social e o conjunto de opressões estruturais e estruturantes intrínsecas ao sistema vigente.

Reprodução social diante do acirramento das desigualdades/opressões estruturais

Para melhor análise da realidade contemporânea, partimos da premissa de que as respostas dadas pelo capital à sua crise estrutural têm sido promovidas em países de capitalismo dependente, sobretudo, através da radicalização neoliberal. Nesse sentido,

compreender o impacto dessa radicalização neoliberal – cujo o principal objetivo é viabilizar a retomada da acumulação capitalista nas bases esperadas pelos operadores do capital – o que pressupõe a extinção dos direitos da classe trabalhadora e o aprofundamento da exploração da força de trabalho, via rebaixamento do seu valor.

Essa perspectiva teórica exige compreender que não há uma cisão absoluta entre uma “esfera” propriamente produtiva e uma reprodutiva, mas uma divisão social imposta pela lógica da sociabilidade capitalista.

A chamada Teoria da Reprodução Social (TRS) tem como argumento principal que a produção de bens e serviços e a produção da vida constituem um processo integrado. De acordo com Bhattacharya (2019), a percepção mais importante da TRS é que o capitalismo é um sistema unitário que pode integrar com êxito, mesmo que desigualmente, a “esfera” da reprodução e a “esfera” da produção. Isso implica em que mudanças em uma, reverberam na outra. “Salários baixos e cortes neoliberais no trabalho podem produzir despejos e violência doméstica no lar” (IDEM, p. 104).

Já no que diz respeito à Teoria Marxista da Dependência (TMD), as categorias de superexploração da força de trabalho, transferência de valor das economias periféricas para as centrais e a cisão do ciclo do ciclo de capital contribuem para análise das particularidades do desenvolvimento capitalista subordinado e dependente. Para a presente análise, destacamos a importância da superexploração da força de trabalho e sua relação intrínseca com o racismo estrutural como particularidade brasileira (SOUZA, 2020).

Assim, a compreensão que aqui assumimos entende que a reprodução social nas sociedades capitalistas diz respeito ao conjunto de processos capazes de regenerar e manter as trabalhadoras e trabalhadores ativos, além de garantir a reprodução imediata e mediata daquelas/es que não estão aptas a vender sua força de trabalho. É a reprodução social que garante a reposição geracional (BHATTACHARYA, 2023).

Ainda que para o capitalismo seja fundamental a reprodução da força de trabalho, suas contradições iminentes levam a que sejam cada vez mais precarizadas as condições de reprodução social, dado que 1) a deterioração e desmonte das políticas e serviços sociais provoca crise no campo do “cuidado” ou trabalho coletivo de reprodução social; 2) a piora na condição de vida e/ou a desigualdade estrutural, sobretudo de mulheres negras, fomenta o aumento da mercantilização do trabalho do cuidado, que se dá de modo precarizado e mal remunerado.

De acordo com Fraser (2023, p. 51), se no contexto do regime fordista e do chamado Estado de Bem Estar Social se “internalizou a reprodução social por meio da provisão estatal e corporativa de bem-estar social”, no escopo do regime de acumulação financeira houve a transferência da manufatura para regiões de mão de obra com salários mais baixos e recrutamento de mulheres para a força de trabalho remunerado¹. Em suma, promoveu o desinvestimento estatal e corporativo do bem-estar social (IDEM). A autora indica, ainda, que:

Ao externalizar o trabalho de assistência às famílias e comunidades, diminuiu simultaneamente sua capacidade de realização. O resultado, em meio à crescente desigualdade, é uma organização dualizada de reprodução social, mercantilizada

¹ É preciso enfatizar que do ponto de vista da divisão sexual e racial do trabalho, as mulheres negras sempre tiveram que se submeter a formas de trabalho externas ao seu próprio “lar”, seja no trabalho escravo ou no âmbito do assalariamento.

para quem pode pagar e privada para quem não pode – tudo encoberto pelo ideal ainda mais moderno da ‘família de dois assalariados’ (FRASER, 2023, p. 52).

Do ponto de vista da TRS, é o papel que as políticas sociais cumprem no campo da reprodução social, uma vez que determinam em larga medida o próprio padrão sócio-reprodutivo vigente.

[...] são as técnicas de controle social impostas à essa parcela através das políticas sociais e criminais racial-generificadas do Estado, imbricadas enquanto totalidade e atuando como forma de mediação secundária do capital, que determinam o padrão de vida e o grau de precariedade da classe trabalhadora como um todo, i.e., as condições cotidianas de (re)produção da vida e produção da morte no interior desta classe. Inspirados na construção de Fraser (2017), a estas condições de produção e reprodução da força de trabalho, chamamos aqui de regime histórico de produção-reprodução social global, dentro do qual, argumentamos, pode-se delinear mais de um padrão ou modelo reprodutivo-social (FONSECA e ALENCAR, 2021, p. 321).

Portanto, a conformação das políticas sociais e os mecanismos acionados pelo Estado para atuar sobre as necessidades de reprodução da classe trabalhadora implicam um dado padrão histórico específico de reprodução social. Dado o papel preponderante das políticas sociais e de toda ação do Estado na reprodução social, as transformações operadas no escopo de seu sistema protetivo/interventivo determinam, em larga medida, as próprias condições em que a reprodução da vida material se dá.

Desse modo, quanto mais o Estado minimiza, precariza, privatiza, desmonta serviços, instituições, suprime benefícios, retira direitos que são fundamentais para compor o rol de condições materiais concretas que as famílias acessam coletiva ou individualmente de modo a satisfazer necessidades não contempladas pelo salário e/ou rendimentos do trabalho, aprofundam-se a precarização das condições de reprodução social.

Conforme vimos aludindo, o contexto que estamos tratando como radicalização neoliberal amplia o fosso protetivo brasileiro – porque acirra o desmantelamento do sistema protetivo e demais benefícios e direitos sociais – e estabelece um padrão sócio-reprodutivo que acentua as desigualdades de classe, raça e gênero.

Cabe ressaltar ainda que, no Brasil, dentre as particularidades do capitalismo na América Latina, a relação imbricada entre racismo e dependência opera de modo que a divisão social do trabalho passa a ser definida também a partir de elementos raciais e, necessariamente, racistas (SOUZA, 2020). Isto porque,

A estrutura da produção capitalista nas nações politicamente independentes na América Latina nasce, vinculada aos interesses do capitalismo monopolista, num momento em que este redesenha sua própria dinâmica de valorização do valor e coloca para o Estado burguês, como um todo, novas funções. O Estado no capitalismo dependente, porém, cumprirá estas funções radicalizando a histórica desigualdade social, herança das colonizações e fundamento da própria dependência. Portanto, diferente dos centros capitalistas desenvolvidos, onde este período correspondeu à uma crescente ampliação da legislação social - mesmo inserida nas contradições acima elencadas, no capitalismo dependente as funções do Estado, no que diz respeito à proteção social da classe trabalhadora, reflete as contradições próprias do capitalismo dependente (SOUZA, 2016, p.51).

Ademais, ressaltamos que a divisão de grupos no interior das classes e os antagonismos sociais que caracterizam as contradições que formam a sociabilidade capitalista, têm o racismo como veículo importantíssimo (ALMEIDA, 2018, p.145). Desde a abolição da escravatura, em 1888, a população negra enfrenta a contradição de ter sua cidadania² dentro dos limites do plano jurídico-formal e a sua inserção real em um sistema de marginalização social, (MOURA, 2014). Isto é, apesar da igualdade jurídica, os obstáculos para materialização de direitos sociais, econômicos e políticos perpetuam a lógica colonialista anterior. Diante dessa dinâmica de desenvolvimento capitalista subordinado e dependente, fruto da exploração colonial e imperialista produzida pelos países centrais do sistema capitalista, (MOURA, 2014), a população negra brasileira se viu

[...] obrigada a disputar a sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual as técnicas de seleção profissional, cultura, política e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas. [...] os problemas de raça e classe se imbricam nesse processo de competição do negro, pois o interesse das classes dominantes é vê-lo marginalizado para baixar os salários dos trabalhadores no seu conjunto (MOURA, 2014, p. 219).

No cerne dos movimentos antirracistas é marcante a contestação de uma abolição sem reparação sócio-histórica que se expressa, inclusive, em manifestações artístico-culturais. No centenário da abolição,³ o crítico desfile da vice-campeã do Carnaval do Rio (Escola de Samba Mangueira) indagava “dentro da realidade, onde está a liberdade, onde está que ninguém viu?”⁴. O princípio ou norma da igualdade instituída em lei contribuiu com o mito da democracia racial, embora tenha convergido para a manutenção de privilégios brancos, escamoteando injustiças e desigualdades sociais, econômicas e étnicas. Para Fernandes (2017),

[...] a raça se configura como a pólvora do paiol, o fator que em um contexto de confrontação poderá levar muito mais longe o radicalismo inerente à classe. É a raça que definirá o padrão de democracia, em extensão e profundidade, que corresponderá às exigências da situação brasileira (FERNANDES, 1988, p. 17).

Nesse sentido, compreender o componente étnico-racial, enquanto característica particular fundamental da conformação de classes na América Latina, permite compreender também a função extraeconômica que o racismo exerce, uma vez que, para além da exploração e opressão de classe, uma parcela significativa da população brasileira sofre, ainda, com a opressão racial (ALMEIDA, 2016).

² “O fenômeno político, no capitalismo, não se limita ao Estado, mas nele se condensa. O Estado é o núcleo material da forma política capitalista [...] Há um nexos íntimo entre forma política e forma jurídica, mas não por que ambas sejam iguais ou equivalentes, e sim porque remanescem da mesma fonte. [...] O núcleo da forma jurídica reside no complexo que envolve o sujeito de direito, com seus correlatos do direito subjetivo, do dever e da obrigação - atrelados, necessariamente, à vontade autônoma e à igualdade formal no contrato como seus corolários. Por sua vez, o núcleo da forma política capitalista reside num poder separado dos agentes econômicos diretos, que se faz presente por meio da reprodução social a partir de um aparato específico, o Estado, que é o elemento necessário de constituição e garantia própria dinâmica da mercadoria e da relação entre capital e trabalho (MASCARO, 2013, p. 38-39).

³ É um exagero dizer que ninguém no movimento negro brasileiro comemorou o centenário da abolição, até mesmo nos desfiles das escolas de samba do Rio, mas para verificar as contestações do movimento negro sobre a forma da abolição e as manifestações de inconformidades no seu centenário, ver: GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2016. p.21-35.

⁴ MANGUEIRA, Estação Primeira. 100 Anos de Liberdade, Realidade ou Ilusão. Universal Music Ltda, 2006. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/0zUJceYP71gYPJl3Gps7Gw?si=IV1lqlX8TquLDK7qhpL8fg>. Acesso em: 29 jul. 2022.

Conforme Silva e Mauriel (2023), seguindo a estratégia de barateamento intensivo da força de trabalho que vem seguindo desde o golpe de 2016, várias investidas se deram no sentido de expropriar parte ainda maior do trabalho necessário, garantindo assim as condições de violação do valor da força de trabalho. Nesse rol de ações, citam o contrato de trabalho “verde e amarelo” (MP 905/2019),⁵ que sob o argumento de estimular o emprego do segmento mais jovem da população ativa, constitui forma de trabalho precária, “que intensifica a jornada de trabalho; flexibiliza mecanismos de fiscalização, registro e punição às infrações; fragiliza ações de saúde e segurança no trabalho” (CASSIN, 2022, p. 26), configurando um prolongamento da contrarreforma trabalhista de Temer.

Já em 2018, o Brasil colhia os resultados da ascensão da nova extrema direita que se observava em vários países do mundo, em que o presidente eleito no Brasil neste ano era comparado ao presidente dos Estados Unidos da América Donald Trump, recebendo o apelido de Trump dos Trópicos. Bolsonaro elegeu-se “através de uma campanha baseada na propagação de notícias falsas e de retórica nacionalista, sexista, racista e fundamentalista cristã, prometendo colocar o ‘Brasil acima de tudo e Deus acima de todos’” (FONSECA e ALENCAR, 2021, p. 319,

Deste modo, refletir sobre “os impactos da ascensão da extrema direita sobre a população afrodiaspórica brasileira implica considerar as formas particulares de produção e reprodução social, à luz das especificidades que circundam o capitalismo dependente” (FONSECA e ALENCAR, 2021, p.321). Ao passo que se imputam restrições no campo da regulamentação e gestão da força de trabalho na sua inserção imediata no circuito produtivo, o capitalismo requer também interferir nas condições da reprodução social.

Há, nas sociedades capitalistas, uma tendência de crise entre as esferas da produção de mais-valia e de produção da vida, o que Fraser (2017) chama de “contradição reprodutiva-social”. Enquanto, de um lado, a reprodução social é “a condição da possibilidade de acumulação sustentada de capital”; por outro lado, “a orientação do capitalismo para a acumulação ilimitada tende a desestabilizar o próprio processo de reprodução social no qual ela se apoia”, restringindo, progressivamente o acesso dos trabalhadores aos meios necessários à sua subsistência (FONSECA e ALENCAR, 2019, p. 5).

Com a crise sanitária desvelou-se o poço sem fundo para o qual estamos caminhando, no Brasil, com um Estado que expropria direitos, uma legislação trabalhista golpeada no seu núcleo, e programas sociais que, por não serem universais, criam segmentos não cobertos por nenhuma proteção: são dispensáveis para o mercado ainda formalizado e não comportados no escopo de uma configuração de Estado de neoliberalização radicalizada. Demarcando, assim, uma crise no cerne da própria reprodução social geral.

Diante do cenário geral de desproteção social, com o desmonte dos aparatos das políticas sociais e os empecilhos para o acesso ao trabalho formal, a emergência de uma crise sanitária global encontrou no Brasil terreno propício para a propagação do vírus, sobretudo entre a parcela mais enegrecida e pauperizada da população (INSTITUTO POLIS, 2020). Como principal estratégia de proteção da classe trabalhadora, desenvolveu-se o Auxílio Emergencial enquanto medida de proteção emergencial adotada pelo Governo Federal em

⁵ Medida Provisória 905/2019. Institui o contrato de trabalho verde e amarelo. Disponível em: <https://www.congressional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/139757#:~:text=Institui%20o%20Contrato%20de%20Trabalho%20Verde%20e%20Amarelo%2C%20modalidade%20de%20Trabalho%20e%20Previd%C3%Aancia%20Social.>

abril de 2020, regulamentada pela Lei no 13.982/2020, estabelecendo os critérios para a obtenção do auxílio e causando alterações na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/ Lei no 8.742/1993) (SILVA, 2020). Constitui, portanto, na transferência monetária no valor de R\$600,00 destinado aos trabalhadores informais, autônomos, com vínculos precarizados ou intermitentes de trabalho, microempreendedor individual, desempregados e contribuintes individuais da Previdência Social (BRASIL, 2020).

Esta iniciativa, visando o alívio dos impactos econômicos da pandemia, utiliza-se de estratégias implementadas na política de Assistência Social, como a inscrição no Cadastro Único (CadÚnico) para os programas sociais do Governo Federal e da administração e distribuição dos recursos pela Caixa Econômica, utilizando-se também de um aplicativo de celular e de contas bancárias da Caixa especificamente para este fim.

Em pesquisas no primeiro trimestre de 2020, o IBGE apontou que já apresentava uma ampliação do desemprego e da informalidade, tal fato se refletiu nos mais de 67,9 milhões de pessoas beneficiadas pelo auxílio emergencial até dezembro de 2020. No entanto, o número de solicitantes do benefício nesse mesmo período superou os 120 milhões, deixando 57,1 milhões de pessoas sem garantia de acesso a esta renda. Vale salientar que 44% do perfil da população beneficiada corresponde à faixa etária de 18 a 34 anos e 56% dos beneficiados pelo auxílio emergencial já estavam inseridos no CadÚnico da Assistência Social⁶ por se encontrar em situação de pobreza ou extrema pobreza. Isto porque, antes mesmo da pandemia, o Brasil se deparava com os números alarmantes de informalidade (40%) e um aumento significativo do que Antunes (2020) chama de uberização do trabalho, fora as taxas crescentes de desemprego, aumento de mão de obra subutilizada, terceirizada, intermitente e precarizada. Assim,

[...] as franjas mais depauperadas das classes trabalhadoras sem vínculo empregatício reconhecido, sem qualquer direito assegurado, se evidenciaram nas filas intermináveis para tentar receber o auxílio emergencial e alargaram o exército disponível do setor de entregas por aplicativos, como uma das poucas ocupações possíveis no cenário das políticas de isolamento durante a crise sanitária e econômica (SOARES e SILVA, 2022, p33).

Especificamente, a política de assistência social e seu sistema de serviços socioassistenciais, no contexto da crise pandêmica, encontravam-se eles mesmos em profunda crise, dado o projeto de dismantelamento impetrado pelos Governos que antecederam a pandemia. A política em questão vem assumindo – desde início dos anos 2000 - papel de suma importância na reprodução da força de trabalho mais empobrecida (BOSCHETTI, 2017; SILVA, 2018; MOTA, 2008; YASBEK, 2007). Ainda assim, não passou incólume à ofensiva neoliberal deflagrada a partir de 2016.

Crise estrutural, radicalização neoliberal e reprodução social

O aprofundamento da crise do capital tem acirrado sua forma de reprodução contemporânea – a neoliberal – como única possibilidade para manutenção do capitalismo.

⁶ Para saber mais sobre o perfil dos beneficiados pelo auxílio emergencial, acessar link: <https://www.contabeis.com.br/noticias/46336/auxilio-emergencial-governo-apresenta-perfil-dos-beneficiarios-em-2020-55-sao-mulheres/>. No entanto, cabe destacar que este estudo não leva em consideração o quesito raça/cor dos beneficiados pelo auxílio emergencial.

Nesse sentido, vemos manifestações da radicalização de suas diretrizes e determinações centrais que operam nos mais diversos sentidos da vida societária, forjando mesmo “uma nova razão do mundo” (DARDOT e LAVAL, 2016).

Possivelmente, a associação das medidas mais duras de austeridade com a escalada de vias fascistas e/ou de extrema direita têm sido as amostras mais acirradas do caráter de incontrollabilidade do sistema sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2011). Do Norte ao Sul Global é possível perceber que o neoliberalismo, a despeito da sua narrativa nascedoura, não é sinônimo de democracia, mas que, pelo contrário, “nada fica intocado pela forma neoliberal de razão e de valoração e [...] o ataque do neoliberalismo à democracia tem, em todo o lugar, inflitado lei, cultura, política e subjetividade política” (BROWN, 2019, p. 17).

No Brasil, acompanhamos o aprofundamento da crise capitalista, que veio acompanhada de uma escalada ultraconservadora e, que, a contrapelo do arrocho fiscal já impetrado no início do segundo governo Dilma, levou à sua derrocada. Procedeu-se à cartilha neoliberal de primeira linha, impactando sobre direitos da classe trabalhadora, programas e políticas sociais e sob as condições de vida da classe média. Entre 2015 e 2016 tendências fortemente contrarreformistas foram empregadas pelo governo Dilma e seu *Staff* técnico⁷, de clara direção liberal conservadora ao mais afinado gosto do mercado financeiro, em um contexto de iminente crise política e institucional.

A partir do *impeachment* sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, o país vivenciou um processo exponencial de radicalização neoliberal, primeiro sob a batuta do presidente Michel Temer e, depois, sob Bolsonaro. Para atender as demandas do capital, o governo Temer, aproveitando-se do fato de não precisar “surfear” numa onda de aprovação popular, deu início a uma agenda robusta de contrarreformas sociais, cujo objetivo central era rebaixar ao máximo o valor da força de trabalho e precarizar ao limite as condições de sua reprodução, numa ofensiva de expropriação de direitos e aprofundamento da exploração da classe trabalhadora.

Nesse contexto, o sistema protetivo brasileiro - já historicamente limitado e parcial - passa a ser objeto de um processo ainda mais lesivo de desmonte. No escopo do que Behring (2021) denomina de “ajuste fiscal permanente”, acompanhamos a aprovação da mais dura medida de política fiscal do mundo, com a aprovação da Emenda Constitucional 95. Esta emenda determinou o congelamento dos gastos públicos primários por 20 anos, impactando duramente o financiamento das políticas sociais, no sentido de “financeirização do fundo público” (IDEM), inclusive podendo incidir naquelas com mínimos constitucionais garantidos, como saúde e educação.

Cabe ressaltar ainda que o impacto da Emenda Constitucional nº 95/2016 sobre a população negra foi ainda mais devastador, afinal, este é o principal perfil usuário das políticas sociais como a saúde, a educação e a assistência social (ALMEIDA, 2016). E no mercado de trabalho, os reflexos dos ajustes recessivos afetam mais, proporcionalmente, a parcela mais pauperizada e enegrecida da população, que vivencia as mais altas taxas de desemprego e de trabalho na informalidade (ALMEIDA, 2016).

Ademais, aprovou a Emenda Constitucional 93, que prorrogou a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e ampliou sua incidência de 20% para 30% sobre as receitas da

⁷ Note-se, por exemplo, a nomeação de Joaquim Levy, exímio seguidor das orientações neoliberais da Escola de Chicago, para Ministro da Fazenda.

seguridade social. Tal dispositivo jurídico-institucional tem sido fundamental para canalizar recursos da seguridade social para constituição de superávit primário, às custas de recursos que deveriam financiar direitos, serviços e equipamentos no campo da proteção social.

Uma conjunção de estratégias político-econômicas e jurídicas implementadas pelo Estado brasileiro, no sentido de diminuir gastos com a reprodução social da classe trabalhadora, cujo padrão histórico no capitalismo dependente, já é muito baixo. E, que expressam a crise do próprio padrão de produção social vigente, acirrando a forma neoliberal em uma nova ofensiva de ataques às políticas e direitos essenciais à reprodução da força de trabalho.

O ataque aos direitos trabalhistas constituiu o núcleo duro da ofensiva burguesa mediada pelo Estado brasileiro, na direção do desmantelamento da proteção social. No âmbito da formação social brasileira – historicamente determinada pela heterogeneidade estrutural do mercado de trabalho e pela inconclusão do padrão jurídico de assalariamento – a Lei 13.467/2017 (a famigerada “Reforma Trabalhista”) opera uma profunda e radical transformação da legislação trabalhista brasileira, alterando 201 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943. Conforme Barbosa e Silva (2020), a espinha dorsal da CLT girava em torno do regime contratual de tempo indeterminado e, depois os direitos trabalhistas ganharam densidade e força de cláusula pétrea com a Constituição Federal de 1988 (CF/88), inserindo dispositivos para garantia de proteção ao trabalhador em especial o direito ao trabalho, a diminuição da jornada de trabalho para 44 horas semanais e o direito à greve.

A lei 13.467/2017 consolida um novo padrão de gestão da força de trabalho na competição capitalista, em que é operada a reconceituação do direito do trabalho, esvaziando as instituições públicas do trabalho que vigoravam no Estado capitalista dos últimos setenta anos, descentrando a definição das relações de trabalho para o âmbito da empresa, e provocando o esvaziamento da Justiça do Trabalho e da “organização sindical dos trabalhadores entendida como classe, pois tende a predominar uma organização mais descentralizada e articulada com os interesses da empresa (KREIN, 2018, p. 78) Ao fragmentar a experiência laborativa, a reforma aprofunda os limites da organização sindical e isso porque também institui a prevalência do *negociado sobre o legislado*, isto é, à despeito de quaisquer determinações legais, as negociações entre empregadores e trabalhadores seriam sempre a opção mais interessante (BARBOSA e SILVA, 2020).

Para Antunes (2022), a contrarreforma trabalhista significou, entre outras mazelas, mais terceirização, mais informalidade, mais desemprego, mais subutilização, sobretudo ao legalizar o trabalho intermitente. A partir disso, formou-se uma massa de trabalhadores/as sob uma nova condição jurídica de não assalariados, mas reconhecidos como colaboradores, prestadores de serviços, empreendedores, sem nenhum direito trabalhista ou previdenciário. Entre 2018 e 2019 mais que dobrou o número de contratos de trabalho intermitente; em 2021 os vínculos intermitentes aumentaram em 50% em relação a 2020, e em um período de cinco anos o trabalho vinculado a aplicativos aumentou em 979,8% (BRITO, 2022).

Considerando a imbricação raça/gênero e partindo do pressuposto de que a taxa de formalização ainda é um indicativo de trabalho com algum nível protetivo, dados levantados pela PNAD 2022 referentes à taxa de formalização, considerando gênero e cor/raça trazem alguns elementos para demonstrar a reticência como esses determinantes acentuam a precarização das condições de trabalho e vida de segmentos específicos da população.

Em relação à formalização, os dados da PNAD 2022 apontam para uma inequívoca maior incidência sobre a população branca, com 66,2%, ao passo que o segmento negro apresenta taxa de 53,3%, uma diferença de 12,9%. As mulheres negras aparecem em último lugar, com a menor taxa de formalização (53,2%), corroborando as assertivas análises tanto das feministas negras como da própria TRS, de que raça e gênero não são sistemas separados de opressão, ao contrário, são co-constitutivos (VOGEL, 2023).

É importante também considerarmos dados sobre rendimentos, já que este indicador tem relação direta com o poder de compra, acesso e consumo dos indivíduos, portanto, se relaciona diretamente com a própria garantia da reprodução social. Dentro desse recorte, em relação ao rendimento médio real habitual do trabalho principal (R\$/mês), os homens aparecem com R\$2.838 reais em relação aos R\$2.235 reais das mulheres, expressando uma diferença de R\$600 reais. Ao tratarmos dos dados considerando a dimensão racial, a diferença é ainda maior, alcançando um pouco mais de o dobro de vantagem para a população branca em relação à negra: brancos ganham R\$3.273 reais e negros R\$1.994 reais, uma diferença de R\$1.279 reais.

Na condição de pior acesso desse rendimento recortado, o segmento das mulheres negras, com R\$1.735 reais, está atrás dos homens brancos (diferença de R\$1.945 reais), mulheres brancas (R\$1.031 reais) e homens negros (R\$435 reais), nessa ordem. Indicadores de 2023, relativos à desocupação, também elucidam a reprodução de desigualdades estruturais, que imbricam raça e gênero. Naquele ano, entre os desocupados, 65,1% eram negros. A taxa de desocupação dos não negros estava em 6,3%, no 2º trimestre de 2023, conforme pesquisa do DIESSE.⁸ Ademais, outro dado que merece nossa atenção - porque dialoga diretamente com nossa argumentação - diz respeito à proteção social. Quase metade (46%) dos negros estava em trabalhos desprotegidos; entre os não negros, essa proporção era de 34%. No 2º trimestre de 2023, a taxa de desocupação dos negros era de 9,5%, ou seja, 3,2 pontos percentuais acima da dos não negros (DIEESE, 2023).⁹

No que tange às mulheres negras, a taxa de desocupação estava em 11,7%, correspondendo ao mesmo percentual registrado para os não negros no 2º trimestre de 2021, em um dos piores momentos da crise econômica aprofundada pela pandemia da covid-19. Entre os homens não negros, essa taxa foi de 11,2%. Isto é, a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho é mais difícil, ainda que em contexto de melhora da atividade econômica. (IDEM).

O Estudo revela ainda, que, uma em cada seis (15,8%) mulheres negras ocupadas trabalha como empregada doméstica – uma das ocupações mais precarizadas no que diz respeito aos direitos trabalhistas e reconhecimento. As trabalhadoras domésticas negras sem carteira recebiam, em média, R\$904 por mês – valor R\$416 abaixo do salário mínimo em vigência (R\$1.320).¹⁰

Como nossa análise procura os nexos entre política social e reprodução social de segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora e, seguindo ainda o eixo metodológico da própria TRS em pensar a exploração/opressões como constitutivas, os dados sobre pobreza também são importantes. De acordo com Pires, Cardoso e Oliveira (2021), antes da pandemia, a pobreza atingia 33% das mulheres negras, 32% dos homens negros e 15% das

⁸ <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.pdf>.

⁹ Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

¹⁰ Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

mulheres brancas e dos homens brancos. No que tange a taxa de extrema pobreza, antes da crise, era de 9,2% entre mulheres negras, 8,9% entre homens negros, 3,5% entre mulheres brancas e 3,4% entre homens brancos.

Situar as políticas sociais no âmbito da reprodução social da força de trabalho contemporâneo perpassa também pela problematização do pano de fundo social, econômico e político, isto é, a radicação neoliberal teve como base “a adoção de uma política nacional abertamente reacionária, antidemocrática e militarizada” (FONSECA, ALENCAR, 2021, p. 319). Verifica-se que desde 2016 o cenário político brasileiro esteve marcado pela ascensão da extrema direita nacional - com apoio da extrema direita internacional. Ainda segundo Fonseca e Alencar,

Tal política tem reforçado a condição periférica brasileira e, conseqüentemente, os padrões coloniais internos de superexploração da força de trabalho e de diferenciação social que marcam, especificamente, a nossa história social (2021, p. 319).

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a ofensiva neoliberal acirra a superexploração da força de trabalho, o pagamento da dívida pública continua sendo um dos principais mecanismos de transferência de valor para o capitalismo financeiro. Podemos dizer que, enquanto um fenômeno social amplo, como uma estrutura social,

[...] o racismo “normaliza”¹¹ a superexploração do trabalho¹², que consiste no pagamento de remuneração abaixo do valor necessário para a reposição da força de trabalho e maior exploração física do trabalhador, o que pode ser exemplificado com o trabalhador ou trabalhadora que não consegue com o salário sustentar a própria família ou o faz com muita dificuldade, e isso independentemente do número de horas que trabalhe. A superexploração do trabalho ocorre especialmente na chamada periferia do capitalismo, onde em geral se instalou uma lógica colonialista (ALMEIDA, 2018, p. 105, grifo nosso).

Podemos apontar que, quando elementos conjunturais se acirram, a condição estrutural dependente e subordinada também se agrava e reflete diretamente na constituição do padrão protetivo (FONSECA e ALENCAR, 2021), com repercussões mais graves para a população negra e feminina. O Governo Bolsonaro foi uma importante expressão deste fenômeno, visto que sua gestão foi marcada pelo desmantelamento de direitos e seus aparatos institucionais, ataques aos movimentos sociais, à legislação trabalhista, à democracia, as populações historicamente objeto de opressão, bem como pelo ataque à ciência e negacionismo frente à crise sanitária.

Lançar luz sobre os efeitos da pandemia sobre a condição de vida da classe trabalhadora é compreendê-la enquanto processo que recrudesce a lógica burguesa dependente (FONSECA e ALENCAR, 2021) e agrava “a condição de subalternidade imposta às frações afrodiáspórica, originária e feminina da classe trabalhadora brasileira sob a administração de Jair Bolsonaro” (p. 318).

¹¹ Conforme Almeida, “o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea”, de tal forma que as sociedades modernas “não podem ser compreendidas sem os conceitos de raça e de racismo”. E “as expressões do racismo no cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade” (Almeida, 2018, p. 15).

¹² Para uma maior inserção e aprofundamento sobre o conceito de superexploração do trabalho, ver: MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

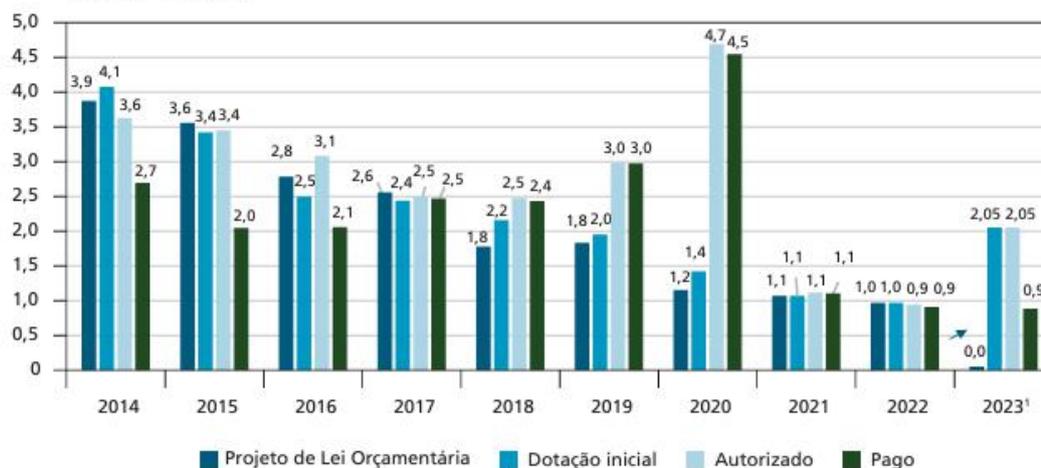
A eclosão da pandemia da Covid-19, iniciada nos primeiros meses de 2020 no Brasil, que vitimou inúmeras pessoas em mortes completamente evitáveis devido ao comportamento e ações na contramão da sensatez e da humanidade praticadas pelo líder do Governo Federal, ampliou ainda mais o desemprego, deixando a população brasileira ainda mais dependente da precária política de assistência social vigente. Isto porque, no cerne das medidas de contingenciamento da crise – apesar do tensionamento constante da posição negacionista do governo federal e da defesa da suposta “imunidade de rebanho” – medidas de paralisação de atividades e isolamento social pressupunham a definição de manutenção de serviços essenciais. Nesse rol, estavam incluídos, serviços de saúde, e assistência social e atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social, conforme o Decreto presidencial 10.282/2020.¹³

A explosão de demandas sobre os Sistemas de Saúde e de Assistência Social, com a quase implosão destes, expuseram gargalos históricos do nosso sistema de proteção social, mas também explicitaram fissuras estruturais engendradas na quadra mais recente do processo de radicalização neoliberal, revelando, assim, os abismos da reprodução social em contexto de radicalização neoliberal, no capitalismo dependente brasileiro. Assim, “o efeito é a intensificação da contradição inerente ao capitalismo entre produção econômica e reprodução social” (Frazer, 2023, p. 62).

O SUAS já vinha sendo objeto de ataques, desmontes e desfinanciamento desde 2016, face ao processo de radicalização neoliberal, expresso entre outras medidas no arrocho fiscal, com aprovação da Emenda Constituição N°95, que já indicamos. O gráfico a seguir expressa o processo de perda orçamentária como uma das frentes da ofensiva de desconstrução da política de assistência social, no Brasil, após o ciclo de conclusão do Plano Brasil sem Miséria, em 2014. Já em 2015, quando o governo Dilma, face ao recrudescimento da crise capitalista no Brasil e da crise política e institucional que culminaria no impeachment da presidenta, já iniciava uma agenda de ajuste fiscal mais arrojada. O Governo Temer assume a agenda da radicalização neoliberal, que é acirrada no governo Bolsonaro.

¹³ Disponível em: Decreto presidencial 10.282/2020. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. Brasília: IPEA, [2011]. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://www.ipea.gov.br/retrato/&sa=D&source=docs&ust=1721612645821293&usg=AOvVaw2BAwYZci6wpqInQa0GZzX8>. Acesso em: 29 jul. 2024.

GRÁFICO 1
Evolução da execução orçamentária dos serviços de proteção social básica e especial do Suas (2014-2023)
 (Em R\$ 1 bilhão)



Fonte: IPEA, 2023. *O valor referente ao ano de 2023, diz respeito aos recursos autorizados e pagos até 20 de junho do referido ano.

É importante explicitar que as diferenças expressas entre os Projetos de Lei Orçamentária (PLOAs) e os valores pagos, em alguns anos, resultaram de suplementações autorizadas pelo legislativo e de emendas parlamentares, que possibilitaram a continuidade dos serviços. Salientamos também que o PLOA apresentado pelo governo Bolsonaro para os serviços socioassistenciais do SUAS para 2023 (R\$48,3 milhões, uma redução de 65% em relação à 2022) significava a inviabilização da manutenção dos serviços. O governo Lula, iniciado em 2023, sancionou a LOA, atribuindo um montante de “R\$2,05 bilhões aos serviços do SUAS, valor que já foi em sua totalidade autorizado, superando em seis meses o valor autorizado nos doze meses anteriores do governo Bolsonaro” (IPEA, 2023, p.55).

Partindo do princípio de que não existe política social sem financiamento, o desfinanciamento é uma das principais estratégias de desmonte de serviços públicos. Assim, os cortes em recursos significam fechamento de equipamentos públicos de assistência social de proteção social básica e especial, a diminuição no número de atendimentos, acompanhamentos e serviços oferecidos, bem como na redução de benefícios socioassistenciais. Tais processos ocorrem justamente em um contexto em que as demandas por esses serviços crescem, dado o aumento da pobreza, do desemprego, da informalidade e do aumento da precarização do trabalho.

Serviços, projetos, atendimentos, benefícios que são fundamentais para reprodução social, seja na contribuição direta para acesso à mercadorias imprescindíveis para sobrevivência imediata, como os programas de transferência monetária, que permitem que as famílias comprem bens de primeira necessidade; seja pelo acesso a serviços que colaboram para organização da dinâmica familiar e doméstica, que pode auxiliar em parte do trabalho reprodutivo como cuidado de crianças, idosos e pessoas com deficiência.

No campo da proteção social de alta complexidade,¹⁴ o Estado é responsável direto - via equipamentos socioassistenciais - pela totalidade das ações necessárias ao cuidado e à proteção social de crianças, adolescentes e idosos, por exemplo. Ou seja, atua na reprodução social de trabalhadores cuja força de trabalho está exaurida e possível futura força de trabalho, via serviços e trabalhadoras/os de tais espaços. Se compararmos os valores do cofinanciamento federal para serviços de acolhimento para crianças e idosos, podemos indicar maior premência do Estado na garantia de reprodução da força de trabalho futura que esteja apta a compor mão de obra. Vejamos.

Conforme dados do IPEA (2023), enquanto o valor do cofinanciamento federal para as unidades de acolhimento para crianças e adolescentes é de R\$ 500,00 por vaga (Resolução CNAS no 23, de 27 de setembro de 2013), o governo federal transfere para os municípios, em média, R\$ 89,27 por vaga em unidades de acolhimento para pessoas idosas. Ou seja, há uma participação muito maior, em termos orçamentários, do governo Federal na manutenção de serviços de alta complexidade que atendem crianças e adolescentes, indicando um movimento típico da sociedade capitalista em transformar trabalhadores velhos em inutilizáveis para o capital e, por isso, relegados ao aviltamento protetivo.

Ainda no âmbito da assistência social, o Programa Bolsa Família (PBF) vem ocupando centralidade no cerne das medidas do Estado que contribuem para a garantia da reprodução social, sobretudo das famílias mais empobrecidas da classe trabalhadora brasileira. Desde o primeiro governo Lula, o PBF enveredou numa trajetória ascendente, sendo carro-chefe da política social brasileira. Suas características de focalização na extrema pobreza e o valor muito baixo de seus benefícios têm contribuído para um padrão de reprodução rebaixado da força de trabalho (BOSCHETTI, 2017). Ainda assim, não é irrisório seu papel na garantia das condições mínimas para reprodução social, sobretudo de famílias chefiadas por mulheres, em sua maioria, negras.

Os dados do CadÚnico nos apresentam um panorama que corrobora nossa argumentação quanto à relação unitária entre classe, raça e gênero. Dos 20,89 milhões de famílias beneficiadas, 17,4 milhões (83,4%) são chefiadas por mulheres, enquanto a composição de famílias monoparentais femininas com filhos é mais comum, correspondendo a 51,03%.¹⁵ Das 54 milhões de pessoas beneficiárias do PBF, 23.118.508 são mulheres negras.¹⁶

Esses elementos nos ajudam a explicitar a importância do PBF para reprodução social de um segmento muito específico, empobrecido, generificado e racializado. Ademais, demonstra a centralidade da mulher na chefia dessas famílias, o que pressupõe determinar suas funções no campo do trabalho da reprodução social e, possivelmente, conciliar à sua inserção como trabalhadora.

Mesmo assumindo características compatíveis com a política social do padrão de proteção social de radicalização neoliberal (SILVA, 2023), o Programa também sofreu reveses. Em 2019, no cerne de uma ampla estratégia de “pente fino” do governo federal nos

¹⁴ Os serviços de proteção social especial também foram alvo de intenso desfinanciamento nos últimos anos. Conf. Silveira (et al, 2022).

¹⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/mulheres-sao-protagonistas-do-bolsa-familia-com-83-4-dos-beneficios-em-seus-nomes>. Acesso em: 20 jun. 2024

¹⁶ Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/#bolsafamilia>. Acesso em: 14/07/2024. Outros grupos étnicos apresentam dados apenas por número de família :Quilombolas: 254.852; Famílias pertencentes a povos de terreiros:7.649; Povos Ciganos: 9.123.

programas sociais, um robusto processo de revisão e atualização cadastral das famílias cadastradas no CadÚnico, ampliou-se a fila de espera de famílias em condições de elegibilidade que não estavam contempladas com o programa, chegando a 1,4 milhões de famílias em dezembro daquele ano.

Em termos de orçamento, estudo do IPEA (2021) aponta para um aumento no volume de recursos neste ano, o que se explica pelo pagamento do “décimo terceiro” (abono natalino) em dezembro, aos beneficiários, promessa de campanha do presidente Bolsonaro, somente efetivada em 2019. No entanto, em termos de famílias beneficiadas, o total era de 13,2 milhões de famílias, menor patamar desde 2013, dentro de um cenário em que os indicadores de pobreza, desemprego e fome tinham se elevado (Silva e Mauriel, 2023).

Ainda que o Auxílio Emergencial tenha momentaneamente ampliado o alcance das pessoas cadastradas no CadÚnico, sua corrosão ao longo de 2020, com finalização em 2021, fez ampliar as demandas, sem cobertura suficiente. Estudo do CONGEMAS, organizado por Isolda Silveira (et al, 2022), demonstra que, em 2021, ainda em contexto de pandemia, havia uma estimativa de uma fila de espera de mais de 2 milhões de famílias. Com isso, apontamos que o padrão reprodutivo social do Estado na sua forma neoliberal radicalizada - acirrada por um governo de extrema direita - tende a ser extremamente rebaixado, de modo que incide sobre programas já residuais como o PBF.

O governo Bolsonaro procedeu à extinção do BPF e criou o Auxílio Brasil, cujos limites foram apontados por Boschetti e Silva (2022), quando ampliou o valor do benefício, apenas como medida política-eleitoreira. Outrossim, o ajuste do benefício não chegou a acompanhar a galopante inflação que caracterizou seu governo.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), que também se caracteriza pela transferência monetária, embora tenha características de maior consistência do ponto de vista jurídico, por ser um direito constitucional, bem como se diferencia do PBF porque é indexado ao salário mínimo. Um benefício fundamental para milhões de idosos e pessoas com deficiência pobres, o BPC tem sido frontalmente atacado no escopo do acirramento fiscal. Escapou por muito pouco da Reforma da previdência, mas uma série de reformulações na LOAS e um sem-número de resoluções e decretos operou importantes restrições ao acesso, por dentro da operacionalização, via INSS.

A precarização do INSS, expressa também na não recomposição de pessoal, e o processo de digitalização de seus sistemas, sobretudo com a criação do “Meu INSS”, implicou numa série de dificuldades na solicitação e concessão de benefícios, com aumento do tempo de espera, que chegou a 424 dias, em 2021 (IPEA, 2023). Ademais, o governo Bolsonaro criou uma estratégia chamada de “pente fino”, inclusive beneficiando os peritos que identificassem benefícios irregulares.

A partir de 2021 há um aumento sem precedentes da quantidade de benefícios indeferidos. A média mensal de indeferimentos de BPC, entre 2016 e 2020, oscilou em torno de 33 mil. Em 2021, o número chegou à média de 48,7 mil indeferimentos/mês, e, entre janeiro e julho de 2022, 73 a 68 mil indeferimentos/mês – o que representa um aumento de mais de 100% em comparação com o período 2016-2020. De fato, 84% dos requerimentos foram indeferidos de janeiro a julho de 2022 (IPEA, 2023).

Esses dados trazem pistas teóricas importantes para nossa abordagem, embora não sejam racializados/generificados. Isto porque, demonstra uma nítida opção do Estado

brasileiro - na sua forma neoliberal mais radicalizada - operando estratégias afinadas para diminuir custos com a reprodução social de segmentos da classe trabalhadora que deveriam - conforme está implícito na ética liberal de cortes em programas sociais que se justificam na suposta capacidade dos sujeitos para o trabalho, isto é, é preciso que cada um busque garantir sua sobrevivência material via mercado de trabalho.

Ao indeferir BPC para pessoas com deficiência, o Estado brasileiro acentua as desigualdades sociorraciais e aprofunda a desigualdade de gênero, ao mesmo tempo em que aumenta a sobrecarga do trabalho do cuidado para as mulheres, uma vez que majoritariamente são mulheres negras, as responsáveis pelas pessoas com deficiência dessas famílias demandatárias do BPC.

Considerações finais

As breves reflexões traçadas até aqui se inserem no campo de debates concernentes aos impactos da crise do capital sobre o padrão de reprodução social brasileiro, principalmente buscam contribuir para a análise acerca das particularidades intrínsecas ao desenvolvimento capitalista brasileiro e, portanto, aos seus rebatimentos na forma de enfrentamento às múltiplas expressões - social, política, econômica, ambiental, etc - da crise estrutural do capital. Isto é, ao partir da Pandemia de Covid-19 como recorte temporal, para apreensão do acirramento das desigualdades sociais de classe, raça e gênero no cenário atual, problematizamos o aprofundamento do pauperismo e desmonte das estruturas de proteção social como respostas fundamentais do capital à sua crise.

Assim, temos no Brasil uma conjuntura marcada pelo ajuste fiscal permanente, baseado no ideário neoliberal - desde a redemocratização do país - em um novo projeto de reestruturação do capitalismo, cujas intervenções dificultaram a formalização e concretização de direitos e garantias sociais da constituição de 1988 (BEHRING; CISLAGHI; SOUZA, 2020). O desemprego estrutural e o desmonte das políticas sociais se intensificaram após o golpe político de 2016 que colocou Michel Temer no Governo Federal, situação acentuada a partir de 2018 pelo neofascismo do governo Bolsonaro, com consequências mais severas sobre a população negra, particularmente sobre as mulheres negras no que tange ao desemprego (BEHRING; CISLAGHI; SOUZA, 2020).

Nesse sentido, a crise sanitária aprofundou desigualdades estruturais, uma vez que as contrarreformas neoliberais fragilizaram ainda mais o acesso às políticas e direitos sociais e trabalhistas, de modo que uma parcela significativa da população garantia sua sobrevivência através de trabalhos informais ou precarizados e, com a necessidade de isolamento social para conter a contaminação pelo SARS-COV-19, se viu diante do dilema entre morrer de fome ou de Covid.

Os dados aqui levantando sobre formalização do trabalho, taxa de ocupação, acesso à renda, índices de pobreza e perfil dos beneficiários de programas assistenciais, como o Bolsa Família e o BPC, demonstram a limitada abrangência do padrão protetivo neoliberal brasileiro e a maior incidência da ofensiva do capital sobre as desigualdades de gênero e raça em países de capitalismo periférico. E demonstram, sobretudo, a crise no sistema reprodutivo social vigente, em contexto de radicalização neoliberal.

Referências

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALMEIDA, S; BATISTA, W. M; ROSSI, P **Racismo na economia e na austeridade fiscal**. P. 142-152, 2016.

ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARBOSA, R. N. C; SILVA, M. M. Reforma trabalhista e tempo de trabalho: recomposição dos instrumentos legais do trabalho assalariado no Brasil. In: **Trabalho, reprodução social e Serviço Social: Desafios e utopias**. MELO, A. I. S. C.; CARDOSO, I. C. da C.; FORTI, V. L. (Org.). Uberlândia: Navegando Editora, 2020.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BEHRING, E. R. CISLAGHI, J. F. SOUZA, G. Ultraneoliberalismo e bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurilio Castro de; FREIRE, Silene de Moraes. **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia-MG: Navegando Publicações, 2020. DOI: 10.29388/978-65-86678-20-8-0-f.103-122. Disponível em: https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_8f992804cafa49fe8d87d1af095a9171.pdf. Acesso em: 24 out. 2022.

BEHRING, E. **Fundo Público, valor e política social**. São Paulo: CORTEZ (2021).

BHATTACHARYA, T. **Como não passar por cima da classe: reprodução social do trabalho e a classe trabalhadora global**. In: Teoria da Reprodução Social: remapear a classe, recentralizar a opressão. Tithi Bhattacharya (ORG). Tradução Juliana Pena. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? Tradução de: Maíra Silva. In: **Revista Outubro**, n. 32, 1º semestre de 2019

BOSCHETTI, I. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

BRITO, F. Notas sobre a devastação do trabalho no Brasil atual e o bolsonarismo. **Blog da Boitempo**. Publicado em: 06 set. 2022. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2022/09/06/notas-sobre-a-devastacao-do-trabalho-no-brasil-atual-e-o-bolsonarismo/>

CASSIN, M. P. S. Dependência e ultraneoliberalismo: as políticas sociais no Brasil pós-golpe de 2016. **Temporalis**, v. 22, n. 43, p. 17-33, 2022.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

FERNANDES, F. O Protesto Negro. **Rev. São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, 2(2): 15-17, abr./jun. 1988. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/fernandes/1988/06/90.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2021.

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática, 1978. [vol. 1 e 11.1]. In: **Revista Outubro**, n. 32, p. 99-113, 1º semestre de 2019.

FRASER, Nancy. **Crise do cuidado**: Sobre as contradições socioreprodutivas do capitalismo contemporâneo. In: Teoria da Reprodução Social: remapear a classe, recentralizar a opressão. Tithi Bhattacharya (ORG). Tradução Juliana Pena. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

FONSECA, R. S. R; ALENCAR, T. R. Para uma análise inicial dos impactos do ultraliberalismo brasileiros sobre a reprodução social. **Rev. Trabalho, Política e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. p. 317-338, 30 jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.29404/rtps-v6i10.717>. Disponível em: <https://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/717>. Acesso em: 31 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2022. Taxa de formalização. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 01 ago. 2024.

INSTITUTO PÓLIS. Quem são as pessoas mais afetadas pela pandemia?. **Instituto Pólis**, São Paulo, 27 mai. 2020. Disponível em: <https://polis.org.br/noticias/quem-sao-as-pessoas-mais-afetadas-pela-pandemia/#:~:text=Pessoas%20negras%20s%C3%A3o%20a%20maioria,ou%20de%20pr opagar%20o%20v%C3%ADrus>. Acesso em: 31 jul. 2024.

INSTITUTO PÓLIS. Quem são as pessoas mais afetadas pela pandemia? **Instituto Pólis**, São Paulo, mai. 2020. Disponível em: <https://polis.org.br/noticias/quem-sao-as-pessoas-mais-afetadas-pela-pandemia/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

KREIN, J. D. et al (orgs.). **Reforma trabalhista no Brasil**: promessas e realidade. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2018.

MÉSZÁROS I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo; Unicamp, 2011.

MOTA, A. E. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. MOTA, Ana Elizabete (Org.). 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014.

SILVA, M. M. Pandemia, crise e expropriações: auxílio emergencial e contradições da focalização. **Vértices** (Campos dos Goitacazes) v. 22, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6257/625764793008/625764793008.pdf>. Acesso em: 02 set. 2024.

SILVA, M. M.; MAURIEL, A. P. O. A Política de Assistência Social no governo Bolsonaro: um panorama do desmonte. *In: Capitalismo contemporâneo: crise e barbarização da vida social*. Volume 4. MARANHÃO, C.; ALVES, G. L.; RODRIGUES, M. (orgs.). Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

SILVA, M. M. **Desenvolvimento capitalista e assistência social no Brasil: a encruzilhada da modernização com o Plano Brasil sem Miséria, 2011-2016**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social /Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

SOARES, M., SILVA, L. **Pandemicídio e superexploração: sem saúde, sem trabalho e sem comida**. Trabalho e saúde [recurso eletrônico]: diálogos críticos sobre crises / organização Tatiane Valeria Cardoso dos Santos, Letícia Batista Silva, Thiago de Oliveira Machado. 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2022. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/51904/Pandemic%EDdio%20-%20Let%EDcia%20Silva%20-%202022.pdf;jsessionid=A11F06947526A67306BCDA16ECD33586?sequence=4>. Acesso em: 02 set. 2024.

SOUZA, C. L. S. Capitalismo dependente e políticas sociais na América Latina. **Argumentum**, v. 8, n. 1, p. 48-60, 2016.

SOUZA, C. L. S. **Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente**. Grupo de Pesquisa EGBE, Projeto Canela Preta, 2020.

VOGEL, L. Prefácio. *In: Teoria da Reprodução Social: remapear a classe, recentralizar a opressão*. Tithi Bhattacharya (ORG). Tradução Juliana Pena. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

YASBEK, C. **Classes subalternas e assistência social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PADRÃO PREDATÓRIO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO PÓS-GOLPE DE 2016

Laryssa Gabriella Gonçalves dos Santos
Fátima da Silva Grave Ortiz

Introdução

Historicamente, o Brasil tem sido laboratório para relações trabalhistas pautadas em baixos salários, informalidade, desemprego, extensão da jornada de trabalho, intensidade do trabalho, minimização de direitos do trabalho, ou seja, o país possui um padrão predatório nas relações laborais desde a formação do seu mercado de trabalho. Isso implica no desgaste da capacidade físico-psíquica do trabalhador brasileiro que sofre cotidianamente nos postos de trabalhos, sejam formais ou informais. Tais características se agravaram com a arquitetura do golpe de Estado em 2016, que depôs a presidenta Dilma Rousseff. Os governos de Temer e Bolsonaro tiveram como pauta a destruição dos direitos trabalhistas, favorecendo uma intensa precarização para o trabalhador. Nas palavras do Desembargador da Justiça do Trabalho, Souto Maior (2019, n/p), “[...] o Brasil, inclusive, passou a ser uma espécie de laboratório da retração profunda de direitos trabalhistas.”

Nesse sentido, o presente artigo tem o objetivo de refletir sobre o padrão predatório das relações trabalhistas no Brasil a partir do golpe de 2016. Para caracterizar tais processos, fundamenta-se a reflexão no materialismo histórico dialético por considerá-lo o método mais apropriado para revelar as suas contradições, apreendendo-se as mediações que lhes são inerentes à luz da totalidade. A investigação caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, e teve como fonte de pesquisa livros, artigos, e relatórios sobre trabalho, mercado de trabalho e precarização. Além disso, algumas fontes documentais foram utilizadas como suporte, quais sejam: IBGE: Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileiro, 2020; IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD CONTÍNUA, 2022; e DIEESE: Impactos da Lei 13.429/2017, 2017. Além desta introdução e da conclusão, o texto está dividido em duas seções: antecedentes do golpe de 2016 e trabalho e mercado de trabalho no Brasil pós-golpe de 2016.

Antecedentes do golpe de 2016

Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) foram pautados numa relação de solidariedade entre os países latino-americanos, por meio de relações comerciais e de integração regional, bem como caracterizaram-se como governos que investiram em políticas sociais e atendimento de algumas requisições da classe trabalhadora. Como resultante houve a intensificação de programas de transferência de renda para a população pauperizada, além da expansão do acesso à educação para segmentos historicamente discriminados, como negros, pobres e a população Gays / Bissexual / Transexual / Transgênero / Queer / Intersexo / Assexual / Pansexual (LGBTQIAP+). Na gestão Lula, ocorreu um processo de inclusão social e distribuição de renda jamais ocorrido na história do Brasil. Apesar do investimento em políticas sociais e expansão de alguns direitos, os governos do PT seguiram com políticas

de orientação neoliberal que favoreceram os empresários e o capital internacional, firmando compromisso com a estabilidade econômica e com o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, controle das contas públicas e acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Abramides (2017, p. 370) retratou o mandato dos presidentes petistas da seguinte forma:

Nos dois governos de Lula da Silva e no primeiro e segundo de Dilma Rousseff, o neoliberalismo teve sua continuidade, o que contraria a programática inicial do Partido dos Trabalhadores, construído a partir das lutas dos movimentos sociais classistas nos anos 1980. A Carta ao Povo Brasileiro, apresentada por Lula em 2002, já anunciava de que maneira o “governo democrático popular” se dirigiria à nação por meio de alianças com setores da classe dominante para implementar sua política, o que caracterizou o governo do PT como de conciliação de classes. Desde a formação do primeiro governo do PT, as alianças e bases de apoio com partidos burgueses foram estabelecidas, e as medidas de maior “austeridade”, contra os trabalhadores, ocorreram no segundo mandato de Dilma Rousseff, a partir de 2015. Em que pese os programas sociais implementados pelos governos do PT aos setores mais pauperizados, eles foram desvinculados de políticas estruturantes, o que se reproduz na lógica da desigualdade, além da redução de recursos financeiros para investimento em políticas sociais universais, como saúde e educação. Isso significa que o chamado neodesenvolvimentismo ou social desenvolvimentismo implantado pelos governos do PT teve seus dias contados, mediante o esgotamento desse modelo pela própria ofensiva do capital.

Nesse sentido, considera-se que os governos do PT foram responsáveis pela conciliação de classes, que combinava justiça social com as demandas mercadológicas, em que a “[...] utopia da justiça social [foi] convertida em mero acesso ao consumo e ao crédito, ao passo que para as classes dominantes a ordem capitalista, incluindo todo o seu aparato ideológico e coercitivo, permanece praticamente inalterada em sua essência.” (Mota, 2015, p. 4). O crescimento econômico propiciou o aumento da ocupação, do emprego formal, das políticas de transferência de renda e do aumento do salário, que acarretaram na elevação da renda das famílias brasileiras, sobretudo no que se refere aos segmentos mais pauperizados da população. O governo Lula agrupou vários programas em um, o famoso Programa Bolsa Família (PBF), cujo objetivo era repassar uma remuneração complementar às famílias com renda *per capita* insuficiente. Como contrapartida, as famílias tinham que manter a frequência dos filhos nas escolas, fiscalizar as crianças para não aderirem ao trabalho infantil e fazer acompanhamento médico da gestante e do recém-nascido. O PBF foi concebido como um programa temporário, um auxílio financeiro que possibilitasse que os membros das famílias tivessem um tempo para se inserir no mercado de trabalho. O poder de consumo da população aumentou também graças à ampliação do crédito de consumo, queda dos juros nominais e o crédito com desconto direto na folha de pagamento dos assalariados (crédito consignado).

Nesse período marcado pela elevação das taxas médias de crescimento da economia brasileira, o mercado de trabalho apresentou mudanças significativas que, no conjunto, resultaram em importantes melhorias: redução das taxas médias de desemprego; expansão do emprego assalariado formal (protegido pela legislação trabalhista, social e previdenciária brasileira); crescimento do emprego nos setores mais organizados da economia (inclusive na grande empresa e no setor público); redução do peso do trabalho assalariado sem registro em carteira (ilegal) e do trabalho por conta própria na estrutura ocupacional; elevação substantiva do valor real do salário mínimo; recuperação do valor real dos salários negociados em convenções e acordos coletivos; importante redução do trabalho não

remunerado; intensificação do combate ao trabalho forçado e redução expressiva do trabalho infantil (Baltar *et al.*, 2010, p. 14).

O período em questão foi importante para a inserção no mercado de trabalho, gerando impactos positivos no que diz respeito às condições de trabalho, sobretudo com ampliação dos índices de ocupações que abarcaram profissionais de nível superior e técnico, além das atividades agrícolas e dos serviços que apresentarem progressiva formalização dos contratos. Apesar do avanço do emprego formal nessa fase, isso não significou que as características históricas do regime de trabalho no Brasil tenham mudado, ainda mais com a contrarreforma do Estado. Foi nesse ciclo que diversos problemas persistiram, como alta rotatividade da mão de obra, informalidade, exploração e terceirização. Os avanços no âmbito do trabalho dependem também do poder de luta das entidades sindicais, que, apesar de fragmentadas e pulverizadas, conseguiram conquistar direitos trabalhistas nos governos do PT.

Em meados de 2012, já no mandato de Dilma Rousseff, o país passava por dificuldades para manter o crescimento e os padrões do mercado de trabalho anteriormente estabelecidos. Como consequência da crise, constataram-se alta inflação, queda no PIB, redução dos investimentos e aumento do desemprego, o que gerou repercussões no provimento de vagas e manutenção de empregos no setor formal. É preciso sinalizar que mesmo com a crise, o desemprego teve os menores índices nos governos petistas. Embora a queda observada durante o Governo Dilma tenha sido bem menor do que a verificada nos anos anteriores, deve ser ressaltado o fato de que o desemprego se estabilizou em níveis muito baixos. Não há economia que passe por tamanha transformação sem sentir diversos de seus efeitos. Um dos primeiros destes efeitos foi que o país se deparou com uma carência de mão de obra qualificada. Como consequência, verificou-se que o salário na indústria começou a subir acima da produtividade, gerando pressões inflacionárias. (Cagnin *et al.*, 2013, p. 35). Para conter a instabilidade monetária com taxas de juros mais baixas e taxa de câmbio competitiva para o setor de industrialização, o governo adotou medidas como a austeridade fiscal, bem como ampliou os controles de capitais diante do receio da entrada de capital externos. A proposta do governo não atingiu o esperado, aprofundando a desaceleração da atividade econômica, além da elevação da inflação que se estendeu nos outros anos (Cagnin *et al.*, 2013).

O segundo mandato de Dilma apostou nas desonerações da folha de pagamentos (folhas de salários), que retirou a cota patronal da previdência referente à remuneração do trabalho, com a finalidade de reduzir o custo do trabalho para a geração de empregos, contudo, a expectativa de alavancar o emprego não se cumpriu. Para melhorar os índices de crescimento, criou-se uma série de ajustes que repercutiram no mercado de trabalho, a saber: cortes nos gastos públicos; alteração de regras no seguro desemprego (o trabalhador teria que trabalhar dezoito meses na primeira solicitação) e abono salarial (o trabalhador só teria direito se trabalhasse seis meses corridos); alterações nas condições de acesso à pensão por morte; modificações para aumentar a arrecadação dos impostos, dentre outros. Os impactos do ajuste foram visíveis no mercado de trabalho, que perdeu 985.669 postos de trabalhos formais (Carleial, 2015). Isso significou que os desempregados migraram para postos de trabalho informais e autônomos, com instalações precárias e sem proteção social, piorando

as condições de vida de grande parte da população brasileira. É inegável que durante os governos do PT, especialmente os de Lula, houve um crescimento econômico que impactou positivamente no mercado de trabalho, gerando empregos formais, diminuição do desemprego, aumento da renda média, ampliação de políticas sociais, que acarretou na expansão do consumo.

Segundo Carleial (2015, p. 208), “[...] a formalização do mercado de trabalho foi grandiosa pois entre 2003 e 2014 foram criados 21,2 milhões de novos postos de trabalho. Não há o que discutir: foi uma revolução no mercado de trabalho.” Entretanto, é preciso evidenciar que tal quadro não impediu a proliferação da flexibilização das relações de trabalho e da alta rotatividade da força de trabalho, que só aumentou, além da elevação dos índices de terceirização e contratos temporários. Apesar de aparecer de forma recorrente neste texto, é preciso reafirmar que, embora se amplie a inserção do mercado de trabalho em momentos de crescimento, algumas características crônicas como informalidade, baixos salários, rotatividade da mão de obra, superexploração e desemprego permanecem na estruturação do mercado de trabalho nacional, e nos governos petistas não foram diferentes, o que se observou foi uma minimização na degradação das relações trabalhistas.

O mandato de Dilma passou a ser alvo de ataques de diversas frentes, tanto no que se refere à política econômica, quanto à sua forma de gestão. Somam-se a esses problemas os inúmeros casos de corrupção envolvendo figuras importantes do PT, o que acarretaram uma crise política. Junto a isso, a classe média, inconformada com a derrota de Aécio Neves⁷³ nas eleições, incitou várias manifestações a favor do *impeachment* da presidente. Criou-se um ambiente de instabilidade em que as ações do governo foram colocadas em xeque, e, no final de 2016, através de um golpe articulado pelo Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), pelo judiciário, pela grande mídia e patrocinado pela burguesia nacional, Dilma foi exonerada do cargo de Presidente da República, com a acusação de ter realizado “pedaladas fiscais.”

Não seria ariscado dizer, assim, que talvez tenhamos assistido a um novo tipo de golpe de Estado, cuja efetivação se dá por dentro e por intermédio das próprias engrenagens da democracia neoliberal hodierna. Nesse sentido, diferentemente das democracias liberais de outrora, que, na maioria das vezes, foram destruídas quando das derrubadas de governos democráticos que se encontravam à sua frente, a democracia brasileira atual demonstrou dispor de mecanismos internos que lhe permitem eliminar um governo incômodo sem ter que conjuntamente eliminar a si mesma. Trata-se, portanto, não só de um novo tipo de golpe, como também de um novo tipo de regime democrático liberal, no interior do qual é possível se processar um mecanismo golpista (Demier, 2017, p. 16).

A presidente foi substituída pelo seu vice, Michel Temer, representante da burguesia nacional, que teve um mandato pautado no aprofundamento das políticas neoliberais que atacaram ferozmente a saúde, a educação, o trabalho, dentre outras esferas.

Trabalho e mercado de trabalho no Brasil pós-golpe de 2016

O presidente Michel Temer deixou nítido que seu governo teria como prioridades o ajuste fiscal, a desregulamentação do trabalho, reformas, cortes nos gastos sociais e valorização do setor privado. Foi Temer quem teve a incumbência de promover a “[...] reestruturação reacionária e conservadora do capitalismo brasileiro nas novas condições históricas de dominância do império neoliberal face ao aprofundamento de suas contradições estruturais.” (Alves, 2016, n.p.). Assim, o governo teve como foco o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas.

Na realidade brasileira constata-se o pacto do Estado com a burguesia, ao aprovarem leis que favorecem práticas aviltantes na atividade laboral. No mandato de Temer foi aprovada a Lei 13.429 de março de 2017¹, que dispõe sobre a prestação de serviços a terceiros, cujo texto permite uma ampliação da terceirização para as atividades-fim, como mostra o “[...] Art 9º § 3º O contrato de trabalho temporário pode versar sobre o desenvolvimento de atividades- meio e atividades-fim a serem executadas na empresa tomadora de serviços.” (BRASIL, 2017, n.p.). Com a possibilidade de terceirizar as atividades-fim, os empresários possuem o aval para flexibilizar ainda mais a força de trabalho, com consequências desastrosas para os trabalhadores. Nesse cenário, Alves (2017, p. 339) alerta que:

As empresas terceirizadas abrigam as populações mais vulneráveis do mercado de trabalho: mulheres, negros, jovens, migrantes e imigrantes. Esse “abrigo” não tem caráter social, mas é justamente porque esses trabalhadores se encontram em situação mais desfavorável, e por falta de opção, submetem-se a esse emprego.

Nota-se que os mais afetados com tal ampliação da terceirização são os segmentos da classe trabalhadora que historicamente foram submetidos a trabalhos precários e sem proteção social. O avanço desse tipo de contratação implicou num processo ainda maior de disparidades sociais, políticas e econômicas. Além disso, a lei 13.429 de março de 2017 autoriza o crescimento do trabalho temporário e elimina o caráter de contratação para situações consideradas extraordinárias. De acordo com o Art. 2º:

Trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física contratada por uma empresa de trabalho temporário que a coloca à disposição de uma empresa tomadora de serviços, para atender à necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou à demanda complementar de serviços (Brasil, 2017, n.p.).

Dessa forma, a expansão e validação da terceirização total implica os contratos precários, o aumento da jornada de trabalho, do número de acidentes de trabalho, e de doenças físicas e psíquicas dos trabalhadores. Corroborar-se com Antunes e Druck (2015, p.

¹ “Em 23 de março de 2017, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4.302/1998, alterando dispositivos da Lei nº 6.019, de 1974, que trata do trabalho temporário em empresas urbanas e dispõe sobre as relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços a terceiros. Em 31 de março, o projeto foi sancionado com três vetos pela presidência da República, tornando-se a Lei 13.429/2017” (DIEESE, 2017, p. 2).

28), ao afirmarem os males da terceirização para a saúde do trabalhador.

No que diz respeito à dimensão “condições de (in)segurança e saúde no trabalho”, observa-se que são os terceirizados que sofrem o maior número de acidentes de trabalho e estão mais expostos aos riscos, resultado dos padrões de gestão que desrespeitam o treinamento necessário, as informações sobre riscos, as medidas preventivas, coletivas, etc. Os trabalhadores terceirizados, além de serem os que ganham menos, trabalham mais, são mais instáveis e têm menos direitos, são os que mais morrem e se acidentam. Essa vulnerabilidade de sua saúde e a maior exposição aos riscos decorrem exatamente desta condição mais precária de trabalho.

Difícilmente os terceirizados denunciam as condições de trabalho à Justiça do Trabalho, porque têm o receio de perder o emprego e por não dispor de tempo e de recursos para tal empreitada. A lei da Terceirização tem o objetivo evidente de reduzir os salários e custos do trabalho, além de enfraquecer a organização sindical dos trabalhadores terceirizados, que não têm o poder de organização e de negociação. Além disso, o foco do governo era a Reforma da Previdência, que não foi aprovada no governo Temer, transferindo-se a tarefa para seu sucessor, e a Reforma Trabalhista, aprovada pela Lei n.13.467 de julho de 2017. No Brasil, os governantes e congressistas desconsideram as vozes que ecoam dos movimentos sociais e dos trabalhadores, atacando, cada vez mais, os direitos do trabalho, prova disso foi a Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017, que alterou pontos importantes na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A Reforma Trabalhista alterou, criou e revogou mais de 100 artigos da CLT, ampliando a precarização das relações trabalhistas no Brasil. Dentre múltiplos ataques à CLT, a Lei 13.467/2017 permitiu que a mulher gestante trabalhasse em condições insalubres em grau médio e mínimo, exceto por meio de atestado de saúde.

Art. 394- A. Sem prejuízo de sua remuneração, nesta incluído o valor do adicional de insalubridade, a empregada deverá ser afastada de: I - atividades consideradas insalubres em grau máximo, enquanto durar a gestação; II - atividades consideradas insalubres em grau médio ou mínimo, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento durante a gestação; III - atividades consideradas insalubres em qualquer grau, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento durante a lactação (Brasil, 2017, n.p.).

A mulher (empregada) historicamente viveu em situação degradante de trabalho, com a Lei da Reforma tal questão se agravou e deixou a mulher mais exposta, podendo contrair doenças e correr riscos de vida. Em maio de 2019, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional o Artigo 394-A da Lei n.13.467/2017, que colocava a gestante e a lactante em situação de risco. Além de colocar a força de trabalho em risco, a Reforma modificou pontos relativos à regulamentação da jornada de trabalho, com a finalidade de flexibilizar, cujo sentido é cortar direitos existentes para facilitar a contratação de trabalhadores pelos empresários. Krein e Oliveira (2019, p. 138) destacaram algumas mudanças:

1) a afirmação da regulamentação do tempo de trabalho como um dos principais temas de disputa nas negociações coletivas; 2) a interrupção da progressiva queda da jornada média, acompanhada da concentração dos ocupados dentro da jornada padrão, tendências que vinham se impondo desde o começo dos anos 2000; 3) a crescente polarização da jornada de trabalho, com crescimento do número de pessoas que trabalham até 14 horas semanais e os que trabalham mais de 48, especialmente nas ocupações que tiveram maior crescimento no período recente; 4) a ampliação da despadronização da jornada oficial, com a adoção de novos arranjos, que incluem a introdução de jornadas mais flexíveis e diferenciadas por setor econômico; 5) há indícios ainda da eliminação do pagamento da jornada in itinere [...].

A Lei ainda desconsidera o deslocamento ao trabalho como parte do tempo da jornada de trabalho, quando ofertado pelo empregador. O Artigo 58 considera o trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não ultrapasse trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas complementares semanais (BRASIL, 2017) e acrescenta: “§ 5º As horas suplementares da jornada de trabalho normal poderão ser compensadas diretamente até a semana imediatamente posterior à da sua execução [...]”. (Brasil, 2017, n. p.). Sobre o artigo referido, compartilha-se da análise de Carvalho (2017, p. 85):

Na prática, o regime de trabalho parcial poderá chegar a trinta e duas horas semanais, sendo remunerado como hora extra o que não for compensado na semana seguinte, isso se o contrato não for compreendido por acordo coletivo que amplie o prazo de compensação. Conforme se nota, a proposta de reforma da CLT aprovada pelo Congresso busca ampliar a flexibilidade da jornada de trabalho muito além do que possa vir a ser estabelecido em acordos coletivos. Estende-se o banco de horas a acordos individuais, e aumentam-se os limites das jornadas em contratos de trabalho parcial, ampliando em ambos os casos as possibilidades de compensação das horas extras.

A Reforma legitimou a “negociação” individual do empregador com o trabalhador deixando-o em uma situação de plena submissão. “Art. 484-A. O contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador [...]” (BRASIL, 2017, n.p.). Tal artigo legitima que o trabalhador negocie individualmente as pautas trabalhistas, propicia a fragmentação da classe trabalhadora, bem como pode levar a um processo de desmobilização dos trabalhadores na luta por seus direitos. Os sindicatos perdem a possibilidade de intervir de modo efetivo nas negociações relacionadas ao trabalho. No que se refere ao contrato individual de trabalho, este pode ser acordado de forma verbal ou escrita e por tempo determinado ou indeterminado, além da prestação de serviço na condição de trabalho intermitente.

Art. 443 [...]

[...]

§ 3º Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria (Brasil, 2017, n.p.).

A insegurança e a flexibilidade são o cerne do trabalho intermitente, já que o mesmo não oferece ao sujeito uma segurança na continuidade da atividade laboral, bem como submete o trabalhador a condições nefastas de trabalho. Esse tipo de trabalho possibilita

que o trabalhador seja contratado, mas sem a garantia de um mínimo de horas trabalhadas, sendo acionado pelo empregador de acordo com sua necessidade. O IBGE mapeou os dados do trabalho intermitente nos anos de 2018 e 2019.

Tabela 1 - Admissões com carteira assinada, total e por contrato intermitente, com as respectivas variações entre os anos, e proporção de admissões com carteira assinada, segundo as Grandes Regiões – 2018 - 2019

Grandes Regiões	Admissões com carteira assinada							
	Total			Contrato intermitente			Proporção contrato intermitente / total (%)	
	2018	2019	2019/2018 (%)	2018	2019	2019/2018 (%)	2018	2019
Brasil	15 491 470	16 197 094	4,6	71 456	155 422	117,5	0,5	1,0
Norte	668 127	695 025	4,0	3 153	5 956	88,9	0,5	0,9
Nordeste	2 132 777	2 179 771	2,2	12 020	26 370	119,4	0,6	1,2
Sudeste	7 945 771	8 340 087	5,0	40 762	84 911	108,3	0,5	1,0
Sul	3 223 592	3 400 019	5,5	10 597	24 315	129,5	0,3	0,7
Centro-Oeste	1 521 203	1 582 192	4,0	4 924	13 870	181,7	0,3	0,9

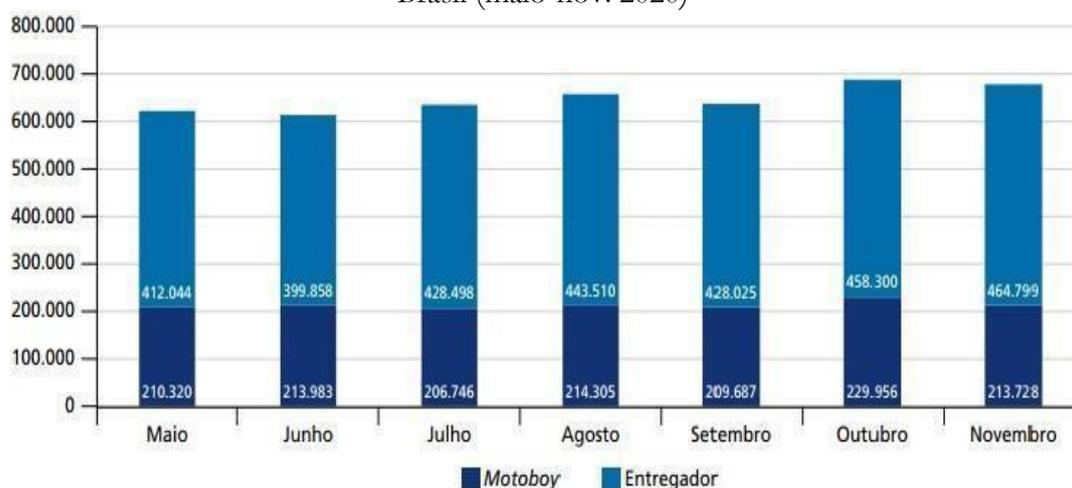
Fonte: IBGE, 2020.

O ano de 2018 foi o primeiro período de vigência da modalidade intermitente. Em 2019, já sob o governo Bolsonaro, houve um salto com mais de 155 mil contratações no Brasil. Tais dados demonstram que com a legitimação da lei está dada a possibilidade de contratos cada vez mais precários e sem garantias trabalhistas. “Em vez de ampliar as possibilidades de formalização por meio de políticas públicas voltadas para a produtividade do trabalho, procura-se tornar legais trabalhos precários, sob o risco de precarizar trabalhos que hoje se encontram protegidos.” (Carvalho, 2017, p. 87).

Ainda com o objetivo de legalizar e disseminar o trabalho precário, o Artigo 442-B impede a possibilidade de o trabalhador autônomo ter vínculo empregatício. “Art. 442-B. A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, afasta a qualidade de empregado prevista no art. 3º desta Consolidação.” (BRASIL, 2017, n.p.). Verifica-se uma desestruturação do mercado formal de trabalho, e o fortalecimento da transferência de trabalhadores assalariados para Pessoas Jurídicas (PJ), “uma transferência dos contratos de trabalhos assalariados para os de Pessoa Jurídica (PJ). Trata-se de um desvirtuamento, pois se propõe a desvincular o trabalhador de sua qualidade de empregado” [...]. (MOREIRA, 2018, p. 100). Nas palavras do Desembargador da Justiça do Trabalho, Souto Maior (2019, n.p.), “[...] o Brasil, inclusive, passou a ser uma espécie de laboratório da retração profunda de direitos trabalhistas.” É possível constatar que a Reforma possibilitou que os empresários manipulem a forma como o trabalho é regulado, agravando a histórica superexploração e precarização do trabalho no Brasil, assim como submete cada vez mais a classe trabalhadora a situações de pauperização. As mudanças na lei propuseram uma maior flexibilização do trabalho e o desmonte dos direitos trabalhistas que podem ser observados no trabalho mediados por aplicativos, sejam

os motoristas ou entregadores.

Gráfico 1 - Quantidade de entregadores (motoboys e entregadores sem carteira assinada) Brasil (maio-nov. 2020)



Fonte: LAPA, 2021.

Os resultados indicam uma expansão na quantidade de motoboys e entregadores sem carteira de trabalho assinada, sendo que em novembro de 2020, o quantitativo foi de 678.527. A quantidade de motoristas sem carteira de trabalho assinada corresponde a 1.271.219 em novembro de 2020, dados inferiores a maio e junho (Lapa, 2021). Estes dados comprovam um contingente significativo de trabalhadores informais na realidade brasileira que se submetem às formas deletérias de trabalho e às empresas que comandam as plataformas digitais. Estas se apresentam apenas como empresas que ofertam serviços de tecnologias para os usuários e os parceiros, leiam-se trabalhadores. O trabalhador busca a plataforma como uma saída para o desemprego, ou seja, vê nela uma oferta de emprego, sendo a empresa contratante da mão de obra. O sujeito se submete à superexploração desse tipo de trabalho, correndo risco de vida e com baixa remuneração para manter o mínimo da sua reprodução social.

Uma situação que comprova os efeitos deletérios na renda dos trabalhadores é uma pesquisa sobre o perfil dos entregadores ciclistas por aplicativos na cidade de São Paulo no ano de 2019, dois anos pós-reforma. “Em média, ciclistas entregadores fazem 9 entregas por dia. Em média, ciclistas entregadores ganham **R\$ 936 por mês.**” (Aliança Bike, 2019, p. 5, grifos do autor). Este dado aponta o baixo rendimento desses trabalhadores informais. Tal situação tende a piorar com a Reforma Trabalhista que estimula tais contratações, uma vez que a prioridade é facilitar esses negócios e deixar os trabalhadores submissos às condições do mercado. As modalidades de contratação precária da força de trabalho tendem a se expandir e precarizar ainda mais o mercado de trabalho brasileiro. Mais do que isso, são novas formas de extração da mais-valia e superexploração dos trabalhadores.

Portanto, a reforma não contempla as requisições da classe trabalhadora, pelo contrário, atende aos interesses do mercado financeiro e dos empresários. É evidente o retrocesso que o campo do trabalho e as relações trabalhistas tiveram nos governos de Temer e Bolsonaro. Por parte desses governos, valoriza-se o discurso da modernização das relações de trabalho, pautada na flexibilização, terceirização e informalidade, cujo objetivo é

superexplorar cada vez mais o trabalhador e reduzir os custos do trabalho.

O mandato de Bolsonaro se apresentou como um governo que congregou um conjunto de retrocessos nos direitos sociais, políticos e trabalhistas. Foi um governo pautado em políticas ultraconservadoras, com sucessivos cortes na saúde, assistência e previdência social. Viveu-se no Brasil um momento de crise econômica, sanitária, política e social, especialmente, com a alta da inflação e o aumento exorbitante dos preços das mercadorias que levaram ao empobrecimento de brasileiros e crescimento dos índices de miserabilidade⁷⁵. O governo Bolsonaro foi

[...] marcado por uma direção política que atenta contra a própria sobrevivência da classe trabalhadora. Sua escolha pela necropolítica impõe um extermínio a todos/as aqueles/as que ameacem o grande capital, como é o caso das ações orquestradas contra os povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas; contra a Amazônia e seu desmatamento criminoso; na liberação de centenas de agrotóxicos; no pacote anticrime; na contrarreforma da previdência social; na garantia de armamento aos grandes proprietários de terra; nas reduções orçamentárias das políticas sociais; nos sucessivos cortes nas universidades e na cultura, e, portanto, no descrédito com relação à ciência e à cultura, como campos de elevação da consciência. Em nenhuma das propostas existe algo que se volte à proteção da vida da população que vive em condições de fome e miséria. Não há nada que promova e preserve a vida, ao contrário, todas as ações de seu governo vão na direção de viabilizar a morte, por meio, do enxugamento total do Estado brasileiro, transformando-o por completo em um Estado de contenção social ou penal, que aplica uma política punitiva potencialmente agressiva contra a classe trabalhadora, em especial, contra negros/as; população LGBTQI+ e mulheres (Castilho; Lemos, 2021, p. 272).

O país, derrocado pelo governo Bolsonaro, passou por um dos piores momentos da sua história, e tal cenário piorou com a crise pandêmica da Covid-19. A escolha do governo foi por uma política de morte no cenário da pandemia.

A burocratização, por exemplo, para acesso ao auxílio emergencial, em tempos de Coronavírus, proposto pelo governo é um exemplo explícito de como estes mecanismos institucionais acabam contribuindo para aumentar cada vez mais os índices de desigualdade social no País por meio de uma política de morte, arquitetada nos porões do Planalto (Castilho; Lemos, 2021, p. 271).

Ademais, o aprofundamento das orientações de cunho neoliberal e o viés fascista dessa administração provocaram problemas para os trabalhadores que sofrem com o desemprego e a precariedade das ocupações informais. Conforme dados do IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua, 2022), em 2020, a taxa de desemprego foi a mais alta da série histórica de 2012-2021.

A taxa de desocupação² de 2021 foi menor em relação a 2020 que abarcou 13,8 milhões de brasileiros desocupados. Isso está relacionado ao cenário de pandemia, já que o isolamento social provocou mudanças severas no mercado de trabalho, acarretando em altos índices de desemprego e informalidade. Tal quadro reforça a superexploração da força de trabalho brasileira submetida a situação de precariedade nas relações trabalhistas.

² Os desocupados ou desempregados são “[...] as pessoas que não estão trabalhando, porém tomaram alguma providência efetiva para encontrar trabalho e estão disponíveis para assumi-lo, caso encontrem.” (IBGE, 2020, n.p.).

Tabela 2 - População ocupada com 14 anos ou mais

População de 14 anos ou mais de idade OCUPADA	Distribuição (em %)									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregado	70,7	70,5	70,6	69,4	69,1	68,5	68,1	67,7	67,5	66,5
Empregador	3,9	4,0	4,0	4,3	4,2	4,6	4,7	4,6	4,6	4,1
Conta própria	22,4	22,5	22,6	23,6	24,4	24,6	24,9	25,4	25,8	27,3
Trabalhador familiar auxiliar	3,0	3,0	2,8	2,7	2,3	2,4	2,3	2,2	2,2	2,1

Fonte: IBGE- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022.

No que se trata dos trabalhadores por conta própria, verifica-se uma tendência de crescimento com poucas oscilações na série história de 2012-2021. Em 2021, o número da força de trabalho por conta própria corresponde a 27,3%. Se somarmos os trabalhadores familiares (membros de uma família que trabalha junto) mais os trabalhadores por conta própria, o quadro se amplia para 29,4 %. São trabalhadores destituídos de direitos, sem as garantias do trabalho formal como férias, décimo terceiro, contribuição previdenciárias etc. Os dados confirmam o panorama dramático em que vive a população brasileira. Conforme análise de Antunes (2018, p.170), “[...] hoje estamos diante de um novo vilipêndio em relação aos direitos do trabalho no país, cujo significado tem requintes comparáveis aos da escravidão.”

Em 2022, a situação sanitária melhorou, pois a vacina alcançou um número expressivo da população com três doses, levando as pessoas em busca de emprego. “A taxa de desocupação recuou para 11,2% no trimestre encerrado em fevereiro, o que representa variação de 0,4 ponto percentual na comparação com o trimestre anterior (11,6%).” (IBGE, 2022, n. p.). No que se refere ao setor informal, o número de trabalhadores informais cresceu absurdamente “[...] estimado em 39,3 milhões, também foi o maior da série histórica do indicador, iniciada em 2015.” (IBGE, 2022). Os dados indicam que uma grande parte da população ainda é subcontratada, flexibilizada e que ocupa trabalhos desprovidos de direitos, com rebaixamento salarial e superexploração da força de trabalho.

A informalidade, nessa perspectiva, está muito longe de significar modernização das relações de trabalho, como quer o discurso do governo federal. Ao tornar ainda mais vulneráveis as condições de trabalho e de vida das populações que vivem do trabalho, a informalidade as expõe a riscos múltiplos, e neste momento, está fortemente associada à letalidade da pandemia. Ao associar informalidade ao termo “modernização”, Bolsonaro age de má fé. Atribui valência positiva a uma condição laboral que de fato representa imenso retrocesso civilizatório. Destruir o direito do trabalho como projeto de governo é a expressão mais saliente da indiferença moral da elite governante em relação ao destino das maiorias subalternas. E tudo isso sob aplausos de seus aliados no mundo das finanças e das grandes empresas, ou do grande capital (Cardoso; Peres, 2020, n.p.).

Não houve por parte do governo Bolsonaro qualquer esforço para melhorar as relações e direitos trabalhistas no Brasil, pelo contrário, observou-se um movimento de destruição das esferas que defendem o trabalho, a exemplo do extinto Ministério do Trabalho que tinha, dentre as suas funções, a fiscalização de ações relativas ao conflito capital/trabalho. Verificou-se ainda, por parte deste governo, uma agenda destrutiva ao que já foi conquistado pelos trabalhadores.

Para completar esse panorama caótico no mundo do trabalho e dos direitos, foi aprovada a Reforma da Previdência³ (Emenda Constitucional 103/2019), que se constitui como outro mecanismo de ataque violento à classe trabalhadora. O discurso da redução dos direitos é regido pela ideia de acabar com privilégios de alguns, em favor dos que não têm empregos ou benefícios previdenciários. Essa falácia vai ganhando adesão por parte de alguns segmentos da população que apoiam a reforma ou nem sabem da sua existência, tendo em vista que nunca acessaram/e não vão acessar aos benefícios da Previdência. Outro argumento utilizado pelos simpatizantes da reforma é o de que a Previdência tem um *déficit* a ser resolvido, e por isso faz-se necessário alterar a legislação previdenciária. A explicação proferida pelo governo é que "as contas não fecham."

Assim, a reforma previdenciária é parte de um processo de desmonte dos direitos sociais, conquistados com a Constituição de 1988, fruto da luta dos trabalhadores. A Carta Cidadã (1988) garantiu o trabalho como direito social e a Previdência Social como parte do tripé da Seguridade Social, junto com a Saúde e a Assistência Social. Formou-se, a partir disso, um sistema de proteção social de caráter "universal", jamais implementado no país e garantido pelo Estado, a exceção da política de saúde que é universal. Mesmo com a Constituição regulamentando os direitos, avançou no país o Estado de viés neoliberal, que minimizou os gastos com o social. É nessa perspectiva que a Reforma da Previdência tem destruído a Seguridade Social e a proteção ao trabalho, com vistas a favorecer o capital financeiro.

O mais violento ataque sofrido pelos trabalhadores especialmente para os jovens a ingressarem no Regime Geral da previdência, é a combinação entre idade mínima – 65 anos para homens e 62 para as mulheres – e o tempo de contribuição mínimo de 15 anos para mulheres e 20 para os homens. Apenas com 40 anos de contribuição um trabalhador poderá receber o teto a que tem direito, e claro, limitado pelo teto baixo da previdência social brasileira (hoje em torno de R\$ 5,8 mil – 5,6 SM). O cálculo da aposentadoria será pela média do tempo de contribuição, com tendência a baixar o valor final da aposentadoria. Pensionistas receberão 50% da pensão a que teriam direito, mais 10% por dependente até sua emancipação, numa medida que atinge especialmente as mulheres trabalhadoras. No caso da aposentadoria por invalidez, exceto acidentes de trabalho e quem recebe apenas um salário mínimo, ela se reduz a 60% do que seria hoje o direito do(a) trabalhador(a) (Behring, 2019, n.p.).

Os efeitos da Reforma Previdenciária recairão, sobretudo, nos segmentos das camadas mais pobres e historicamente discriminados, como mulheres, negros e a população Lésbica/Gays/Bissexual/Transexual/Transgênero/Queer/Intersexo/Assexual/Pansexual(LGBTQIAP+) , já que tais sujeitos terão dificuldades para se aposentarem, seja pela insuficiência da contribuição ou por não alcançarem a idade limite; e, mesmo que se

³ Esse trecho sobre a Reforma da Previdência foi utilizado em (Santos, 2023).

aposentem terão seus salários rebaixados, acarretando o empobrecimento da população brasileira.

Conclusão

Desse modo, os trabalhadores brasileiros estão diante de um cenário desastroso de destruição dos direitos do trabalho, previdência e saúde, submetidos às formas mais degradantes de exploração. A crise, desta vez econômica, política, social e sanitária, recaiu mais uma vez nas costas da classe trabalhadora. As ameaças do desemprego e da miséria atingiram grande parte da população que se submete a trabalhos precários.

O Estado passou a intervir, cada vez mais, nos processos de regulação social, controle da força de trabalho e no aviltamento dos direitos dos trabalhadores. Assim, a parceria Estado/capital causa implicações sérias para o processo de fortalecimento/reconhecimento dos sujeitos enquanto classe trabalhadora, pois agudiza a fragmentação dos trabalhadores, enfraquece o poder dos sindicatos⁴ e agrava as péssimas condições de trabalho. A fragmentação da classe trabalhadora é reflexo de um processo mais amplo, que atinge toda a classe e se fortaleceu com a reestruturação produtiva, em que os trabalhadores sofreram e sofrem, significativamente, com essa onda de flexibilização. Por outro lado, o caráter contraditório que marca a relação capital trabalho, supõe-se que a situação adversa que vive a classe trabalhadora também pode fazer emergirem estratégias de resistência, em direção ao fortalecimento dessa classe e renovação de formas de organização e representação política. A consciência de classe e a organização política serão necessárias para escrever um novo capítulo na história da luta de classes.

Referências

ABRAMIDES, M. B. C. Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro. **Serv. Soc. e Soc.**, São Paulo, n. 129, 2017, p. 366-386.

ALVES, G. O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal. **Blog da Boitempo**, São Paulo, jun. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>. Acesso em: jul. 2021.

ALVES, G. Terceirização: o futuro do trabalho no Brasil. **SciELO**, Rio de Janeiro, maio-ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/McLPNGnmsX4FyMhdyVTrcQx/?lang=pt>. Acesso em: jun. 2022.

⁴Na fase contemporânea do estágio imperialista, a estratégia do capital impactou fortemente os trabalhadores – e tornou-se lugar-comum salientar as transformações do “mundo do trabalho”, entre as quais destacam-se a **crise do movimento sindical** e a redução do contingente dos operários industriais. No primeiro caso, conta-se a diminuição dos sindicalizados e a perda da força do sindicalismo; esse processo é inegável e suas consequências são expressivas, na medida em que afetam a capacidade de resistência dos trabalhadores; todavia, não há elementos consistentes para desenhar projeções que descartem a importância do movimento sindical no futuro próximo. Quanto à redução numérica da classe operária, resultante do desenvolvimento das forças produtivas **sob o comando do capital**, ela tem sido utilizada frequentemente para sustentar o “fim do trabalho” e, na mesma linha argumentativa, afirmar a “morte do sujeito revolucionário”, posto que, historicamente, as propostas mais consequentes de transformação socialista da sociedade tenham visto no proletariado a classe capaz de promover a supressão do capitalismo (Netto; Braz, 2012, p. 219, grifos do autor).

ANTUNES, R. **O privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. DRUCK, G. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **Revista O Social em Questão**, ano 18, n. 34, p. 19-40, 2015. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_34_1_Antunes_Druck.pdf. Acesso em: jul.2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO SETOR DE BICICLETAS (ALIANÇA BIKE). Pesquisa de perfil dos entregadores ciclistas de aplicativos trabalhadores. **Associação Brasileira do Setor de Bicicletas - Aliança Bike**, 2019. Disponível em: https://aliancabike.org.br/wp-content/uploads/2020/04/relatorio_s2.pdf. Acesso em: maio 2021.

BALTAR, P. *et al.* Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. **GLU**, Berim, n. 9, maio 2010. Disponível em: https://global-labour-university.org/wp-content/uploads/fileadmin/GLU_Working_Papers/GLU_WP_No._9_portuguese.pdf. Acesso em: jul. 2021.

BEHRING, E. Contrarreforma da previdência: as consequências destrutivas do fatídico 10 de julho. **Esquerda online**, João Pessoa, jul. 2019. Disponível em: <https://www.adufpb.org.br/previdencia/2019/07/12/contrarreforma-da-previdencia-as-consequencias-destrutivas-do-fatidico-10-de-julho/>. Acesso em: set. 2019.

BRASIL. **Lei n. 13.429, de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm. Acesso: ago. 2021.

CAGNIN, R. *et al.* A gestão Macroeconômica do Governo Dilma (2011 e 2012). **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 97, p.169- 185, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/XgGBDmYLBRD4Q35F9rBGLJR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: jan. 2022.

CARDOSO, A; PERES, T. B. A "modernização das relações de trabalho", a informalidade e a pandemia. **Blog REMIR trabalho**, 30 nov. 2020. Disponível em: <https://www3.eco.unicamp.br/remir/index.php/blog/227-a-modernizacao-das-relacoes-de-trabalho-a-informalidade-e-a-pandemia>. Acesso em: dez.2021.

CARLEIAL, L.M.F. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estudos avançados**, Curitiba, 29 (85), p. 201-214, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/DvpPCb3h3xmWLNzLRgXGcJB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: fev. 2022.

CARVALHO, S. S. Uma visão geral sobre a reforma trabalhista. **Mercado de trabalho**, n.63, p.81-94, 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8130/1/bmt_63_vis%C3%A3o.pdf. Acesso em: abr. 2022.

CASTILHO, D.; LEMOS, E. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **Katálisis**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 269-279, 2021.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/TyMKscqwjWfwpbScmWpwCvc/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: fev. 2022.

DEMIER, F. **Depois do golpe**: A dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Impactos da Lei 13.429/2017 (antigo PL 4.302/1998). Contrato de trabalho temporário e terceirização. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)**, São Paulo, n. 175, abr. 2017. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec175TerceirizacaoTrabalhoTemporario.pdf>. Acesso em: mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileiro 2020. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, Rio de Janeiro, n. 43, 146 p., 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&cid=2101760>. Acesso em: 08 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS- PNAD CONTÍNUA. Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012-2021. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, Rio de Janeiro, fev. 2022. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaque_PNAD_continua/2012_2021/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2021.pdf#:~:text=Pesquisa%20Nacional%20por%20Amostra%20de%20Domic%C3%ADlios%20Cont%C3%ADnua%20-%20PNAD%20Cont%C3%ADnua. Acesso em: abr. 2022.

KREIN, J.D; OLIVEIRA, R. V. FILGUEIRAS, V.A. Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade. Os impactos da Reforma nas condições de trabalho. **Campinas**, 1. ed., p. 127-155, 2019. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2019/09/Livro-REMIR-v-site.pdf>. Acesso em: maio 2022.

LAPA, R.S. O trabalho em plataformas digitais e a pandemia da covid-19: análise dos dados da PNAD Covid-19/IBGE. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, Brasília, abr. 2021. DOI:

<http://dx.doi.org/10.38116/bmt71/nta2>. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10658/1/bmt_71_trabalho.pdf. Acesso em: mar. 2022.

MOREIRA, A.M. **Dimensões da precarização do trabalho docente no século XXI**: o precariado professoral e o professorado estável-formal sob a lógica privatista empresarial nas redes públicas brasileiras. 2018. 392. Tese. (Doutorado em Educação) -Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em:

<https://ppge.educacao.ufrj.br/teses2018/tAmanda%20Moreira%20da%20Silva.pdf>.
Acesso em: 24 mar. 2020.

MOTA, L. A. O novo desenvolvimentismo e a questão social na atualidade. **Polêmica Revista Eletrônica**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 1-18, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/polemica/article/view/17836/13246>. Acesso em: 20 out. 2019.

BIONDI, A. ALMEIDA, N. Souto Maior: Brasil se tornou “laboratório da retração dos direitos trabalhistas”. Desembargador da Justiça do Trabalho avalia cenário de degradação e desigualdade gerado pela reforma trabalhista. **Carta Capital**, São Paulo, 18 set. 2019. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2019/09/18/souto-maior-brasil-se-tornou-laboratorio-da-retracao-dos-direitos-trabalhistas/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ESTADO NEOLIBERAL, CONTRARREFORMA TRABALHISTA E AVANÇO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

Silvia Silva Martins Pinheiro

Introdução

A contrarreforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), implementada no governo Temer em 13 de junho de 2017, representou o ápice dos desmontes dos direitos trabalhistas no Brasil. As alterações incorporadas à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – Decreto-Lei de 1943 sancionado por Getúlio Vargas – produziram impactos substanciais nos direitos trabalhistas. As novas regras jurídicas afetaram a jornada de trabalho, férias, regulamentaram o trabalho intermitente, fixaram o negociado sobre o legislado, estabeleceram a não obrigatoriedade do imposto de contribuição sindical, impuseram restrições ao acesso à justiça do trabalho, entre outros elementos. O presente estudo, considerando o quadro mencionado, tem como objetivo central analisar as principais alterações na CLT a partir da contrarreforma trabalhista de 2017 e como tais mudanças impactaram as relações laborais no Brasil.

De forma autoritária, antidemocrática e sem um debate com a sociedade brasileira, as modificações supramencionadas sustentaram-se no argumento da necessidade de modernização da legislação trabalhista. Segundo seus defensores, esse processo seria imprescindível ao enfrentamento da recessão econômica, pois o rebaixamento dos custos da força seria fator de estímulo a novas contratações e reduziria, dessa forma, a alta taxa de desemprego no país. Alguns meios de comunicação chegaram a noticiar que as alterações na CLT poderiam gerar até seis milhões de empregos e que uma legislação rígida se refletia em números exorbitantes de processos trabalhistas e uma ampla quantidade de sindicatos (Martello, 2017). Todavia, o quadro que se delineou nos anos posteriores à efetivação da contrarreforma trabalhista refletiu, na verdade, o avanço da precarização do trabalho e a manutenção do alto índice de desemprego, de trabalho informal, de trabalhadores uberizados, entre outros. Quadro este que se agravou durante a pandemia da COVID-19.

Diante da grave crise econômica e política, cujos efeitos vinham se propagando de forma intensa no Brasil desde 2014, o processo de erosão da proteção social e dos direitos trabalhistas foi impulsionado. Além da crise internacional, que se propagou no Brasil durante a gestão de Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores - PT), muitos outros fatores corroboraram para intensificar a recessão econômica e a instabilidade política no país. Ao longo do seu governo, a implantação de medidas de ajuste fiscal foi um dos mais significativos fatores para a agudização do descontentamento popular. Nesse cenário, as políticas de austeridade, os fortes escândalos de corrupção, que assolaram a imagem do PT e de seus aliados, somados às mobilizações sociais iniciadas em junho de 2013 e a perda do apoio de importantes setores da burguesia, foram determinantes para o agravamento da crise política e para o golpe de 2016 (Antunes, 2018; Alves, 2017).

Após o golpe jurídico-parlamentar, Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro - MDB) promoveu uma fortíssima onda de corrosão da proteção social e dos direitos laborais, na qual destacamos a contrarreforma trabalhista, aprovada em 2017. Através

da Lei nº 13.467/17 foram incorporadas mais de cem alterações na CLT. De modo mais específico, foram modificados 54 artigos, 9 revogados e 43 inseridos, compreendendo 10% da CLT. Também sofreram modificações a Lei nº 6.019/1974 que dispõe sobre o trabalho temporário e a terceirização, a Lei nº 8.036/1990 que versa sobre Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Lei nº 8.212/1991 que regulamenta os Planos de Benefícios da Previdência Social (Scheifer, 2019). Desde sua criação em 1943 a CLT passou por inúmeras transformações, contudo, foi no governo Temer que o desmonte atingiu seu ápice.

Para melhor compreendermos os elementos acima mencionados, este artigo estruturou-se em duas partes. No primeiro momento, serão brevemente analisados os elementos históricos e conceituais que permeiam a introdução e consolidação do projeto neoliberal no Brasil e seus desdobramentos sobre as relações de trabalho no país. Nessa perspectiva, busca-se identificar as novas formas de exploração, gestão e controle da força de trabalho. A segunda parte deste estudo tem como foco o exame sobre as principais modificações incorporadas à CLT, assim como os impactos nas relações trabalhistas. Com base nesses objetivos, será realizada uma análise acerca da Lei nº 13.467/17, destacando as principais alterações e seus rebatimentos no mercado de trabalho.

Precarização: o pilar das atuais relações de trabalho e da proteção social

Nas últimas décadas do século XX, o modo de produção capitalista passou por profundas transformações, as quais repercutiram tanto sobre o mundo do trabalho quanto nas configurações do Estado. Nesse cenário, a crise estrutural do capital, cuja emergência remonta ao final dos anos de 1960, foi fator determinante para desencadear mudanças significativas no âmbito da proteção social e engendrar novas formas de exploração, gestão e controle da força de trabalho. No panorama atual, afirma Cavalcanti (2015), a precariedade tem sido o elemento estruturante das relações de trabalho e da proteção social e, dentro dos moldes do neoliberalismo, perpassam tanto a esfera econômica quanto a política e social.

Segundo a autora, há um vínculo estreito entre a seguridade social e os fundamentos do Estado de bem-estar social e do keynesianismo-fordismo. Tal relação, estabelecida durante o segundo pós-guerra até meados dos anos de 1970, se firmou em um contexto no qual a política do pleno emprego e a estabilidade dos contratos de trabalho atuavam como base para efetivação da seguridade social. Nessa ocasião, a garantia de acesso à proteção social, de modo hierarquizado, estava atrelada à condição de assalariamento. Com base nessa premissa, é possível identificar um elo assentado entre a universalidade dos direitos sociais e a universalidade do direito do trabalho.

Diante da crise estrutural do capitalismo, a política neoliberal se consolidou, sobretudo, por intermédio da reforma fiscal e trabalhista. Desse modo, as reformas instituídas na esfera laborativa passaram a ter como finalidade primordial a chamada redução do “custo trabalho”, visando garantir, dessa forma, a incorporação de novos mecanismos políticos de controle e subordinação da classe trabalhadora. A partir de então, começa a se desencadear um contínuo avanço dos processos de precarização das relações laborais, fundamentados na desregulamentação do mercado de trabalho. Essa dinâmica até os dias atuais vem produzindo impactos substanciais sobre o valor dos salários, sobre as formas de contratação e demissão. As consequências desta situação se propagam tanto na esfera econômica quanto política. Do ponto de vista econômico, garante a elevação da taxa de lucro através da redução dos custos

da força de trabalho. Sob o ângulo político, amplia as possibilidades do capital de monitoramento e submissão da classe trabalhadora (Cavalcanti, 2015).

A década de 1980 representou para o Brasil um momento de grande efervescência política, de expansão do sindicalismo, de fortes mobilizações e conquistas sociais. Conforme salientado por Alves (2017), apesar da conservação do Estado oligárquico-político brasileiro, as pressões exercidas por movimentos populares e forças sindicais durante a redemocratização atuaram de modo decisivo nas conquistas sociais. Nesse período, destacam-se a criação das bases institucionais para o sistema unificado de saúde, seguridade social, direitos trabalhistas e previdenciários. Contudo, os efeitos gerados pela crise estrutural juntamente com as medidas anticíclicas impuseram à classe trabalhadora inúmeros retrocessos que reverberaram sobre as décadas posteriores. Em outras palavras, apesar das condições parecerem favoráveis aos trabalhadores no sentido de frear os ataques do capital, as tendências econômicas e políticas da época reduziram consideravelmente as possibilidades de consolidação dos direitos sociais no país.

É indubitável que o receituário neoliberal impulsionou a flexibilização das relações de trabalho. Todavia, o Golpe Militar de 1964 foi o ponto de partida para a corrosão da CLT. De acordo com Alves (2017), o fim da estabilidade no emprego e a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) marcaram o início do desmonte da legislação trabalhista. Foi também a partir desse momento que suscitou o processo de desindustrialização do país e também o fracionamento da burguesia industrial. Nesse cenário, de um lado estava a fração burguesa cujo projeto societário fundamentava-se no desenvolvimento industrial, no fortalecimento do mercado interno e na preservação dos direitos trabalhistas. Do outro, encontrava-se o segmento burguês vinculado ao capital financeiro que, de modo subalternizado, se isentou de qualquer compromisso com o desenvolvimento econômico combinado ao avanço social. Vale ressaltar que, a predominância do projeto da burguesia financeira corroborou de forma incisiva com o progressivo desmantelamento da CLT. Além disso, o autor destaca a existência de uma “reforma trabalhista permanente”, a qual vem corroendo o projeto de industrialização nacional-desenvolvimentista elaborado na Era Vargas.

A política neoliberal foi implantada no Brasil nos primórdios da década de 1990 e seu principal objetivo sempre esteve ancorado no desenvolvimento de remédios para o enfrentamento das consequências da recessão econômica. Nesse cenário, a flexibilização do trabalho e o avanço dos processos de expropriação assumiram um papel contundente na manutenção das taxas de lucro no interior da conjuntura recessiva. O projeto civilizatório, o qual vinha se delineando desde os anos de 1980 e que adquiriu mais consistência com a promulgação da Constituição Federal de 1988, se distanciou ainda mais da sua possível concretização. Todos esses elementos somaram-se à reconfiguração das funções do Estado e à redefinição dos parâmetros para a intervenção estatal nas expressões da questão social.

Um dos aspectos cruciais desse período foi o chamado Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, instituído durante a Era Fernando Henrique Cardoso (FHC). Conforme salientado por Behring e Boschetti (2009), o Plano preconizava o caráter gerencial na administração pública, enfatizava a descentralização, a eficácia, o controle dos resultados, a redução dos gastos e o aumento da produtividade. Essa lógica tinha como finalidade a substituição dos clássicos modelos burocráticos baseados na supervisão, regulamentação detalhada e auditoria. Com uma face conservadora, antidemocrática, antipopular, pragmática

e imediatista, a reformulação do Estado esteve vinculada aos interesses do mercado. Na prática isso significou mais estímulos às privatizações, à flexibilização das relações trabalhistas, aos contratos terceirizados, dentre outros, assinalam as autoras.

A reformulação do Estado implicou a implantação do Programa de Publicização, o qual deu origem às agências executivas e organizações sociais. O terceiro setor foi regulamentado e orientado à execução das políticas públicas. Ficou estabelecida a parceria com ONGs (Organizações Não-Governamentais) e instituições filantrópicas para a implementação de políticas sociais. As políticas sociais passaram a ser mantidas no trinômio das privatizações, focalização/seletividade e descentralização. Com essas mudanças vieram também o incentivo à solidariedade, à responsabilidade individual e trabalho voluntário em detrimento da responsabilização estatal frente às expressões da questão social (Behring e Boschetti, 2009).

Para Cavalcanti (2015), a Reforma do Estado se constituiu em um novo marco regulatório que submeteu bens e serviços à lógica da comercialização e condicionou as ações do poder público às camadas mais empobrecidas da sociedade. Diante do receituário neoliberal, a Seguridade Social, implementada com a Constituição de 1988, se deparou com novos obstáculos à sua concretização. Além disso, novas formas de gestão foram engendradas. Com isso, ampliou-se, no bojo das parcerias público-privado, a privatização da gestão/execução dos serviços sociais. Assim, foram criadas as Organizações Sociais (OSs), em 1998; as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), em 1999; as Parcerias Público Privado, em 2004; e as Fundações Estatais, em 2007. As duas últimas, dissipando o princípio da prerrogativa do Estado, foram fruto do governo Lula.

Durante o período FHC, houve uma expansão dos contratos flexíveis de trabalho. Fato que culminou na agudização da precarização das condições trabalhistas. Com base nas análises de Márcio Pochmann (2007), Cavalcanti (2015) aponta que esse processo se refletiu em um mercado de trabalho profundamente afetado por uma grande variedade de contratos trabalhistas. Alves (2017) destaca que houve a imposição de uma reforma trabalhista permanente e de caráter reacionário, a qual se manifesta em uma necessidade orgânica do capitalismo neoliberal e se fundamenta na acumulação flexível e na acumulação por espoliação.

A agenda neoliberal manteve-se firmemente ao longo dos governos petistas. A política desenvolvida nesse período esteve em consonância aos interesses do capital financeiro. Dessa forma, a manutenção do apoio da classe dominante exigia a conservação da estrutura socioeconômica geradora de desigualdades. De acordo com Antunes (2018), os lucros da classe dominante nesse período alcançaram cifras altíssimas. Contudo, as camadas mais empobrecidas também conquistaram avanços importantes na esfera social. Alves afirma que:

Enfim, incapaz de confrontar o bloco neoliberal no poder, construindo um Estado brasileiro capaz de garantir a eficácia dos ideais constitucionais de 1988, Lula apenas paralisou um processo histórico, sem revertê-lo no sentido de abolir a nova ordem da precariedade salarial. Nos governos neodesenvolvimentistas, o choque de capitalismo deu-se sob um mundo de trabalho precário por conta da nova ordem de regulação flexível instaurada na década neoliberal. O lulismo apenas adaptou-se à nova dinâmica da acumulação do capital, buscando paralisar processos de precarização laboral que corroíam a base do sindicalismo organizado (Alves, 2017).

Os reflexos da crise de 2008, a qual teve repercussão global, incidiram de forma contundente sobre o Brasil em meados de 2014. Nesse cenário, o país passou a enfrentar uma forte recessão econômica e o agravamento da instabilidade política. Esses fatores corroboraram para o enfraquecimento do governo Dilma, culminando no golpe jurídico-parlamentar de 2016. Tratava-se de uma conjuntura na qual o bloco dominante, visando impulsionar a taxa de lucro e encontrar novos nichos de acumulação no prazo mais curto possível, exigia a implementação de contrarreformas, privatizações e supressão de direitos em tempo mínimo. E isso só seria possível através de um governo capaz de executar as contrarreformas neoliberais de forma rápida, impositiva, privilegiando os interesses do capital. Vale destacar que o PT jamais representou uma força de oposição ao neoliberalismo. No entanto, a política de conciliação de classes e congelamento do desmonte da CLT e da Constituição de 1988 passaram a representar um potencial obstáculo ao projeto da burguesia (Antunes, 2018).

A partir do golpe de 2016, uma intensa onda de corrosão dos direitos sociais e trabalhistas foi efetivada no país, ampliou e agudizou os processos já em curso no país desde a introdução da política neoliberal no início da década de 1990, a exemplo do aprofundamento da precarização e flexibilização do trabalho, do desmantelamento dos serviços públicos e da deterioração das políticas sociais. Esse quadro obteve contornos mais drásticos durante o governo Bolsonaro e com o advento da pandemia da COVID-19.

Contrarreforma trabalhista: avanço da precarização do trabalho e supressão de direitos

No comando da presidência, Temer conduziu uma série de ações destinadas a eliminar qualquer empecilho que se colocasse diante das políticas neoliberais e da garantia da lucratividade do grande capital. Marcelo Braz (2017, p.95), acerca das características do governo Temer, afirma: “É, geneticamente, um governo ilegítimo, sem voto, impopular, fruto de uma fraude”. Um governo que fortemente contribuiu para o desmantelamento das relações trabalhistas. Nesse sentido, o autor assinala:

[...] as alterações na legislação trabalhista com vistas a rebaixar os custos do trabalho, aumentar a produtividade média dos trabalhadores considerada baixa, flexibilizar ainda mais (lei das terceirizações) as relações de trabalho. Tal flexibilização visa criar formas que permitam aumentar a jornada de trabalho (como já confessou um imprudente ministro do Trabalho) ou até mesmo diminuí-la, mas com redução dos salários. Em todos os casos, buscarão avançar com uma contrarreforma trabalhista que tende a reforçar ainda mais a alta taxa de rotatividade da força de trabalho (uma das maiores do mundo). Antes disso, já vemos o avanço do discurso do “acordado sobre o legislado” que, na prática, vem alterando a legislação trabalhista [...] (Braz, 2017, p.97).

Segundo o autor, a burguesia não é uma classe homogênea, há divergentes projetos e interesses em disputas. Contudo, o propósito de eliminar qualquer obstáculo que se imponha aos seus interesses, seja ele econômico, político e social, é o elemento que une o bloco hegemônico. Em outras palavras, a busca incessante para a amplificação da margem dos lucros e a restrição máxima às conquistas da classe trabalhadora é o objetivo central do

capital. O documento “Uma Ponte para o Futuro”, formulado pelo PMDB antes mesmo do golpe de 2016, é um bom exemplo de um projeto representante dos interesses burgueses.

Além disso, assinala Braz, o desejo de implantar o mais rápido possível as contrarreformas, cujos principais objetivos envolvem a redução do custo da força de trabalho mediante a combinação da extração da mais-valia relativa e da mais-valia absoluta, é um outro ponto de consenso. Em relação a mais-valia relativa, ocorre o incremento de novas tecnologias no processo de produção. Desse modo, amplia-se a produtividade ao mesmo tempo que reduz a necessidade de trabalho vivo, ou seja, diminui a demanda de contratação de trabalhadores. No que concerne a mais-valia absoluta, sua extração é obtida principalmente através da flexibilização do mercado de trabalho, do desmonte da legislação trabalhista, da redução máxima das formas de proteção ao trabalhador.

Em 2017 o desmonte da CLT atingiu seu apogeu e as justificativas para as alterações nas normas laborais estavam alicerçadas no discurso de estímulo à novas contratações como possível estratégia de incentivo econômico e no enfrentamento da elevada taxa de desemprego no país (que naquela época alcançava o percentual de 13,7%, compreendendo 14,2 milhões de brasileiros). Para atingir tais objetivos, a contrarreforma propunha viabilizar o aumento da produtividade e a redução dos custos da força de trabalho, especialmente por meio da ampliação da flexibilização dos contratos de trabalho. O resultado obtido foi aumento da jornada de trabalho; o rebaixamento dos salários; o enfraquecimento dos sindicatos; as restrições impostas ao acesso à justiça do trabalho, dentre tantas outras formas.

De acordo com Delgado (2017), três esferas distintas do direito do trabalho foram impactadas pelas mudanças nas normas. A primeira delas corresponde ao direito material individual e abrange elementos como jornada de trabalho; remuneração; modalidades de trabalho (trabalho intermitente, terceirizado, Home Office, trabalho em tempo parcial ou temporário), dentre outras coisas. A segunda esfera é referente ao direito material coletivo. Os impactos se refletiram na extinção da obrigatoriedade do pagamento do imposto sindical; na dispensa da participação dos sindicatos na homologação da rescisão e nas demissões coletivas. Por fim, a esfera do direito processual e da atuação da Justiça do Trabalho, compreendendo as mudanças relativas ao acesso à justiça do trabalho. Para melhor compreendermos essas alterações e seus desdobramentos para os trabalhadores, vejamos alguns dos principais aspectos modificados através da Lei 13467/17.

Uma das modalidades regulamentada pela referida Lei é o trabalho intermitente, definido como prestação de serviço realizado com alternância entre períodos de trabalho exercido e períodos de inatividade. Nesse caso, o empregado fica à disposição da empresa até ser convocado para executar seus serviços e fica estabelecido no contrato as horas, dias ou meses em que o trabalhador prestará os serviços à empresa. Com exceção dos aeronautas, não há restrição para qualquer atividade. O trabalhador, conforme salientado por Scheifer (2019, p.73), é compelido a conciliar diferentes funções para alcançar uma renda que contemple suas necessidades. Essa situação gera instabilidade e insegurança ao empregado, especialmente em momentos de crise, pois os riscos econômicos da atividade são transferidos aos trabalhadores.

Segundo os novos critérios, o período de inatividade não é computado como tempo de serviço, fato que impacta a remuneração, as férias, o décimo terceiro, o repouso semanal e demais adicionais, visto que o cálculo de cada um desses itens é realizado de modo proporcional ao período efetivamente trabalhado. Também podemos constatar que não há

um limite mínimo para o valor do salário a ser recebido, implicando diretamente no recolhimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Scheifer (Ibid.) explica que o acesso do trabalhador aos benefícios previdenciários exige que um determinado valor, calculado com base no salário-mínimo, seja recolhido mensalmente pelo INSS. Esse acesso, por sua vez, é obstaculizado quando a remuneração mensal é inferior a um salário-mínimo. Nessa condição, caberá ao próprio trabalhador complementar o valor da contribuição previdenciária para alcançar o valor necessário para assegurar seus direitos.

As novas regras sobre trabalho intermitente rapidamente surtiram efeitos sobre o mercado de trabalho. Em 2017, após 12 meses da Lei, foram criadas 47.729 vagas de trabalho intermitente. No decorrer de 2019 o número deu um salto e alcançou 82.536, representando um crescimento de 70%, batendo recorde no Brasil (Garcia, 2019). Durante a pandemia essa modalidade de contrato teve uma forte expansão. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho, em 2021 foram gerados 91 mil postos de trabalho sob contrato intermitente. Além disso, tinha amplas possibilidades de tendência em 2022. Embora representasse uma face mais precarizada, tal modalidade representava aos desempregados uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho (Areias, 2022).

A Lei 13.467/17 regulamentou também o teletrabalho, caracterizado como “a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituem como trabalho externo” (Brasil, 2017). Contudo, aspectos importantes, como doença e acidente de trabalho, não foram bem especificados. O texto legislativo apenas prevê que o empregador deve, de modo expresse e ostensivo, instruir os empregados sobre os cuidados necessários para evitar doenças e acidentes de trabalho. Outro ponto controverso consiste na responsabilidade da aquisição, manutenção ou fornecimento de equipamentos tecnológicos e de infraestrutura necessários à realização do trabalho e o reembolso das despesas arcadas pelo trabalhador. Nesse quesito, a Lei dispõe que esses aspectos sejam previstos no contrato.

Scheifer (2019) destaca que a duração do trabalho é um elemento que também não foi contemplado, retirando, desse modo, direitos adicionais como hora extra e hora noturna, descanso semanal remunerado, dentre outros. O que se evidencia é que a forma de contrato foi regulamentada sem resguardar, no entanto, os direitos dos trabalhadores. O teletrabalho e o *home office* parecem ser formas mais vantajosas a muitos trabalhadores, pois viabilizam horários mais flexíveis, o acesso a uma alimentação mais saudável, a dispensa de deslocamentos entre a residência e o local de trabalho, entre outros aspectos. Em contrapartida, tais modalidades de emprego tendem a manter um maior isolamento entre os trabalhadores ao mesmo tempo em que fortalecem a individualização no trabalho. Essa condição impõe fortes empecilhos a organização e mobilização da classe trabalhadora no que concerne a conquista e efetivação dos seus direitos. Além disso, desestimulam formas solidárias e coletivas nas relações trabalhistas, enfraquecem as organizações sindicais e corroem os direitos sociais (Antunes, 2020).

A contrarreforma trabalhista também determinou novas regras as chamadas horas *in itinere* (tempo de deslocamento do trabalhador em direção ao trabalho ou seu retorno para casa). Pelas antigas normas, o tempo despendido pelo empregado era computado como tempo à disposição da empresa, integrava, assim, parte da jornada de trabalho. Vale ressaltar

que esse direito contemplava apenas duas hipóteses: (1) quando o local de trabalho fosse de difícil acesso; (2) quando não houvesse oferta de transporte público e o empregador tivesse que fornecer condução para o trajeto de ida e volta do local de trabalho. Com a Lei 13.467/17, fica estabelecido que:

O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador (Brasil, 2017, art.58).

A jornada 12 x 36, na qual o empregado exerce 12 horas de trabalho por dia e dispõe de 36 horas consecutivas de descanso, também sofreu alterações. Anteriormente, a admissão dessa modalidade contratual, a partir de lei específica, só poderia ser viabilizada por meio de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho. Com base nas regras atuais, pode ser efetuada através de acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho. Scheifer (2019, p.73), ressalta que essa forma de contrato deveria ser admitida somente em circunstâncias excepcionais e com a aprovação do sindicato da categoria ou com negociação coletiva, pois trata-se de uma jornada exaustiva, com potencial nocivo à saúde e segurança do trabalhador, podendo afetar sua qualidade de vida.

Embora a legislação assegure o pagamento do descanso semanal remunerado e do descanso nos feriados nesse tipo de contrato, se o dia de trabalho coincidir com domingos ou feriados não haverá o direito de pagamento em dobro ou folga compensatória. As novas regras, consideram compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno. Outro aspecto modificado consiste na retirada da exigência de licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene no trabalho para a realização de jornada 12 x 36.

A jornada parcial de trabalho teve também alguns pontos alterados. As novas regras preveem duas condições: (1) 30 horas semanais, sem possibilidade de horas suplementares semanais; (2) 26 horas semanais, com limite de até seis horas suplementares semanais. Essas horas suplementares (hora extra) serão pagas com adicional de 50% sobre o salário-hora normal. De acordo com Scheifer (2019, p.75), tais mudanças tendem a privilegiar a contratação de trabalhadores em regime parcial e, conseqüentemente, reduzir a contratação de trabalhadores em regime integral, uma vez que, pelas novas regras, é permitido ao empregador o pagamento de 32 horas semanais em vez de 44 horas semanais. O trabalhador terá uma jornada menor de trabalho e isso irá se refletir numa redução salarial também.

O chamado banco de horas, expresso através da Lei nº 9.601, foi regulamentado na Era FHC. Cavalcanti (2015), com base nesta Lei, explica que a jornada de trabalho pode ser estendida em até duas horas sem que isso se converta em acréscimo de salário. A Lei também prevê a redução da jornada de trabalho. As horas trabalhadas a mais ou a menos são computadas como positivas ou negativas no banco de horas e devem ser compensadas posteriormente.

A Medida Provisória 2.164-41, instituída em 2001, ampliou o tempo previsto para a compensação de horas, de 120 dias para 1 ano a contar da prestação do serviço. O banco de horas deveria ser negociado mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho entre empregados e patrões e deveria contar com a participação dos sindicatos, de modo que fossem priorizadas as melhores formas de compensação e mantida a necessária fiscalização.

A partir de 2017, a Lei passa a permitir que esta modalidade de compensação seja efetivada através de acordo individual escrito, respeitando o limite de seis meses para a compensação. A mudança passa a dificultar o pagamento das horas extras.

Outro dispositivo alterado pela Lei 13.467/17 abrange o contrato temporário. Nessa modalidade, o funcionário é colocado à disposição da empresa para substituir temporariamente trabalhadores permanentes ou para atuar na complementação de serviços. Antes, a CLT estabelecia que a duração do contrato temporário fosse de três meses (90 dias) e a renovação dependia da autorização do Ministério do Trabalho. Com as alterações na legislação, os contratos podem ser realizados em um prazo de até 6 meses (180 dias) e podem ser prorrogados, de forma automática, por mais três meses. Um contrato temporário, portanto, pode ter a duração de 9 meses (270 dias). Scheifer (2019) ressalta que essa modalidade de contrato impõe fortes obstáculos no acesso dos trabalhadores aos direitos, uma vez que não os permite acessar seguro-desemprego, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), férias, estabilidade temporária para gestantes.

Um ponto muito polêmico na Lei 13.467/17 envolve o art.394-A da CLT, nele passou a ser permitido o trabalho de gestantes em locais insalubres. Pelas normas antigas, a empregada gestante ou lactante deveria ser afastada durante todo período de gestação e de lactação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres. O afastamento da gestante, a partir da contrarreforma trabalhista, só é garantido no caso de grau máximo de insalubridade. Se o grau for considerado médio ou mínimo, o afastamento dependerá de recomendação médica. Essas mesmas condições também se aplicam às lactantes, mesmo para aquelas cujo local de trabalho é classificado com grau máximo de insalubridade. Scheifer (2019) afirma que o enquadramento no grau de insalubridade deveria ser realizado mediante uma perícia especializada, pois envolve a saúde do trabalhador. A lei também cita a prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho, limitando, dessa forma, a ação normativa e fiscalizadora do órgão.

Com as mudanças na CLT passou a prevalecer o negociado sobre o legislado. Trata-se de acordos coletivos de trabalho estabelecidos entre sindicatos e as empresas e que prevalecerão sobre o que a lei determina. Na legislação há inúmeros direitos que não podem ser objeto de negociação, tais como salário-mínimo; licença maternidade; seguro-desemprego; repouso semanal remunerado, dentre outros. A negociação coletiva não pode contrariar o que prevê a Constituição Federal. Todavia, considerando que a contribuição do imposto sindical passou a ser facultativa e que o desemprego é um elemento que o torna o trabalhador mais propenso a aceitar acordos desvantajosos, essas mudanças tendem a privilegiar os interesses do patronato.

O dispositivo referente à rescisão contratual consensual estabelece que em caso de rescisão de contrato em comum acordo entre patrão e empregado fica estipulado ao empregador o pagamento de 50% do aviso prévio e, ao trabalhador, fica determinada a movimentação de 80% do FGTS. A lei também prevê que no caso de extinção de contrato por acordo não será permitido o ingresso no programa de seguro-desemprego. Anteriormente, o trabalhador demitido sem justa causa tinha acesso integral ao FGTS, direito à multa de 40% em seu saldo e seguro-desemprego, desde que estivesse em conformidade com a Lei.

A flexibilização da lei trabalhista ocorreu também através da terceirização irrestrita, a qual estabelece que qualquer atividade pode ser terceirizada. Se antes se limitava às atividades-meio, atualmente não possui mais nenhuma restrição. Entre os maiores problemas da terceirização encontra-se a redução de salários, benefícios e garantias. Além disso, em tempos de crise, a prioridade das empresas é a redução de custos e a terceirização viabiliza a redução dos custos da força de trabalho em relação a contratação direta de trabalhadores, uma vez que o empregador fica dispensado dos gastos com direitos trabalhistas.

A terceirização indica uma tendência a expansão no país, conforme evidenciam os dados. De acordo com um estudo divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), 80% das empresas brasileiras utilizam a terceirização em algum setor ou atividade e aplicam uma média de 18,6% de seus orçamentos para essa finalidade. Os dados do IBGE apontam que, em 2020, 4,3 milhões dos profissionais eram terceirizados, ou seja, 25% dos trabalhadores formais. Além disso, 70% dos terceirizados estão inseridos no setor de serviços, sendo este o que mais se utiliza dessa forma contratual. Durante a pandemia da COVID-19, em 2020, o crescimento dessa modalidade foi de 8,8% (Crescimento, 2023).

Na esfera do direito coletivo, as alterações englobam a extinção da obrigatoriedade de pagamento do imposto sindical e o desconto da contribuição sindical fica condicionado à autorização prévia dos trabalhadores representados pelas entidades sindicais. Anteriormente, a lei determinava a obrigação do recolhimento do imposto sindical de todos os trabalhadores em prol dos sindicatos que os representassem. O valor era recolhido de uma vez, pago anualmente e correspondia à remuneração de um dia de trabalho. Os efeitos dessa mudança tem sido o enfraquecimento dos sindicatos, tendo em vista a perda considerável de parte do seu orçamento, além das limitações de suas ações frente à proteção do trabalhador.

Além das alterações supracitadas, Scheifer (2019) destaca a eliminação da assistência sindical administrativa nas rescisões contratuais e nas dispensas coletivas. Antes, o pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho firmado pelo trabalhador com mais de um ano de serviço, apenas teria validade quando realizado com a assistência do sindicato ou através do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Para a autora, essa alteração prejudica ainda mais os trabalhadores, uma vez que eles representam a parte menos favorecida na relação patrão/empregado. De um lado, os trabalhadores ficam mais isolados do ponto de vista jurídico e assistencial; do outro, as empresas dispõem de um corpo técnico e jurídico, assim como contadores, advogados etc.

No campo do Direito Processual, as mudanças relativas ao acesso do trabalhador à justiça do trabalho resultaram numa série de restrições à gratuidade da justiça: a punição ao trabalhador que faltasse à primeira audiência; a responsabilidade do empregado pelos custos periciais; a impossibilidade de recorrer a justiça do trabalho caso a rescisão contratual fosse assinada, entre outras coisas. O acesso gratuito à justiça foi mantido para aqueles que comprovassem insuficiência de recursos. Contudo, novos obstáculos tornaram mais difícil o acesso a esse direito. Segundo a nova lei, “a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, ainda que beneficiária da justiça gratuita”. Isso significa que, se o trabalhador necessitasse de uma perícia técnica em razão de doença ocupacional, ainda que comprovasse insuficiência financeira, seria ele o responsável pelos custos da perícia. Além disso, caberia ao trabalhador o pagamento pelos honorários da parte contrária, caso fosse julgada improcedente sua reclamação.

Ao analisarmos o art.5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, constatamos que nele está previsto como um direito fundamental à assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem que não dispõem de recursos suficientes para os custos do processo. Nesse sentido, é possível afirmar que as mudanças advindas da Lei 13467/17, no que diz respeito ao acesso à justiça do trabalho, violavam a Constituição. Devido a sua inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou algumas das normas que limitavam o acesso do trabalhador mais pobre à assistência jurídica.

O Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou regras da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) que determinavam o pagamento dos honorários periciais e advocatícios por beneficiários da justiça gratuita, caso perdessem a ação, mas obtivessem créditos suficientes para o pagamento dessas custas em outra demanda trabalhista. Também por maioria, foi considerada válida a imposição do pagamento de custas pelo beneficiário da justiça gratuita que faltar à audiência inicial e não apresentar justificativa legal no prazo de 15 dias (STF, 2021, n/p).

Conforme mencionado anteriormente, o desmonte da CLT impulsionou o quadro de flexibilização e precarização do trabalho já em curso no país há algumas décadas. Desde a implementação da contrarreforma trabalhista em 2017 houve um substancial crescimento dos contratos intermitentes, temporários, terceirizados, assim como o aumento da informalidade e da chamada uberização do trabalho. Além de promover o enfraquecimento dos sindicatos e obstaculizar o acesso à gratuidade da justiça do trabalho. É importante ressaltar que o quadro se agravou com a pandemia da COVID-19 e a flexibilização do trabalho teve continuidade com a ascensão de um governo de extrema direita. Essa afirmação pode ser ilustrada através da instituição da chamada “Carteira Verde e Amarela”:

A “Carteira Verde e Amarela”, que é mais uma reforma trabalhista velada. Seu objetivo principal foi o de retrain direitos trabalhistas, sob a justificativa da oportunidade do primeiro emprego, cuja modalidade de contratação abarca jovens de 18 a 29 anos de idade, recebendo até um salário-mínimo e meio, por prazo máximo de 24 meses, podendo corresponder a até 20% dos funcionários de uma empresa. Mais de 1000 pontos nas relações de trabalho foram alterados, como a retirada do adicional de periculosidade, as horas extras, as férias e o FGTS foi reduzido de 8% para 2%, além da redução da multa de 40% para 20% e da isenção da contribuição dos empregadores para a previdência (Cortês, 2021, p.76).

Em um cenário marcado pela pandemia da Covid-19, com alta taxa de desemprego, de subutilização da força de trabalho, expansão da informalidade, de aprofundamento da deterioração do trabalho, avança também o número de trabalhadores inseridos na uberização do trabalho. O Relatório Técnico – Condições de Trabalho em Empresas de Plataforma Digital, através do levantamento de dados realizado entre 13 a 20 de abril de 2020, em escala nacional, trouxe dados importantes relacionados a uberização do trabalho a partir de uma base comparativa entre o contexto da pandemia e o período anterior, considerando aspectos como renda, jornada de trabalho, condições laborais, dentre outros. Uma das constatações realizadas pelo relatório aponta uma significativa redução salarial dos trabalhadores de plataforma digital, como podemos observar:

A remuneração sofre alterações muito significativas, indicando uma queda geral do rendimento dos trabalhadores. Os dados apontam que antes da pandemia

aproximadamente 50% dos respondentes recebiam até R\$ 520,00 semanais e que, durante a pandemia, esse percentual aumenta para quase 73% dos entrevistados. Ainda durante a pandemia, houve aumento em 100% dos que auferem menos do que R\$260 por semana e, por outro lado, redução para em torno de 25% os que auferem rendimento maior que R\$ 520,00 semanais. Finalmente, quase 50% dos respondentes apontaram uma queda no bônus concedido pelas empresas-plataforma de entrega. É possível aventar que as empresas estão promovendo uma redução do valor da hora de trabalho dos entregadores em plena pandemia e sobremajorando seu ganho às custas do trabalhador. (Abílio *At. all.*, 2021, n/p).

A pesquisa também mostra o perfil dos trabalhadores da plataforma digital. Segundo os dados da pesquisa, pessoas do sexo masculino compõem majoritariamente o quadro de trabalhadores, alcançando a taxa de 95,6%. No que diz respeito à cor e raça, 44,5% se definiram como pardos, seguidos de 39,7% de brancos, 14% de negros e 0,4% de indígenas. Em relação à idade dos trabalhadores, o relatório mostrou que a maioria se concentra na faixa etária dos 25 aos 34 anos, compondo um total de 47,6%. Logo em seguida, com 33,3%, encontram-se aqueles que possuem entre 35 e 44 anos. 15% dos entrevistados afirmaram ter até 24 anos e 4% tinham uma idade maior que 44 anos.

Em relação ao tempo de trabalho exercido nas plataformas digitais, avaliando o antes e depois do período da pandemia, a pesquisa revelou que, antes da pandemia, o tempo de trabalho de 40,5% dos entrevistados variava entre 04 e 08 horas por dia. 59,5% afirmaram que trabalhavam entre 09 e 15 horas diariamente. Durante a pandemia, 43,7% dos trabalhadores de plataforma digital afirmaram que o tempo de trabalho alcançava até 08 horas por dia. 56,4% relataram que trabalhavam 09 horas ou mais. Dentre aqueles que trabalham entre 09 e 10 ou entre 11 e 12 horas a taxa corresponde a 19,8%. Trabalham entre 13 e 14 horas um total de 10,7% e 6% se dedicam ao trabalho em 15 horas ou mais.

Para os pesquisadores o trabalho nas plataformas é denominado de trabalho ininterrupto, pois uma parte significativa dos trabalhadores desempenham suas atividades durante quase todos os dias da semana. Durante o período de pandemia, 52% dos entrevistados disseram que trabalhavam os sete dias da semana e 25,4% trabalhavam por 06 dias. Isso corresponde a um total de 77,4% de trabalhadores cujas atividades laborais ocorrem entre 06 ou 07 dias na semana. No quesito remuneração, 60,3% dos entrevistados afirmaram que houve redução nos seus rendimentos durante o período de pandemia. 27,6% relataram que a renda se manteve e 10,3% apontaram um aumento nos rendimentos.

Ao avaliarem a variação do rendimento do trabalhador antes e durante a pandemia, os pesquisadores constataram que ocorreu uma redução significativa do salário, mesmo para aqueles segmentos cuja jornada de trabalho ultrapassava as 15 horas diárias. Comparado ao período anterior à pandemia, 55% dos entrevistados afirmaram que tiveram redução nos rendimentos. Entre aqueles trabalhadores que se dedicam mais de 09 horas diárias às funções laborativas, constatou-se que o percentual de remuneração que decresce sofreu uma elevação de forma significativa. Para obter uma renda minimamente satisfatória ao final do mês, os trabalhadores se sujeitam a longas jornadas de trabalho e ficam inteiramente à disposição da empresa, recebendo somente pelas horas efetivamente trabalhadas. No outro extremo se encontram as empresas de plataforma digital que, cada vez mais, se desobrigam dos custos da força de trabalho, ampliam seus lucros e concentram mais capital.

A partir do que foi exposto até aqui, fica evidente que a contrarreforma trabalhista não apenas corroborou como oficializou essas formas flexibilizadas de trabalho, explicitando

ainda mais a importância exercida pelo Estado no que diz respeito ao fomento de novos nichos de acumulação de capital. Como vimos anteriormente, as alterações nas normas laborais acarretaram o rebaixamento dos custos da força de trabalho através da intensificação da flexibilização das relações trabalhistas. O objetivo era promover o aumento da produtividade dos trabalhadores por intermédio da articulação entre a extração de mais-valia relativa e mais-valia absoluta. O resultado foi o aumento da jornada de trabalho, redução salarial, expansão de modalidades precarizadas de emprego, dentre outras formas.

Considerações finais

A conjuntura em que foi implementada a Lei nº 13.467/2017, a qual promoveu um desmonte histórico dos direitos trabalhistas, possui uma estreita relação com a recessão econômica e a crise política e social de 2014. Isso porque a contrarreforma trabalhista de 2017 foi imposta logo após o golpe jurídico-parlamentar de 2016, momento em que a democracia brasileira se encontrava fortemente fragilizada e o poder executivo estava nas mãos de um presidente com ampla rejeição. Além disso, as mudanças na legislação trabalhista foram incorporadas de modo autoritário, antidemocrático e sem qualquer debate com os representantes da classe trabalhadora brasileira. Foram os antigos interesses da burguesia que saíram privilegiados. Também é importante frisar a violenta repressão estatal contra as manifestações e o contundente apoio midiático, manifestado por meio da disseminação dos supostos benefícios das alterações na CLT.

Diante desse panorama, o que se constata é que, embora o desmonte das leis trabalhistas já fizesse parte do projeto neoliberal e já vinha sendo imposto gradativamente nas últimas décadas, a crise política e econômica de 2014 proporcionou as condições favoráveis para a efetivação desse desmonte, de modo tão intenso quanto rápido. A contrarreforma trabalhista e a continuidade da regressão de direitos foram fundamentais no processo de recomposição das taxas de lucro através da redução dos custos da força de trabalho.

Diferente do discurso propagandista da época, a contrarreforma trabalhista não refletiu um crescimento significativo dos postos de trabalho. O que se constatou nesse período avaliado foi um avanço da precarização das condições laborais, o recorde de trabalho informal e desemprego. Cresceram os contratos intermitentes, a terceirização, a mão de obra subcontratada, a uberização do trabalho. Somam-se a esse quadro o enfraquecimento dos sindicatos e a restrição à justiça gratuita do trabalho. Esses processos sofreram um agravamento com o advento da pandemia do novo Coronavírus.

No momento inicial da pandemia da COVID-19, onde uma das orientações da OMS, visando a redução do contágio do vírus, foi o fechamento de todas as atividades consideradas não essenciais. Diante disso, houve uma forte pressão do empresariado brasileiro para que os trabalhadores não parassem suas atividades. Isso torna claro que, mesmo com toda tecnologia empregada no sistema produtivo, a classe trabalhadora é fundamental para a geração de riquezas. Segundo Antunes (2020), apesar da automatização, robotização e do maquinário-informacional-digital avançarem sobre os mais variados setores da produção, o trabalho humano ainda possui um caráter essencial na nossa sociedade, uma vez que somente o trabalho é capaz de produzir riqueza social e geração de valor.

Durante toda a gestão Bolsonaro a tendência foi de aprofundar a política neoliberal e as expropriações, as quais já vinham se intensificando com todo seu potencial nocivo desde o governo de Temer. E os efeitos sobre a classe trabalhadora, como constatamos, foram imediatos, destrutivos e perversos. Efeitos que reverberaram sobre a saúde, educação, assistência social, habitação, condições de trabalho, meio ambiente entre outros. O quadro ganhou contornos mais drásticos com o advento da pandemia da COVID-19, em março de 2020. A crise sanitária produziu consequências que, combinadas com as velhas expressões, agudizou ainda mais a questão social brasileira.

A conjuntura de crise econômica e crise sanitária evidenciaram um processo que há muito tempo está em curso e cada vez mais vem sendo agudizado pelas políticas neoliberais: o processo de desmonte dos direitos sociais e a larga flexibilização dos direitos trabalhistas. Em um momento de crise estrutural, amplificam-se as reações do capital contra a classe trabalhadora e isso resulta na intensificação das expropriações e extirpação de direitos. Entretanto, surgem também possibilidades de organização, luta e enfrentamento dos desafios e obstáculos que afetam a vida, a existência e o trabalho da classe trabalhadora. Conforme as palavras de Antunes (2020), é fundamental pensar sobre o trabalho como um meio voltado prioritariamente à garantia das necessidades humanas, pensá-lo como uma atividade criativa e autônoma, desfazendo a relação entre trabalho e acúmulo de capital. Diante desses desafios, a organização e luta, assim como em toda história, é imprescindível para a classe trabalhadora.

Referências

ABÍLIO *et. al.* **Condições de trabalho em empresas de plataforma digital:** os entregadores por aplicativo durante a Covid-19. São Paulo: REMIR, 2021, p.1.

ALVES, G. **Reforma trabalhista, modernização catastrófica e a miséria da República brasileira.** Blog da Boitempo, 27 mar. 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/03/27/reforma-trabalhista-modernizacao-catastrofica-e-a-miseria-da-republica-brasileira/>. Acesso em: 07 jul. 2024.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital/ Ricardo Antunes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. **Coronavírus:** o trabalho sob fogo cruzado. Coleção Pandemia Capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. DRUCK, G. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano 18, nº. 34, p. 19-40, jul. dez./2015. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_34_1_Antunes_Druck.pdf. Acesso em: 01 jun. 2024.

AREIAS, K. Trabalho intermitente deve crescer em 2022; Entenda o é e quais são os seus direitos. **O Dia**, Economia, 20 fev. 2022. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/economia/2022/02/6345553-trabalho-intermitente-deve-crescer-em-2022-entenda-o-e-e-quais-sao-os-seus-direitos.html>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BEHRING, E. BOSCHETTI, I. **Política Social:** fundamentos e história. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017.** Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

CAVALCANTI, C. P. N. **Proteção social e trabalho no Brasil em tempos de capitalismo cognitivo.** Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia, n. 44, 2015.

CÔRTEZ, T. A potenciação da expropriação no ultraliberalismo brasileiro. **Revista Mundo Livre**, Campos dos Goytacazes, v. 7, n. 1, p. 62-85, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/mundolivres/article/view/48249/29386>. Acesso em: 06 jul. 2024.

G1. Crescimento do mercado de terceirização no Brasil. 31 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/especial-publicitario/security-seguranca-e-servicos/noticia/2023/03/31/crescimento-do-mercado-de-terceirizacao-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 22 jul. 2024.

Delgado, M. G. **A reforma trabalhista no Brasil:** com os comentários à Lei nº 13.467/2017. Mauricio Godinho Delgado, Gabriela Neves Delgado. São Paulo: LTr, 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. FHC cria jornada semanal de 25 horas. São Paulo, 7 ago. 1998. Mercado. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi07089802.htm>. Acesso em: 13 jul 2024.

GARCIA, K. Trabalho intermitente – Contratações por novos modelos avançam 70% em doze meses. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 15, 30 dez. 2019.

MARTELLO, A. Nova lei trabalhista deve gerar mais de 6 milhões de empregos, diz Meirelles. **O Globo**, caderno de economia, 30 out. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/nova-lei-trabalhista-vai-gerar-mais-de-6-milhoes-de-empregos-diz-meirelles.ghtml>. Acesso em: 14 jul. 2024.

SCHEIFER, C. E. **A reforma trabalhista e a (des)construção do Direito do Trabalho no Brasil:** uma análise da conjuntura da aprovação da Lei 13.467/2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Ponta Grossa, 2019.

SILVEIRA, D. CAVALLINI, M. Desemprego fica em 13,7% no 1º trimestre de 2017 e atinge 14,2 milhões. **G1**, economia, 28 abr. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-fica-em-137-no-1-trimestre-de-2017.ghm>. Acesso em: 22 jul. 2024.

Supremo Tribunal Federal (STF). STF derruba normas da Reforma Trabalhista que restringiam acesso gratuito à Justiça do Trabalho. **Supremo Tribunal Federal (STF)**, 20 out. 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=475159&ori=1>. Acesso em: 17 jul. 2024.

Sistema Indústria. Legislação trabalhista: entenda tudo sobre leis trabalhistas (CLT). **Sistema Indústria**, 2024. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/o-que-e-legislacao-trabalhista/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

GRAMSCI, FORMAÇÃO SOCIAL E NEOFASCISMO BRASILEIRO¹

Renato de Brito Gomes

Introdução

Neste estudo bibliográfico debruça-se sobre o crescimento da extrema-direita que vem ocorrendo no Brasil nos últimos anos. Para tal tarefa analisa-se os fundamentos da teoria política de Antonio Gramsci, na qual as categorias utilizadas nos *Quaderni del carcere* que se deseja expor são as de Estado integral, ideologia, partido, intelectuais, crise orgânica e revolução passiva e, por fim, o fascismo. Posteriormente passa-se ao debate da formação social brasileira e suas determinações autocráticas.

Ao fim tem-se elementos para a compreensão da política brasileira em tempos recentes. Contudo, não se considera que o atual crescimento da extrema-direita, denominada a partir de 2015 como neofascista, seja uma repetição do fascismo italiano, nem uma simples evolução das determinações autocráticas inscritas na história da formação social brasileira. Apenas avalia-se que unir as categorias gramscianas com o debate acumulado sobre a formação social brasileira poderá oferecer pistas para uma posterior apreensão concreta do fenômeno atual do neofascismo.

Política e fascismo em Antonio Gramsci

Em 1925 Gramsci organizou uma escola em que *Saggio Popolare* de N. Bukharin era utilizado para compreensão da relação entre estrutura e superestrutura, daí a hipótese sobre uma primeira fase bukhariana (Cospito, 2016, p. 50). No final de 1930 este passava a ser “o problema crucial do materialismo histórico”. Deixava de existir um ordenamento lógico e cronológico, imperando “elementos para orientar-se” (Q4, 38, p. 455). Crítica o *Saggio* afirmando que “não é tratado o ponto fundamental: como da estrutura nasce o movimento histórico? No entanto este é o ponto crucial de toda a questão do materialismo histórico” e acrescenta que “somente sobre este terreno pode ser eliminado todo mecanismo e todo rastro de ‘milagre’ supersticioso” (Q7, 20, p. 869)².

Reescreve o Q4, 38 (Relações entre estrutura e superestruturas) no Q13, 17 (Análise das situações: relações de força). Enuncia que “o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história” (CC3, p. 36). Deixa de haver uma separação e individualização (em termos duais) e o foco passa para a relação entre ambas³.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² A forma escolhida para citarmos os *Quaderni del carcere* será a adotada pela edição brasileira do *Dicionário Gramsciano* (Liguori, Voza), isto é, quando nos referimos a edição crítica italiana a notação será QXX, YY, ZZ, sendo XX, YY e ZZ referentes, respectivamente, ao número do caderno, o parágrafo e a página. Já quando a citação se refere à edição brasileira o formato será CCX, Y, em que X indica o número do volume e Y a página. Acrescenta-se que esta forma segue o padrão internacional de citação adotados nos estudos gramscianos atuais por permitir uma maior aproximação ao “ritmo do pensamento” do autor. Pontua-se ainda que os *Quaderni* em sua integralidade foram escritos entre 1929 e 1935, não sendo possível fornecer um ano preciso, e sim apenas intervalos, para várias de suas notas.

³ Há quem argumente uma invalidade da metáfora estrutura/superestrutura (Balsa, 2019, p. 87). Outros a sustentam tomando os cuidados em relação a mecanicismos (Bianchi, 2018, p. 109/126; Liguori, 2019, p. 37). Há uma outra posição

O Estado é inicialmente caracterizado como uma “forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção” (Q1, 150, p. 132). Reescrevendo a nota acrescenta que “disso não deriva que a relação de meio e fim seja facilmente determinável e assume o aspecto de um esquema simples e óbvio à primeira vista” (CC 1, p. 427-8). Em setembro de 1931 apresenta sua teoria do Estado incorporando a noção de sociedade civil⁴. O Estado é visto como “força e consenso, coerção e persuasão” (CC3, p. 247). Anota que “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (CC3, p. 248), e que “na política, o erro acontece por uma inexata compreensão do que é o Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia)” (CC3, p. 261).

Já as ideologias não podem ser entendidas como esfera autônoma ou derivação estrutural (Frosini, 2014, p. 570). Gramsci classifica-as como orgânicas ou arbitrárias, critica denominações indistintas “à superestrutura necessária de uma determinada estrutura, como às elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos” (CC1, p. 237). As orgânicas são “historicamente necessárias”, “elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc” e as arbitrárias “não criam mais do que ‘movimentos’ individuais, polêmicas, etc” (CC1, p. 237-8)⁵.

Os partidos são caracterizados por suas relações com as classes embora “não (...) [sejam] apenas uma expressão mecânica e passiva”, “reagem energicamente sobre elas para desenvolvê-las, consolidá-las, universalizá-las” (CC3, p. 203-4). Ao comentar N. Maquiavel nota que “o processo (...) da ‘vontade coletiva’ é apresentado (...) como ‘atributos e deveres’ de uma personalidade concreta” (CC6, p. 374). É “ideologia política que se apresenta (...) como ‘fantasia’ concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado para despertar e organizar sua vontade coletiva” (CC6, p.374-5).

Nas sociedades modernas “só pode ser um organismo, um elemento social no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação”. Conclui que “esse organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a forma moderna na qual se sintetizam as vontades coletivas parciais que tendem a se tornar universais e totais” (CC6, p. 375)⁶.

Gramsci afirmou que “a tarefa dos intelectuais é aquela de determinar e organizar a revolução cultural, isto é, de adequar a cultura à função prática” (Q8, 171, p. 1044). A compreensão da atividade dos intelectuais seria costumeiramente incorreta porque evidencia

avaliando que em Gramsci a metáfora foi “submetida a um processo de sucessivas transformações semânticas e a uma progressiva erosão até ser reformulada a partir do ponto de vista da ‘Análise das relações de força’” (Cospito, 2016, p. 43), ela é semelhante a de Frosini (2010, p. 189).

⁴ Seu estudo “leva a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações dita privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.)” (Cartas, II, p. 84).

⁵ Em Gramsci não há uma teoria positiva “absoluta” da ideologia e sim a necessidade de conhecer suas funções, “há, portanto, sempre um duplice estímulo: o do domínio que reafirma a diferença intelectual e o utópico que recolhe as aspirações dos subalternos a uma crítica prática daquela diferença” (Frosini, 2014, p. 579).

⁶ Seria preciso refletir “como se forma uma vontade coletiva concreta e atuante”, entendo-a “como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real”. Deve-se fazer “uma análise histórica (econômica) da estrutura social” (CC6, p. 376) do país em questão. O partido político “deve ser o anunciador de uma reforma intelectual e moral, que é o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional popular, no terreno de uma forma completa e total de civilização moderna” (CC6, p. 377).

a “característica essencial na natureza intrínseca da atividade intelectual e não o sistema de relações em que ele (...) se encontra no complexo geral das relações sociais” (ibid, p. 476). Para Voza (2017, p. 426) “trata-se de saber observar as funções ‘organizativas’ e ‘conectivas’ (...) que eles desenvolvem (...) nos processos de produção da hegemonia”⁷.

A crise orgânica está associada à estrutura, à superestrutura, com ambas em crise e fraturadas. A crise de hegemonia é “um elemento parcial da mais geral ‘crise orgânica’ (...). Esse elemento é a crise do aspecto “ideológico” do domínio de classe” (Filippini, 2017, p. 161). A crise ocorre quando “a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva” e assim “as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam” (CC3, p. 187). Nestes momentos “o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados”. No Q13, 23 lê-se que

Em um certo ponto de sua história, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representada por homens providenciais ou carismáticos. (...) O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente (...). Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou a crise do Estado em seu conjunto (CC3, p. 60-1).

Abordando o fascismo destaca-se dois momentos, um relativo aos textos da juventude e outro dos *Quaderni*⁸. Em 1920 Gramsci afirmou que ocorreria uma “conquista do poder político pelo proletariado” ou uma “tremenda reação da classe proprietária e da casta dominante” (Gramsci, [1920] 2020, p. 117). Em 1921 notava que o movimento significaria “a última ‘representação’ oferecida pela pequena burguesia urbana no teatro da vida política”, momento em que esta classe passa por um “processo de dissolução” associado a indústria e as finanças. Sob direção fascista a pequena-burguesia “macaqueia a classe operária, também faz manifestações de ruas” e “modifica a forma de sua prestação de serviços, torna-se antiparlamentarista e busca corromper as ruas” (EP2, 31-2).

O sucesso da política fascista representava a fragilização de pilares do Estado democrático como “o exército, a polícia, a magistratura” (EP2, p. 32). Em termos da contradição entre capital e trabalho, a “base sólida da organização é a defesa direta da propriedade industrial e agrícola contra os assaltos da classe revolucionária dos operários e dos camponeses pobres” (EP2, 32), representava a “agenda da contrarrevolução” (EP2, p. 33).

⁷ Através do entendimento dos nexos conectivos e organizativos pode-se compreender a distinção entre intelectuais tradicionais orgânicos, onde estes últimos possuem relação íntima e consciente com os projetos societários das classes sociais.

⁸ Estes textos refletem momentos históricos distintos em relação ao avanço das forças fascistas na sociedade italiana, os primeiros de 1921-22 são escritos num momento de ascensão do movimento e em um “ambiente de golpe de Estado”. Em contraposição, as notas dos *Quaderni* são redigidas com o fascismo constituído enquanto Estado após 1925-26.

O fascismo era “a tentativa de resolver os problemas da produção e da troca através de rajadas de metralhadora e de tiros de pistola” (EP2, 47). Restam elementos a serem destacados no período 1921-22 (Calil, 2019). Um era o Partido Socialista Italiano e sua incapacidade de organização da classe (EP2, 27). Criticou a *Confederazione Generale del Lavoro* por não abordar os problemas da classe (EP2, 41), dentre eles a ascensão do fascismo.

O Estado e o fascismo eram os dois “aparelhos punitivos e repressivos” e o tempo poderia “amalgamar (...) oficialmente estes dois aparelhos”, o caminho seria “um golpe de força dirigido contra os organismos centrais do governo” (EP2, 78). O crescimento do fascismo ocorreu graças à contribuição “de milhares de funcionários do Estado, em particular dos organismos de segurança pública (delegados de polícia, guarda-régias, carabineiros) e da Magistratura” (EP2, 66). A permissividade do governo à existência de milícias apontava um “ambiente que decorre necessariamente no golpe de Estado” (EP2, 100).

Em 1922 ocorreu a Marcha Sobre Roma e a proclamação B. Mussolini como *Duce*. Gramsci vai para a URSS e volta em 1924, na condição de deputado e secretário-geral do *Partido Comunista d'Italia*. Neste ano ocorreu o assassinato de Giacomo Matteotti levando o fascismo a uma crise, antes de, por fim, consolidar-se em novo patamar em 1925-26.

Em novembro de 1925 notava novidades na forma sobre como se exerce a dominação burguesa e o grau de pressão que passava a vigorar. O fascismo avançava na “unificação orgânica de todas as forças da burguesia sob o controle de um único centro (direção do Partido Fascista, Grande Conselho do fascismo e governo)”, uma nova e singular forma de dominação burguesa. Obtinha sucesso na incorporação de grupos ainda autônomos, articulou setores burgueses e inviabilizou organizações autônomas de trabalhadores. Em 1926 afirmou que havia “uma unidade ideológica e organizativa nas formações militares (...) que revive a tradição de guerra (arditismo)” com o objetivo de “conceber e pôr em prática um plano de conquista do Estado” (EP2, 332)⁹.

Nos *Quaderni* o fascismo aparece em um número reduzido de notas¹⁰. Somado aos momentos em que aparece de forma implícita argumenta-se que a categoria adquire maior relevância relacionada às outras temáticas centrais. Existem elementos conectivos entre o debate do fascismo com a discussão do Estado, da ideologia, do partido e dos intelectuais.

A problemática ganha contornos centrais no *Quaderno 6*. O fascismo começava a aparecer relacionado ao debate do Estado em sentido integral. Fazendo uma crítica a concepção de Estado de uma publicação fascista relacionada a Marcha Sobre Roma, afirmou:

[...] o Estado não era “neutro e impotente”, como se costuma dizer, precisamente porque o movimento fascista era seu principal suporte naquele período; nem podia haver “guerra civil” entre o Estado e o movimento fascista, mas só uma esporádica ação violenta para mudar a direção do Estado e reformar seu aparelho administrativo. Na guerrilha civil, o movimento fascista esteve alinhado com o

⁹ A síntese de 1926 afirma que “o fascismo modifica o programa de conservação e de reação que sempre dominou a política italiana tão somente por adotar um modo diverso de conceber o processo de unificação das forças reacionárias. Os fascistas substituem a tática dos acordos e dos compromissos pelo objetivo de realizar uma estreita unidade de todas as forças da burguesia num só organismo político, sob controle de uma única central, que deveria dirigir ao mesmo tempo o partido, o governo e o Estado” (EP2, 332).

¹⁰ Pode-se ver o tema presente nos Q3, 55 (CC3, 198); Q3, 106 (CC2, 90); Q6, 150 (CC5, 264); Q6, 173 (CC4, 212); Q7, 55 (CC5, 273); Q7, 56 (CC5, 274); Q7, 84 (CC3, 266); Q7, 93 (CC3, 267); Q8, 16 (CC 1, 445); Q8, 102 (CC 2, 165); Q8, 236 (p. 1089); Q10, 9 (CC1, 299-300); Q10, 14 (CC1, 322-3); Q13, 23 (CC3, 60-71); Q14, 47 (CC 5, 313); Q15, 3 (CC 3, 324); Q15, 49 (CC 4, 136); Q17, 14 (CC 3, 351); Q25, 4 (CC 5, 139).

Estado, não contra o Estado, a não ser por metáfora e segundo a forma externa da lei (CC5, p. 264).

Expõe um documento do Partido Nacional Fascista que defendia não haver contradição entre a participação no movimento e na Ação Católica (CC4, p. 212). No *Quaderno 7* anota a necessidade de investigação das instituições criadas pelo fascismo (CC5, p. 273)¹¹. Os nexos entre o fascismo e o Estado começou a ganhar seus traços definitivos no Q8, 236, com o fascismo sendo visto como algo capaz de, enquanto Estado, promover modificações na economia italiana através de um processo que colocado em perspectiva histórica significava um período de revolução passiva¹². Reescreve no Q10, 9:

A hipótese ideológica poderia ser apresentada nestes termos: ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento “plano de produção”, isto é, teria sido acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, esta pode ter sido a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizam as matérias-primas e acumularam gigantescos capitais. Que um tal esquema possa traduzir-se em prática, e em que medida e em que formas, isto tem um valor relativo: o que importa, política e ideologicamente, é que ele pode ter, e tem realmente, a virtude de servir para criar um período de expectativa e de esperanças, notadamente em certos grupos italianos, como a grande massa dos pequeno-burgueses urbanos e rurais, e, conseqüentemente, para manter o sistema hegemônico e as forças de coerção militar e civil à disposição das classes dirigentes tradicionais. (CC1, p. 299-300).

Transições econômicas, políticas e autocracia burguesa

O desenvolvimento econômico e a dinâmica de classes do capitalismo global sempre gerou uma dinâmica interna. Caio Prado avançou na interpretação da escravidão, sublinhou um caráter já capitalista na Colônia (Hirano, 2020, p. 30) e demoveu a formulação de restos feudais, tratava-se de “remanescentes de relações escravistas” (Prado Jr., 1987, p. 104).

Clóvis Moura caracteriza um modo de produção escravista. No escravismo pleno “estrutura-se em toda a sua plenitude a escravidão (modo de produção escravista), a qual irá configurar praticamente o comportamento das classes fundamentais dessa sociedade: senhores e escravos” (Moura, 2020, p. 31-2). Ocorreu um processo de modernização após a vinda da família real e da proclamação da Independência, em 1850 com a proibição do tráfico acentua-se a premência por modificações. Nelas “a sociedade acumula, assimila e dinamiza aquilo que o desenvolvimento material, científico e tecnológico criou e aperfeiçoou”, com

¹¹ No Q7, 93 o fascismo aparece conectado à questão do Estado e do partido. Comenta sobre as novas prerrogativas da Coroa e sua forma de personificar a soberania e a transferência deste papel aos novos grandes partidos de tipo totalitário. Os novos partidos totalitários, havendo uma referência explícita ao fascismo, podem absorver de forma cada vez mais integral as funções que antes pertenciam à Coroa e ao Estado (CC3, p. 272).

¹² “Um novo “liberalismo”, nas condições modernas, não seria precisamente o ‘fascismo’? Não seria o fascismo precisamente a forma de ‘revolução passiva’ típica do século XX como era o liberalismo do século XIX? (...). (Poder-se-ia assim conceber: a revolução passiva ocorreria no fato de transformar a estrutura econômica ‘reformisticamente’ de individualista em economia de acordo com um plano (economia dirigida) e o advento de uma ‘economia média’ entre os puros individualista e segundo um plano no sentido integral, permitiria a passagem a formas políticas culturais mais avançadas, sem cataclismos radicais e destrutivos de forma exterminadora.” (Q8, 236, p. 1088-9).

conteúdo que “ao serem aplicadas (...) irão servir aos detentores do poder, às suas instituições e elites executoras (...) que representam o passado e criam níveis de resistência à mudança social”, ou seja, “o moderno passa a servir ao arcaico” (ibid, p. 82).

A formação do capitalismo brasileiro pode ser dividida em três momentos e em nenhum deles ocorreu uma repetição do que se deu nas nações centrais. O momento da formação do capitalismo possui uma dupla articulação. Uma diz respeito às relações internas das classes (o setor arcaico e moderno) e a outra as externas (burguesias internas e externas) (Fernandes, 2005, p. 283). A fase monopolista iniciou nos anos 1950 sendo decididamente implantada após 1964. O conteúdo da dominação burguesa foi denominado de “institucionalização política da autodefesa de classe” (ibid, p. 311) e o Estado “se constituiu no veículo por excelência do poder burguês” (ibid, p. 312).

Transformação capitalista e democracia estão separadas, formou-se uma autocracia burguesa. Nos momentos de crise, a burguesia brasileira optou por soluções sem “conciliação entre as classes”, tentativas neste sentido romperiam a dupla articulação. A discussão do processo de contrarrevolução permanente realizado pela burguesia brasileira nos leva para o âmbito da política. Concretizou-se de uma forma considerados os projetos das classes na história, passava-se “de uma ditadura de classe burguesa dissimulada e paternalista para uma ditadura de classe burguesa aberta e rígida” (ibid, p. 398)¹³.

As posteriores transformações voltadas para o mercado redefinindo o papel do Estado são tão importantes quanto as anteriores. Destaca-se que “o neoliberalismo em nível mundial se configura como uma reação burguesa conservadora e monetarista, de natureza claramente regressiva, dentro da qual se situa a contrarreforma do Estado” (Behring, 2008, p. 129)¹⁴. Tendo anos iniciais conturbados, com o Plano Real acabou “possibilitando uma rearticulação das forças do capital no Brasil, como há algum tempo não se via” (ibid, p. 156)¹⁵.

Mais uma vez promoveu-se modificações internas intencionando uma reinserção global. As políticas neoliberais não eram um caminho único, representavam a reafirmação da opção de inserção subalterna no capitalismo. Aliás, “uma escolha, bem ao estilo de condução das classes dominantes brasileiras ao longo da história” (ibid, p. 198).

O período do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo tem sua tônica fornecida pela *Carta aos Brasileiros* onde indicava intenção de não romper com os pilares do neoliberalismo. Quais seriam as determinações centrais do período petista? Em síntese,

[...] os governos do PT amplificaram determinadas ideologias das classes dominantes, apresentando-as como caminhos para uma “governança” baseada na “concertação social”, na conciliação de classes, no “desenvolvimento sustentável” do ponto de vista social, etc. Um arsenal ideológico [...] que envolve um discurso “social-liberal” de superação do neoliberalismo clássico pela perspectiva de crescimento com “justiça social” e que, em alguns momentos, apelou para o que

¹³ O debate do controle do Estado também é político já que “a instauração e a continuidade de uma ditadura de classe aberta e rígida convertiam o Estado nacional no núcleo do poder burguês e na viga mestra da rotação histórica” e, ao mesmo tempo, foi “através do Estado nacional (...) que essa ditadura de classe iria mostrar quais são os parâmetros políticos do modelo autocrático-burguês de transformação capitalista” (ibid, p. 398-9).

¹⁴ Harvey (2014) caracteriza como passando do modelo rígido fordista para um regime toyotista flexível e Mandel (1982) como o início da onda longa de estagnação. Em todo caso, importa sublinhar que o neoliberalismo é um fenômeno que visa retomar as taxas de lucros para patamares superiores aos da crise da década de 1970.

¹⁵ Em síntese, tem-se que “para a burguesia, há um deslocamento patrimonial dos capitais e uma inserção mais forte do capital estrangeiro, bem como uma rearticulação política em torno da coalizão liderada por Cardoso, mesmo com eventuais tensões internas, que foram se aprofundando ao longo do tempo. Para os trabalhadores, é evidente o recrudescimento das condições de vida e de trabalho, com ataque simultâneo aos direitos sociais, ensejando um período de lutas defensivas (ibid, p. 167).

foi definido como “neodesenvolvimentismo”, apresentado como combinação de papel ativo do Estado na indução do desenvolvimento econômico do país, sustentável porque ampliando empregos, distribuindo renda e, focalizadamente, retirando milhões da pobreza mais extrema. (Mattos, 2016, p. 101).

Assim, “uma vez na presidência da República, o PT converteu-se em uma eficiente máquina partidária capaz de gerir o capitalismo brasileiro melhor, e mais seguramente, do que as próprias representações políticas tradicionais da burguesia brasileira”. Pode-se afirmar que “o PT conseguiu, por meio da coadunação de contrarreformas, redução do desemprego, aumento do consumo popular e políticas sociais compensatórias, garantir o sono tranquilo da burguesia brasileira” (Demier, 2017, p. 83)¹⁶. Entretanto, no momento em que a economia deixasse de ir bem a sustentação hegemônica estaria abalada, não há como subdimensionar o papel da crise para o fim do ciclo petista e para o desenrolar das jornadas de junho de 2013.

Embora a vida tenha melhorado pela inclusão pelo consumo, o mesmo não ocorreu com os serviços públicos e os direitos sociais. Quando mesmo o consumo começou a sofrer seus abalos a situação explodiu. A combinação de austeridade fiscal com incentivo ao mercado interno já não produzia resultados satisfatórios para a sustentação da hegemonia.

As chamadas “Jornadas de Junho” marcaram, de um lado, a emergência de demandas populares por direitos universais – como melhoria dos sistemas públicos de saúde e educação – e, por outro lado, um primeiro ensaio da ocupação de espaços políticos por parte de um setor organizado da direita, que se apresentou publicamente com pautas de combate à corrupção (Mattos, 2020, p. 148).

A classe trabalhadora estava de volta às ruas e esta é (quase) sempre uma boa notícia. No entanto, as jornadas também foram marcadas pelo aparecimento público de movimentos organizados ultraliberais e conservadores, mesmo que não fosse majoritário ou hegemônico. Considerada a contradição ela não pode escamotear seu conteúdo central, “as ‘Jornadas de Junho’ de 2013 possuíram um sentido de classe, em seu eixo central” (Mattos, 2016, p. 95)¹⁸.

Nova direita e neofascismo brasileiro

Parte das interpretações sobre o neofascismo localiza 2013 como o primeiro momento em que a direita vai às ruas e 2015 representando uma inflexão em direção a

¹⁶ Em análise semelhante sublinha-se que “por vias tortas, o lulismo construiu uma versão tupiniquim e abastarda do pacto social-democrata. No lugar do Estado de bem-estar social, uma tímida viabilização do acesso ao mercado de bens de consumo, graças à redução da pobreza e do aumento do poder de compra dos salários, em particular do salário mínimo. Os programas de garantia de renda foram o carro-chefe da política social do governo e o diferencial que marcou as gestões petistas, com os serviços públicos permanecendo num distante segundo plano. Além de indicar o desinteresse pela construção de uma lógica social alternativa ao capitalismo e a rendição ao modelo de desenvolvimento vigente, essa política não desafiava a transferência do fundo público para investidores privados” (Miguel, 2019, p. 107).

¹⁷ Outra intérprete aponta que “após anos de mobilização popular, com a vitória de Lula em 2002, iniciou-se uma nova era do PT, o lulismo, caracterizada por políticas de redução da pobreza e inclusão social e financeira em conciliação com as elites. Mas a relação entre o Estado e a população mais pobre se tornava mais individualizada e despolitizada a cada dia, demandando menos esforço na construção do coletivo. O recado do governo para as camadas mais vulneráveis era mais ou menos assim: “Toma aqui o seu cartão Bolsa Família, cumpra o checklist e tchau”. Aos poucos, houve uma gradual desmobilização das bases petistas e o esvaziamento da lógica coletiva. Mas isso não era um problema enquanto a economia ia de vento em popa” (Pinheiro-Machado, 2019, p. 98-9).

¹⁸ Este argumento afasta a hipótese simplista e instrumentalizada politicamente de que haveria uma simples continuidade entre as jornadas de 2013 e as manifestações reacionárias de 2015. Embora exista uma relação, ela não é linear e só pode ser entendida à luz das atuações das principais classes sociais e seus representantes.

bandeiras conservadoras e neofascistas. No entanto, avalia-se existirem continuidades, em sentido econômico e político a nova direita gestou-se antes das jornadas.

Em 1993 foi fundado o Instituto Atlântico iniciando em 2010 a campanha Movimento Brasil Eficiente, buscava pautar uma visão de Estado mínimo e eficiente (Casimiro, 2018, p. 199). Em 2003 foi fundado o Grupo de Líderes Empresariais, sendo João Doria seu articulador central, o objetivo era “a partir do discurso e defesa da livre iniciativa (...) organiza[r] e promove[r] (...) projetos que representam os interesses da grande burguesia” (ibid, p. 208).

Em 2001 surgiu o Movimento Brasil Competitivo defendendo um Estado enxuto e eficiente almejando “a conversão da administração pública dentro dos moldes da iniciativa privada” (ibid, p. 254). Estes aparelhos objetivam o que Rocha (2018) denominou de “reconfiguração da ossatura estatal”, no entanto existem outros diretamente conectados com as ações ideológicas.

Em 1983 foi fundado o Instituto Liberal por empresários e intelectuais orgânicos da tradição ultraliberal. Tinha atuação “voltada à pesquisa, produção e divulgação ideológica fundamentada no pensamento liberal, principalmente nos clássicos da Escola Austríaca de Economia” (ibid, p. 261). Em 2013 sofreu modificações e passou a ser presidido por Rodrigo Constantino. Assim, “mais do que uma simples mudança de diretoria, essa nova composição representa transformações na própria imagem e postura da instituição” que “passa a assumir uma atuação midiática mais incisiva” (ibid, p. 306-7)¹⁹.

Fundado em 1984 o Instituto de Estudos Empresariais (IEE) objetiva a formação de lideranças empresariais, possui reconhecimento internacional e incidi na disputa de hegemonia através de debates econômicos e políticos organizados por “intelectuais orgânicos de atuação política e defesa dos valores neoliberais” (ibid, p. 315). Visando a formação destes intelectuais em 1988 surge o Fórum da Liberdade, principal fórum do liberalismo no Brasil. Há uma espinha dorsal de defesa do ideário neoliberal, ou mesmo ultraliberal e, ainda, conservador²⁰. Abriga “heterogeneidade de posições ideológicas, sem perder o horizonte pautado nas matrizes liberais e no conservadorismo” (ibid, p. 331).

O Instituto Millenium (Imil) surge no Fórum em 2006, é formado por intelectuais e empresários e visa a defesa de uma “sociedade livre”, ancorada no ultraliberalismo, na propriedade privada, na liberdade individual, no funcionamento absoluto do mercado e na limitação dos governos e Estado. Conecta liberais e conservadores objetivando promover disputa social e construir consenso intraclasse. Dispõe do apoio da grande burguesia e possui elevada capilaridade. Entre seus fundadores e curadores estão editores e jornalistas de grandes veículos, professores de importantes universidades e ex-funcionários do Banco Mundial²¹.

Criado no Fórum em 2010, o Instituto Von Mises Brasil defende o programa da Escola Austríaca. A propriedade privada é estendida a todas as esferas da vida e tem nos

¹⁹ Foi exatamente a partir destas reformulações que o IL passou a congrega toda espécie de liberais, incluídos os que buscam a unificação ao ideário conservador.

²⁰ O ultraliberal e conservador Walter Block participou do evento no ano de 1992 e a presença de economistas da Escola Austríaca e da Escola de Chicago são marcantes na década de 1990. Em 2000, 2001, 2002, 2004 e 2005 Olavo de Carvalho esteve presente.

²¹ Em 2015 o Imil tinha 284 intelectuais e 82 articulistas convidados (ibid, p. 374). Jornalistas da Veja, Istoé, Época, Exame; professores da USP, Unicamp, UFRJ, UFMG, UFF etc; e membros diretos do grande capital, representantes da Fiesp, Fierj, Febraban, Fecomércio etc. É o aparelho de hegemonia analisado com maior inserção nas trincheiras da sociedade civil, possui uma grande capacidade na luta de hegemonias.

teóricos Ludwig Von Mises, Friedrich Hayek e Murray Rothbard suas referências. Estaria no “Estado e nos direitos por ele garantidos o grande entrave à sua prosperidade material e sua concepção de liberdade” (ibid, p. 378). A supremacia do mercado é fundamentada na suposta “natureza humana”, maximizadora de benefícios individuais. Só assim seria plenamente alcançada a democracia e a liberdade que estariam vinculadas ao funcionamento e amplitude do mercado.

Relevante para o surgimento da nova direita e sua ida às ruas é o Estudantes pela Liberdade (EPL) e seu braço no movimento, o Movimento Brasil Livre (MBL). Foi apresentado no Fórum (2012) e tem atuação voltada para disseminação do ideário ultraliberal, buscando nas universidades novos quadros²². Possui relações com o IEE e o Imil, surgiu a partir de conexões entre outras instituições e bem localizado na teia das relações da nova direita brasileira²³. Configura-se como a “versão brasileira do Students for Liberty” (ibid, p. 398) e tem o objetivo de “educar e empoderar” uma geração de líderes em prol da liberdade de mercado. Por receber financiamento de fontes que proíbem atividade política encontrou-se em um impasse nas jornadas de 2013 já que vários de seus integrantes desejavam participar das manifestações e incidir sobre suas pautas. A solução foi a criação do MBL²⁴.

Outra investigação também identifica as origens desta nova direita antes das jornadas. O primeiro movimento surgiu em 2005 no mensalão, o Movimento Endireita Brasil, sendo seu principal representante Ricardo Salles (Rocha, 2021, p. 87). Tem-se também o movimento Cansai (Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros) fundado em decorrência do acidente do voo TAM, tinha seu mote na denúncia do “caos aéreo” e entre seus integrantes sindicatos patronais e empresários. Mesmo sem penetração de massas, persistiram organizando-se e buscando brechas para disputa ideológica. Foi em fóruns e páginas da internet que encontraram alguns destes espaços.

Na década de 1990 o blog de Olavo de Carvalho contava com a participação de outros analistas críticos ao marxismo e a partidos de esquerda. Sua fama levou a criação de comunidades no Orkut, algumas dedicadas ao intelectual e outras debatiam diferentes formas de liberalismo. Isto os levou “a perceber que todos defendiam uma versão do capitalismo de livre mercado muito mais radical do que o neoliberalismo” (ibid, p. 101). No entanto, em 2005/6 ainda se mantinham restritos aos meios de comunicação digitais²⁵.

A tentativa de fundação de um partido ultraliberal referenciado no *Libertarian Party* pode ser compreendida no bojo deste processo. O Liber foi impulsionado por debates em redes sociais e seus membros eram principalmente estudantes e profissionais liberais. Tinha inserção em várias capitais, mas sua legalização nunca ocorreu. Entretanto, considera-se que

²² Parte de uma leitura de que a academia brasileira seria dominada pelo marxismo e pela esquerda o que, portanto, justificaria a razão da existência do movimento.

²³ Uma das afinidades mais sólidas, no que diz respeito à circulação de representantes e na defesa de princípios ideológicos, ocorre com o Instituto Mises Brasil. Isso porque “a fundamentação ideológica e doutrinária que sustenta a proposta do EPL (...) transita do neoliberalismo da Escola Austríaca com Mises e Hayek até o libertarianismo concebido por Rothbard” (ibid, p. 398).

²⁴ Nota-se uma reorganização na sociedade civil e pressão na institucionalidade estatal. Pôde-se sublinhar conexões entre instituições no sentido da ampliação da capacidade de luta entre hegemonias em torno dos aparelho que visam construir e difundir consensos orientados pelo ultraliberalismo e, por vezes, também conservador. Em suma, “estamos diante, portanto, de uma frente ampla de ação política e ideológica como um verdadeiro partido, no sentido gramsciano” (ibid, p. 406).

²⁵ Em síntese, pode-se afirmar que “a divulgação mais consistente das atividades relacionadas à nova direita em formação para audiências mais amplas foi levada a cabo principalmente pela ação dos ultraliberais, que, a partir de 2006, passam a formar novas organizações civis, grupos de estudo e chapas para centros acadêmicos, além de frequentar os circuitos constituídos pelos antigos think tanks pró-mercado” (idem, p. 112).

a sua “militância reunida (...) criou laços importantes (...) [que] foram importantes para o processo de institucionalização da nova direita na sociedade civil” (ibid, p. 118).

Se 2013 foi uma revolta progressiva também foi o momento em que esta nova direita ensaiou sua primeira ida às ruas. As manifestações incorporaram um sentimento contra a ordem e viam nos governos do PT um alvo, justamente a partir desta percepção a nova direita avaliou poder encontrar espaço. Sem colocar em dúvida o sentido das jornadas de 2013, trata-se de discutir o seu legado. Os eventos “puseram em xeque os governos em todos os níveis” (Mattos, 2016, p. 96) o que gerou uma reação das classes dominantes. Os anos seguintes viram um crescimento desta nova direita que passava a contar com novos movimentos. Desta forma, embora “em última análise, progressivo, junho de 2013 representou, contraditoriamente, o marco inicial da situação que hoje enfrentamos” (Mattos, 2020, p. 158).

A investigação do período envolve o deslocamento ideológico das manifestações que passam das fragmentadas demandas por direitos a defesa consistente de pautas reacionárias. Ocorre também uma reorganização política das classes dominantes que colocava em questão a capacidade do PT de gerir o capitalismo brasileiro.

Observa-se uma mudança na “trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil” que possuiria a sua inflexão na “grande vaia sofrida pela presidenta da República ao ter seu nome anunciado” na Copa do Mundo em 2014. Seria este “o momento inaugural do discurso conservador, fundamentalmente antipetista” que passava a se fortalecer “dando sentido às manifestações por seu impeachment em março de 2015” (Pinto, 2019, p. 42). Dentre os movimentos que organizaram as manifestações de 2015 merecem destaque o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem Pra Rua e o Revoltados Online. Messenberg (2019, p. 183) aponta alguns atores de então como os “mais influentes formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros” em que são presentes “movimentos sociais, jornalistas e políticos”.

Em 2014 ocorreram os primeiros atos defendendo o impeachment, embora vazios e sem o apoio da burguesia. Tendo como mote a denúncia de suposta fraude nas eleições, a manifestação foi anunciada menos de uma semana após a vitória da petista. O elemento central é que “pela primeira vez, os ultraliberais, os Revoltados Online e figuras icônicas como Eduardo Bolsonaro e Olavo de Carvalho se uniram torno de pautas em comum” e isso significava “um marco no processo de consolidação da nova direita” (Rocha, 2019, p. 152).

Continuaram em 2015 em cenário de visibilidade da Operação Lava Jato. A corrupção era vista como o principal problema do país e em 15 de março ocorreu outra manifestação. Os manifestantes reuniram-se em milhares e foram especialmente mobilizados pelo antipetismo e contra a corrupção. Os atos passaram a ser de massas e contar com o apoio da burguesia em um processo que se avalia constituir o surgimento do neofascismo e seus principais traços diferenciadores em relação à anterior nova direita.

Numerosas manifestações ocorreram em 12 de abril, 16 de agosto e 21 de outubro. Entendidas a mudança de pautas e composição social entre as jornadas de 2013 e as manifestações em 2015, contudo, não é possível entender a história sem a compreensão da atuação da nossa classe dominante. Insiste-se em pontuar que as manifestações de 2013 não podem ser vistas como reacionárias, o que efetivamente só ocorreria em 2015. Entretanto,

deram origem ao progressivo deslocamento de frações da classe dominante em relação ao governo, uma vez que os protestos demonstravam que a administração petista já não era eficiente em entregar aquilo que prometia [...]: a paz social baseada na lógica da conciliação de classes (Mattos, 2020, p. 158).

A situação começou a mudar em 2013 e transformou-se definitivamente em 2015 com os atos neofascistas. Isto porque “por mais que tenha prestado enormes serviços à burguesia brasileira, o PT não é um lídimo filho dela” (Demier, 2017, p. 85). Em síntese, ocorreu tanto uma inflexão ideológica das manifestações ao longo dos anos posteriores a 2013 como, em paralelo, um deslocamento das classes dominantes que não viam mais nos petistas representantes eficientes do seu programa. Todo este cenário leva ao impeachment de Dilma.

Michel Temer implementou o “programa do golpe” e da extrema-direita ainda que com nuances. Antunes (2018, p. 269) aponta “uma nova fase da contrarrevolução preventiva, agora de tipo ultraliberal e em fase ainda mais agressiva”. No entanto, o neofascismo procurou construir-se através de seus próprios quadros e Temer não era um deles. Assim, é possível afirmar que “a menos um de ano e meio das eleições de 2018, a ‘hegemonia liberal-libertária’ existente no período de formação da nova direita já havia dado lugar a um amálgama ultraliberal-conservador” (Rocha, 2021, p. 162). Para as classes dominantes importava dar prosseguimento a “razão golpista”, isto é,

A retirada de direitos deve continuar, mas sob vestes democráticas. O baile da austeridade tem que continuar, porém, depois de outubro, seus participantes deverão vestir as máscaras constitucionais que em 2016 haviam sido dispensadas. O programa do golpe, portanto, precisa seguir sendo aplicado por meio de um novo governo, surgido das urnas – é o que pensa a razão golpista (Demier, 2019, p. 76).

O cálculo não realizado era de que o caldo de cultura fomentado no golpe pudesse recair sobre seus próprios aparelhos de hegemonia. Assim, “mesmo com Lula da Silva impedido de concorrer, as candidaturas dos partidos da ordem não se viabilizaram eleitoralmente, derrubadas pelo veneno das críticas à ‘velha política’” (Mattos, 2020, p. 163). Mesmo tendo apoiado as manifestações da extrema-direita com o objetivo da retirada do PT do governo, J. Bolsonaro não era o primeiro plano da burguesia brasileira.

A aliança é selada tendo em vista que o segundo colocado nas eleições era Fernando Haddad, o objetivo deveria ser impedir o retorno do PT ao poder. Mediar com Bolsonaro era preferível do que com um partido de base trabalhadora com um programa reformista. Assim, “a chegada de Bolsonaro ao poder ocorreu em uma combinação de crises no plano econômico, político e social, na qual a legitimidade de um determinado padrão de ‘gestão’ da dominação de classes se viu profundamente abalada” (ibid, p. 163).

Por fim, expõe-se as relações do neofascismo com o Estado, sua ideologia, movimentos e intelectuais. Um dos elementos ideológicos é a defesa dos interesses dos militares que contêm aspectos econômicos e políticos, defende “melhores remunerações e mais ‘direitos’ para tropa” conectados “a defesa sistemática da ditadura militar e, particularmente, de suas dimensões de terrorismo de Estado, como a tortura e eliminação de opositores políticos” (Mattos, 2020, p. 168-9).

Como o fascismo histórico, mais do que teorizar, o neofascismo procura ressignificar aspectos gerais de formulações reacionárias e conservadoras e, em paralelo, leituras do

próprio fascismo. Empenha diversos intelectuais orgânicos na tarefa, ainda que por vezes tenham formulações que são distantes da realidade, em sentido gramsciano cumprem papel organizativo e conectivo na consolidação da nova força social.

Olavo de Carvalho ocupou um lugar central, o intelectual aparenta ser o mais importante desta necessária e limitada tentativa de “teorização”. Embora afirme-se que não há uma teoria, ressalta-se que há uma “visão de mundo” articulada, bem como expressões neofascistas no senso comum. É o principal formulador da disseminação da leitura que o Brasil seria dominado por aquilo que convencionou chamar de “marxismo cultural”.

Um determinante desta ideologia, associado ao fascismo e a ditadura militar, é a defesa do nacionalismo. As cores verde e amarela estavam presentes nas manifestações desde 2015, um dos motivos para a retirada do PT estaria no fato de que o “Brasil [está] acima de tudo”. Igualmente, com a chegada de Bolsonaro ao poder o slogan oficial do governo, em sintonia com a ideologia neofascista, passaria a ser “Pátria Amada Brasil”.

Outro ponto é o fundamentalismo religioso. Denominações religiosas com diferenças expressivas, incluindo-se lideranças de cunho católico, mas principalmente protestantes, difundem aquilo que se precisou como “teologia da prosperidade”. É a ideia de que os destinos são decididos através das iniciativas individuais, seus modelos de fé são marcados por um conservadorismo generalizado combinado a visão ultraliberal da sociedade.

Elemento utilizado para atacar a política, os partidos e diversos movimentos é o discurso do combate à corrupção. Ativado demagogicamente, ele foi utilizado tanto pelo fascismo histórico como em momentos passados da conjuntura brasileira em que houve ascensos conservadores como forma de contenção de insatisfações populares.

Em relação a raça o enfoque discursivo é a figura do “vagabundo”, algumas de suas máximas são “bandido bom é bandido morto” ou “direitos humanos para humanos direitos”. Lembra-se que o que caracteriza o vagabundo “não é seu trabalho, honestidade ou esforço, mas relações de poder estruturadas no eixo raça, classe e ideologia” e pontua-se que “as raízes sociais do vagabundo se encontram na figura do vadio e do marginal do período colonial” (Pinheiro-Machado, 2019, p. 142)²⁶.

No debate de gênero Pinheiro-Machado (2019, p. 153) observa que as mulheres neofascistas defendem um “falso nacionalismo, apego a uma noção reducionista de família e antifeminismo como defesa da beleza e feminilidade”. A ideologia neofascista combate a esquerda através da crítica ao que denominavam “ideia de sujeira e higiene”, isto porque “essas mulheres ‘suja’ (mas assustadoramente livres) são, em última instância, uma ameaça à família, à propriedade e ao patriarcado” (ibid, p. 154)²⁷.

A ideologia neofascista trata diferentes esferas da vida oferecendo uma dada visão de mundo, um senso comum e um ideário articulado, mesmo que suas teorizações sistemáticas sejam frágeis. Seus intelectuais orgânicos e tradicionais foram capazes de levar as massas às ruas, construíram uma dada hegemonia e geraram deslocamentos de classe em relação aos

²⁶ Um dos inimigos do neofascismo, o vagabundo, estrutura-se por determinantes de classe, raça e por posicionamentos em relação a visões de mundo, ao mesmo tempo em que reatualiza um traço de dominação do negro inscrito na formação social desde a escravidão. Na campanha de Bolsonaro havia a representação de gestos imitando armas em que eram supostamente defendidas ampliações de defesa pessoal dos “cidadãos de bem”. Assim, “a associação direta (...) entre a população negra predominante nas periferias e favelas urbanas e a criminalidade (...) reforça o componente racista da ideologia bolsonarista” (Mattos, 2020, p. 181).

²⁷ Ressalta-se “o que é interessante observar é que a pauta das mulheres, de fato, se tornou central, ainda que do avesso e sendo tragada pelo conservadorismo” (ibid, p. 155).

dominados e dominantes. Trata-se de uma ideologia orgânica que consegue construir conexões na sociedade política e sociedade civil de forma a influenciar a história.

Seria ainda impossível não tratar dos movimentos, as manifestações de 2015 foram convocadas por novas organizações da extrema-direita. Ressalta-se novamente o importante papel do Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem pra Rua e o Revoltados Online. Uma das novidades em relação à direita tradicional era sua capacidade e intenção de tomar as ruas. Não é possível deixar de notar que o esforço de dominação burguesa foi quase sempre em sentido desmobilizador, a estratégia neofascista é diversa como a fascista o foi.

São costumeiros os argumentos que contestam a existência de um neofascismo brasileiro apontando a inexistência de um partido. Reconhece-se que “uma organização partidária de programa e prática fascistas lhe seria muito mais útil” (Mattos, 2020, p. 273), porém as táticas neofascistas parecem contornar as debilidades que decorreriam desta fragilidade. Mesmo que o programa neofascista não tenha sido integralmente assumido por um partido, diversas legendas tomaram suas pautas. Embora não houvesse um partido neofascista, existiam vários defendendo elementos que podem ser identificados como neofascistas. Não estavam organizados em um partido, mas não estavam desorganizados.

A inexistência de um partido não impossibilitou a realização de manifestações massivas. Construíram nexos na sociedade política e na sociedade civil de forma a possuir capilaridade com parcelas amplas da população e foram capazes de construir e disseminar uma ideologia que teve aderência na burguesia, na classe trabalhadora e na pequena-burguesia. Assim, um dos motivos que supostamente traria maior fragilidade ao neofascismo, a inexistência de um partido homogêneo, é real, mas precisa ser relativizada.

Apontamentos finais

Análises sobre o neofascismo costumeiramente são iniciadas tratando das jornadas de 2013, esta leitura é parcialmente correta. Embora tenham gerado uma mudança qualitativa na conjuntura com consequências sobre a dinâmica de classes e padrão de dominação, havia anteriormente na sociedade civil e sociedade política algo que se denominou como nova direita. Alguns situam seu início na redemocratização, outros apenas durante os governos petistas. Não se visa negar a descontinuidade que 2013 representa, apenas apresenta-se os determinantes de continuidade que podem ser encontrados em relação a esta nova direita ainda sem influências de massas, apoio da burguesia e distante do poder central.

As jornadas representam a chegada da crise econômica e política. A gestão petista passava a não gerar resultados satisfatórios e as massas saíram às ruas para protestar. Em termos do significado histórico que os eventos têm para o surgimento do neofascismo apontam-se dois pontos. O primeiro era a fragilidade que se encontrava o PT, incapaz de evitar manifestações de massa que confrontavam o governo e de absorver as demandas das ruas e transformá-las em um programa de ação concreta da classe.

Ao mesmo tempo a nova direita fazia seus primeiros ensaios de rua. Embora parte dos movimentos que convocaram as manifestações de 2015 só nascesse pouco depois, vários de seus líderes estavam presentes em 2013 e pautas como o “fim da corrupção” e “contra os partidos” já eram encontradas de forma embrionária. O ano de 2014 não foi marcado por grandes mobilizações, embora o resultado das eleições presidenciais mostrasse que a direita conservadora estava mais organizada. Derrotada nas urnas, a direita persiste no

enfrentamento ao governo chamando inicialmente protestos esvaziados que logo são substituídos pelas massas verde e amarela. Avalia-se que o neofascismo surge neste momento.

Mesmo que a nova direita desfrutasse de capilaridade social, não dispunha de apoio de massas e da classe dominante. O neofascismo, daí o recurso a categorização, só pode ser caracterizado assim por ser inicialmente um movimento de massas de composição pequeno-burguesa que posteriormente tem seu conteúdo de classe deslocado em direção aos interesses da grande burguesia. Foi assim no fascismo histórico e no neofascismo brasileiro.

As semelhanças não param por aí. Gramsci apontou o fascismo como a solução possível à disposição das classes dominantes italianas no sentido de, mediando sua dominação política através de uma figura cesarista, realizar transformações econômicas demandadas pelo capitalismo global. Mesmo que coubesse uma avaliação mais detalhada (Mota, 2019, p. 140), a defesa do programa ultraliberal pelas classes dominantes brasileiras foi um fato, evento em sintonia com fenômenos internacionais.

Este foi o programa do golpe, do governo Temer e de Bolsonaro. Qual foi o impasse que se viu as classes dominantes no período? Os massivos atos de 2015 acabaram por levar a crise política às últimas consequências. Se em vários aspectos as jornadas de junho de 2013 e as manifestações da extrema-direita em 2015 são diversas, elas possuem em comum o fato de serem episódios da crise política recente pela qual passou o país.

Incapaz de prosseguir através de seus próprios partidos e intelectuais, a burguesia parece ter enxergado no neofascismo a sua única possibilidade de levar a cabo as reformas ultraliberais. Isto é, semelhante ao fascismo histórico, o neofascismo apresenta-se como uma solução conservadora e contrarrevolucionária na perspectiva da luta de classes ao mesmo tempo que é capaz de promover transformações na economia.

O neofascismo também está ligado à formação social. Consideradas as devidas mediações da forma capitalista, o neofascismo e seu caráter racista são uma forma de reatualização de aspectos escravistas da formação brasileira. As relações escravistas engendraram uma situação desfavorável aos negros e o neofascismo busca incidir nas relações de forças através de construções ideológicas que são funcionais ao aumento da exploração da força de trabalho negra. Igualmente teve-se a oportunidade de investigar como consolida-se o capitalismo brasileiro através de uma autocracia burguesa. O sentido histórico autocrático de nossa formação social foi construído através de um movimento de contrarrevolução preventiva e permanente. O neofascismo reatualiza essas determinações.

Se na análise seminal a transição capitalista era outra, no caso do neofascismo observa-se a possibilidade de transição do neoliberalismo para o ultraliberalismo, seja como nova fase do capitalismo ou do neoliberalismo. As transformações são diversas, mas ambos são momentos de transição e neles, sem que existam ameaças da classe trabalhadora, a burguesia brasileira parece lançar mão de uma estratégia de contrarrevolução preventiva e permanente. O neofascismo aparenta ser uma possibilidade disponível e realizada pelas classes dominantes brasileiras de reatualização da autocracia burguesa, ou seja, de uma estratégia de atuação política de classe em sentido contrarrevolucionário.

Por fim, o que se pode dizer sobre o neofascismo no âmbito do Estado? Uma primeira pergunta seria, existe um Estado neofascista? De antemão a resposta parece negativa. Embora tenha existido um governo com integrantes e presidente neofascistas, manteve-se diversos determinantes do Estado democrático liberal, mesmo que quase sempre

tensionados pelas novas forças da extrema-direita. Contudo, a resposta não pode ser simplesmente negativa.

O Estado deve ser apreendido em suas determinações na sociedade política e na sociedade civil, o neofascismo ocupa espaços relevantes em ambas, ainda que não tenha fundado um Estado diverso. Em maior nível de abstração, numa tentativa de apreensão de unidade-distinção entre estrutura e superestrutura, pode-se compreender o Estado como relações de forças, ela envolve um momento econômico, político e militar.

Se parece incorreto falar de um Estado neofascista não seria exagero precisar que o neofascismo representa uma concreta – e diferenciada em relação a um Estado liberal em tempos mais ou menos normais – relação de forças do Estado nos embates da luta de classes. Embora não tenha sido capaz de fundar um Estado, inaugura uma nova relação de forças que é central para compreensão geral dos elementos da conjuntura. Mesmo em nível menor de abstração, no que diz respeito ao debate dos regimes políticos, não se pode considerar o governo Bolsonaro exitoso no sentido da implementação de um regime neofascista.

Referências

ANTUNES, R. **O privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo, Boitempo, 2018.

BALSA, J. Uma avaliação das leituras filológicas da obra de Gramsci e seus possíveis aportes para as estratégias políticas. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, ano 4, n. 5, p. 82-104, Ago/Dez, 2019.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**. São Paulo: Cortez, 2008.

BIANCHI, A. **O laboratório de Gramsci**: Filosofia, História e Política. Porto Alegre, Zourk, 2018.

CALIL, G. Gramsci e o fascismo in CISLAGHI, J; DEMIER, F. **O neofascismo no poder (Ano I)**. Rio de Janeiro, Consequência, 2019.

CASIMIRO, F. H. C. **A nova direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

COSPITO, G. **El ritmo del pensamiento de Gramsci**: una lectura diacrónica de los Cuadernos de la cárcel. Buenos Aires, Continente, 2016.

DEMIER, F. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro, Mauad X, 2017.

DEMIER, F. **Crônicas do caminho do caos**: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual. Rio de Janeiro, Mauad X, 2019.

- FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Editora Globo, São Paulo, 2005.
- FILIPPINI, M. Crise de autoridade. In LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. São Paulo, Boitempo, 2017.
- FROSINI, F. **Ideologia em Marx e Gramsci**. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 28, n. 56, p. 559-582, jul./dez. 2014.
- FROSINI, F. **La religione dell'uomo moderno: politica e verità nei Quaderni del carcere di Antonio Gramsci**. Roma, Carocci editore, 2010.
- GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Torino, Einaudi, 2014. 4v.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, v. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v. 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, v. 5. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2019.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, v. 6. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.
- GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere**, v. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- GRAMSCI, A. **L'Ordine Nuovo (1919-1920)**. Milano, Pgreco Edizioni, 2020.
- GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**, v. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Edições Loyola, 2014.
- HIRANO, S. **Formação do Brasil Colonial: pré-capitalismo e capitalismo**. São Paulo, Edusp, 2020.
- LIGUORI, G. Os estudos gramscianos hoje na Itália: entre filologia e política. *In*: BIANCHI, A.; MUSSI, D.; ARECO, S. (orgs.). **Antonio Gramsci: filologia e política**. Porto Alegre, Zouk, 2019.
- MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- MATTOS, M. B. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa**. São Paulo, Usina Editorial, 2020.
- MATTOS, M. B. De Junho de 2013 a Junho de 2015 in DEMIER, F.; HOEVELER, R (orgs). **A onda conservadora**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros in SOLANO, E.; ROCHA, C (orgs). **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo, Expressão Popular, 2019.

MIGUEL, L. F. Há solução sem revolução? In PINHEIRO-MACHADO, R; FREIXO, A (orgs). **Brasil em transe**: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro, Oficina Raquel, 2019.

MOTA, A. E. A cultura da crise e as ideologias do consenso no ultra neoliberalismo brasileiro in CISLAGHI, J; DEMIER, F. **O neofascismo no poder (Ano I)**. Rio de Janeiro, Consequência, 2019.

MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo, Anita Garibaldi, 2020.

PINHEIRO-MACHADO, R. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PINTO, C. R. J. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). *In*: SOLANO, E.; ROCHA, C (orgs). **As direitas nas redes e nas ruas**: a crise política no Brasil. São Paulo, Expressão Popular, 2019.

PRADO JR, C. **A Revolução Brasileira**. Brasiliense, São Paulo, 1987.

ROCHA, C. **Menos Marx, mais Mises**: o liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo, Todavia, 2021.

VOZA, P. Intelectuais in LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. São Paulo, Boitempo, 2017.

A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA DA BURGUESIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Vanderlei Martini
Ivanete Salete Boschetti

Introdução

A decadência ideológica da burguesia brasileira é um tema que merece uma análise aprofundada, especialmente em um contexto de crise do capital, do Estado e de transformação societária profundas¹. Por certo, trata-se de uma chave de análise central para se compreender as origens dos problemas estruturais enfrentados pela sociedade brasileira e o momento contemporâneo. A hipótese em questão busca decifrar as expressões concretas dessa decadência e seus impactos sobre a classe trabalhadora. A análise se baseia em uma perspectiva crítica, que considera a burguesia como classe social não apenas do ponto de vista econômico, mas também como uma entidade social e política cuja ideologia influencia profundamente a estrutura e a dinâmica da sociedade brasileira.

Consequentemente, o presente artigo busca apresentar, de modo sumário e sistemático, as determinações centrais do debate sobre a decadência ideológica da burguesia e o avanço do irracionalismo na vida cotidiana brasileira. A fim de cumprir com esse objetivo, aborda-se a decadência ideológica da burguesia brasileira no contexto do capitalismo maduro, a partir dos clássicos da teoria social marxista, para fundamentar a crítica à formação social contemporânea do Brasil. Além disso, reflete-se sobre os rebatimentos da decadência ideológica do mundo burguês sobre a classe trabalhadora. Ademais, a partir de uma abordagem crítica e marxista, a pesquisa articula contribuições de teóricos clássicos com interpretações contemporâneas e oferece uma análise das relações sociais e econômicas e das estratégias de resistência.

Nesse sentido, com o intuito de analisar algumas expressões do subjetivismo, do misticismo e do irracionalismo contemporâneo, esse trabalho se divide em três partes: a primeira contextualiza o que é a decadência ideológica e o momento histórico em que a burguesia deixou de buscar uma compreensão o mais verdadeira possível da realidade social e passou a aceitá-la na medida em que não contradiz a essência do modo de produção capitalista. Marx, num primeiro momento e depois Lukács, destacam que após a consolidação do poder político da burguesia, ela assumiu uma postura conservadora, abandonando sua perspectiva revolucionária inicial.

O segundo item contextualiza as especificidades da formação social brasileira e a inserção da burguesia brasileira no contexto decadente das burguesias dos países de capitalismo central. A burguesia brasileira, conforme hipótese apresentada neste trabalho, possui características peculiares que a distinguem das burguesias de outros países. A formação histórica do capitalismo no Brasil, marcada pela “via prussiana” e/ou pela “revolução passiva”, moldou uma burguesia que, embora economicamente poderosa, é

¹ Texto elaborado a partir da tese de doutorado de Vanderlei Martini, sob orientação da professora Ivanete Boschetti, defendida no PPGSS/UFRJ. A tese foi publicada em livro intitulado “A decadência ideológica da burguesia: características, expressões e rebatimentos sobre a classe trabalhadora no Brasil” pela Editora Dialética em 2023.

ideologicamente débil. Essa fraqueza ideológica se manifesta em várias formas, desde a resistência às conquistas sociais até a manipulação ideológica que visa manter a ordem social existente

O terceiro momento apresenta algumas implicações da inserção tardia do Brasil no contexto decadente e como isso afeta a classe trabalhadora. Há várias expressões concretas da decadência ideológica da burguesia. Uma delas é a captura da subjetividade da classe trabalhadora, que se manifesta na flexibilização e precarização das condições de trabalho. Esse processo intensifica os níveis de alienação e estranhamento, onde os/as trabalhadores/as não se reconhecem naquilo que produzem, nem nos vínculos sociais que estabelecem.

Por fim, apresenta-se algumas notas a título de conclusões preliminares para o debate.

O que é e como os clássicos caracterizam a decadência ideológica da burguesia

É praticamente incontestado que existe sim, em Marx, uma vasta e sistemática crítica da grande reviravolta político-ideológica de todo o pensamento burguês no sentido da apologética e da decadência. O grande dirigente da primeira Internacional Comunista identifica a decadência ideológica da burguesia por meio de uma análise histórica e crítica das mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas. Ele observa que a burguesia nos países de capitalismo central, ao tomar o poder político, começa a desenvolver a luta de classes com o proletariado, o que coloca a política e a ciência econômica burguesa em uma posição de defesa dos interesses do capital. Marx critica a transição da pesquisa desinteressada para a apologética, onde os teoremas são julgados não pela sua veracidade, mas pela sua utilidade ao capital. Ele caracteriza essa fase como a era dos “espada-chins assalariados” em vez de cientistas desinteressados e situa o início da decadência ideológica no período de 1830-1848 na Europa central.

A luta de classes entre a burguesia e o proletariado, diz Marx (2009), dobrou finados pela ciência econômica burguesa. Agora não se trata mais de saber se este ou aquele teorema é verdadeiro, mas sim se é útil ou prejudicial ao capital, cômodo ou incômodo, contrário aos regulamentos da polícia ou não. Em lugar da pesquisa desinteressada, temos a atividade de espada-chins assalariados; em lugar de uma análise científica despida de preconceitos, a má consciência e a premeditação da apologética.

Ademais, Marx também critica a traição dos partidos burgueses durante a Revolução de 1848, onde na Alemanha os partidos favorecem a monarquia dos Hohenzollern em detrimento dos interesses do povo, e na França, favoreceram Bonaparte ao invés da democracia. (Qualquer semelhança com os partidos burgueses no Brasil, como veremos, não é mera consciência). Essa traição política reflete-se na ciência social, levando a uma degeneração das capacidades da burguesia, que Marx (no *Manifesto comunista*) sintetiza ao afirmar que a burguesia percebe que todas as armas que criou contra o feudalismo agora se voltam contra ela.

Lukács (2016), no ensaio *Marx e o problema da decadência ideológica*, de 1938, amplia a análise de Marx, destacando que a crítica marxista da ideologia decadente abrange uma vasta reviravolta político-ideológica de todo o pensamento burguês. Ele identifica que o

pensamento dos apologistas não é mais fecundado pelas contradições do desenvolvimento social, mas sim busca mitigá-las conforme as necessidades da burguesia. Isso leva a uma evasão da realidade, com os teóricos defensores do capitalismo e da burguesia cada vez mais se afastando do contato direto com a realidade e colocando disputas formais e verbais no centro de suas considerações.

O filósofo húngaro também destaca que, durante a grande crise da ideologia burguesa, Marx criticou exaustivamente essa mudança de orientação em diversos campos do conhecimento, como história, economia, sociologia, política e filosofia. A decadência ideológica, segundo Lukács (2016), manifesta-se na tentativa dos teóricos de negar as contradições da vida ou de contrapor de maneira superficial determinações contraditórias. Este ecletismo, característico da burguesia capitalista, transforma as afirmações científicas em frases vazias, afastando-se da vida que deveria refletir.

Nessa perspectiva, tanto Marx quanto Lukács veem a decadência ideológica da burguesia como um processo de afastamento da realidade social ou, se se preferir, um abandono da perspectiva progressista e democrática. Assim, trata-se de um movimento em direção à apologética, onde a ciência, a política e a ideologia são manipuladas para servir aos interesses do capital, em detrimento de qualquer análise que apresente críticas objetivas com possibilidades de superação dessa forma societária.

Portanto, a análise de Marx e Lukács sobre a decadência da burguesia pode ser aplicada ao contexto brasileiro ao estudar como as ideologias, a política, a economia e as práticas culturais refletem as condições e contradições do capitalismo no Brasil. Isso inclui a crítica às formas de pensamento que sustentam as desigualdades sociais e econômicas no país. Pois, a teoria social de Marx como ferramenta de análise crítica permite entender melhor as dinâmicas de classes e os processos históricos que moldam a sociedade brasileira. O ponto de vista da classe trabalhadora, como defendido por Lukács, pode ser utilizado para criticar as estruturas de poder e promover mudanças sociais significativas. Por conseguinte, essas análises oferecem uma visão crítica sobre as transformações históricas, econômicas, políticas, culturais e ideológicas conduzidas hegemonicamente pela burguesia no contexto do capitalismo.

Ao refletir sobre a decadência ideológica da burguesia, José Paulo Netto, em um texto de 1978 intitulado *Lukács e a crítica da filosofia burguesa*, complementa e atualiza as análises desse autor destacando aspectos contemporâneos. O autor aponta para a crise do chamado Estado de Bem-Estar Social nos países de capitalismo central, como um reflexo da decadência burguesa, onde as conquistas sociais do período pós-guerra são desmanteladas em nome da austeridade e da eficiência econômica, exacerbando a desigualdade social e a precariedade nas relações de trabalho. Ademais, observa que a ideologia neoliberal, predominante a partir das últimas décadas do século XX, é uma expressão evidente da decadência ideológica da burguesia, pois o neoliberalismo promove desregulamentação, privatização e a supremacia do mercado, destruindo conquistas civilizatórias.

Outrossim, a ideologia burguesa contemporânea promove uma cultura de consumo desenfreado, onde o valor de uso dos produtos é obscurecido pelo valor de troca e apelo publicitário. Essa cultura reforça a alienação e a reificação descritas por Lukács. Netto (1978) enfatiza o processo de despolarização promovido pela ideologia burguesa, em que a participação política e o engajamento social são desencorajados. A política é substituída pelo espetáculo e pelo consumo, o que acaba por minar a consciência de classe e a mobilização

coletiva. Além disso, a desmoralização é outro aspecto destacado, onde a corrupção e a crise de representatividade política desiludem as massas, favorecendo o avanço de ideologias conservadoras e autoritárias.

Desse modo, podemos dizer que as análises de Lukács e José Paulo Netto sobre a decadência ideológica da burguesia, com base marxiana, fornecem uma visão crítica e profunda das transformações históricas e ideológicas da classe dominante. Lukács, com sua ênfase na reificação, alienação, irracionalismo e fragmentação do conhecimento, e Netto com suas reflexões sobre o neoliberalismo, despolitização e a crise do chamado Estado de Bem-Estar Social europeu, juntos oferecem um quadro abrangente da crise ideológica que permeia o capitalismo contemporâneo.

Expressões da decadência ideológica e a inserção brasileira no contexto decadente da burguesia

É notório que as reflexões de Marx, Lukács e Netto, quando utilizadas para a apreensão das determinações do capitalismo dependente e da burguesia brasileira, fornecem uma base sólida para a análise crítica das estruturas sociais e culturais, promovendo uma compreensão mais profunda das desigualdades e dos processos históricos que moldam nossa sociabilidade. No contexto brasileiro, a crítica ao conservadorismo e ao irracionalismo pode ser direcionada contradiscursos e práticas que desvalorizam a racionalidade crítica, a ciência, a política e a cultura, e impedem as *mudanças que vem de baixo* em favor de crenças e políticas que perpetuam a desigualdade e a exploração.

Com efeito, não há uma decadência ideológica da burguesia brasileira em si, específica, esta se insere em um contexto de decadência geral das burguesias dos países de capitalismo central. Logo, a burguesia brasileira é expressão da inserção decadente no mundo burguês, e, a decadência refere-se à inexistência de papel revolucionário e progressista desta classe social, como visto em outros contextos históricos, o que a torna conservadora desde sua origem, portanto, ontologicamente interessada na manutenção do *status quo*. Por conseguinte, como classe social é relação, como observa Marx (2013), as classes trabalhadoras e suas representações ídeo-políticas também serão afetadas neste processo.

Nesse sentido, uma rápida olhada em nossa história recente dos últimos duzentos anos - da Independência (1822) aos dias atuais - basta para constatar empiricamente que a burguesia brasileira nunca teve nenhum interesse nacional. No episódio da Independência, as classes dominantes (com frações favoráveis e outras contra, não importa) visavam exclusivamente seus interesses particulares — especialmente parar de enviar pesados impostos para a Coroa portuguesa. Esse era o talismã e o amálgama daquelas lutas independentistas de parte da burguesia. Do mesmo modo, quando algumas parcelas defenderam a Proclamação da República, fora visando seus objetivos corporativos: os coronéis e marechais queriam governar e não mais seguir a obedecer ao imperador e alguns proprietários de terra ressentiam-se das regulamentações abolicionistas e antiescravistas.

No processo da abolição da escravidão no Brasil, algumas parcelas da incipiente e decadente burguesia brasileira tinham interesses econômicos que favoreciam sua posição favorável, que incluíam: 1) Modernização Econômica; a abolição da escravidão era vista como uma necessidade para modernizar a economia brasileira e integrá-la ao capitalismo

industrial que emergia no cenário global e inclusive em países da América Latina, como o caso da Argentina. A força de trabalho livre era considerada mais adaptável e produtiva, o que poderia fomentar o desenvolvimento industrial e tecnológico do país; 2) A atração de Investimentos Estrangeiros; a manutenção da escravidão era vista negativamente por muitas nações industrializadas, particularmente na Europa e nos Estados Unidos. Abolir a escravidão poderia melhorar a imagem internacional do Brasil, tornando-o um destino mais atraente para investimentos estrangeiros e comércio; 3) Estabilidade Social; a pressão interna e externa para acabar com a escravidão estava crescendo. Setores da burguesia temiam que a continuidade do sistema escravista pudesse levar a revoltas e instabilidade social, ameaçando suas propriedades e interesses econômicos. A abolição era vista como uma maneira de evitar conflitos sociais mais amplos; por fim, 4) a Incorporação ao Sistema Capitalista Internacional; com a escravidão abolida, o Brasil poderia se integrar mais plenamente ao sistema capitalista internacional, participando de cadeias produtivas globais que valorizavam o assalariamento da força de trabalho. Isso também significava uma maior abertura para o comércio internacional, onde a escravidão era cada vez mais condenada e proibida. Esses interesses, sumariados, mostram que o apoio de parte da burguesia à abolição da escravidão estava intimamente ligado às suas próprias necessidades econômicas e sociais, refletindo uma adaptação estratégica às mudanças globais e internas.

Algumas décadas mais tarde, em 1930, Getúlio Vargas, que governou o País de 1930 até 1954 (excetuando um pequeno intervalo de cinco anos – 1946–1950) tentou formar uma burguesia nacionalista. Não obteve sucesso. Aliás, a burguesia somente o apoiou de 1937 a 1945, quando viu nitidamente seus interesses econômicos (investimento pesado do Estado na industrialização) e políticos (repressão aos comunistas organizados especialmente em torno do Partido Comunista Brasileiro) atendidos. Portanto, quando a burguesia esteve ao lado de Getúlio, almejava obter benesses do Estado e do Governo.

Já em 1964, a burguesia não vacilou em apoiar os militares no governo desde que lhe atendesse sua demanda econômica. Durante a crise, e em seguida o ocaso da ditadura civil-militar, mais uma vez, a burguesia não hesitou em mudar de lado e, além de discursos contra a “falta de liberdade civil”, candidataram-se e foram para o novo regime político que se abria — claro que com objetivos econômicos muito bem definidos, ou seja, o saque ao fundo público por “vias democráticas”.

Também não se pode negligenciar o papel de frações da burguesia industrial e financeira, representadas pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) entre outras entidades representativa dos interesses burgueses, que em 2016 não hesitaram em pular do navio como ratos que pressentiram o naufrágio do suposto “novo desenvolvimento”, rompendo o pacto de classe que havia sustentado os governos do PT desde 2003. Por certo, o papel desempenhado pela burguesia nativa no naufrágio do governo Dilma foi mais do que apenas pular do navio. Eles colocaram partes importantes no casco do navio que o mantinha em flutuação e em algum momento decidiram tirar e pôr fim a navegação, arrancaram as peças e o lulismo não conseguiu fazer os reparos necessários com outras forças políticas, o que provocou seu naufrágio (ao menos temporariamente) com o impeachment da Presidenta Dilma em 31 de agosto de 2016.

Após o golpe político-parlamentar de 2016 e a ascensão ao poder de Michel Temer e sua trupe, a decadência da burguesia vai se expressar na retomada, com força, da chamada

“pauta dos costumes” conservadores e no recrudescimento da ofensiva do capital sob o tacão da ortodoxia neoliberal com brutais cortes nos direitos e políticas sociais. Este fato ficou expresso quando foi incluído na Constituição Federal (algo inédito até então) o regime fiscal que estabeleceu o congelamento dos gastos sociais não obrigatórios por 20 anos. Na sequência, já sob o governo Bolsonaro, para além do conservadorismo, a decadência ideológica da burguesia se expressa no flerte irracional ao nazi/fascismo e no ataque aos direitos - por meio da contrarreforma da previdência que aumentou o tempo de contribuição e a idade mínima para a aposentadoria – e às organizações da classe trabalhadora. Retomaremos essas expressões concretas da decadência ideológica mais adiante.

Por ora, achamos importante tecer alguns comentários a mais sobre o irracionalismo autoritário e medieval, expresso por Bolsonaro e sua trupe quando estiveram à frente do governo federal. Em primeiro lugar, nos dias que correm, é praticamente incontestado que a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder representou uma ameaça significativa à *democracia restrita* (burguesa) brasileira, devido ao seu autoritarismo. Bolsonaro demonstrou ao longo de quatro anos inclinações autoritárias e minou as instituições democráticas burguesas. São exemplos de irracionalismo o ataque desferido à imprensa livre e ao judiciário. Além disso, o governo de Bolsonaro promoveu um discurso irracionalista, expresso na desvalorização da ciência e da educação, especialmente evidente na gestão da pandemia de COVID-19, que resultou em altas taxas de mortalidade (foram mais de 700 mil) e crise sanitária.

Ademais, a trupe de Bolsonaro impulsionou políticas conservadoras extremas, ameaçou os direitos humanos, civis e políticos, especialmente de grupos minoritários e vulneráveis. Nesse sentido, como exemplo do show de horrores, basta lembrar a política de extermínio dos povos indígenas, especialmente na Amazônia e no Centro-Oeste, a política de destruição do bioma Amazônico com os garimpos e as queimadas no bioma Cerrado, sem falar nas pautas ultraconservadoras e moralistas com frequentes ataques aos direitos humanos e à diversidade.

Além disso, o uso massivo de desinformação e *fake news* foi e é uma estratégia central para manter o apoio popular ao bolsonarismo. Ao manipular a opinião das massas trabalhadoras despolitizadas, que em sua maioria são conservadoras em função da herança cultural escravista e colonial decadente da formação social brasileira, acaba por criar divisões sociais profundas. Em suma, a decadência da burguesia e seus representantes também se expressou na presença militar no governo Bolsonaro que aumentou como nunca visto em nossa história recente. Muitos militares da ativa e/ou da reserva ocuparam cargos públicos estratégicos, o que elevou as preocupações sobre um possível retorno às práticas autoritárias do período da ditadura-civil-militar. Esses fatores, notadamente, contribuíram para um ambiente de instabilidade democrática, onde muitas conquistas históricas da luta social e dos/as trabalhadores/as foram ameaçadas ou destruídas por uma governança autoritária e ultraneoliberal, que aprofundou medidas neoliberais em curso.

Estes fatos empíricos, aqui apenas sumarizados, indicam que, por um lado, a decadência da burguesia brasileira vem desde sua gênese e se insere em um contexto geral de decadência burguesa sob o capitalismo monopolista, que a marcará profundamente. Por outro lado, como observa Fontes (2020), “inexiste uma burguesia nacional no Brasil e inexistem condições históricas para a emergência de algo similar. Essa constatação de forma alguma reduz o peso e a complexidade organizativa dessas burguesias brasileiras”. Nesse sentido, como observou atentamente Moura (2020), os ingleses modernizaram o Brasil, mas

através de estratégias de subordinação — sutis ou abertas — que determinaram progressivamente, à medida que nos endividávamos, esse processo de dependência. Dessa forma, insistimos com o autor, que *não houve a possibilidade de formar-se uma classe burguesa nacional* nas condições de assumir o comando desse desenvolvimento, mas as suas capas médias — inclusive políticas — foram prestar serviços auxiliares aos grandes incorporadores estrangeiros, investidores e filiais de bancos ou empresas que se instalaram aqui, transformando-nos em um simples entreposto mercantil e bancário dos seus negócios.

Sabemos que não existe o “bom burguês”, portanto, há futuro para o Brasil, especialmente para a classe trabalhadora, se se não continuar a fortalecer a mal chamada “burguesia nacional”. A existência da burguesia como classe em nível nacional, atuante e impondo sua ordem, de maneira unificada (embora contraditória) em todo o território, não a converte na famosa (e mal interpretada) “burguesia nacional”². No entanto, assistimos desde Vargas parte significativa da representação ídeo-política da classe trabalhadora organizada acreditar que a burguesia brasileira poderia desencadear um processo revolucionário de cunho democratizante e fortemente anti-imperialista. Além disso, supôs-se muitas vezes que a burguesia local “progressista” estaria disposta a enfrentar a grande propriedade rural e a dirigir um processo de incorporação republicana dos setores subalternos. Ledo engano.

“Interesse na economia nacional”, significa, do nosso ponto de vista, indiferença em face de toda a superexploração que é submetida a classe trabalhadora, em sua diversidade de gênero e étnico/racial, para gerar os superlucros para a burguesia decadente brasileira. Ademais, é interessante observar que um dos artifícios ideológicos usados por esta burguesia para se colocar indiferente aos problemas da classe trabalhadora brasileira é culpá-la por sua condição de pobreza (bem ao estilo Malthus que Marx tanto criticou). Também é próprio da burguesia dizer que a indolência, a preguiça, as festanças, os feriados etc. são o problema da pobreza. É a tal síndrome do *vira lata* como mecanismo para aliviar a “consciência” desta burguesia decadente. Desse modo, a burguesia brasileira sempre que possível, evitou qualquer compromisso com a classe trabalhadora.

Nessa perspectiva, além de considerarmos a inserção da burguesia brasileira no contexto da decadência ideológica da burguesia dos países de capitalismo central, observamos que se manifesta de diversas formas. Como pontuado acima, observa-se uma crescente desconexão entre a retórica da modernização e do desenvolvimento e a realidade de desigualdade extrema e precariedade social. As promessas de um crescimento econômico inclusivo não se realizam para amplas parcelas da população, especialmente para a classe trabalhadora, as mulheres, os negros e os segmentos mais pobres.

O uso de discursos moralistas e antipolítica por parte das representações políticas de parte da burguesia brasileira para desviar a atenção das suas próprias práticas corruptas, também expressa essa decadência. Nesse sentido, o bolsonarismo é exemplo cabal da narrativa antipolítica, como se o Executivo fosse o representante da “vontade popular”, mas o Congresso e o STF não permitissem que o governo realizasse os anseios das “famílias de bem”.

² Não obstante Florestan Fernandes (2005) usar constantemente a conjunção *burguesia nacional*, julgamos não ser esta a mais apropriada, pois, a burguesia brasileira (local ou nativa) não possui qualquer interesse nacional. Quando usamos a conjunção *burguesia brasileira, local ou nativa*, julga-se que seria perfeitamente possível lançar mão de qualquer uma das expressões do ponto de vista da semântica e da literatura política. Para um maior aprofundamento, conf. Martini (2023) Fontes (2010).

Outros exemplos poderiam ser arrolados aqui, entretanto, intentamos demonstrar essencialmente que a burguesia brasileira já nasce como expressão de uma ordem decadente — colonial, escravista, imperial e capitalista. Portanto, trata-se de uma classe representativa de todo um sistema social e, somente a partir dessa realidade é que podemos analisar em profundidade o seu conteúdo e a sua função social num país de capitalismo dependente. Mas essa histórica dependência da burguesia brasileira, segundo Fontes (2010, p. 364), “não a faz menos burguesia, isto é, necessitada de valorizar o valor”.

Desse modo, conclui-se que a crítica marxista deve ser intensificada para compreender e superar as contradições do capitalismo no Brasil. Por conseguinte, defende-se a necessidade de políticas sociais e reformas estruturais como lutas táticas importantes, no sentido da emancipação política, com vistas a enfrentar a crise estrutural da sociedade burguesa que recai sobre as/os trabalhadores/as, quanto para fortalecer a caminhada rumo a emancipação humana.

Rebatimentos da decadência do mundo burguês sobre a classe trabalhadora

No Brasil, as expressões da decadência ideológica da burguesia brasileira que rebatem sobre a classe trabalhadora são múltiplas e variadas. Como classe só existe em relação com outras classes - numa perspectiva dialética - quer dizer, somente existe burguesia porque existe classe trabalhadora e vice-versa, pois ambas são processo e resultado do modo de produção capitalista. Nesse sentido, a decadência ideológica da burguesia configura-se no contexto do amadurecimento da classe trabalhadora (classe para si), mas também como expressão de sua derrota.

Com efeito, a decadência ideológica da burguesia expressa a crise da sociabilidade – em função das promessas não entregues e da apropriação privada da riqueza produzida socialmente pela burguesia - que afeta todas as esferas da sociedade brasileira. Para a classe trabalhadora, essa crise é sentida de forma aguda na forma de precarização das condições de trabalho, no aumento da exploração e na deslegitimação política. No entanto, a própria crise também cria condições para a mobilização e a luta por uma nova hegemonia, baseada em valores de justiça social, igualdade e solidariedade.

Desse modo, a decadência ideológica da burguesia se manifesta na rejeição a qualquer reforma que seja fruto da organização e das lutas da classe trabalhadora - que possam alterar as bases do capitalismo numa perspectiva progressista - o que perpetua a concentração de renda, riqueza e poder. Assim, a decadência manifesta-se na manipulação burguesa da realidade que aprofunda a exploração, a desigualdade, a alienação e impacta as condições de vida da classe trabalhadora – especialmente das mulheres e negros – e suas formas de organização e representação política.

Como a decadência ideológica da burguesia brasileira é marcada por um processo de alienação e manipulação, conforme Lukács (2013), a manipulação dos monopólios e a influência sobre o tempo livre de trabalhadores/as são aspectos centrais dessa decadência. A burguesia contemporânea utiliza a ideologia para manter seu domínio, reforçando a alienação da classe trabalhadora através de mecanismos de consumo e cultura de massa. Nesse sentido, a desigualdade econômica e social, a concentração de renda, de terras, de riqueza e poder nas

mãos de poucos, enquanto a maioria vive em condições de pobreza e insegurança econômica, desmente as promessas de prosperidade generalizada.

Os impactos da decadência ideológica da burguesia sobre a classe trabalhadora são profundos e multifacetados. A alienação intensificada e a manipulação ideológica têm consequências diretas sobre a subjetividade e a organização política dos trabalhadores. Em primeiro lugar, há uma intensificação da desigualdade social, política, cultural e econômica. A burguesia utiliza estratégias como a precarização do trabalho e a redução dos direitos sociais para manter sua hegemonia e lucratividade, exacerbando a exploração e a opressão das/os trabalhadoras.

Do mesmo modo, a manipulação ideológica tem consequências diretas sobre as organizações sociais e políticas da classe trabalhadora. O predomínio do imediatismo e do taticismo nas estratégias dessas organizações é uma expressão da influência decadente da ideologia burguesa. Isso resulta em uma falta de profundidade teórica e em uma mistificação da realidade, que impede a classe trabalhadora de desenvolver um projeto político emancipador.

A seguir, analisamos algumas manifestações concretas da decadência ideológica da burguesia que impacta profundamente a classe trabalhadora brasileira.

A primeira é a precarização das condições de trabalho com a captura da subjetividade da classe trabalhadora, que se reflete na flexibilização das leis trabalhistas e a expansão de relações instáveis de trabalho desprovidas de segurança e proteção social. Neste aspecto, a manipulação ideológica promovida pela burguesia por meio da mídia empresarial de massa é latente. A burguesia utiliza esses meios para reforçar sua hegemonia e tentar manter a classe trabalhadora em um estado de passividade e aceitação das condições sociais existentes. Esse controle ideológico é crucial para a manutenção da ordem social burguesa, e, é uma barreira impeditiva ao desenvolvimento de uma consciência de classe crítica entre os/as trabalhadoras/as. Atuam nessa direção, por exemplo, a ideologia do empreendedorismo e o da (in)segurança jurídica, entre tantos outros.

Para Antunes (2018), as transformações societárias das últimas décadas caracterizam uma *nova era de precarização estrutural do trabalho* que desencadeia mudanças profundas nas formas de organização e relações do trabalho. Essas transformações que se processam na esfera produtiva e nas relações sociais de trabalho, como observa Raichelis (2018), além de explicitar novas expressões da velha “questão social”, reconfiguram as políticas sociais. Assim, as precárias condições de existência social da população usuária das políticas públicas se desvelam cotidianamente nas instituições e exigem respostas dos profissionais que, em grande medida, não dispõem de condições objetivas para viabilizá-las. Portanto, ao buscar maximizar seus lucros, a burguesia intensifica a exploração do trabalho, aumenta as jornadas e diminui os salários, enquanto expropria direitos adquiridos historicamente.

A segunda manifestação concreta é o retrocesso, ou, em outros termos, a expropriação de direitos sociais (Boschetti, 2018). Neste campo, a implementação de políticas de austeridade fiscal, o saque ao fundo público em favor dos negócios da burguesia e a manutenção das políticas macroeconômicas neoliberais por décadas, as quais atuaram em perfeita sintonia com os interesses do grande capital, impedem qualquer avanço significativo no campo social. A supressão e/ou redução de direitos previdenciários e trabalhistas refletem uma tentativa da burguesia de manter seus privilégios à custa da precarização das condições de vida da classe trabalhadora, além de manter uma importante parcela da classe trabalhadora disponível para o capital.

Esse quadro se agrava, e muito, após o golpe institucional (jurídico, midiático e parlamentar) de 2016, que destituiu por meio do impeachment a presidenta Dilma Rousseff. Desde então, vivemos acelerados e intensos processos de expropriação de direitos sociais, concretizados por contrarreformas destrutivas das políticas sociais que agravam as desigualdades de classe, e atingem de modo mais contundente, as mulheres e pessoas negras (Boschetti, 2023). Trata-se, como observa Behring (2018), de uma onda avassaladora de contrarreformas tocadas de forma aligeirada para garantir a retomada de fôlego (da taxa média de lucro) ao grande capital financeiro em tempos de crise.

Neste sentido, podemos destacar duas contrarreformas que marcam esse período – a do trabalho e a da previdência social. Essas contrarreformas, instituídas legal e “democraticamente”, alteram a configuração das políticas sociais e rebatem sobre a classe trabalhadora. Mas, não atinge a todos/as com a mesma intensidade. As mulheres e as pessoas negras estão muito mais subjugadas a esses processos, determinado pelos traços que caracterizam nossa formação social que produz e reproduz históricas desigualdades de classe, gênero e raça (Boschetti, 2023). Os reflexos desse projeto destrutivo foram vistos ainda mais explicitamente a partir de 2020 com a pandemia do Coronavírus (covid-19). Assim, pode-se dizer que os governos ultraneoliberais de Temer e Bolsonaro buscaram implementar um projeto de destruição das políticas sociais para privilegiar os lucros do capital.

A terceira manifestação é o enfraquecimento e a deslegitimação das instituições democráticas burguesas e a manipulação dos processos eleitorais que reduzem a capacidade da classe trabalhadora de influenciar as decisões políticas que afetam suas vidas. Nesse sentido, a promoção de valores individualistas e mesquinhos contribui para a alienação e fragmentação da classe trabalhadora, o que dificulta a organização coletiva e a luta por direitos. Além disso, em face dessa brutal alienação, suas representações políticas e organizativas podem facilmente ser cooptadas ou fragmentadas, o que dificulta ainda mais obter conquistas pontuais, para não falarmos de mudanças estruturais significativas.

Por fim, a decadência ideológica da burguesia também abre espaço para alternativas extremistas e, muitas vezes, regressivas. A ascensão de discursos nacionalistas e fascistas que prometem soluções fáceis para problemas complexos, pode desviar a atenção da luta de classes e enfraquecer ainda mais a posição da classe trabalhadora. Nesse sentido, os quatro anos de governo Bolsonaro deixaram um rastro de destruição que pode se perpetuar por décadas. Pois, a decadência ideológica da burguesia brasileira como sustentada ao longo deste trabalho, com seus rebatimentos sobre a classe trabalhadora, está a conduzir à banalização da vida humana em todos os sentidos. Portanto, as implicações da decadência ideológica em que estamos imersos são vastas e complexas, o que exige análise contínua e ações coordenadas para enfrentar os desafios impostos pela crise do capitalismo e pela inexistência de qualquer perspectiva progressista da burguesia brasileira.

À guisa de conclusão

Para concluir, observamos que apesar de todo o otimismo com a *Redemocratização*, a nova *Constituição Federal*, as *eleições diretas* em todos os níveis - municipal, estadual e federal - e a eleição de um nordestino operário (Lula) para presidente do Brasil no início desse século (que elegeu uma sucessora por duas vezes), os últimos 30 anos revelaram-se mais complexos e muito mais difíceis do que muitos imaginavam e supunham.

No aspecto político, mais difícil porque muitos dirigentes e intelectuais orgânicos da classe trabalhadora acreditaram na democracia restrita burguesa que emergia com o fim do regime *autocrático burguês*, nos termos de Fernandes (2005) e, sobretudo, com a possibilidade de, enfim, se ampliar a democracia política no país. Nesse contexto, a eleição de 1989 representou um marco importante na história da nossa incipiente democracia, pois, naquele pleito, embora com 22 candidatos, principalmente durante o segundo turno (17 de dezembro de 1989), enfrentaram-se projetos antagônicos para a sociedade brasileira.

Em face desse cenário, muitos autores e autoras situados no espectro ideopolítico de esquerda (ou, se se preferir, progressistas em alguns aspectos), embora de diferentes matizes teóricas, convergem na afirmativa de que lá se perdeu não apenas a eleição para a presidência, mas — e o que representa um retrocesso ou no mínimo mais alguns anos de espera —, a possibilidade de começarmos realmente um *projeto de nação*. Por esse motivo, com a derrota política (além da conjuntura internacional desfavorável, lembre-se da ofensiva neoliberal e da queda do leste europeu), o eixo democrático e popular que dominou toda a década de oitenta, com seu impulso socializante, seria profundamente modificado.

O período que se abre nos anos 1990 aos dias atuais, de *democracia restrita* nos termos de Fernandes (2005) ou *democracia blindada* (Demier, 2018) é, certamente, funcional aos interesses do capital e, portanto, da burguesia que ascendia ao controle político do país. Neste sentido, evidencia-se que o capitalismo monopolista tinha reformulado — a partir do desenvolvimento das forças produtivas — a necessidade de novas formas administrativas e políticas. Contudo, não ficou suficientemente entendido que o capitalismo monopolista é estruturalmente antitético à democracia, como sentenciou cabalmente Wood (2011). A história acabou demonstrando — o que também não foi assimilado —, que o processo de ampliação da democracia implica choques permanentes com a lógica privatista do capital. Além disso, vimos que *nada* do que uma democracia, qualquer que seja ela, pode apresentar formalmente possui valor *intrínseco*. De fato, em determinadas condições, tudo pode converter-se em instrumento de opressão, exploração, reação (LUKÁCS, 2007).

O exemplo cabal que confirma essa assertiva, vimos em agosto de 2016, com o *golpe parlamentar-midiático-jurídico*. A história nos mostrou que a “socialização da política” (de forma muito restrita) sem a socialização econômica e sem a elevação do nível de consciência da sociedade tem muitos limites. O que a classe trabalhadora passou com o governo Temer (2016-2018) e com Bolsonaro (2019-2022) é para ser sempre lembrado, para que jamais se repita. Sob um novo clima de ameaças, temor e pânico a partir da eleição de Bolsonaro, colocou-se na ordem do dia novamente, a necessidade de fortalecer a democracia da sociabilidade burguesa e as instituições do Estado Democrático de Direito. Pois, mesmo a democracia restrita burguesa estava desprestigiada e fortemente ameaçada por mais um golpe. O 8 de janeiro de 2023 é mais uma daquelas tragédias que se repetem historicamente em nossa sociedade.

São tempos acentuadamente regressivos que revelam, de acordo com Braz (2017), a ascensão das forças mais conservadoras e até mesmo reacionárias operantes nos diversos aparelhos estatais - Parlamento, Judiciário, na grande mídia; na atuação de movimentos de direita financiados pela burguesia nativa e estrangeira que estavam à frente das mobilizações pelo golpe. Nesse sentido, basta uma rápida olhada sobre o perfil socioeconômico e do nível, ou melhor do compromisso ético, político e moral da ampla maioria dos políticos brasileiros eleitos para a Câmara dos Deputados na eleição (2022) para o quadriênio 2023-2026.

A conclusão a que se chega quanto ao aspecto político é, inevitavelmente, de que *vivemos uma decadência política sem precedentes na história republicana brasileira*. E o quadro se agrava na medida em que não estamos diante de um problema passageiro que se corrija com uma adequação tática, como observa Iasi (2018), mas diante do esgotamento de uma estratégia que predominou no último período e que deriva de profundos equívocos e incompreensões quanto à caracterização de nossa formação sócio-histórica.

No campo constitucional legal, tem sido mais difícil porque, em pouco mais de 35 anos, a “*Constituição Cidadã*” foi “emendada”, “remendada” e *desfigurada* mais de uma centena de vezes com Emendas Constitucionais (geralmente contra os direitos da classe trabalhadora) e quilômetros de dispositivos que exigem regulamentação que seguem sem solução até os dias atuais, como o imposto sobre grandes fortunas entre outros. Desse modo, a Carta de 1988 expressa a incorporação de componentes próprios da democracia liberal como a liberdade de criação de partidos, a independência entre os poderes e o sufrágio universal e absorve, parcialmente, as demandas dos setores populares por direitos sociais e trabalhistas. Porém, a incorporação do regime político democrático liberal conviveu, por exemplo, com a permanência de muitas das prerrogativas do papel das Forças Armadas – que o governo Bolsonaro soube usar muito bem, ao ponto de ameaçar a democracia restrita burguesa – como a recorrência à força para manter a “lei e a ordem”. Além disso, a Carta legitima a adoção da política de ajustes neoliberal, a partir dos anos 1990, que desfinanciou a oferta de políticas sociais públicas universais e de qualidade.

Do ponto de vista econômico-social, os últimos anos foram difíceis para a classe trabalhadora porque se acreditou no *mito da incompletude do capitalismo*, nos termos de Figueiredo (2018), por um lado, e na possibilidade de efetivar os direitos sociais sem mudança nos fundamentos do modo de produção capitalista, de outro. A noção de incompletude do capitalismo seria, como observa Figueiredo, grosso modo, que no Brasil o modo de produção é capitalista e que, em virtude da forma própria de seu desenvolvimento, careceria, à sombra da fórmula democrática-burguesa, de um longo período de transformações dentro da ordem.

Nessa perspectiva, ganhou força (*corações e mentes*) a tese segundo a qual seria possível humanizar o capitalismo, conciliando desenvolvimento econômico capitalista com políticas sociais universais – como acreditou parte da esquerda europeia vinculada à social-democracia do pós-Segunda Guerra. Essa capitulação em face da ofensiva do capital rebateu fortemente no Brasil, ainda que tardiamente, especialmente depois da “queda do muro” de Berlim e ao longo dos anos 1990. Como se sabe, a origem de toda ideologia em defesa do capitalismo humanizado visava combater as revoluções de caráter socialista e o comunismo em escala mundial. Ou seja: acreditava-se que a “questão social” era fruto da falta de desenvolvimento ou pela incompletude (ou ainda, pelo constrangimento) do capitalismo no Brasil. Portanto, bastava desenvolver o modo de produção capitalista para superarmos o atraso. Mais uma vez (como tragédia e farsa), esqueceu-se que, no Brasil, como bem observou Schwarz (2012), o progresso é uma desgraça, e o atraso uma vergonha.

Sob o *capitalismo dependente*, o modo de vida da classe trabalhadora implica contradições básicas: por um lado, diz Iamamoto (2012), a igualdade jurídica dos cidadãos livres é inseparável da desigualdade econômica, derivada do caráter cada vez mais social da produção, contraposta à apropriação privada do trabalho coletivo. Por outro lado, ao crescimento do capital corresponde a crescente pauperização relativa e absoluta do/a trabalhador/a. Essa é a lei geral da produção capitalista, que se encontra na raiz da “questão

social” dessa sociedade, que se expressa sob inéditas condições no atual contexto histórico.

Desse modo, vive-se uma decadência nos aspectos econômicos porque, por um lado, com o atual modelo econômico em curso, não há futuro promissor para a classe trabalhadora nos dias que correm. Por outro, não obstante todos, absolutamente todos os governos desde a redemocratização terem prometido reduzir ou acabar com a pobreza (a pobreza extrema) e fazer distribuição de renda, como vivenciamos, a situação da classe trabalhadora, substantivamente, pouco se alterou nesses últimos trinta anos.

Além disso, todos os governos após a redemocratização (Collor, Itamar Franco, FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro) pautaram-se por uma política econômica em perfeita sintonia com as diretrizes neoliberal. No entanto, esses governos tiveram trajetórias distintas em cenários externos diferenciados, que implicaram em diferentes desfechos. Por isso, mesmo que tenham atuado no sentido de reproduzir o capitalismo em sua fase neoliberal, não se pode dizer que eram idênticos, pois não produziram os mesmos resultados para a sociedade, como demonstrado acima.

Assim, a base econômica que esperava-se ser a base para o processo de democratização da política e da cultura (e da efetivação dos direitos sociais e econômicos garantidos na Carta Magna), converteu-se na base que exige, de acordo com Iasi (2018), a negação dessa forma democrática e reatualiza as bases da autocracia burguesa naquilo que lhe é fundamental. Isto é, uma ordem que encontra sua legitimidade nos estreitos limites daqueles que dela se beneficiam, restando aos demais a imposição violenta dos meios coercitivos e a intensificação dos mecanismos explicitamente ideológicos que encobrem e justificam a ordem social existente.

Verifica-se, da mesma maneira, que sobre as organizações sociais coletivas da classe trabalhadora e seus intelectuais orgânicos, no aspecto ideológico ocorreu o predomínio do *imediatismo* e do *taticismo*; no campo teórico e político, respectivamente, deu-se a *miséria da razão* e a *mistificação* da realidade. Essas são, notadamente, expressões dos rebatimentos da decadência da burguesia e do mundo burguês sobre a classe trabalhadora e suas organizações sociais coletivas. Assim, do ponto de vista das classes subalternas, a grande tarefa estratégica é a superação das origens de todo esse arcabouço de problemas. Mas isso não é tarefa fácil, pois existem articulações orgânicas entre os interesses econômicos e ideológicos das classes dominantes e das camadas dirigentes do regime democrático restrito.

Embora em alguns momentos a luta de classes possa não se explicitar e se manifestar abertamente, porque a disputa é amortecida pelos processos de captura, conciliação, repressão ou mesmo pela invisibilidade aos processos de resistência, negados sistematicamente pelo capital e pela mídia burguesa, o antagonismo de classes é permanente, para além da consciência da própria classe. Marx (2009) já afirmava, desde suas obras de juventude, que é preciso condições materiais de existência para que a consciência possa alterar-se e solidificar-se. Os refluxos da luta não significam a redução ou inexistência do antagonismo. O fato de os/as trabalhadores/as não se reconhecerem como tal não muda esse fato objetivo, essa condição objetiva; mas muda, sim, as possibilidades de organização, mobilização, ampliação da consciência e capacitação para o enfrentamento. Logo, a ausência de identidade de classe não nega a existência da classe, mas tem sobre ela um impacto nefasto.

Nesse sentido, como se buscou demonstrar ao longo deste artigo, estamos convencidos de que é pelo caráter de *capitalismo dependente* e a forma específica de inserção na ordem *imperialista* que se determina toda a formação social, política, econômica e ideocultural

brasileira. Consequentemente, é por este meio que se determina o caráter ontologicamente decadente da burguesia brasileira. Portanto, como as classes sociais somente existem em relações sociais, de uma maneira ou de outra, toda esta contingência acaba por rebater na classe trabalhadora e em suas formas representativas ou, em seus intelectuais orgânicos e coletivos e em seus organismos privados de hegemonia.

Nosso pressuposto é que todos estes aspectos sumarizados (o político, o econômico, o cultural e o ideológico) estão intimamente ligados e relacionam-se entre si, portanto, não se trata apenas de fazer “análises concretas de situações concretas” estanques ou isoladas. Ao contrário, é preciso identificar o que é específico de cada um desses complexos e ver as conexões históricas que os ligam. Dessa maneira, julgamos ter sido possível trazer à luz algumas das principais expressões da decadência ideológica ontológica das classes dominantes brasileiras e as implicações desse processo sobre as classes subalternas.

Compartilhamos das aspirações que almejam superar o estado de barbárie que assola a sociabilidade atualmente no Brasil, portanto, sabemos da necessidade de uma “frente ampla” para resistir às ofensivas do capital, ultraneoliberais de cunho fascistizante. Entretanto, não devemos minimizar as críticas às ideologias burguesas e tampouco fazer concessões de princípio ao “novo taticismo” presente na cena contemporânea brasileira.

Em decorrência disso, entre outros fatores determinantes, vive-se uma *pulverização* e uma *atomização* da vida social. Além do mais, em geral, não há de maneira disseminada uma perspectiva de totalidade no debate contemporâneo e, com isso, o abandono das categorias fundamentais (totalidade, mediação e contradição) para se interpretar e daí buscar alternativas para mudar a realidade.

Concluimos esse trabalho com a triste constatação de que ainda sofremos os efeitos no contexto presente dos retrocessos, intensos e perversos, promovidos pelos governos Temer e Bolsonaro no âmbito dos direitos humanos e sociais. Nesse sentido, é evidente o desemprego estrutural, a precariedade das relações de trabalho, as exigências de contenção salarial, de flexibilidade das relações de trabalho, o desmonte do já frágil sistema de proteção social, o avanço da intolerância e do conservadorismo que não reconhece e nem respeita a diversidade humana. As desigualdades e o contingente de destituídos de direitos civis, políticos e/ou sociais, tem sido potenciados pelas orientações neoliberais e pela falácia “neodesenvolvimentista”. O ônus dessas ideologias recai sobre as massas trabalhadoras, sobretudo sobre as mulheres e a população negra. O pauperismo absoluto e relativo não deixa de constantemente bater à porta da classe trabalhadora.

Por fim, parece incontestável a vitória das estruturas sobre os sujeitos sociais atualmente. Parece definitiva a hegemonia da manipulação e da instrumentalização sobre a atividade criadora dos seres humanos. Enfim, parece que as categorias de totalidade, práxis e revolução se exilaram da sociedade brasileira contemporânea. Entretanto, se vivemos em tempos sombrios, quando as vitórias da decadência ideológica e da manipulação parecem incontestes, isso não é, certamente, em definitivo. Aqui e ali, vislumbram-se sinais de que a história não acabou. E não acabou mesmo, pois, como disse Marx (2010), ainda vivemos na pré-história da humanidade.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BEHRING, Elaine. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. *In: ANAIS DO 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Vitória, 2 a 7 dez. 2018.
- BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. Serviço Social e política social: 80 anos de uma relação visceral. *In: OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduína de. Serviço Social no Brasil: história de resistência e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.
- BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação de direitos, superexploração e desigualdade de classe, gênero e raça no Brasil recente. *In: BOSCHETTI, Ivanete, GRANEMANN, Sara, KILDUFF, Fernanda e SILVA, Mossicléia Mendes da. (Orgs.). Os direitos não cabem no Estado: trabalho e política social no capitalismo*. São Paulo: Usina editorial, 2023.
- BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.
- BRAZ, Marcelo. **O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital Imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ: EPSJV/UFRJ, 2010.
- IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- IASI, Mauro Luís. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudos guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). GRANEMANN, Sara. (org.). **Coleção Carlos Nelson Coutinho**. v. IV. Rio de Janeiro: PPGSS/UFRJ, 2018.
- LUKÁCS, György. Marx e o problema da decadência ideológica. *In: Marx e Engels como historiadores da literatura*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl Heinrich. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl Heinrich. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl Heinrich. **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl Heinrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, José Paulo. **Lukács e a crítica da filosofia burguesa**. Lisboa: Seara Nova, 1978.

NETTO, José Paulo. **Marxismo impenitente**: contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

MARTINI, Vanderlei. **A decadência ideológica da burguesia**: características, expressões e rebatimentos sobre a classe trabalhadora no Brasil. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social, transformações do trabalho e políticas sociais no capitalismo contemporâneo. *In*. RAICHELIS, Raquel. VICENTE, Damares. ALBUQUERQUE, Valéria. (Orgs.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do marxismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

REFLEXÕES CRÍTICAS AO EXISTENCIALISMO

Higor Claudino Oliveira
Gláucia Lelis Alves

Introdução

O que apresentamos neste texto é um breve e crítico panorama do existencialismo. A princípio, tendo que os filósofos e as ideias não brotam da terra feito os cogumelos e são, ao invés, *produtos de um tempo*, recuperamos as condições históricas e sociais que ensejaram o florescimento, o renascimento e o deslanchar da tendência existencialista, em cujo eixo teórico-temático figura, plena, a *angústia*.

Salvo maiores variações – não muitas, deve-se sublinhar –, o existencialismo possui uma unidade essencial. Destarte, é possível que se elabore um panorama a propósito mediante recortes mais ou menos radicais: tomando à leitura os *clássicos* do existencialismo, dos quais irradiam as noções, os conceitos etc. que o constituem medularmente, percebemos o que há de mais fundamental nessa tradição e repetições que são, no limite, desnecessárias.

Os *clássicos* que ora apreciamos são Søren Kierkegaard (1813-1855), dinamarquês, o dito *pai do existencialismo*; Martin Heidegger (1889-1976), o assim chamado *rei secreto do pensamento*, e Jean-Paul Sartre (1905-1980), afamado filósofo francês. A respeito de Heidegger, o abordamos em seu momento anterior à *superção da metafísica* – isto é, apreciamos o primeiro Heidegger, o filósofo de *Ser e Tempo*. O legado sartreano, visitamos mais atentamente o seu primeiro momento, cujo texto-referência é *O Ser e O Nada*, e mencionamos a interlocução estabelecida com o marxismo; já a filosofia kierkegaardiana, livre de maiores sinuosidades, examinamos em seus traços mais grossos, base para *todo* o existencialismo.

Contextualização

O sujeito que lê os diários, as notas e os cadernos de Kierkegaard percebe que a angústia teorizada foi para ele, antes de mais nada, uma experiência vivida. Seria relativamente fácil apreender biograficamente o pensamento kierkegaardiano: tout court, um homem angustiado elabora uma filosofia angustuada. Entretanto, as coisas não se esgotam no miúdo do biográfico e têm, em todos os sentidos, grande complexidade.

A angústia encontra-se em Kierkegaard e bem a identificamos em Heidegger e Sartre. O mais velho do cânon, Kierkegaard foi um homem do século XIX; já Sartre, o mais jovem, viveu durante a centúria seguinte. Ou seja, apesar do processo de concepção do existencialismo ter coberto um arco temporal de mais de cem anos, a noção e o tema da angústia permaneceram centralizados. Percebê-lo implica considerar que, de Kierkegaard até Sartre, a angústia paulatinamente se tornou uma experiência vivida por ponderosos segmentos da sociedade. Embora, a nosso ver, não se possa dizer que a angústia é um fato objetivo que constitui a condição humana, não se pode negar que ela *resulta* de fatos objetivos. Ou melhor, a angústia é uma resposta subjetiva a constelações históricas e sociais angustiantes.

As *constelações* a que aludimos nada mais são do que as condições materiais que o capitalismo impôs. Ao longo dos cinquenta anos seguintes à Revolução Francesa (1789), o modo de produção capitalista expandiu-se pela Europa através de revoluções e guerras, notadamente as napoleônicas. O capitalismo introduz na vida social uma mobilidade e uma instabilidade permanentes; ele é, dizem Marx e Engels (2008), o primeiro e único modo de produção que deve revolucionar a si próprio para que não esmoreça. A sociedade burguesa aguça o individualismo e estimula os homens à mobilidade social: agora, não determina o sujeito o segmento social de nascimento. Que o sujeito lute, pois, por sua própria afirmação pessoal. Tornam-se plurais os valores, as noções etc., e os indivíduos, em consequência, passam a lidar com a urgência da escolha dos próprios caminhos. As identidades parecem resultar de opções puramente subjetivas e instala-se, *enfim*, uma situação em que a existência prima sobre a essência.

O primado da existência sobre a essência é a tônica dos existencialistas, que argumentam que as filosofias anteriores puseram a segunda sobre a primeira. Equivocadas em princípio, essas filosofias propuseram que há uma essência – ou, *natureza humana* – que prevalece sobre as formas e os limites da vida individual. Os existencialistas invertem essa relação e afirmam a vida individual dos homens, a existência, como fator primário. Grosso modo, é como se afirmassem que os homens escolhem as suas respectivas essências. Aqui, é interessante lembrar a reflexão filosófica de Blaise Pascal (1623-1662), intelectual francês que, mesmo antes de Kierkegaard, tematizou a *instabilidade da vida humana*. À época de Pascal, porém, o capitalismo não era mais do que um conjunto de tendências ao fundo do absolutismo feudal. O filósofo dinamarquês, mais à frente, experimentou a explosão dessas tendências e o espraiamento capitalista pela Europa, o que o permitiu ultrapassar Pascal.

A instabilidade da existência humana é apenas um entre outros elementos do capitalismo. A languidez, o desespero, a angústia e a instabilidade compõem o modo por intermédio do qual alguns – e não todos – os homens experimentam a vida no interior da sociedade capitalista. O capitalismo é um regime submetido a leis e dispõe de certa estabilidade relativa, que é diversa à regularidade feudal. As leis e a estabilidade capitalista aparentam atuar apenas ao nível do particular. Por exemplo, é muito pouco provável que alguém questione a racionalidade de uma montadora de automóveis. Todavia, quando estendemos o olhar para o conjunto, tudo parece um verdadeiro pandemônio: as montadoras racionalmente se orientam em busca da máxima eficácia e de repente, se mais ou menos, ribomba uma crise econômica que, à ligeira leitura, ao nível do aparente, é incontrolável e irracional. Em detalhes, o que reina no capitalismo é a racionalidade formal; e no conjunto, a aparente irracionalidade. A depender da conjuntura concreta, um ou outro aspecto ganha relevo sobre os outros.

N’O *Estruturalismo e a Miséria da Razão*, a severa crítica de Coutinho (2010), vemos que há momentos de predominância dos elementos irracionais – ou, elementos de crise – do capitalismo. Os anos que Kierkegaard viveu, experimentando-os intensa e sensivelmente, são um exemplo disso. *Mutatis Mutandis*, esse é também o caso da quadra histórica em que ocorreram o renascimento e o deslanchar do existencialismo, da I Guerra até parte do pós-II Guerra. Mas se, por um lado, temos esse período de tribulação, o que temos por outro lado são momentos sem muitas intercorrências, durante os quais o aspecto racional predomina: o clima aí não é o de lassidão, nem angústia, e sim o de segurança em estar orientado no bojo de um mundo racionalizado e formalizado. Ou seja, *as ideias têm lugar*.

Enquanto as perturbações sociais, econômicas e políticas suscitam elaborações angustiadas, a estabilidade é solo fértil para tendências como o estruturalismo, cuja emergência aconteceu nos estáveis anos 50. Após o Maio Francês, a moda estruturalista foi acantonada e os próprios estruturalistas, à exceção de Claude Lévi-Strauss (1908-2009), revisaram as suas fontes primárias e teorias. Ademais, que chamemos à memória: foi no decurso da segunda metade do século XIX, uma época também estável, que Auguste Comte (1798-1857) e Émile Durkheim (1858-1917), ambos franceses, lançaram as bases para o que conhecemos como positivismo.

A assimilação racional desses aspectos do capitalismo hipoteca-se a uma leitura dialética da realidade. Ou, em outros termos: é dialeticamente que conseguimos compreender e demonstrar que a irracionalidade do conjunto é apenas a aparência necessária mediante a qual se fazem valer as leis gerais do sistema capitalista. De volta ao exemplo da crise econômica, não se pode dizer que um fenômeno tal é tão somente irracional. Antes, a crise é um modo que a racionalidade econômica encontra para punir os capitais mais débeis em benefício dos mais robustos. Uma abordagem dialética do capitalismo, que preconiza a totalidade, permite que escapemos a visões unilaterais e antagônicas. Quando/se não dialética, a leitura põe de um lado a instabilidade, que se responde com angústia, e no outro posiciona a racionalidade parcial, que se responde com ideias positivistas.

Kierkegaard

Mesmo Sartre (1972) reconhece que uma acentuada sensibilidade para os fatos – ou novos, ou não – e a incapacidade de vê-los em conjunto são os traços que melhor caracterizam o kierkegaardianismo. Sem jamais ter renunciado inteiramente ao tema e ao método que tornam *sui generis* o existencialismo, o filósofo francês ponderou que apenas o marxismo pode dar respostas adequadas àquilo que os existencialistas trouxeram à mesa. Caso fôssemos sumarizar esses apontamentos de Sartre, matizando-os à luz da crítica que György Lukács (1885-1971) dedica ao irracionalismo moderno, diríamos: o existencialismo é unilateral porque não incorpora uma visão dialética da realidade.

Se, a priori, não se aclara o binômio aguda sensibilidade e visão unilateral, não se chega ao como e ao porquê do existencialismo.

Desde as suas primeiras elaborações filosóficas mais robustas – *Ou-Ou*, nomeadamente –, Kierkegaard (1987a; 1987b) esteve contra o pensamento de Georg W. F. Hegel (1770-1831), um dos mestres do idealismo alemão. À visão kierkegardiana, Hegel desconsiderou o indivíduo porque o subordinou sem reservas às leis gerais da história; mais, assevera o dinamarquês, Hegel cometeu o grave erro de diluir a parte no Todo, considerando apenas a *necessidade* e não a *liberdade*. A *liberdade* kierkegardiana, cujo sentido é terminantemente contrário à *necessidade* hegeliana, é a primeira reação clara de Kierkegaard contra Hegel. N’O *Conceito de Angústia*, novamente em crítica ao velho alemão, Kierkegaard (1980b) amiúde aborda a dimensão negativa da possibilidade, que pode ser *possibilidade-de-sim* e *possibilidade-de-não*. Como temos sim e não, temos incerteza; e se há incerteza, há angústia. A possibilidade possui este aspecto paralisante: porque marcada pela possibilidade, por escolhas e alternativas, a vida humana é instável. Assim, o homem vive ameaçado pelo *nada*, que é a possibilidade de realizar possibilidade alguma. A angústia é, pois, o horror petrificante de não realizar as escolhas que urge, ou de fazer escolhas aniquilantes.

O que se vê então é um individualismo radical, e não há valores universais, nem supraindividuais que possam lastrear o estabelecimento de um modelo válido para a ação individual. A principal tarefa que Kierkegaard toma para si é a de descrever a vida humana em suas possibilidades, seja as de sim e as de não. Os estágios da existência daí vêm. O *Diário de um Sedutor* é o texto em que Kierkegaard teoriza o primeiro dos estágios da existência, o *estético*. O *modus vivendi* estético é a alternativa para os homens que, em um só fôlego, vivem somente o mais imediato e sensível. As descrições do *Diário* muito se assemelham às trágicas aventuras que Azevedo (2019) narra em sua *Taverna*: lubricidade, desespero, embriaguez e *angústia*. O filósofo dinamarquês traz ao leitor as experiências de vida de Johannes, um jovem boêmio, e, através dessas experiências, tematiza os impasses que a vida estética impõe. O *modus vivendi* estético é tedioso porque repetitivo; conscientemente ou não, o sujeito esteta é um desesperado. Aos poucos, sofrendo, o desesperado sujeito esteta reconhece a necessidade de uma vida mais diversa, menos tediosa e repetitiva. A sutil sugestão de Kierkegaard é a de que não é casual que os grandes boêmios estejam sempre à beira da conversam religiosa.

Enquanto a instabilidade, a embriaguez, o tédio e o desespero caracterizam o estágio estético, o assenso a uma determinada situação como tarefa ou missão é o que particulariza o estágio *ético*, segundo dos três. Se Johannes, o tipo esteta, aproxima-se dos personagens da Taverna, o protótipo para o tipo ético é a figura do marido prudente. Todavia, uma vida ética não é suficiente para Kierkegaard, porque o homem não raro escolhe mal e compreende que as escolhas feitas, se não podem ocorrer em um todo adequado, não são inteiramente adequadas; o homem ético arrepende-se. A noção kierkegaardiana de vida ética é a protoforma da ideia de *vida inautêntica* de Heidegger (2015) e Sartre (2008): os homens escolhem papéis, tarefas etc., mas o que ocorrem, na dura pureza da verdade, é que esses elementos escolhem os homens. Os sujeitos interpretam uma pseudouniversalidade como algo que a eles é/era íntimo, e isso os atira ao fracasso.

Por último, terceiro, o estágio religioso. Não há nesse estágio escolhas racionais, ou que podemos supor racionais. Ao invés de tê-las, temos somente a fé, que é a única via de acesso a Deus. O trânsito entre os estágios prescinde de pontes, salta-se de um para o outro. Pode-se dizer que Kierkegaard está à margem da dialética: a transição de um estágio para o outro não implica negação da negação, nem movimentos que trazem consigo traços do que passou, do que já foi; não ocorrem transformações de quantidade em qualidade, tampouco processos de elevação do mais simples para o mais complexo. Em Kierkegaard, os movimentos são, grosso modo, saltos bruscos e alternativas que negam radicalmente o momento anterior. As ideias antidialéticas não operam através das noções de síntese e transição, tudo é *ou-ou*.

O trânsito do ético para o religioso, em *Temor e Tremor* o caso de Abraão vem para descrevê-lo. Conforme narrado no *Gênesis*, o primeiro dos patriarcas chega a quase imolar o seu próprio filho, Isaque, em obediência ao Senhor. Para Kierkegaard (1983), o gesto de Abraão não se deu em função de um imperativo ético: o patriarca foi movido tão somente pela fé. Do alto do Céu, o Senhor ordena que Abraão ofereça a Ele o sangue de Isaque em holocausto, e o patriarca, prontamente, prepara-se para isso. Sentimento irracional, a fé estabelece uma relação imediata entre mim e Deus. A fé é um caminho privado e pessoal entre um absoluto, a minha existência privada, e outro absoluto, Deus. Portanto, a vida religiosa é o domínio da mais completa solidão. Se, em estado de puro gozo, o sedutor cambaleia embriagado pelo mundo; e se o marido, sendo prudente, assume os ditames e as

normas impostas de fora sob o título de tarefas a cumprir, o tipo religioso assume abnegadamente que a solidão absoluta é o dado mais básico da existência.

Como Pascal a seu tempo, Kierkegaard (1980b; 1983) não atribui à fé a força de uma certeza que se adquire de uma vez para sempre. A fé, longe de sê-lo, é uma escolha contínua, que se dá a todo momento: temos sinais que indicam tanto a presença do Senhor, quanto o que Ele ordena. Os sinais, os presságios e as sensações não são inequívocos, mesmo porque a certeza sobre o caráter divino desses elementos é uma certeza que, se é angustiada, é duvidosa. Ao passo em que a angústia constitui a *condition humaine* e, associada à solidão absoluta, preenche a vida humana de sentido, o cristianismo é a revelação da essência da vida humana. O filósofo dinamarquês, ainda em *Temor e Tremor*, reflete a propósito. O homem, sendo pura instabilidade e possibilidade, vive necessariamente em estado angustiado. A angústia, em última instância, equipara-se à consciência do pecado original. Quando cedo pela ignorância, desconhecendo que é apenas possibilidade, o homem não padece de angústia. Todavia, se/quando ele reconhece o mal que o funda enquanto ser vivente – ou seja, a instabilidade constante –, devora-o a angústia. O único modo de superar o desespero e a angústia é a fé, cuja natureza é irracional e paradoxal porque, nos termos de Kierkegaard (1983, p. 113-114), “não pode ser reduzida a nenhum raciocínio”, pois começa “precisamente onde acaba a razão”. Nem mesmo a fé, contudo, é uma escolha que ocorre de uma vez por todas: malgrado acredite em Deus, nos anjos e nos profetas, o homem, pé no círculo da angústia e do desespero, sofre.

Provocativamente, Lukács (1980) pontua que o existencialismo, não só a filosofia kierkegaardiana, é um *ateísmo religioso*. Os existencialistas, professantes de fé ou não, mesmo os ateus, ao mesmo tempo em que exigem a crença em Deus como única forma de superar a angústia, reconhecem a impossibilidade de racionalmente elaborarmos essa crença. No limite, o existencialismo descreve uma situação cuja única possibilidade de solução é a elaboração de um valor universal, absoluto e inequívoco: *Deus*. Os pressupostos, as noções e as perspectivas fundantes dessa filosofia barram a elaboração de qualquer valor que seja, porém.

Heidegger

No heideggerianismo encontramos os elementos fundamentais da religiosidade kierkegaardiana. Malgrado não defina positivamente o ser, Heidegger (2015) atribui a ele traços que o aproximam de um absoluto transcendental. O ser é, em Heidegger, algo à parte do mundo dos *entes*, que são tudo aquilo que *é*. Em/a princípio ateia, a reflexão heideggeriana paulatinamente confere ao objeto perscrutado, o ser, feições religiosas: o ser confunde-se com o sentido do mundo, ou o sentido último da existência.

O objetivo explícito do primeiro Heidegger é o de fundar uma nova ontologia. Lê-se em *Ser e Tempo* que todas as reflexões ontológicas anteriores partiram de um ponto de vista equivocado porque, *a priori*, não investigaram o homem. Os esforços das velhas ontologias esgotaram-se nos entes e não no ser, cuja complexidade desborda os entes. Portanto, a reflexão ontológica deve partir do homem, que é o único ente no interior do qual se manifesta o ser. O homem é, para Heidegger, o único ente que rompe com a pequenez dos entes e faz ecoar a pergunta sobre o como e o porquê das coisas. A tarefa prévia da ontologia, assim, é empreender a analítica existencial, isto é: o rigoroso exame da *condition humaine*.

As densas descrições heideggerianas da condição humana encontram correspondência em Kierkegaard. O homem é liberdade e possibilidade; e sendo isso, ele é *ex-sistere*, fora de si, oposto à rigidez e à opacidade da natureza. Entretanto, revela-se aí a contradição já explicitada n' *O Conceito de Angústia*: quando busca transcender a si mesmo, o homem descobre que é, também ele, um ser finito, um *ser-no-mundo*. O homem percebe-se caído no mundo e limitado pelo mundo. Se em Hegel (2004) e Marx (1996; *apud* Coutinho, 2010) o homem é um ser imanentemente social – a própria noção de *individualidade* foi elaborada em um determinado momento da história, vale lembrar –, um ser que modifica a si próprio no decurso dos anos, em Heidegger o homem é como que algo situado para fora da sociedade e da história. A bem dizer, é como se Heidegger afirmasse: *o homem caiu*. A queda na vida social é teorizada sob clara de perspectiva de punição, um elemento que é, compreendemos, outro motivo religioso. O mundo social, âmbito para o qual o homem é atirado, *derrelito*, é a fonte de toda a limitação humana.

Forçado a lidar com as coisas e obrigado à preocupação porque caído no mundo, o homem perde o contato consigo mesmo e não reflete sobre os sentidos do ser e da vida. Consequentemente, o rei secreto elucubra, o homem torna-se inautêntico. A vida social, desvalorizada, é o espaço do *se* e do *nós*, o lugar em que se descora a individualidade; mais, a cotidianidade é eivada pelo anonimato, agimos e pensamos de acordo com papéis, tarefas e missões a cumprir. Segundo os apontamentos de Coutinho (1966), essas ideias promovem a total desvalorização da vida social – ela, o reino da *inautenticidade* e do *abastardamento* –, assim como lastreiam uma *sui generis* crítica à democracia e à sociedade de massas em defesa do *indivíduo isolado*. Trata-se, nos termos de Lukács (1980, p. 166), de uma apologia indireta do capitalismo: “O apologista indireto aponta grosseiramente o lado negativo do capitalismo, suas atrocidades, mas não as apresenta como propriedades do capitalismo, e sim como qualidades inerentes à existência humana em geral, da vida mesma”. Os questionamentos e a luta contra esse lado negativo, levá-los à frente equivaleria a que o homem lute contra a natureza que o constitui; ou seja, questionar e lutar são gestos previamente condenados ao doloroso fracasso. Que percebamos o mordaz *pessimismo*, que justifica o não sentido de qualquer ação política transformadora. Esvazia-se o sentido da vida por intermédio do pessimismo e permanece de pé, no escuro, o indivíduo isolado e atirado ao mundo.

Se Deus existisse, se a pergunta acerca do sentido da vida tivesse uma resposta evidente, unívoca, estaríamos salvos. Porém, como Deus não existe, o único elemento que nos elevaria sobre o mundo se esconde e jamais se revela. Ora, *não há remédio*: não se pode escapar à vida no mundo. Atirado ao mundo e derrelito feito um anjo traidor, o homem carrega em si a capacidade de transcender o dado e as coisas imediatas; ele é possibilidade e abertura. Quando projeta um ato de superação do dado, todavia, ele cai no mundo com todos os seus limites. O homem é condenado à vida no mundo; ele é condenado à preocupação, à ocupação e, infernalmente, à convivência.

Descrito em Rouanet (2015) como arrogante, vaidoso e megalômano, Heidegger considera que a maioria dos homens, incapazes de captar o tônus da analítica existencial, não percebe que a contradição fundamental da existência é ser completa abertura a todas as possibilidades e ser, ao mesmo tempo, a negação da única possibilidade que afirmaria a liberdade individual – qual seja, a *transcendência dos limites impostos pelo mundo*. Mas há aqueles que reconhecem essa contradição e, enlevados pelo que Heidegger (2015) chama de *voz da consciência*, chegam à dura verdade de que somos todos *nada*. As radicais limitações e a finitude

que essencialmente nos constitui nos fazem sê-lo. O que resta aos conscientes é *viver-para-a-morte*: resta viver sob angústia. O *ser-para-a-morte* é o único modo de conseguirmos uma morte pessoal: ora, *eu morrerei*. A angústia, o isolamento e a solidão tornam-se privilégios que elevam o sujeito solitário, isolado, sobre aqueles que vivem social e inautenticamente. O mundo privado dos homens solitários não é, assim, uma prisão: trata-se, pois, de uma clareira de resguardo, uma alternativa à vida pública. Coutinho (1966) percebe que a luta contra a inautenticidade tem algo de heroísmo e, embora vocalize um justo protesto contra as limitações impostas pela vida burguesa, configuram uma rebeldia resignada de posicionamento marginal: a crítica que lhes garante lastro é misturada a generalizações que, em última análise, eternificam e fazem ontológicas realidades humanas históricas.

Que notemos, enfim: o esquema geral do primeiro Heidegger é todo religioso, só não há Deus; e como não há Deus, tanto mais agudos são o desespero e o langor. A reflexão do segundo Heidegger é de feições míticas e poéticas, e mesmo o Deus referenciado é uma divindade boscareja que, nas palavras de Caputo (1993, p. 22), “eleva-se de uma experiência poética da terra como algo sagrado e merecedor de reverência”. A expressão linguística de Heidegger, ao menos em parte, perde o rigor e a impenetrabilidade de *Ser e Tempo*, torna-se etérea e docemente bucólica. Por exemplo, é metafórica e bucolicamente que Heidegger (2022) afirma que existir é *viver sob a luz* do ser e que os artistas são os *pastores do ser*; ademais, que não devemos tão somente viver-para-a-morte, mas antes revelar algo da luz do ser mediante linguagem poética.

Sartre

O mérito de ter difundido largamente o existencialismo é de Sartre. Entre as décadas de 1950 e 60 era usual que na França os sujeitos de comportamento pouco convencional fossem chamados de *existencialistas*. Não massacrando as sutilezas e os significados nas entrelinhas, Sartre aborda a temática existencial a partir de descrições do cotidiano mais banal. Os aspectos mínimos da vida cotidiana servem de farto material para a análise fenomenológica. O clima do imediato pós-II Guerra preparou o terreno para o recebimento de uma filosofia/literatura da angústia e do desespero.

Diz-se n’O Ser e O Nada que há três regiões ontológicas, o *em-si*, o *para-si* e o *para-os-outros*. A primeira região é o âmbito das coisas naturais; o *em-si* é o ser das pedras, um ser cuja essência aprioristicamente determina a existência. Logo, o *em-si* é um ser estável. O *para-si* corresponde ao homem e, nessa região, a existência é o dado primário. Porque impelido a escolher a todo momento através de projetos elaborados em pensamento, o homem não é pré-determinado, nem definido por nada. Ao contrário, o homem é *condenado à liberdade*, à escolha.

Contra Sigmund Freud Sartre (2011) assevera que mesmo pelo inconsciente o homem é responsável: é por uma opção que agimos de um modo e não de outro, e agir inconscientemente é uma possibilidade de escolha aberta pela liberdade. Instala-se, então, a angústia, pois escolher a todo momento é um peso insustentável. À medida que os nossos projetos correm no sentido de alcançar uma opção que nos estabilize e nos defina de uma vez para sempre, a angústia é agravada. O filósofo francês considera que o homem aspira ser um ser definido ao mesmo tempo em que anseia ser um ser que traz em seu âmago uma causa própria. Ou seja, o homem deseja ser *em-si* e *para-si* de uma só vez, o que é impossível.

Um para-si não pode se tornar em-si sem que evite o próprio aniquilamento. Para Sartre, o maior desejo do homem é, no limite, ser Deus.

O que lemos n’*O Ser e o Nada* é uma bela forma literária de *Ser e Tempo*: em suma, o homem é impossibilidade. Frente à impossibilidade da existência, resta a ele duas alternativas. O indivíduo pode renunciar à liberdade e contraindo-se sob o olhar alheio, seguir as normas que os outros o ditam, o que o tornará inautêntico; ou pode, ao invés, arcar com toda a responsabilidade que provém da abertura à liberdade absoluta e viver em completa angústia. O conteúdo da terceira região ontológica, o para-os-outros, é precisamente esse: para Sartre (2011), trata-se da condição ineliminável do para-si e da existência humana. Os indivíduos não se defrontam somente com o em-si, mas – talvez sobretudo – com outros para-si. Os homens estão sempre em situação. Caso nos acomodemos ao olhar alheio e atuemos de acordo com o que os outros desejam, somos inautênticos; porém, sob esse mesmo olhar, se resistimos e impomos aos outros as nossas escolhas, visões etc., somos autênticos. Destarte, a existência nada mais é do que conflito em estado puro. Os para-si, em relação recíproca, não podem jamais estabelecer uma comunidade. Ao invés disso, eles permanecem em guerra para que se defina quem impõem a quem o próprio olhar.

A peça *Entre Quatro Paredes* traz o caso de Garcin, Inês e Estelle. Respectivamente, um escritor, uma mulher de origem burguesa e uma funcionária dos Correios. Os personagens acordam em um lugar desconhecido e primeiro descobrem que estão nas fossas infernais; e depois, que foram condenados à convivência entre quatro paredes por toda a eternidade. Um borbotão de conflitos ocorre entre os três e, após tantas alterações, Garcin, em solilóquio, reflete sobre o que é, ou seria, exatamente, o inferno. A incessante e tonitruosa fala das mulheres ao fundo provoca a ira do escritor, que, aos brados, já ao fim da peça de Sartre (2022, p. 23), declara: “Todos esses olhares me comem! (Volta-se bruscamente.) Ah, vocês são só duas? Pensei que fossem muitas [...]. Então é isso que é o inferno! Nunca imaginei [...]. Não se lembram? O enxofre, a fogueira, a grelha! Que brincadeira! [...] O inferno são os outros”.

O filósofo francês, contudo, não manteve essas ideias em *aspic*. Caso o tivesse feito, poderíamos hodiernamente dizer que Sartre foi, por excelência, o grande divulgador do heideggerianismo, erudito pensador que transportou o existencialismo da universidade para os alegres cafés da Rive Gauche. Entretanto, o autor d’*O Ser e o Nada* tomou outros rumos e empreendeu uma guinada em seu pensamento. Acerca do para-o-outro, Sartre (2011, p. 66) inicialmente considerou que “Respeitar a liberdade do outro é uma frase vazia. Ainda que pudéssemos projetar o respeito por essa liberdade, cada atitude que tomássemos em face do outro seria uma violação dessa liberdade que pretendemos respeitar”. A parceira afetiva e intelectual de Sartre, Simone de Beauvoir (1908-1986), em sentido semelhante pôs que não se pode estacionar na tranquila situação de querer o bem: para ela, “É nosso bem que nos é preciso definir”. À época dessas máximas, ambos os filósofos recusavam qualquer participação política, mesmo o voto.

Em meio à II Guerra, entre 1939 e 1940, Sartre serviu à França como soldado meteorologista. Ao leste francês, em Nancy, 1940, o filósofo francês foi capturado e preso pelas tropas inimigas, que o mantiveram encarcerado até 1941; nesse momento, Paris via-se já ocupada. As circunstâncias que Sartre experimentou durante o conflito o conduziram à Resistência. O filósofo, a bem dizer, fez política, e quem faz política não deve tratar o outro como inimigo permanente. A pedido de Albert Camus (1913-1960), escritor francês, Sartre

redigiu para o *Le Combat*, em 1944, a poucos meses depois da publicação de *O Ser e o Nada*, uma breve nota sobre a libertação de Paris; um pouco mais tarde, em 1945, publicou também no *Le Combat* outro ensaio, *La Libération de Paris: une Semaine d'Apocalypse*, reforçando a mudança de posição. Na primeira nota para o *Le Combat*, Sartre (1972, p. 723) argumenta que “Cada um, na existência, ao escolher a si mesmo, escolhe a liberdade de todos”. O para-outra, além de ser conflito, passa a ser também solidariedade. No *O Existencialismo é um Humanismo*, a guinada mostra-se mais claramente: nada pode ser para um sem o ser para todos.

A herança heideggeriana e o existencialismo ortodoxo, Sartre abandona-os em boa medida. O desespero, a solidão e o langor podem ser superados; e não se trata mais do encontro do absoluto eu solitário com o absoluto Deus, e sim do encontro do eu com outros homens no âmbito da luta pela realização do bem-comum. Paulatinamente, o autor de *O Ser e o Nada* aproximou-se do marxismo e do Partido Comunista Francês (PCF), o que foi, grosso modo, um processo longo e muito tenso, cuja expressão inicial é a tríade de artigos *Os Comunistas e a Paz*. Por tê-lo feito, Sartre rompeu intelectual e pessoalmente com Camus e Maurice Merleau-Ponty, que se mantiveram fiéis à tônica existencialista original. Em resposta a Camus, Sartre (1972, p. 71) propôs esta noção de liberdade, bastante diversa àquela primeira: “[A liberdade é] nada mais que a livre escolha da luta para nos tornarmos livres”. E Beauvoir (1955, p. 47-48), envolvida na polêmica, acusou Merleau-Ponty de ser o cão-de-fila do imperialismo estadunidense.

Apesar da truculenta reação soviética à Revolução Húngara (1956) ter significado para Sartre uma grande decepção, o caminho para Marx e o marxismo estava para ele já bem pavimentado: em *Existencialismo e Marxismo*, de 1957, o filósofo francês sustenta que o marxismo é a filosofia insuperável de nossos tempos, bem como defende que a tradição existencialista é, na verdade, uma pergunta setorial a ser realizada no bojo do marxismo. O contato de Sartre com o marxismo culmina na *Crítica da Razão Dialética*, ao qual posteriormente *Existencialismo e Marxismo* foi anexado sob o título de *Questão de Método*. Seja na *Crítica*, seja na *Questão*, há, é certo, resíduos não superados de existencialismo. Todavia, é inegável que, tratando-se do rol de obras marxistas do século XX, esses dois textos são incontornáveis. Ademais, é inegável que a *Crítica* e a *Questão* foram obras importantes para a oxigenação do marxismo, cuja verve, sabe-se, foi ao longo do tempo desbotada pelas vulgatas. Os dois textos responderam aos anseios de criticar a degeneração stalinista e questionar, enfim, a ideia de que o socialismo soviético é/era a paragem final para toda a humanidade. Largamente divulgados nos espaços de esquerda entre as décadas de 1960 e 1970, esses textos sartreanos atraíram para os movimentos socialistas jovens estudantes, intelectuais e militantes que ou nunca estiveram de acordo com a leitura manualesca e pasteurizada da obra de Marx, ou que se desiludiram com os rumos que a experiência soviética tomou. Malgrado jamais tenha deixado de anunciar-se como existencialista, Sartre provou, de certo modo, que a teoria social de Marx é a verdade do existencialismo. Em outras palavras, o filósofo francês chegou à conclusão de que uma investigação radical dos impasses do individualismo só pode levar a estas duas soluções: ou ao pessimismo, considerando que o homem é um ser-para-a-morte, ou à ideia de que, superando a ordem burguesa, superamos os impasses do homem contemporâneo.

Considerações finais

O existencialismo conspira contra o óbvio. O sem-número de lugares comuns a seu respeito revela-se ao atento leitor um verdadeiro *não-lugar*: são poucos os que têm leito nos textos propriamente existencialistas. Com o fito de apresentar o sentido e o fulcro teórico-temático do existencialismo, à margem do não-lugar, apresentamos as condições históricas que lhe ensejaram o florescimento e trouxemos à mesa as ideias do cânon existencialista: Kierkegaard, Heidegger e Sartre.

Vinculados aos arsenais marxista e marxiano, propusemos que o processo de concepção do existencialismo, da emergência até o renascimento, foi suscitado por momentos de instabilidade do capitalismo. O filósofo dinamarquês, vimos, experimentou as guerras napoleônicas e grandes revoluções – isto é, a turbulência da consolidação capitalista – e, recolhendo as teorizações de Pascal, abordou a instabilidade da existência e centralizou a angústia como dado fundamental da *condition humaine*. Anos à frente, Heidegger e Sartre, em obscura e igualmente turbulenta quadra, desenvolveram e matizaram a reflexão kierkegaardiana.

Os pensadores irracionistas, entre os quais estão os existencialistas, têm que a razão serve a objetos globais inteiramente irracionais. Ora, o *absurdo* daí decorre: as crises, a instabilidade e o langor trazem ao indivíduo isolado – que, no capitalismo, vê-se à margem do processo histórico global por conta da divisão social do trabalho – uma visão obscuramente irracionalizada da vida, esfumam-se as razões que causam o aparente caos. Isolados, esses pensadores buscam em suas respectivas cabanas de resguardo, em Todtnauberg ou não, um céu privado e vazio de valor transindividuais, um refúgio. A solidão, as sensações de insegurança e a instabilidade constantes, a gratuidade da existência e o mordaz pessimismo em face da vida aparentemente absurda são as causas e os efeitos da interiorização dos indivíduos marginalizados.

Referências

AZEVEDO, Álvares. **Noite na taverna**. Jandira: Principis, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **Privilèges**. Paris: Gallimard, 1955.

BEAUVOIR, Simone de. **La force l'âge**. Paris, Gallimard, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. **Que peut la littérature?** In: LECARME TABONE, Éliane;

JEANELLE, Jean-Louis. **L'Herne Beauvoir**. Paris: Éditions de L'Herne, 2012.

CAPUTO, John David. **The mystical element in Heidegger's thought**. Athen: Ohio University Press, 1978.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Literatura e humanismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1966.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. História da filosofia: o Renascimento. *In*: TEIXEIRA, Andréa Maria de Paula; ALVES, Gláucia Lelis (org.). Carlos Nelson Coutinho. **Ensaios de crítica literária, filosofia e política**. Rio de Janeiro: ESS/UFRJ, 2018.

FUJIWARA, Gustavo. Sartre e a práxis-objeto: apontamentos críticos. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 196-218, 2022.

HAAR, Michel. **La fracture de l'histoire: douze essais sur Heidegger**. Grenoble: Jérôme Millon, 1994.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A razão na história**. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBBSAWM, Eric. **The age of revolution, 1789-1848**. New York: Vintage Books, 1996.

HEIDEGGER, Martin. **The end of philosophy**. London: Souvenir Press, 1975.

HEIDEGGER, Martin. Why do I stay in the provinces. *In*: SHEEHAN, Thomas. **Heidegger, the man and the thinker**. New York: Routledge, 1981.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2015.

HEIDEGGER, Martin. **Caminhos de floresta**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2022.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. São Paulo: Zahar Editores, 1981.

KIERKEGAARD, Søren. **Journals and papers**. Bloomington: Indiana University Press, 1967.

KIERKEGAARD, Søren. **Diário de um sedutor**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

KIERKEGAARD, Søren. **The sickness unto death**. New Jersey: Princeton University Press, 1980a.

KIERKEGAARD, Søren. **The concept of anxiety: a simple psychologically orienting deliberation on the dogmatic issue of hereditary sin**. New Jersey: Princeton University Press, 1980b.

KIERKEGAARD, Søren. **Fear and trembling**. New Jersey: Princeton University Press, 1983.

KIERKEGAARD, Søren. **Philosophical fragments**. New Jersey: Princeton University Press, 1985.

KIERKEGAARD, Søren. **Either/or. Part I**. New Jersey: Princeton University Press, 1987a.

KIERKEGAARD, Søren. **Either/or. Part II**. New Jersey: Princeton University Press, 1987b.

- KIERKEGAARD, Søren. **Stages on life's way**. New Jersey: Princeton University Press, 1988.
- KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- LUKÁCS, Georg. **Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- LUKÁCS, Georg. **The destruction of reason**. New Jersey: Humanities Press, 1981.
- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LUKÁCS, Georg. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- LENINE, V. I.; STALIN, Josef. **Trechos escolhidos sobre literatura e arte**. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1945.
- MARX, Karl. As superestruturas ideológicas. In: MARX, Karl et alii. **Trechos escolhidos sobre literatura e arte**. Rio de Janeiro: Editorial Calvino Ltda., 1945, pp. 54-59.
- MARX, Karl. O capital. **Crítica da economia política**. v. 1. Tomo 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- NETTO, José Paulo. **Lukács e a crítica da filosofia burguesa**. Lisboa: Seara Nova, 1973.
- NETTO, José Paulo. **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- NIETZSCHE, Friedrich. **The gay science. With a prelude in german rhymes and appendix of songs**. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2001.
- PASCAL, Blaise. **Pensamentos**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.
- ROLLEMBERG, Denise. **Resistência: memória da ocupação nazista na França e na Itália**. São Paulo: Alameda, 2016.
- ROUANET, Barbara Freitag. Habermas e Heidegger: uma discórdia filosófica. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 29, n. 85, p. 361-375, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/GYLwGFHvBSs7Hkn9KRndkxD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2023.
- ROWLEY, Hazel. **Tête-à-tête**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- SAFRANSKI, Rüdiger. **Heidegger: um mestre da Alemanha entre o bem e o mal**. São Paulo: Geração Editorial, 2000.
- SASS, Semeão Donizetti. O ser para-si e a práxis. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 12, n. 23, p. 169-184, 2008.

- SARTRE, Jean-Paul. **Qu'est-ce que la littérature?** Paris: Gallimard, 1948.
- SARTRE, Jean-Paul. **Situations IX.** Paris: Gallimard, 1972.
- SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método.** São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- SARTRE, Jean-Paul. **Crítica da razão dialética.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.
- SARTRE, Jean-Paul. **La Transcendance de l'ego et autres textes phénoménologiques.** Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2003.
- SARTRE, Jean-Paul. Uma ideia fundamental da fenomenologia de Husserl: a intencionalidade. In: SARTRE, Jean-Paul. **Situações I. Críticas literárias.** São Paulo: Cosac & Naify, 2005, p. 34-41
- SARTRE, Jean-Paul. **Situações I: críticas literárias.** São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo.** Petrópolis: Vozes, 2010.
- SARTRE, Jean-Paul. **Being and nothingness. An essay on phenomenological ontology.** New York City: Philosophical Library, 2011.
- SARTRE, Jean-Paul. **Entre quatro paredes.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- SOUZA, Thana Mara de. **Sartre e a literatura engajada.** São Paulo, Edusp, 2008.
- STEWART, Jon. **Kierkegaard's relations to Hegel reconsidered.** New York: Cambridge University Press, 2003.
- VATTIMO, Gianni. **As aventuras da diferença: o que significa pensar depois de Heidegger e Nietzsche.** Lisboa: Edições 70, 1988.

O LÍTIO É O NOVO OURO BRANCO? Capitais, Estado e luta de classes na Bolívia

Chantal Liégeois
Sara Granemann

A propriedade da terra, o novo ouro branco e as necessidades dos grandes capitais

O texto a seguir tematizará um dos recursos da natureza mais afamados nos dias que correm: trata-se do lítio, mineral também conhecido como o novo ouro branco. Marx (2017) considerou a terra - onde habitam o lítio e muitos outros minérios e minerais - o “celeiro do mundo” e “o armazém original de meios de subsistência”.

A terra (na qual a água está compreendida), tal como originariamente abastece o homem de víveres, meios de vida [já] prontos, apresenta-se, sem a sua intervenção, como objeto universal do trabalho humano (Marx, 2017, p.256).

E ainda, no mesmo autor e sobre a terra, temos:

Aqui dois elementos entram em consideração: por um lado, **a exploração da terra** para fins de reprodução ou extração; por outro, **o espaço** requerido como elemento de toda produção e de toda ação humana. Em ambos os sentidos, a propriedade da terra exige seu tributo (Marx, 2017 p.834, grifos adicionados CL-SG).

Marx, em suas considerações, ilumina o debate sobre a terra e como é utilizada sob o capitalismo. Por oposição aos proprietários burgueses, lembramos a concepção dos povos originários e a dos camponeses em luta contra a expropriação de seus territórios por grandes capitais. Para os capitais apenas a possibilidade de sua exploração – presente ou futura – lhes interessa. Ao contrário, para os povos originários, camponeses e ribeirinhos cuja natureza lhes propicia o sustento imediato, a consideram um espaço de vida ao ponto de a denominarem mãe-terra. Assim, para o autor supracitado

Todas as coisas que o trabalho apenas destaca da sua conexão imediata com o todo terrestre são por natureza objetos de trabalho que se lhe apresentam. Assim sucede com o peixe que é separado, capturado do seu elemento de vida, a água; com a madeira que é cortada na floresta virgem; com o minério que é extraído do seu filão (Marx, 2017a, p.256).

Objetos de trabalho, quando criados por trabalho humano, serão matérias-primas:

Se, pelo contrário, o objeto de trabalho se encontra já, por assim dizer, filtrado por trabalho anterior, então chamamos-lhe matéria-prima. Por exemplo, o minério já extraído, que agora é lavado. **Toda a matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo o objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de**

trabalho só é matéria-prima quando já experimentou uma modificação mediada por trabalho” (Marx, 2017a, p.256, grifos nossos).

Essa diferenciação é importante para nosso estudo: no modo de produção capitalista, os recursos naturais, elementos que o trabalho humano apenas separa de seu elemento natural, são *objetos de trabalho*. Uma árvore que tenha sido plantada é fruto de trabalho humano. Ao ser abatida e transformada numa cadeira, já será para quem a abateu fruto do trabalho anterior do camponês que a plantou e por isto esta separação de seu elemento natural será objeto de trabalho, mas agora também, matéria-prima. No caso da mineração (indústria extrativa), os minerais preexistentes (depositados na terra), são anteriores ao processo de trabalho propriamente dito.

Com exceção da indústria extrativa, cujo objeto de trabalho é dado imediatamente pela natureza, tal como a mineração, a caça, a pesca etc. (a agricultura apenas na medida em que, num primeiro momento, explora a terra virgem), todos os ramos da indústria manipulam um objeto, a matéria-prima, isto é, um objeto de trabalho já filtrado pelo trabalho, ele próprio produto de um trabalho anterior (Marx, 2017a, p.259)

[...]

Em outros casos, o trabalho elabora seu produto em formas tais que ele só pode ser reutilizado como matéria-prima. A matéria-prima se chama, então, produto semifabricado e seria melhor denominá-la produto intermediário, tal como o algodão, o fio, o estame etc. Embora já seja produto, a matéria-prima originária pode ter de passar por toda uma série de diversos processos, nos quais, sob forma cada vez mais alterada, ela funciona sempre de novo como matéria-prima até chegar ao último processo de trabalho, que a entrega como meio acabado de subsistência ou meio acabado de trabalho (Marx, 2017a, p.260).

No que diz respeito à mineração e à agricultura são, ambas, atividades econômicas básicas muito importantes ao desenvolvimento das sociedades. Na indústria extrativista, o mineral é “objeto de trabalho dado diretamente da natureza, sem transformação humana prévia”. (Marx, 2017a, p.259). A extração consiste numa apropriação de produtos brutos:

Na indústria extrativa, nas minas, por exemplo, as matérias-primas não fazem parte do adiantamento de capital. O objeto de trabalho não é aqui produto de trabalho prévio, mas apresentado gratuitamente pela natureza. São os minérios metálicos, minerais, carvão de pedra, pedras etc. (Marx, 2011, p.971).

[...]

Na indústria extrativa, como a pesca e a mineração, o trabalho consiste na simples superação dos obstáculos exigidos para a captura e apropriação dos produtos brutos ou produtos naturais. Nenhuma matéria-prima é elaborada para a produção, mas o produto bruto existente é simplesmente apropriado (Marx, 2011, p.955).

No caso concreto da Bolívia, o lítio permaneceu depositado por séculos, na grande *Salina de Uyuni*, como um elemento natural adormecido no seu leito original.

O violento processo histórico de expropriação das terras na América foi anterior à acumulação capitalista¹ deste mesmo território, embora estivesse conectado às formas nascentes do modo de produção capitalista que alguns séculos depois se consolidou no continente europeu.

O monopólio da propriedade fundiária é um pressuposto histórico e continua sendo o fundamento permanente do modo de produção capitalista, bem como, de todos os modos de produção anteriores que se baseiam, de uma maneira ou de outra, na exploração das massas. Mas a forma em que o incipiente modo de produção capitalista encontra a propriedade não lhe é adequada. Só ele mesmo cria a forma que lhe é adequada, por meio da subordinação da agricultura ao capital; com isso, então, a propriedade fundiária feudal, a propriedade do clã ou a pequena propriedade camponesa combinada com as terras comunais são também transformadas na forma econômica adequada a esse modo de produção, por mais diversas que sejam suas formas jurídicas (Marx, 2004, p. 125).

Sob o capitalismo a terra é transformada em uma mercadoria “especial” ao tornar-se propriedade privada, que terá preço e será comercializada nos mercados; a terra integra o movimento global de acumulação do capital. Nas palavras de Carcanholo (1984, p.109), “A renda da terra não é mais do que a continuidade da teoria do valor”.

A categoria marxiana renda da terra é muito ampla, além de polêmica na literatura crítica de extração marxista, dos últimos anos. Leva aos debates sobre os diferentes tipos de renda da terra, como renda absoluta, rendas diferenciais (ligada a produtividade, fertilidade, localização) e renda de monopólio.

A citação seguinte de Marx, ao referir-se à propriedade dos recursos naturais, elucida as enormes pressões exercidas pelo capital sobre os proprietários de reservas de recursos naturais:

[...] Onde quer que os recursos naturais possam ser objeto de monopólio e assegurar ao industrial que os explora um lucro suplementar - trata-se de quedas d'água, minas de ricos veios, águas piscosas ou terrenos para construir bem situados - apodera-se desse lucro suplementar, na forma de renda, subtraindo do capital ativo, aquele que detém o privilégio de dono desses recursos em virtude de título de propriedade sobre uma parcela do globo terrestre (Marx, 2011, p.887).

Leda Paulani (2016) insiste no liame entre renda da terra e propriedade privada:

A renda fundiária, diferentemente do salário e do lucro, não está relacionada ao processo de produção enquanto tal, mas à propriedade privada da terra, um elemento, portanto, externo a ele. Dá-se o nome de renda ao rendimento que deriva da mera propriedade, ou seja, é rentista todo aquele que tem direito a uma parcela do valor socialmente produzido pelo mero fato de ser proprietário. *Dono de terra é rentista.* (...) No caso da renda fundiária, está relacionada à figura da propriedade a figura do monopólio (Paulani, 2016, p.518 – grifos adicionados CL-SG).

¹ Antes mesmo do capitalismo, quando da invasão/ocupação do continente Americano por “colonizadores”, a terra foi violentamente usurpada de seus habitantes originários. Sob o capitalismo, a expropriação e a invasão de terras não demarcadas, se realizadas por capitais, toma a forma de *progresso*; se realizada por movimentos sociais, imediatamente é denominada “*invasão*” contra as quais, não raro, mobilizam-se agressivas reações tanto do Estado capitalista como dos potenciais proprietários burgueses que a tornaram *sua* propriedade privada.

No caso da indústria extrativa, por se tratar de recursos existentes no subsolo (minérios, petróleo), a propriedade estatal está quase sempre presente, de modo que o rentismo, neste caso, é normalmente patrocinado pelo próprio Estado. (Paulani, 2016).

Carcanholo, no estudo *“Da renda da terra: uma concreção teórica necessária”*, explica:

A determinação da magnitude da renda diferencial não depende dos preços do mercado, mas do preço de produção, isto é do preço de custo (dos preços de custo dos diferentes tipos de terra) e da taxa média de lucro (que se define ao nível global da economia e não simplesmente no setor agrícola). Assim o conceito de renda diferencial não leva em conta as condições circunstanciais da apropriação, mas exclusivamente as condições de produção (Carcanholo, 1984, p.110).

[...]

Se estivéssemos considerando um setor produtivo agrícola no qual diferentes classes de terra (mais ou menos favoráveis) fossem utilizadas pelo capital, o preço de produção médio geral do setor não seria o regulador do mercado. Se o preço de mercado correspondesse ao preço de produção médio geral do setor, ocorreria um movimento de emigração de capitais, precisamente daqueles que utilizam as terras menos adequadas que a média (Idem, Ibid., p.111).

A diferença entre o preço de produção médio da terra mais desfavorável e o de cada classe de terra, é a renda diferencial. ... Portanto, a renda diferencial é o lucro extraordinário obtido pelos capitais que utilizam terras diferentes das menos adequadas, quando os que utilizam estas terras recebem, em média, o lucro médio geral (Idem, Ibidem: p.112).

Assim, podemos entender que renda diferencial depende dos custos de produção. No contexto da produção mineira, a renda diferencial depende principalmente das variações na qualidade dos depósitos minerais e nos custos associados de sua extração. As jazidas podem variar muito em termos de tamanho, concentração de minério, pureza mineral e outras determinações geológicas. Os custos de extração podem incluir força de trabalho, energia, materiais e equipamentos, localização geográfica, proximidade da superfície, tecnologia disponível, assim como o transporte interno e a distância dos mercados externos.

A renda de monopólio depende da capacidade de fixar preços acima do nível da concorrência devido ao seu controle exclusivo ou dominante sobre um recurso ou um mercado. A renda de monopólio e a renda diferencial são duas categorias diferentes, mas podem coexistir, especialmente na indústria extrativista mineira atual, dominado pelos capitais monopolistas e oligopólios. Neste caso, o capital poderia beneficiar tanto de custos de produção mais baixos (renda diferencial) como da capacidade de fixar preços mais elevados (renda de monopólio).

O preço dos produtos mineiros depende do mercado internacional que flutua, entre outras coisas, da concorrência entre os grandes capitais, da deterioração dos termos de troca, o que pode influenciar os operadores mineiros no momento de decidir por um empreendimento mineiro.

A renda diferencial no setor mineiro é, portanto, um assunto importante para os capitais e os governos, uma vez que tem implicações na forma como os recursos são explorados, na distribuição das receitas entre as várias partes interessadas e no impacto econômico global da indústria mineira. Os governos de conciliação de classe, no momento de definir as políticas públicas em torno da extração mineira, podem ser influenciados pela pressão dos movimentos populares, a implantar políticas para captar parte da renda diferencial para constituição do fundo público, via impostos, royalties ou outras formas de

pagamento. Porém, essas políticas podem influenciar as decisões de investimento das operações mineiras, como analisaremos no caso boliviano.

David Harvey, ao estudar as novas formas de reprodução ampliada do capital, sintetiza a teoria da renda da terra e a liga ao capital fictício:

A teoria da renda da terra resolve o problema de como a terra, o que não é um produto do trabalho humano, pode ter um preço e ser trocada como uma mercadoria. Renda da terra, capitalizada como os juros sobre um capital imaginário, constitui o valor da terra. O que é comprado e vendido não é a terra, mas o título da renda da terra gerado por ele. O dinheiro disposto é equivalente a um investimento que apropria juros. O comprador adquire um direito sobre receitas futuras previstas, um direito sobre os frutos do trabalho. Título de terra torna-se, em suma, uma forma de capital fictício (Harvey, 2006, p.367).

O mesmo autor também desvela o interesse dos grandes capitais transnacionais ávidos por matéria-prima e por uso especulativo:

Toda renda é baseada no poder de monopólio que os proprietários privados têm sobre certas partes do mundo. A renda monopolista surge quando os atores sociais são capazes de aumentar os seus rendimentos durante um longo período de tempo porque têm controle exclusivo sobre um objeto que é direta ou indiretamente explorável, e que deve ser, em algum aspecto, único e não replicável. A categoria de renda de monopólio entra em jogo em dois casos. Primeiro, os atores sociais controlam um recurso com uma qualidade particular (mercadoria ou lugar) que, em relação a um determinado tipo de atividade, lhes permite obter rendas monopolistas de quem o deseje utilizar. (...) No segundo caso, a terra ou recurso é diretamente comercializado (locais vendidos a capitalistas para fins especulativos). A escassez pode ser criada privando a terra ou recurso das suas utilizações, a fim de especular sobre o seu valor futuro (Harvey, 2018, p.32).

No primeiro caso, pensamos no pagamento de royalties do petróleo, por exemplo. Daniel Tanuro, ilustra o caso do petróleo no qual a formação de capitais gigantescos (que dominam desde décadas um setor inteiro da economia), levou à consolidação de enormes lucros monopolistas durante um período prolongado.

No caso do setor das energias fósseis, os monopólios têm uma particularidade que reforça o mecanismo de sobrelucros, **a apropriação privada do solo e subsolo e das reservas dos recursos naturais leva a sobrelucros institucionalizados com uma renda do solo**. Por exemplo, a renda petroleira global chega a \$US. 1300 BI por ano (um trilhão e trezentos bilhões de dólares americanos); além do impacto econômico sobre os setores relacionados a esse, como setor automotivo, química, aeronáutica, construção naval, etc. O resultado é um enorme poder sobre os governos para impor as políticas climáticas, segundo o ritmo de seus interesses”. (Tanuro, 2012, p.142 - tradução própria – CL-SG grifos adicionados).

No caso do lítio, um recurso natural presente na Bolívia, as reservas localizadas no *Salar de Uyuni* são propriedade estatal (reserva fiscal) e estão classificadas entre as maiores do mundo. Entretanto, há mais de quarenta anos, o grande capital exerce pressão sobre os governos para ter o controle direto sobre esta excepcional e estratégica jazida. De sua parte, os povos originários da região reivindicam-se seus legítimos donos, apesar de já terem sido *quatro vezes expropriados* por esta mesma riqueza: 1) com a invasão da “descoberta”; 2) na colônia - apesar de os povos originários terem comprado novamente as suas próprias terras

que lhes foram expropriadas; 3) com a lei de Reforma Agrária de 1952 que não reconheceu seus antigos títulos de propriedade; e, 4) no Século XX, com a reserva fiscal que pretende entregar as *Terras Comunitárias de Origem* ao capital estrangeiro.² O ponto da propriedade da terra é, absolutamente, central.

Até agora, não existe uma produção industrial de lítio na Bolívia, além de uma incipiente indústria extrativa estatal, atualmente com o projeto relativamente paralisado. Uma hipótese discutida pelos ex-dirigentes da FRUTCAS³, mas não aprofundada, é que o grande capital estaria mais interessado em manter o lítio do *Salar*, recurso considerado *estratégico* na perspectiva de uma futura transição energética⁴, como uma reserva de valor⁵, caso em que os capitais especulam sobre lucros futuros.

O *lítio*, como objeto presente na natureza, existe sob duas formas: em *rochas* (minerais ou sedimentares) e em *salmouras* (águas minerais salgadas, denominadas salinas). Os depósitos em rochas estão dispersos em vários países e continentes; ao contrário, os principais depósitos de *salmouras* restringem-se a poucos lugares no planeta; eles são encontrados: na Argentina, na Bolívia, no Chile, na China, nos Estados Unidos e no Canadá. O lítio não é encontrado em estado puro na natureza e para ser comercializável como matéria-prima há que percorrer complexos processos industriais. O lítio encontrado nas salmouras é mais abundante e, sobretudo, mais econômico para se o extrair pois tem concentrações mais altas do que o lítio presente nas rochas.

O maior depósito de lítio do planeta encontra-se na Bolívia, no grande *Salar de Uyuni*. Esta salina é situada numa planície desértica na Cordilheira dos Andes, ao sudoeste no país, especificamente no estado de Potosi, nas proximidades das fronteiras de Argentina e do Chile. O *Salar de Uyuni* é uma crosta salina que cobre uma área de 10.500 km² (dez mil e quinhentos); debaixo dela, existe um lago subterrâneo de salmouras. O *Salar de Uyuni* vem da seca do extenso *Lago Tauca Salt*, que existia ali, há aproximadamente entre 10.000 (dez mil) e 13.000 (treze mil) anos. Além do sódio (sal), o *Salar de Uyuni* contém outros minérios, como: Lítio, Magnésio, Cálcio, Potássio, Boro, todos despertam enorme interesse, por sua possível conversão em matérias-primas, aos grandes capitais industriais.

Na mesma região, existem duas outras importantes salinas como o *Salar do “Hombre Muerto”* no norte da Argentina e o *“Salar de Atacama”* no norte do Chile. As três salinas conformam um bloco geográfico conhecido como o *“Triângulo do lítio”*. Em 2020, os recursos em lítio das 03 (três) salinas foram estimados em 49,8 Mt. (quarenta e nove milhões e oitocentos mil toneladas), o que perfaz cerca de 56% (cinquenta e seis) do lítio até então

² A luta pela terra por povos originários e camponeses, na Bolívia e especialmente neste território rico em lítio, foi estudada no terceiro capítulo da Dissertação. (ver o endereço para a leitura do texto integral na nota de rodapé nº 1, acima).

³ A FRUTCAS (Federación Regional Única de Trabajadores Campesinos del Altiplano Sud), durante o longo processo de lutas em defesa da terra e de seus recursos naturais organizou povos originários e camponeses e impediu a entrega de tal riqueza aos monopólios capitalistas. A FRUTCAS é, certamente, o mais importante sujeito coletivo desta luta - embora não tenha sido o único - razão pela qual as terras do Salar permanecem públicas. Ao organizar as diferentes populações presentes naquele território são as/os responsáveis por tamanha riqueza não ter sido, até o presente momento, expropriada - por privatização ou outras formas de favorecimento aos monopólios - pelos grandes capitais e seu Estado.

⁴ No caso do *Salar de Uyuni*, a qualidade da jazida não pôde ser avaliada completamente antes de iniciar o projeto nacional de lítio. No transcurso do processo, foi descoberto que a salmoura sofre com a elevada concentração de magnésio em relação ao lítio, que é muito superior à de outros grandes depósitos da região (Chile e Argentina), o que acarreta custos de produção mais elevados, por exigir mais processos de tratamento químico para dissociar estes dois minerais. A maior qualidade dos recursos do Salar provém de seu tamanho, sendo de longe, o maior depósito existente no planeta, até o momento.

⁵ Harvey (2018).

descoberto no mundo. Os dados são dos portais da agência governamental estadunidense “United States Geological Survey” (USGS, 2022, p.101).⁶

Há várias décadas, o lítio tem sido utilizado como matéria-prima na fabricação de vários produtos industriais como as cerâmicas, lentes, telescópios, graxas resistentes ao calor, produtos químicos tais como a borracha sintética e os fungicidas, em ligas metálicas especiais para naves espaciais e submarinos, em medicina psiquiátrica para o tratamento de distúrbios bipolares e depressivos, entre outros. Nos últimos anos, o lítio se tornou um mineral altamente cobiçado pelo capital como matéria-prima na produção de baterias de íons de lítio (BiL) para veículos elétricos, dispositivos eletrônicos portáteis e aplicações de armazenamento em rede e que consomem 74% (setenta e quatro) do mercado global de lítio. Sua utilização nestes novos experimentos e mercadorias levou a um crescimento exponencial e incontrolado de seu preço no mercado mundial, segundo os dados sobre o lítio disponíveis no sítio governamental estadunidense USGS. (2022, p.101).

Terra e matérias-primas na Bolívia: destruição e lucros monopolistas

No que diz respeito à quantificação dos recursos, existem muitos dados contraditórios difundidos pelo mundo; de um lado, provavelmente por haver um impulso e uma procura frenética de novos depósitos de lítio em muitos países; de outro, em razão de o interesse dos grandes capitais (nas suas diferentes formas), que pretende reservar terras nas quais existam estes minerais para controlarem os preços e as vendas do que se alinhava para vir a ser uma matéria-prima estratégica ao mercado mundial. Neste estudo, utilizamos dados fornecidos pela agência governamental dos EUA, o *United States Geological Survey (USGS)*, a maior referência internacional nos principais sítios de informação mineira.

É necessária uma explicação preliminar a diferença existe entre recursos e reservas. Recursos referem-se - no jargão dos capitais e dos Estados - aos depósitos minerais identificados por meio de exploração, amostragem e reconhecimento para possível posterior extração. As reservas, de seu lado, constituem a parte destes recursos que já foi avaliada, medida e indicada como economicamente viável à extração para o fornecimento para a produção industrial. Estes dados estão sujeitos a mutações em suas quantidades, vez que as reservas podem diminuir quando os depósitos são extraídos. Sua quantificação também pode ter diferenças para cima, isto é aumentar, na medida que novos depósitos são descobertos e avaliados.

Os dados do USGS estimam os recursos globais de lítio (LCE) em 89 Mt (oitenta e nove milhões de toneladas) e que, no triângulo do lítio representam um total de 49,8 Mt (quarenta e nove milhões e oitocentas mil), ou 56,20% (cinquenta e seis e vinte) do total de lítio descoberto. (USGS, 2022, p.101). Reconhece-se, também, que os recursos naturais abrigados nas salinas bolivianas são os mais importantes. Em 2019, a consultora mineira estadunidense SRK publicou um estudo de modelação hidrológica numérica, realizado por meio de perfurações de 50 (cinquenta) metros de profundidade numa área que cobre 64% (sessenta e quatro) do território do *Salar de Uyuni*. O relatório que foi aprovado pelo USGS quantificou em 21 Mt (vinte e um milhões de toneladas) de lítio depositadas no *Salar de Uyuni*.

⁶ - USGS (2022) <https://pubs.usgs.gov/periodicals/mcs2022/mcs2022.pdf> - Acesso em: 16 out. 2022.

Razão pela qual, este é o maior depósito conhecido até o presente período, no plano mundial. Desde 2020, este número tem sido incluído nos relatórios internacionais do USGS.

As reservas mundiais de lítio foram estimadas em 22 Mt (vinte e dois milhões de toneladas). Todavia, as dimensões da parte da Bolívia não estão incluídas nesta estimativa porque até agora o Estado boliviano não realizou - ou não o publicou - um estudo de suas reservas, especialmente da parte do recurso que é considerado economicamente viável à exploração nas condições de produção atuais.

Balderrama, engenheiro boliviano, que colaborou nas formulações e estruturação do projeto nacional de lítio nas suas fases iniciais, afirma:

Apenas os recursos nas salmouras da crosta foram quantificados. Os recursos não foram quantificados nas mais de 12 crostas de sal abaixo da superfície do Salar. Para tal, seria necessário fazer vários furos profundos para determinar a estratigrafia e o teor de lítio. No entanto, a reserva é enorme (Balderrama, 2012, p. 10, tradução nossa-CL).

Possuir os maiores recursos de lítio do mundo conduz o Estado boliviano a uma posição de maior responsabilidade na definição do que fazer com esta riqueza e, essa situação é potencialmente estimuladora da luta de classes (nacional e internacional) pela propriedade, gestão e controle de um dos mais importantes recursos para o desenvolvimento a produção de muitas mercadorias de muito apreço aos grandes capitais, nos dias presentes.

Segundo os dados do USGS (2022), a produção global de lítio (LCE) foi de 82.500 t. (oitenta e duas mil e quinhentas toneladas) em 2020 e 100.000 t. (cem mil) em 2021, um aumento de quase 20% (vinte) em apenas um ano. Em 2020, as principais operações de produção (97,60 %) (noventa e sete vírgula sessenta por cento) se concentraram em quatro países, como podemos observar a seguir:

1) Na Austrália, quatro operações (lítio em rochas), produziram 39.700 t. (trinta e nove mil e setecentas toneladas), ou o equivalente a 48% (quarenta e oito por cento); 2) No Chile, uma operação em salmoura, produziu 21.500 t. (vinte e um mil e quinhentas toneladas), ou o equivalente a 26% (vinte e seis por cento); 3) Na China, duas operações em salmoura e uma em rochas, produzindo 13.300 t. (treze mil e trezentas toneladas), ou o equivalente a 16,6 % (dezesseis vírgula seis por cento); 4) Na Argentina, uma operação em salmoura, produziu 5.900 t. (cinco mil e novecentas toneladas), ou o equivalente a 7% (sete por cento); 5) Além disso, outras operações menores produziram no Brasil, em Portugal, nos Estados Unidos e no Zimbábue 2,4 % (dois vírgula quatro por cento)⁷ (USGS, 2022, n/p).

Ao pesquisar a evolução da produção mundial, podemos constatar: no início dos anos 2000, a produção localizou-se nos quatro países acima mencionados (Austrália, Chile, China Argentina), porém em proporções diferentes: o Chile, com 40% (quarenta por cento); o Austrália com 23% (vinte e três por cento); a China com 15% (quinze por cento) e a Argentina com 9% (nove por cento) da produção mundial. Desde o início dos anos de 2010, a produção no Chile caiu para 31% (trinta e um por cento) e a participação da Austrália subiu a 44%, (quarenta e quatro por cento) da produção total⁸. A Austrália passou a ocupar o título de o país com a maior produção e exportação de lítio do mundo, seguido de perto pelo Chile.

⁷ Conforme relatório *Mineral Commodity Summaries: US Survey*, Reston, Virginia, 2022. 202 p. Disponível em: <https://pubs.usgs.gov/periodicals/mcs2022/mcs2022.pdf>.

⁸ Dados extraídos de relatório de Obaya e Cespedes in CEPAL 2021, p.37. <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/f1c5559d-8592-4ffb-aff5-3d7cd5c5e266/content>.

O lítio é um objeto de trabalho apartado da natureza que a maioria dos países produtores apenas o exportam, sobretudo para a China que além de o importam também o extrai e o utiliza na sua produção nacional de baterias íon-Lítio. A partir de 2015, quando aumentou fortemente a demanda pelo mineral, a diferença na produção entre os países que concentram as maiores produções, também se ampliou e alcançou, em 2020, os seguintes números: na Austrália, 48% (quarenta e oito por cento) e no Chile, 26%, (vinte e seis por cento), da produção total.

Ao detalharmos a produção pela origem e localização dos capitais mineradores do mundo, temos que até 1995, somente três grandes⁹ mineradoras controlavam a produção mundial do lítio: duas de origem estado-unidense e uma australiana. O panorama na extração, produção e controle mundial do lítio foi alterado, quando em 2015, os grandes capitais chineses passaram a fazer parte da concorrência imperialista mundial por este mineral. Em 2021, cinco grandes mineradoras controlam e dominam a produção mundial de lítio. No total, os capitais estadunidenses controlam 55% (cinquenta e cinco) e os capitais chineses, 40% (quarenta) do mercado mundial do lítio, como se pode observar no quadro abaixo:

Quadro 1 - Origem dos grandes capitais das mineradoras – lítio

Nome da Mineradora	País Origem capitais	Países de Atuação	Prod. Mundial
Sociedad química chilena (SQM)	Estados Unidos	Chile e Austrália	25 %
Albermale Corp	Estados Unidos e China	Chile e Austrália.	20 %
Food Mineral Corporation (FMC.Corp)	Estados Unidos	Argentina	10 %
Sichuan Tianqi Industries Inc.,	China	China/Chile/Austrália/Irlanda e México	17 %
Ganfeng Lithium	China	Austrália e Argentina	14%
Outras mineradoras chinesas	China	China	9%
Orocobre	Austrália	Argentina e Austrália	1%

Fonte: elaboração própria sobre base de dados CEPAL¹⁰

Segundo o estudo de Olivera (2017), as empresas chinesas privilegiam a forma de *Holdings*, para estabelecer a propriedade e o controle vertical de todo o processo de extração e produção, desde os sais, de catodos¹¹, das baterias de lítio (BiL), até a fabricação de automóveis eléctricos. Uma interessante nota no documento da CEPAL (2021), retrata os movimentos de compra e venda do mineral por grandes capitais transnacionais, com fusões parciais e variadas das empresas. Este impressionante e articulado *ballet* não exige que sua dança ao redor do mundo seja sempre com os mesmos pares. Ao contrário, a depender do palco no qual se desenrola o espetáculo, pares eventuais podem ser formados se a

⁹ 1) Mineradora Cyprus Foote Mineral Company (FMC) – Estados Unidos. 2) Mineradora Foote Mineral Corporation (FMC América) – Estados Unidos. 3) Mineradora Sons of Gwalia - Austrália. (CEPAL 2021, p.37).

¹⁰ Obaya e Céspedes in CEPAL (2021; p.47).

¹¹ Condutor metálico de carga eléctrica negativa.

manutenção das matérias-primas e de toda a cadeia em torno do lítio, reste concentrada em pouquíssimas mãos. Este é o explícito controle imperialista da parte de grandes capitais que controlam a produção mundial do lítio, nos últimos 20 (vinte) anos; é o imperialismo nas mãos de meia dúzia de capitais de Estados monopolistas¹². Em outro registro analítico, veja-se:

Em 1998, a Chemetall GmbH, uma filial da Metallgesellschaft A.G., adquiriu a Cyprus Foote Minerals Co. As operações desta última na Sociedad Chilena de Lítio faziam parte do negócio. Em 2004, o Rockwood Specialties Group, uma subsidiária especializada em produtos químicos e materiais avançados da Rockwood Holdings Inc. sediada nos EUA, adquiriu a Chemetall. Outra grande empresa americana, Albemarle Corporation, adquiriu a Rockwood em julho de 2014. A atual divisão especializada de lítio da FMC é a Livent. Talison Minerals adquiriu as divisões de lítio, estanho e tântalo da Son of Gwalia em 2005. Mais tarde, em 2013, Tianqi comprou a Talison. No final deste ano, a Rockwood adquiriu uma participação de 49% na empresa. (Obaya e Cespedes in CEPAL, 2021, p.37)

No período atual de uma brutal crise energética-ambiental, acelerada e que ameaça inclusive a continuidade de toda a forma de vida no Planeta terra, as grandes empresas aumentaram suas intenções e ações nos planos para expandir a capacidade de produção. Capacidade que se articula por meio de alianças estratégicas, fusões e joint-ventures entre empresas de tecnologia para garantir o fornecimento de matérias-primas para a fabricação de baterias de lítio (BiL).

No já mencionado *Triângulo do lítio* da produção global, também podemos encontrar diferentes estratégias dos países do capitalismo periférico que o conformam: Argentina, Chile e Bolívia, são os países do triângulo e possuem presença muito significativa nas fases de extração, concentração e refinamento do lítio. Na periferia do modo de produção capitalista mundial, os países que talvez, em conjunto, possuam as maiores reservas do mineral em exame, do planeta, continuam (continuamos) a desempenhar o papel de sermos simples provedores de matéria-prima para o mercado global. Os volumes e a qualidade dos depósitos posicionam a região numa situação de liderança de propriedade do mineral, mas, dados os poderosos interesses, tal posição não está garantida e nem necessariamente incidirá sobre melhores condições de vida dos povos destes países.

Aos grandes capitais interessa-lhes garantir o fornecimento seguro e estável das matérias-primas extraídas a partir dos locais em que foram descobertas, desenvolver a produção mesmo em depósitos menores em outros continentes, experimentar técnicas de reciclagem de baterias de lítio e procurar fabricar baterias elétricas sem lítio, se possível, pela invenção de utilização de outros recursos energéticos. (Obaya e Cespedes in: CEPAL, 2021). Nos planos econômico-políticos e das escolhas pela formação de um bloco regional e sul-americano para o desenvolvimento nacional-regional, os países do triângulo, infelizmente, têm tomado posições diferenciadas em relação ao lítio, seu controle e produção. No Chile predominam as parcerias público-privadas; na Argentina, há uma significativa presença estrangeira de grandes grupos e, na Bolívia a exploração iniciou-se com o projeto *100% estatal* que depois admitiu a presença dos grandes capitais na sua exploração. A exceção na situação geral de controle da propriedade e da exploração do lítio na América do Sul, notadamente

¹² Consulte-se Mandel (1982).

nos países do triângulo, corre por conta de alguns projetos menores que estão em curso com a participação do Estado Regional de Salta.

Na Bolívia, o governo de Evo Morales definiu, em 2008, uma estratégia para a industrialização dos recursos do *Salar de Uyuni*, com um projeto assumido pelo Estado cuja consigna era *100% estatal*. O projeto, previa construir um conjunto de fábricas para cobrir as diferentes etapas da cadeia produtiva e utilizar os diferentes minerais extraídos das salmouras do *Salar de Uyuni*.

Os possuidores das maiores reservas de lítio, infelizmente, ainda não pactuaram uma política unificada destes países do triângulo do lítio para, por exemplo, o controle da produção e de preços de venda no mercado mundial. Ao contrário, é a pressão exercida pelo grande capital sobre esses países que os têm impelido a mudarem suas legislações para permitirem a *“participação do capital estrangeiro”*, particularmente os dos Estados Unidos e da China, em projetos nacionais para acelerar os processos e volumes de produção. Tais movimentos destes grandes capitais e de seus estados imperialistas têm sido fortes e crescentes e são pressões que influenciam as políticas públicas dos estados produtores, sabotam suas estratégias de produção 100% (cem) nacional e incidem na estabilidade ou deposição de seus governos e estados, conforme e especialmente temos assistido na Bolívia.

Três países, três estratégias diferentes na sua relação com os grandes capitais. Cada um dos países do triângulo produz e vende suas matérias-primas de acordo com as suas próprias negociações com os países centrais. As valiosas e elaboradas mercadorias (baterias elétricas, por exemplo), produzidas a partir das matérias extraídas na Argentina e no Chile, são realizadas há mais de 20 (vinte) anos; tais experiências na produção e exportação destas matérias-primas aos anos da década de 1980 quando no Chile vivia-se sob uma cruenta ditadura¹³. Sobre o triângulo destaque-se ainda uma vez: o Chile é, historicamente, o maior produtor de lítio do mundo; a Argentina é, atualmente, o quarto maior produtor de lítio do planeta; a Bolívia, por sua vez, possui o maior depósito de lítio do mundo e nenhuma produção industrial do mineral.

As políticas públicas dos Estados do *triângulo* respondem por estratégias que se refletem em regulamentos e leis - constitucionais, nacionais, regionais - que regem o controle das jazidas por instituições públicas, os direitos de propriedade, exploração, comercialização e royalties e determinam os diferentes sujeitos públicos e privados, nacionais ou estrangeiros que estão ou podem estar envolvidos na exploração do lítio. Entre 2014 e 2016, o Chile e a Argentina mudaram sua legislação para atrair capital estrangeiro. No Chile, foi reforçada uma política de parceria público-privadas, por joint-venture que articulou o fundo público e os grandes capitais internacionais, com o objetivo de exportar a matéria-prima refinada. Na Argentina, mais de 20 (vinte) projetos estão em andamento, quase todos em associação com capital estrangeiro (exceto alguns projetos menores com a participação do estado regional de Salta). No geral, o acesso ao recurso se faz por meio de licenças de exploração ou por associação com mineradoras que já obtiveram licenças de exportação de lítio como matéria-prima.

A estratégia de industrialização nacional do lítio, realizada na Bolívia foi ratificada na Lei de Mineração e Metalurgia n° 535 de 2014. Esta lei indica três fases de sua efetivação: I)

¹³Disponível em: <https://www.ciperchile.cl/2015/06/26/el-dia-en-que-el-estado-le-entrego-el-control-del-salar-de-atacama-a-ponce-lerou/#:~:text=Frei%20Ruiz%2DTagle,-REGALO%20DE%20DESPEDIDA,US%24%2010%2C5%20millones>. Acesso em: 24 de maio 2022.

fase piloto: consiste na construção de infraestrutura, de uma planta piloto com tanques de evaporação experimental e no desenvolvimento de tecnologia boliviana, adaptada às condições do *Salar de Uyuni*, para pôr em funcionamento uma produção inicial de 480 t/ano (quatrocentos e oitenta) de carbonato de lítio; II) a **produção industrial de sais:** a construída a planta industrial a produção centrar-se-ia no carbonato de lítio e outros, a produção de matérias-primas; III) a **fabricação de materiais catódicos e baterias de lítio-ion (BiL):** a produção de uma mercadoria acabada, finalizada para circular nos mercados, nacional e sobretudo estrangeiros. Previa-se que, nas Fases I e II, o projeto seria **100% (cem) estatal** e os “parceiros estrangeiros”, os grandes capitais somente teriam permissão para se envolverem na produção final, isto é, na Fase III. Vê-se aqui que a fase nacional diz respeito, do mesmo modo, a extração e a produção da matéria-prima. Na fase de produção das baterias, mercadoria final do processo, o país – via Estado – desenvolveria “associações” com os grandes capitais estrangeiros, sobretudo, talvez, em razão de as tecnologias para a produção final não estarem disponíveis no âmbito nacional. As mineradoras estrangeiras, respeitadas a legislação supra, somente teriam acesso à exploração do lítio boliviano – o novo ouro branco - em associação com a estatal *Yacimientos de Lítio de Bolívia (YLB)*.

Em 2020, importantes modificações foram decididas em relação ao projeto inicial para permitir que as empresas transnacionais utilizassem um novo método de *Extração Direta de Lítio*, tecnologia de extração não dominada pelo país, cuja sigla é EDL. Um dos resultados do recuo na aceitação da alternativa dos grandes capitais é a de que ainda hoje, a Bolívia ainda não produz lítio industrialmente e em quantidades significativas. A empresa nacional de *Yacimientos de Lítio Boliviano (YLB)* realizou desenvolvimentos experimentais de produção, construção de infraestrutura e limitou a produção de carbonato de lítio às fábricas piloto. Entretanto, o projeto nacional, geral, está paralisado por contradições e disputas internas do próprio governo que se move no interior de uma contradição que, como sempre, oferece escolhas inconciliáveis. No caso dos governos bolivianos, de um lado estão as promessas populares de industrialização nacional rápida para a produção de baterias e, de outro, a pressão do grande capital para se limitar e manter o papel “tradicional” do país como produtor de matérias-primas para o mercado mundial.

A Bolívia, desde 2017, ampliou sua abertura às transnacionais para a construção das infraestruturas necessárias à exploração do lítio: vinte e cinco grandes capitais se apresentaram e, ao final, venceram a concorrência as corporações chinesas. Após o golpe de estado de 2019, Luís Arce Catacora, do Movimento ao Socialismo (MAS), assume a presidência do país a final de 2020; sob seu governo ampliou-se a política de cooperação entre estado e grandes capitais para a industrialização do lítio, com contratos entre capitais e a estatal YLB. A novidade das parcerias foi a permissão do uso da tecnologia, já acima mencionada: a de *Extração Direta de Lítio (EDL)*. Esta escolha foi firmada sem que as organizações de povos originários e de trabalhadores da região fossem consultadas.

No âmbito de todas as “negociações” implementadas no pós-golpe, a formulação do Plano de Desenvolvimento Econômico Social (PDES 2021-2025), estabelece: até 2025, 90% (noventa) as produções de hidróxido e de carbonato de lítio serão extraídas, na Bolívia, sob a forma EDL. O PDES, todavia, não explicita as quantidades e não parece estabelecer limites ao que extrairão de hidróxido e de carbonato de lítio. A tecnologia EDL, de inteiro controle dos grandes capitais, como soe acontecer, reduzirá o tempo de exploração do hidróxido e do carbonato de lítio se comparado ao tempo de extração por evaporação em piscinas,

tecnologia mais barata e em uso atualmente. Sobre a nova tecnologia também não se sabe o seu potencial destrutivo dos *salares* e do meio-ambiente em geral. Em 2022, oito empresas estrangeiras testavam suas tecnologias EDL na Bolívia. A 20 de janeiro de 2023, foi anunciado e assinado o acordo entre a empresa nacional YLB e o consórcio chinês *Catl Brunp & Cmoc* (CBC), para a implementação da Extração Direta de Lítio (EDL), nas *Salinas de Uyuni* e no *Salar de Coipasa*¹⁴, com investimento de \$US 1.000.000.000 (um bilhão) pelo mencionado consórcio chinês. Meses mais tarde, o governo de Catacora anunciou dois novos acordos¹⁵: o primeiro deles com a empresa chinesa *Citic Goan* e o segundo com a empresa russa *Uranium One Group-Rosatom*, no norte do *Salar de Uyuni* e no *Salar de Pastos Grandes*, em Potosi. Ambos os projetos com grandes capacidades e que serão explorados com a tecnologia EDL, por um investimento total de US\$ 1,4 bilhão (um bilhão e quatrocentos mil). Assim, a previsão é de abertura de quatro fábricas de lítio: três estrangeiras com tecnologia EDL e a fábrica estatal YLB. Esta será primeira fábrica estatal de carbonato de lítio por evaporação e sabe-se que ainda não está em operação.

As urgências da crise dos capitais - que é a um só tempo econômico, social e climático-ambiental - aumentam a dependência dos países periféricos, fornecedores de matérias-primas em relação aos grandes, capitais ávidos por controlar diretamente toda a cadeia de produção e circulação de matérias-primas, do trabalho e das mercadorias. No caso em apreço, referimo-nos ao lítio, mas também podemos estender a reflexão para toda a produção e reprodução das relações sociais sob o capitalismo. Aqui, estamos diante de um fenômeno típico da fase madura do capitalismo. Como lembrou o analista, trata-se “*da organização monopólica [que] obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados*”. (Netto: 1992; pg.16).

Entre 2009 e 2018, as exportações globais de componentes de lítio, a saber: carbonato de lítio, óxido e hidróxido de lítio e concentrados de espodumênio, tiveram sua produção aumentada em quase dez vezes. Atualmente, os dois maiores países exportadores de lítio são a Austrália com 33% (trinta e três) e o Chile com 29% (vinte e nove), que no conjunto respondem por 60% (sessenta) do total das vendas desta mercadoria. A China exporta também produtos de lítio, cerca de 16% (dezesseis) mas, emprega toda sua extração para a sua produção como matéria-prima utilizada nas suas próprias indústrias produtoras de mercadorias. Ademais, também cabe à China o “título” de o maior importador de lítio e de seus compostos para suas próprias fábricas. Foi também no ano 2015 marca o início de um aumento brusco e sustentado de compostos de lítio que, sobretudo, correspondem ao crescimento da produção de baterias elétricas. O crescimento da indústria de veículos elétricos, na última década, foi agigantado¹⁶ segundo dados da Agência Internacional de Energia, passando da produção de 17.000 (dezessete mil) veículos com 70 modelos (setenta) em 2010, para 7.200.000 (sete milhões e duzentos mil) unidades em 2019, com 250 diferentes modelos produzidos. O avanço da eletro-mobilidade está fortemente concentrado na China. Em 2010, os Estados Unidos da América (EUA) foram o maior mercado para estes carros

¹⁴Salar de Coipasa: salina de 2500 (dois mil e quinhentos) km², localizada na região de Oruro, ao norte do Salar de Uyuni. Possui reservas menores de lítio, estimadas por YLB a 1,8 Mt. (um milhão e oitocentos mil toneladas). Ali, o Governo boliviano anunciou um projeto para exploração de 25.000 t. (vinte e cinco mil toneladas) de lítio/ano.

¹⁵Disponível em: <https://www.mhe.gob.bo/2023/06/29/bolivia-da-el-segundo-paso-trascendental-en-su-politica-de-industrializacion-del-litio-con-la-firma-2-convenios-con-los-gigantes-de-esta-industria-en-el-mundo-citic-goan-lider-en-el-manejo-de-tecno/>. Acesso em: 12 de novembro de 2022.

¹⁶ (Obaya e Cespedes in CEPAL, 2021:37), sobre a base de dados estatísticos das Nações Unidas.

elétricos. Em 2015, a China respondeu por 23,7% (vinte e três e sete) da demanda mundial de carros elétricos e em 2019, 46,7%, (quarenta e seis e sete), quando superou os Estados Unidos. (Obaya e Cespedes, in CEPAL, 2021, p.27)

As mineradoras chinesas *Tianqi e Ganfeng*, especializadas no processamento de lítio, controlam um terço da produção mundial de lítio em minas australianas e chilenas. Assim, mais de 90% (noventa) da demanda de lítio virá da China e da Ásia até 2030; este número evidencia a importância da economia chinesa e a crescente dependência dos países exportadores desta matéria-prima de os países produtores de baterias BiL. Atualmente, mais de 50% (cinquenta) dos carros elétricos vendidos no mundo são vendidos no mercado chinês. Além do aproveitamento para veículos elétricos, as baterias de lítio são utilizadas para sistemas de armazenagem de energia estacionários. A demanda crescente de lítio é também associada à expansão do mercado das energias renováveis. Mas, não obstante um rápido crescimento, em 2018, essas não representavam mais que 11 % (onze) da demanda global. Ainda conforme o já citado relatório da CEPAL, a demanda por lítio, até 2030, crescerá 18,5% (dezoito com cinco) ao ano:

A China foi o maior consumidor de lítio em 2019 (55% do total mundial) e espera-se que aumente sua participação na próxima década para 66%. A segunda maior região, Ásia fora da China (principalmente Japão e República da Coreia), responde por 30% da demanda global em 2019 e 25% em 2030 (Jones, 2021, p.36)

Quanto à Bolívia, embora a produção seja muito limitada, 90% (noventa) do minério extraído do *Salar de Uyuni* é exportado para a China. Em 2019, o governo assinou um acordo também com a empresa chinesa *Xinjiang TBEA Group Company*, para explorar outras salinas menores existentes no país, como as de Coipasa e de Pastos Grandes. Salinas localizadas no mesmo rico território de Potosi, lugar de habitação milenar de povos originários, de camponeses e de seus descendentes. Populações que por séculos e décadas cuidaram daquele pedaço de mundo e o legaram com suas belezas e riquezas para as gerações seguintes. Hoje, com o mundo já quase todo destruído, os grandes capitais avançam sobre as salinas bolivianas. daquelas belíssimas paisagens é imperativo registrarmos: os *salares* de onde se extrai o lítio e suas salmouras uma vez destruídas pela extração, nunca mais se recomporão. Elas mesmas resultaram de milhões de anos para se constituírem por processos naturais que certamente não mais se reproduzirão. E, embora não o saibamos, sua destruição deve impactar o planeta como um todo; e, neste caso, a irresponsabilidade em julgar que não nos implicará a todos por morarmos em outro país ou no outro lado do planeta, não será mais do que ignorância.

À guisa de provisórias considerações finais

Para concluir este breve estudo, há que se indicar: as projeções da demanda global por lítio demonstram que, em apenas 5 anos, entre 2025 - 2030, a produção de baterias para veículos elétricos duplicará e confirmará que estas mercadorias se tornaram emblemáticas de um capitalismo em crise e na desesperada busca por novos espaços de valorização. A crise sempre é também, no momento seguinte, aumento da lucratividade. Desde o início de 2021, ao final da pandemia mundial Covid-19, como em variados outros setores da produção capitalista, os preços do lítio têm subido como flechas. De acordo com Robert Colbourn,

analista da *Benchmark Mineral Intelligence*, sediada em Londres, o preço do carbonato de lítio na China, que atua como termômetro global, aumentou 400% (quatrocentos) em 2021 e chegou a quase US\$ 34.000/t. (trinta e quatro mil) por tonelada em comparação com US\$ 6.700 /t. (seis mil setecentas), por tonelada, ao final de dezembro de 2020.¹⁷ Segundo a *United States Geological Survey* (USGS), as cifras são similares, passaram de US\$7000/t (sete mil) para US\$26.200/t (vinte e seis mil duzentos) por tonelada, em novembro de 2022. Os demais produtos de lítio como o hidróxido de lítio, espodumênio e outros, também estão em aumento. Os preços do *spot lithium metal*¹⁸, por exemplo, na China, aumentaram de, aproximadamente US\$ 77.000/t (setenta e sete mil) por tonelada, em janeiro, para cerca de US\$ 97.000 (noventa e sete) por tonelada em julho de 2022¹⁹. Este aumento no preço do lítio e de seus componentes pressionarão ainda mais os países produtores da matéria-prima para satisfazer os capitais sedentos de lucros.²⁰

Os dados econômicos apresentados demonstram que o mercado mundial do lítio é dominado por 5 (cinco) monopólios, com tendência a maior concentração de capitais originados nos Estados Unidos e na China. Tal disputa reflete a guerra econômica e geopolítica que estes dois países travam ao nível global. A concorrência entre os países mais poderosos do planeta demonstra que a perspectiva de desenvolver uma nova mercadoria (a bateria de lítio) para veículos elétricos apoia-se na demanda por energia limpa utilizada em razão da severa crise energético-ambiental que assola o planeta. Seria, no mínimo, ingenuidade pensar ser verdade os argumentos utilizados pelos grandes capitais sediados nas potências (econômico-armamentistas-creditícias) mundiais. Trata-se, em verdade, do lado dos capitais, da racional-irracionalidade dos grandes capitais e estados imperialistas, na busca do lucro que terá e tem por consequência a destruição da vida e do próprio planeta; da ótica da classe trabalhadora, a compreensão urgente de que o tempo para as mudanças nas relações sociais de produção e reprodução da vida – a humana e todas as demais – avizinha-se da completa barbárie.

O minério de lítio expressa neste momento – em outros, já foram: o cobre, o ouro, etc - a necessidade e a destrutividade das relações sociais erigidas no modo capitalista de produção. Acumula ao mesmo tempo e em estreita relação, o lucro de alguns em quantidades inéditas na história humana do qual a miséria e a destruição de bilhões são o seu oposto complementar. A riqueza produz a permanente destruição de vidas no seu modo lato: da humana e do ambiente. Os países com grandes reservas de lítio são novamente aqueles que submetidos aos interesses dos países imperialistas, com poucas perspectivas de desenvolvimento independente. É mais uma contradição desta forma capitalista de relações sociais a proposta dos grandes capitais de que o aumento de energias renováveis, apoiado em recursos não-renováveis, poderá prover o planeta de alguma saída futura diversa da destruição. Aqui, novamente as alternativas serão as da superação desta ordem ou não existiremos mais como humanidade.

¹⁷ Disponível em: <https://www.noticiasdemineracao.com/metais-b%C3%A1sicos/news/1441477/pre%C3%A7os-do-l%C3%ADtio-atingem-novo-recorde-hist%C3%B3rico>. Acesso em:

¹⁸ O *spot lithium metal* contém 99,9% (noventa e nove e nove) de lítio.

¹⁹ Disponível em: <https://pubs.usgs.gov/periodicals/mcs2022/mcs2022-lithium.pdf>. Acesso em:

²⁰ Após forte pico de preços em anos anteriores, em abril de 2024, o preço spot do carbonato de lítio estava em torno de US\$ 15.500/t. (quinze mil e quinhentos dólares), por tonelada, segundo a bolsa de comércio de Rosário- Argentina. Disponível em: <https://www.bcr.com.ar/es/mercados/investigacion-y-desarrollo/informativo-semanal/noticias-informativo-semanal/pesar-de-la-3>. Acesso em: 12 de maio de 2024.

Referências:

BALDERRAMA, F. El Salar de Uyuni. *In: Revista Metalúrgica UTO*-Universidad Técnica de Oruro. Carrera de Ingeniería Metalúrgica y Ciencia de Materiales, n. 31, Oruro, 2012. Disponível:

http://www.revistasbolivianas.ciencia.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2078-55932012000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 12 ago. 2022

BOLIVIA. Yacimientos de Litio Boliviano. Memória 2021. La Paz, 2021. Disponível em: <https://www.ylb.gob.bo/memorias> Acesso em: 18 jun. 2022

BOLIVIA. Ministerio de Planificación del Desarrollo. **Plano de Desenvolvimento Economico** - Social 2021-2025 (Pdes). La Paz: 2021.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica**. São Paulo: BOITEMPO, 2018.

JONES B, A. F. RODRIGUEZ, V. **Cambios en la demanda de minerales**. Análisis de los mercados del cobre y del litio y sus implicaciones para los países de la región andina. *Documentos de Proyectos* (LC/TS.2021/89), Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2021b.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo. Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I; Tradução Rubens Enderle. 2. ed. BOITEMPO; São Paulo 2017.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro III; Tradução Rubens Enderle. 1. ed. BOITEMPO; São Paulo 2017b.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo. Cortez, 1992.

OBAYA M. CÉSPEDES, M. **“Análisis de las redes globales de producción de baterías de ion de litio: implicaciones para los países del triángulo del litio”**, *Documentos de Proyectos* (LC/TS.2021/58), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2021a.

ANDRADE, M. O. **La Industrialización del litio en Bolivia. Un proyecto estatal y los retos de la gobernanza, el extractivismo histórico y el capital internacional**. Unesco/Cides. La Paz Bolivia. 2017.

USGS - United States Geological Survey. Mineral Commodity Summaries: **US.Survey**, Reston, Virginia, 2022. 202 p. Acesso em 12/05/2022.
<https://pubs.usgs.gov/periodicals/mcs2022/mcs2022.pdf>

Sítios consultados acerca do tema lítio:

<https://pubs.usgs.gov/periodicals/mcs2022/mcs2022.pdf>.

<https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/f1c5559d-8592-4ffb-aff5-3d7cd5c5e266/content>.

<https://www.ciperchile.cl/2015/06/26/el-dia-en-que-el-estado-le-entrego-el-control-del-salar-de-atacama-a-ponce-lerou/>

<https://www.noticiasdeminerao.com/metais-basicos/news/1441477/precos-litio-atingem-novo-recorde-historico>

<https://www.usgs.gov/publications/mineral-commodity-summaries-2022>

FAZENDA DA TOCA (SP): Inserção do capital na produção de alimentos saudáveis¹

Abilio Soares Maiworm-Weiland
Maristela Dal Moro

Introdução

Empresas agrícolas de médio e grande porte começaram a se interessar pela produção agrícola de alimentos *saudáveis* a partir da década de 1990. Grandes propriedades eliminaram agroquímicos, convertendo-se em biodinâmicas, orgânicas etc. Também nesta década o mercado consumidor começou a se expandir mais substantivamente no Brasil. Devido à importância multidimensional dessa produção e da sua respectiva relevância acadêmica, política e econômico-social, decidiu-se desenvolver uma reflexão acerca da penetração e expansão empresarial neste ramo agrícola.

O capítulo que agora apresentamos faz uma breve apresentação de alguns elementos de uma das experiências mais importantes neste ramo denominada de Fazenda da Toca, localizada no município de Itirapina, no estado de São Paulo.

A Fazenda da Toca vem se mostrando um dos exemplos mais emblemáticos de reorganização da produção rompendo com o modelo sustentado na utilização de agroquímicos e de técnicas de manejo do solo altamente predatórias e vem se especializando na produção de produtos orgânicos com utilização de técnicas consideradas sustentáveis. Este texto buscará avançar para além do epidérmico, enfatizando sua natureza e que determinou as escolhas por uma produção sustentável.

O texto fará uma breve passagem pela trajetória de consolidação da agricultura moderna no Brasil e seus efeitos sobre a produção agrícola e a produção de alimentos. A agricultura moderna tem destruído enormemente as suas próprias condições primárias de produção: o meio ambiente agrícola e a sua força de trabalho. As extensas monoculturas de soja e milho, mas também, a grande pecuária bovina extensiva, por exemplo, substituem a diversidade biótica original, liberando diversos gases para a atmosfera — dentre eles os gases carbônicos (CO₂) e metano (CH₄) —, podendo afetar o regime pluviométrico regional. Mais ainda, devido à dimensão da degradação, é uma dinâmica que afeta o próprio equilíbrio climático mundial e acaba por erguer também obstáculos a sua valorização.

Far-se-á, também, uma breve reflexão acerca das forças que se opõem a esse modelo. Iniciadas com alguns núcleos de pesquisadores, profissionais das ciências agrárias, estudantes de universidades públicas, ambientalistas e agricultores, articularão ideias, que aprofundadas, darão vida ao que se denomina agroecologia. Na esteira deste movimento, a produção livre de agroquímicos foi se popularizando e ganhando espaço em diversos núcleos de consumidores. Este processo levou à necessidade de regulamentar a produção através de uma ampla legislação, obrigando os agricultores a certificarem seus produtos para ter direito à comercialização, por exemplo, em supermercados. Esta regularização além de se impor

¹ Este capítulo teve como referência a dissertação defendida por Abilio Soares Maiworm-Weiland, defendida em 2023, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação da Profa. Dra. Maristela Dal Moro.

como obstáculo a amplos setores dos agricultores familiares — os maiores responsáveis pela produção de alimentos —, abalou a sua própria capacidade de resistência, possibilitando o surgimento da chamada produção orgânica; um novo *nicho* de mercado apropriado por grandes empresas em sua busca incessante por lucro e acumulação de capital.

A inserção destas empresas na produção de alimentos livres de agroquímicos tóxicos pode se manifestar ao senso comum como um avanço civilizacional devido à difusão que é a necessidade imperiosa da produção ambiental e socialmente sustentável. Por isso, sem a pretensão de exaurir as múltiplas determinações desses fenômenos e visando contribuir criticamente com o debate pertinente ao tema da produção de alimentos *saudáveis* pelo grande capital, apresentamos neste artigo algumas de nossas reflexões acerca da temática e alguns resultados da nossa pesquisa referente à propriedade-empresa Fazenda da Toca. Pretendemos demonstrar que está em jogo a superação de obstáculos à valorização do valor quando do ingresso dessas grandes empresas na produção orgânica.

Os grandes empresários rurais se utilizaram desde a década de 1960 de um modelo pautado na forte mecanização e na utilização de produtos químicos, sempre com o suporte estatal através de políticas públicas e um amplo sistema creditício. A ampliação dos *nichos* de mercado dos produtos orgânicos, constituído nos últimos anos também com forte apoio institucional, cria um espaço alternativo que se configura como a *domesticação dos rebeldes*, como afirma Whitacker (2012). Ou seja, nesta perspectiva, a *rebelde* agricultura alternativa dos anos 1970 foi sendo institucionalizada pelas imposições mercadológicas, desencadeando debates e desdobramentos em muitas dimensões e embasando as concepções agroecológica e orgânica desta agricultura não convencional (Assis; Romeiro, 2002). Isto é o que se pretende ressaltar ao apresentar a Fazenda da Toca e a forma como se organiza nos últimos anos. Entendemos que ocorrendo um processo de *ecologização do capital* de acordo a caracterização feita por Monerat (2020). Distintamente do que sugere a expressão, a *ecologização* se refere à estratégia utilizada pelo capital para transformar os entraves ambientais à valorização em oportunidades e no próprio veículo para a autovalorização do valor. Isto se manifesta na Fazenda da Toca que combina produção e preservação de recursos naturais, e mesmo a sua regeneração, numa clara dinâmica tentativa de produção de mercadorias e inserção mercadológica.

A agricultura e a produção de alimentos no Brasil

Nossa principal intenção na primeira parte deste artigo é discutir o setor da agricultura brasileira responsável pelo abastecimento do mercado interno e qual produz, prioritariamente, para o mercado externo. Por isso, a abordagem se concentrará tanto na produção agrícola convencional, também chamada de agricultura moderna ou agronegócio, quanto na produção livre dos insumos desta, principalmente os tóxicos e que se concentra, principalmente no setor agrícola denominado de agricultura familiar ou camponesa.

Para essa compreensão, ressaltamos o percurso histórico e os traços autoritários da formação social do Brasil. Isto possibilita indicar o lugar da agricultura fundada no monopólio da terra, no genocídio indígena, na exploração do trabalho, sustentada na organização de uma economia interna voltada para o mercado externo, conforme afirma Prado Júnior (2011).

Esses traços ganham novos significados no decorrer do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e, principalmente a partir de meados do século XX, quando a agricultura passa por um processo acelerado de modernização. Esse processo foi resultado da dinâmica expansionista que se produz com o fim da Segunda Guerra Mundial, expressando-se no que ficou conhecido como Revolução Verde. Obscurecendo o seu real objetivo, que era buscar novos espaços para sua reprodução e acumulação, condição necessária para sua existência, a Revolução Verde se projetava em diversos países sustentado pela forte propaganda do aumento da produtividade e da produção de alimentos. Não cabe nos limites deste texto o aprofundamento deste debate, mas é necessário advertir que a Revolução Verde se consolida no contexto da Guerra Fria e de importantes revoluções e lutas por libertação nacional². Portanto, mais que um pacote tecnológico, a exportação da Revolução Verde envolveu relações de poder e luta ideológica; o problema da fome foi reduzido a uma questão meramente de técnica agrícola, abstraindo o modo de produção e distribuição de riqueza (Gonçalves, 2004). Para enfrentar as *revoluções vermelhas* e a potência revolucionária do campesinato, o capital recorreu a todos os meios possíveis. Dentre eles, contrapôs àquelas, a Revolução Verde (Gonçalves, 2004).

No Brasil esse projeto teve suas primeiras manifestações a partir de meados da década de 1950. No entanto, consolidou-se no período da ditadura civil-militar que impulsionou a produção agrícola em larga escala estimulada pelas políticas de crédito, subsídios e isenções fiscais.

Denominada de “modernização dolorosa” (Silva, 1982), ou “modernização conservadora” (Graziano Neto, 1982), ou ainda de “modernização sem reforma” (Delgado, 2012), fortaleceu o latifúndio agroexportador em detrimento das demais formas de organização e produção agrícola. Conforme Wanderley (2014, p. 28), essa transformação levou à “subordinação da atividade agrícola às exigências dos setores dominantes da indústria e do capital financeiro”. Ou seja, através do processo desencadeado pela Revolução Verde, a agricultura de exportação praticada em grandes extensões de terra foi subsumida em toda a sua magnitude à marcha reprodutiva e ampliada do capital.

Este projeto se opunha radicalmente ao movimento que se fortalecia no período pré-64, advindo das forças sociais do campo que reivindicavam a implementação da reforma agrária. O Estado autoritário investiu massivamente na censura e na repressão política, incluindo a violência física contra os movimentos sociais e o conjunto das esquerdas, sufocando quaisquer críticas que poderiam surgir quanto às políticas governamentais. Especificamente no campo, voltava-se à defesa da propriedade privada capitalista da terra e legítima uma forma de desenvolvimento capitalista sustentado na reprodução e modernização do latifúndio. Este vasto domínio rural assume uma feição moderna e transforma os grandes proprietários em empresários, ampliando seu poder político, social e econômico, culminando a partir da década de 1990 na consolidação do que Delgado (2013) denominou de *economia do agronegócio*.

Segundo este autor, a *economia do agronegócio* estabelece uma linha de continuidade com a Modernização Conservadora na medida em que acentua a dependência externa e intensifica as exportações de *commodities* aprofundando a financeirização da agricultura, sob o auspício

² Pode-se mencionar como as mais importantes a Revolução chinesa, em 1949, da Coreia do Norte, em 1953 e, no contexto da América Latina, a Revolução Cubana, em 1959 além das lutas de libertação das colônias africanas.

do Estado que põe em execução uma série de políticas agrícolas. Fortalece, com isso, a concentração nas exportações dos produtos agrícolas e minerais, considerado este o caminho mais frutífero para garantir a estabilidade econômica. Isso se dá através de um amplo processo de mercantilização da natureza, exploração do trabalho e bens naturais, considerada como uma via mais eficiente para gerar crescimento e desenvolvimento econômico.

A visão produtivista e de eficiência que prevalece nesse momento, leva à desqualificação de outras lógicas de valorização dos territórios, os quais passam a ser considerados vazios ou como áreas de sacrifício para garantir o progresso seletivo. A produção de *commodities* naturais e minerais torna-se o carro-chefe da economia. Esta produção comanda a dinâmica agrária aprofundando o padrão de acumulação com características altamente destrutivas. Ampliam a fronteira agrícola avançando sobre o cerrado, o pantanal, a floresta amazônica, os pampas gaúchos e até mesmo a caatinga. Provocam assim, a exploração predatória dos bens naturais e do trabalho humano na busca incessante pela reprodução ampliada do capital.

Com isso, o agronegócio passou a ocupar outro lugar no cenário mundial acentuando a integração subordinada à economia política burguesa internacional como produtora e exportadora de matérias-primas: *commodities*. Delgado (2013) ressalta que entre 1999 e 2012 as exportações brasileiras cresceram 500%. Saltaram no período referido de 50 bilhões para 250 bilhões de dólares, onde se destacam os produtos primários, enquanto cresceram as importações de produtos manufaturados.

Como observa ainda Delgado (2013):

Diferentemente de “Modernização Conservadora” dos militares, suportada pelo crescimento industrial e pelas Armas da República, a *economia do agronegócio* se estruturou ao abrigo da inserção primário exportadora de uma economia mundial em ciclo de forte expansão do comércio internacional de “*commodities*”. Mas forjou-se internamente como bloco hegemônico, manipulando com grande competência a arma ideológica do consenso político (Delgado, 2013, p. 67).

A transfiguração dos produtos agropecuários em *commodities* pela fração mais dinâmica e hegemônica do empresariado agrícola representa a superação necessária da fase anterior da agricultura burguesa para a sua própria manutenção. Mas também representa a permanência da sua condição de subordinação à reprodução ampliada do capital monopólico-financeiro internacional. Inicialmente como *agribusiness*, integrou-se organicamente a este circuito sem quaisquer simulacros. A partir de certo momento, porém, passou a se apresentar ao conjunto societário brasileiro como o agronegócio; mera nomenclatura verde-amarela de uma nacionalidade há muito desbotada: “o agro é pop” [e não poupa ninguém!].

Embora esse modelo seja considerado exitoso e responsável pelo crescimento econômico e social no Brasil, seus efeitos são deletérios e apontam para sua inviabilidade socioambiental e socioeconômica. Um elemento fundamental que vem sendo objeto de vários debates são os sinais dados pela natureza. A própria lógica acumulativa amparada nesse modelo se depara com o desafio da finitude dos recursos naturais no planeta bem como as consequências do desequilíbrio ecológico manifestas atualmente e que afetam todas as formas de vida.

Esse caráter destrutivo do modelo do agronegócio que aprofunda o desequilíbrio ecológico é responsável, também, pelo aprofundamento da concentração da riqueza no Brasil. Isto pode ser demonstrado pela situação da estrutura fundiária que é uma das mais desiguais do mundo e nos remete aos tempos coloniais. O Brasil do século XXI, cuja marca mais importante é a ideologia do progresso tecnológico, tem na concentração da terra e da riqueza a sua viga de sustentação. Uma condição sócio-histórica que mantém as relações de poder no campo e os privilégios dos setores dominantes.

O ufanismo criado em torno desse modelo obscurece completamente as contradições sociais, principalmente em relação à presença e à resistência de um segmento importante em meio à produção e reprodução das relações capitalistas no campo: um setor que poderia ser denominada de agricultura familiar e camponesa. O próprio IBGE reconhece a magnitude da agricultura familiar brasileira. O Instituto afirma que apesar do cultivo de “uma área menor com lavouras e pastagens (17,7 e 36,4 milhões de hectares, respectivamente) a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do País, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno” (IBGE, 2009, p. 20.pdf).

Vale ressaltar a magnitude da agricultura familiar brasileira (Mitidiero Junior; Barbosa; Sá, 2017), afirmam que:

[...] a realidade contraditória na qual a “agricultura familiar” se insere, abrangendo o equivalente a 84,4% dos estabelecimentos do país e detendo somente 24,3% da área total, foi responsável pela produção de: 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% dos suínos, 58% do leite, 50% das aves, 46% do milho, 38% do café, 34% arroz, 30% dos bovinos e 21% do trigo. Ainda, a agricultura familiar seria responsável por 74,4% (12,3 milhões de pessoas) da ocupação laboral no campo, dominando a geração de trabalho/emprego rural” (Mitidiero Junior; Barbosa; Sá, 2017, p. 18)³.

Uma situação que não está isenta de contradições, pois o forte investimento no fortalecimento do agronegócio fragiliza a própria produção de alimentos pela agricultura familiar. Isto aparece com clareza quando se comparam os Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Os dados demonstram que no período entre os dois Censos o número dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar caiu de 4.305.105 para 3.897.408 (Del Grossi; Florido; Rodrigues, 2019 *apud* Silva *et al.*, 2020). Como resultado, registraram-se diminuições significativas na produção dos principais cultivos voltados para o mercado interno. As quedas mais acentuadas ficaram por conta do feijão e do arroz; de 71,5% para algo próximo a 25% e de cerca de 33,0% para menos de 11,0%, respectivamente (Teixeira, 2019).

Assim, de acordo com Lopes *et al.* (2023), o conjunto de produtos originários da agricultura familiar representava 46 % no total da produção nacional pelo Censo 2006, enquanto pelo Censo 2017, a mesma produção caiu para 36%, em média. No entanto,

³ Estes dados condizem com as análises desenvolvidas em conjunto pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (Brasil; DIEESE, 2011). No caso, as análises indicam que a agricultura familiar respondeu em 2006 por 38% do valor da produção agropecuária do país. 74% da força de trabalho estava ocupadas em correspondentes 24% da área total. Em 2009, de acordo ainda com o mesmo estudo, 9,0% do Produto Interno Bruto (PIB) correspondiam à agricultura familiar e suas respectivas cadeias de produção. Em média, a produção dos três grupos de feijão mais consumidos foi de 71,5 %, enquanto a da mandioca correspondeu a 86,7 % da produção nacional (Brasil; DIEESE, 2011).

Aquino, Gazolla e Schneider (2018) demonstraram que pelo Valor Bruto da Produção (VBP)⁴, calculado com os dados do Censo 2006, ao setor familiar correspondeu 33,23% da riqueza produzida em 24% da área total da agricultura brasileira. E concluíram que “em termos de geração de riqueza por hectare, o setor se mostra bem mais eficiente do que o segmento patronal” (Aquino; Gazolla; Schneider, 2018, p. 129).

Alimentos *saudáveis* no Brasil: tensões e disputas

Ao nos referirmos à produção e ao mercado de consumo dos alimentos *saudáveis*, isto é, livres de substâncias tóxicas em seu processo produtivo, como venenos agrícolas, tema deste texto, é imprescindível buscarmos as suas raízes. No caso do Brasil remontam, principalmente, a partir da década de 1970. Apesar de o desenrolar deste debate ficar além dos objetivos do presente texto, a nossa reflexão ficaria incompleta se esse tema não fosse anunciado, pois ele se torna a força mais importante na crítica ao modelo da produção agrícola iniciada a partir de meados da década de 1960 no Brasil.

O debate sempre se pautou pela crítica à modernização da agricultura, responsável pela adoção de pacotes tecnológicos que levam a uma intensa exploração dos recursos naturais e da força de trabalho. Esta crítica deu origem ao que passou a ser denominado de modelos alternativos de produção na agricultura. Uma das grandes contribuições para a sistematização e a difusão deste modelo se iniciou na década de 1970. Foi alavancado por vários grupos de pesquisadores, profissionais das ciências agrárias, estudantes de universidades públicas, ambientalistas, entre outros.

O debate se amplia a partir da década de 1980 quando se populariza o termo agroecologia e o pesquisador estadunidense, Miguel Altieri, assim como os espanhóis Eduardo Sevilla-Guzman e Manuel Gonzales de Molina, exercem grande influência. As articulações entre estes pesquisadores internacionais e com pesquisadores brasileiros possibilitou a construção de novos conhecimentos que serão aprofundados nos anos 1990, quando se intensificam as preocupações acerca do meio ambiente impulsionada, principalmente, pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92. Esta Conferência foi responsável por denunciar os problemas relacionados à degradação ambiental e à necessidade de reverter os prejuízos já existentes por conta da expansão do modelo industrial e da agricultura convencional. Somado a isso, o debate sobre a questão alimentar, um problema bastante discutido internacionalmente, ganhou visibilidade e amplitude. No caso, são os movimentos sociais do campo que se tornam os principais protagonistas ao se aproximarem das reflexões acerca da produção de alimentos *saudáveis*.

Este pode ser considerando um momento importante, pois as pautas avançam para além da mera substituição de insumos químicos convencionais por insumos orgânicos, que de certa forma era o que vinha orientando a agricultura alternativa. A agroecologia não representa uma volta ao passado. Embora sua referência seja o modelo proveniente dos povos tradicionais, da agricultura camponesa, estabelece-se um diálogo com diversos conhecimentos científicos e tradicionais.

⁴ Os autores esclarecem que se calculou esse valor somando-se três valores do IBGE: produção vegetal, produção animal e o valor agregado da agroindústria, que segundo eles, “é igual ao valor total dos produtos processados menos o valor das matérias-primas utilizadas” (Aquino; Gazolla; Schneider, 2018, p. 129).

A conceituação mais clara do que seria agroecologia surge do lançamento do livro intitulado “Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa”, de Miguel Altieri, traduzido para o português em 1989. O autor afirma que este modelo produtivo se sustenta em uma visão multidimensional, integrando dimensões ecológicas, sociais e culturais.

De acordo com Caporal (2009) a agroecologia se propõe a:

[...] buscar a superação de um modelo agroquímico e de monoculturas, que já se mostrou excludente e socioambientalmente inadequado (ou outras formas de agricultura socioambientalmente insustentáveis), por formas mais modernas de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Mais do que mudar práticas agrícolas, trata-se de mudanças em um processo político, econômico e sociocultural, na medida em que a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também de mudanças nas atitudes e valores dos atores sociais com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais e nas relações sociais entre os atores implicados (Caporal, 2009, p.8).

Esse debate e a forma como se realiza no Brasil vai se ampliando e se difundindo amparado na crítica aos danos provocados pela agricultura modernizada. Merece destaque a presença dos movimentos sociais, dentre eles o MST. Principalmente a partir da década de 1990, o MST vê a necessidade de repensar a matriz produtivista dos assentamentos da reforma agrária, levando-o a se pautar por tecnologias mais adequadas ao processo de preservação e recuperação dos recursos naturais, condição para a garantia da segurança alimentar.

Também não é demais mencionar que a partir de 1995 funda-se a Via Campesina: uma rede de cooperação internacional de organizações camponesas⁵. Tem como foco a luta contra a expansão do capitalismo na agricultura que se expressa pelo domínio das grandes empresas transnacionais sustentadas no monopólio da produção e comércio de agrotóxico, transgênicos e máquinas. O MST como membro fundador desta rede, e impulsionado por ela, assume a crítica ao agronegócio e passa a defender a matriz produtiva da agroecologia como estratégia para garantir a Soberania Alimentar⁶.

Nesse amplo debate que leva ao aprofundamento da agroecologia como conhecimento científico, o forte protagonismo dos movimentos sociais se torna fundamental para o despertar de segmentos importantes das classes médias urbanas que passam a se preocupar com a qualidade dos alimentos e ingressam no consumo de produtos livres das principais substâncias químicas altamente tóxicas. Por outro lado, com o crescimento deste mercado, principalmente a partir da década de 1990, quando a agricultura orgânica é

⁵ Fazem parte da Via Campesina, no Brasil o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), IEEP (Instituto Equipe de Educadores Populares), e Escola Latino-Americana de Agroecologia, CIMI (Conselho Indigenista Missionário), CPT (Comissão Pastoral da Terra), FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil) e o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem).

⁶ Conceito bastante presente nos debates, principalmente dos movimentos sociais do campo e está estreitamente vinculada à Via Campesina. Ele passa a ser utilizado para se contrapor à Segurança Alimentar e à forma como é compreendida pelos organismos internacionais como estratégia de combate à fome. A Soberania Alimentar pode ser compreendida como o direito de todos ao acesso a alimentos saudáveis, de forma regular e sustentável, pautado pela identidade cultural alimentar de seu próprio povo e região.

impulsionada, estabeleceu-se uma grande pressão sobre o governo para o reconhecimento dos produtos orgânicos, levando à normatização de sua produção e comercialização.

A partir de então, esses produtos precisam seguir normas de produção e ter certificação que deve constar nas embalagens comercializadas. Essa regulamentação é altamente dispendiosa e burocratizada, erguendo entraves para a agricultura familiar. Mesmo assim, esta produção ainda é majoritariamente exercida por pequenos e médios agricultores⁷. Entretanto, como será demonstrado no próximo item, grandes empresas, como a Fazenda da Toca, ingressam nesse ramo produtivo, apresentando-se muitas vezes como empresas agroecológicas.

A primeira medida para regulamentar a produção orgânica ocorreu em 23 de dezembro de 2003, quando a Presidência da República sanciona a Lei N° 10.831, cuja regulamentação se deu através do Decreto N° 6.323, de 27 de dezembro de 2007, definindo os parâmetros para a produção orgânica (Fonseca, 2009). A própria aprovação e regulamentação de uma legislação para o setor demonstra a necessidade de atender às exigências de expansão mercadológica.

Inicialmente expandiu-se a uma taxa de 10% ao ano (Hoppe *et al.*, 2012) e chegou a crescer por volta de 40% a 50% ao seu final (Camargo Filho *et al.*, 2004). Igualmente se verifica que uma produção voltada para a exportação começou a ganhar relevância ao ponto de ser caracterizada como *commodities orgânicas* de café, açúcar, soja, cacau e suco de laranja, cujos preços no mercado internacional ficaram entre 30% e 50% acima dos mesmos produtos convencionais (Costa *et al.*, 2015).

Os movimentos sociais, pesquisadores, agricultores diretamente voltados à agroecologia passam a travar uma batalha para demonstrar a diferença entre a produção agroecológica e a produção orgânica. Entretanto, pela sua relação direta com o mercado, a produção orgânica passa a ser abraçada com mais facilidade tanto pelos produtores quanto pelos consumidores. Torna-se assim, um atrativo para grandes empresas que identificam nesta modalidade de produção um *niche* de mercado que vem crescendo consideravelmente nos últimos anos.

A agricultura orgânica vem se tornando um grande negócio e entra no circuito capitalista como parte do processo de acumulação, relegando a segundo plano as preocupações ambientais culturais e sociais, ainda que essas questões sejam utilizadas como propaganda. Nesse debate chamamos a atenção para o intento das grandes empresas que hoje produzem orgânicos: apropriarem-se dos conhecimentos tradicionais e das conquistas efetivadas no âmbito da produção agroecológica para atender os seus interesses mercadológicos e econômicos. Este movimento que tende a crescer pode transformar as grandes conquistas que se efetivaram nos últimos anos acerca da construção de um modelo de produção contra hegemônico no campo em mera mudança nas técnicas produtivas utilizados pelo capital na busca incessante de lucros.

É necessário fortalecer as resistências contra o capital e o seu respectivo processo de ecologização, pois a sua reprodução ampliada — o crescimento econômico continuado — causa esgotamento dos recursos naturais. Por conseguinte, a destruição ambiental torna-se um óbice a este processo imanente do capital. A ecologização é tão somente a busca de

⁷ Todos os dados oficiais publicados a partir do Censo Agropecuário 2006 demonstram que são esses os setores responsáveis pela maior parte da produção desses alimentos, principalmente em relação ao abastecimento do mercado interno (IBGE, 2009).

alternativas para a superação dos obstáculos de degradação ambiental causado pelo próprio movimento de acumulação de capital. A forma primordialmente encontrada é tornar o meio ambiente “parte do cálculo capitalista [...]. [...] cuja manifestação elementar é a mercadorização da natureza” (Monerat, 2020, p. 18). Portanto, é diante dos obstáculos ambientais à valorização do valor que a ecologização do capital se efetiva.

Fazenda da Toca e a ecologização do capital

Finaliza-se esta reflexão apresentando algumas características da Fazenda da Toca, que dá nome a este artigo, para demonstrar que ela faz parte de um movimento histórico-social de maior amplitude de setores do agronegócio. Como anunciado no item anterior, verifica-se um alargamento do grande empresariado no ramo da produção agrícola não convencional. Grandes propriedades passaram por processos de eliminação dos agroquímicos, convertendo-se em biodinâmicas, orgânicas etc. Este é o caso da Fazenda da Toca, que passou por um processo de conversão da agricultura convencional existente para a orgânica entre 2005 e 2009 (Fazenda da Toca, 2017).

Esta fazenda-empresa se situa no km 204 da Rodovia Washington Luís, em Itirapina (SP), a cerca de 200 km da capital do estado. Possui 2.300 hectares, sendo 800 hectares são Áreas de Preservação Permanente (APPs)⁸ e o restante ocupados com edificações e agropecuária. Pertence a uma das famílias mais proeminentes da burguesia brasileira: a família Diniz, outrora detentora do Grupo Pão de Açúcar.

Atualmente, a totalidade das produções agropecuárias da propriedade é certificada organicamente e ocupam uma área de 1.483 hectares também com selo IBD, sendo os restantes 817 dedicados à restauração e preservação da mata nativa (Fazenda da Toca, 2020b). São quatro as atividades que ganharam destaque pela dimensão e relevância econômica: (1) avicultura de postura, (2) cultivo de grãos, (3) produção leiteira e o (4) cultivo consorciado de fruteiras e árvores, dentre outras espécies, que está sendo chamado de “sistema agroflorestal” — SAF (Fazenda da Toca, 2020b).

Em termos de prática agrícola não-convencional é exatamente através dos SAFs que mais se evidencia o processo de ecologização do capital invertido na propriedade. Vejamos quais foram os primordiais movimentos da Fazenda da Toca para se dedicar as mais recentes atividades econômicas, isto é, aos SAFs como agricultura regenerativa e as APPs. Os números indicam sem dúvidas, de que o setor produtivo que mais possibilitou a acumulação de capital a tal patamar foi a avicultura orgânica caipira de postura em larga escala, isto é, a produção de ovos orgânicos. É o próprio diretor-executivo da empresa, que explicita a sua dimensão quando afirma que “para ganhar escala e eficiência, deveríamos partir para a especialização. [...]. Decidimos então apostar [... no] que já tínhamos acumulado nessa área de avicultura de postura. [...] assim] consolidamos a nossa solidez financeira” (Bicaletto, 2018).

Com esse setor, a empresa obteve o Carbon Free, um selo oriundo de um programa de restauração florestal que leva o mesmo nome e de responsabilidade da Iniciativa Verde⁹.

⁸ O capítulo II da Lei Federal nº 12.651 (Brasil, 2012) versa com exclusividade sobre as áreas de preservação permanente (APP); o artigo 4º determina quais são estas áreas e os seus respectivos 11 incisos discriminam-nas. Nascentes e riachos inserem-se na definição de APP.

⁹ ONG sediada na capital de São Paulo que certifica empresas e proprietários rurais que decidem compensar a emissão de gases do efeito estufa advinda de suas atividades econômicas (Iniciativa Verde, 2019).

Portanto, já em 2020, a Fazenda da Toca passou a compensar todas as suas emissões de carbono originadas da avicultura através do reflorestamento; 22 hectares foram destinados para plantio e regeneração florestal, garantindo a compensação até 2023. Ou seja, além dos 800 hectares originais em APPs, a administração pretende reflorestar mais 100 hectares com espécies da Mata Atlântica numa área de vale acidentado que abrange nascentes e riachos (Fazenda da Toca, 2020a) dos quais os 22 hectares do Carbon Free fazem parte. Se concretizado, a área de preservação passará de 34,7 % (800 hectares) para um pouco mais de 39 % da superfície total da propriedade.

Com os respectivos selo e projeto de reflorestamento, a empresa emitiu um Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) com selo verde — títulos verdes (Green Bond) lançados no mercado financeiro de carbono. Arrecadou R\$ 25.000.000,00 para expandir os seus investimentos de ecologização em agricultura regenerativa (SAFs) e restauração ambiental. Neste caso, inclui-se o mencionado Programa Carbon Free, mas também o restante dos 100 hectares da propriedade está aberto para “investimentos de outras empresas que procuram zerar suas emissões de carbono e ao Programa Nascentes do Estado de São Paulo” (Fazenda da Toca, 2020a).

Apesar de toda a dinâmica empresarial da avicultura, cujo relatório de 2022 afirma que houve crescimento de 19% do negócio, totalizando 260 mil galinhas poedeiras, quase 2.000 pontos de venda pelo Sul, sudeste e Centro Oeste, **“anunciamos a venda do principal negócio de orgânicos do Brasil”** (Fazenda da Toca, 2022, grifo nosso). A transação, cujo valor não foi revelado, envolveu a marca, a estrutura de cultivo dos grãos, cujas terras foram arrendadas, os silos, a fábrica de ração, os aviários, isto é, todos os ativos produtivos (Arbex, 2022). O cultivo de grãos já estava sob a responsabilidade da Rizoma Agro, fundada em 2018 com o mesmo logradouro da Fazenda da Toca para administrar e expandir os SAFs, a produção de grãos e insumos orgânicos em larga escala e investir na agricultura regenerativa. Assim, o negócio também abarcou a parte da produção de grãos da Rizoma, que passou a se dedicar aos SAFs no interior da Fazenda da Toca, mas também para além dela.

A experiência com os SAFs iniciou em 2012, na Fazenda da Toca, pois segundo o administrador-proprietário, se apresentava como “(...) um enorme ganho em termos de regeneração do solo e da biodiversidade, além da possibilidade de produzir biomassa localmente, o que reduz o custo de adubação” (Diniz, 2019). O solo da Fazenda da Toca tem um problema de ordem ecológica: o alto teor de areia na composição de suas frações mineralógicas (Cunha; Crestana, 2019): acima de 89%. Isto constitui “uma limitação física evidente [...] para utilização agrícola ou pecuária. [...] normalmente são indicados para a composição de reserva legal ao nível da propriedade rural” (Cunha; Crestana, 2019, p. 358–359).

Para Marçal (2018) os SAFs implantados e dinamizados na Fazenda da Toca melhoraram as características físicas e químicas do solo, sendo mais eficientes em sua incorporação e estocagem de carbono do que a área de fragmento de floresta em processo natural de regeneração. A pesquisadora concluiu que “os sistemas agroflorestais avaliados compõem uma proposta inovadora de produção de alimentos orgânicos com base ecológica em larga escala” (Marçal, 2018, p. 83). Os resultados produtivos dos SAFs de produção de frutas e madeira projetaram a propriedade nacional e internacionalmente. De acordo com Wolf e Kornexl (2016), “a experiência da Fazenda da Toca oferece um importante estudo de

caso para a implementação do Desafio de Bonn, cuja meta era restaurar 150 milhões de hectares de terras desmatadas e degradadas do mundo até 2020 e 350 milhões até 2030”¹⁰.

A degradação ambiental se impõe como barreira à produção de mercadorias e à reprodução ampliada do capital. A saída encontrada para a superação desta restrição à produção de valor foi a ecologização da Fazenda da Toca através, principalmente, do mercado de carbono que se dá com a ampliação das áreas de proteção ambiental. *Ecologizando-se*, o capital agrário materializado nas relações socioespaço-temporais de produção da propriedade busca enfrentar e superar os respectivos estorvos ambientais para que a lógica expansiva do valor prossiga.

Regenerar o planeta e melhorar a vida de todos os seus habitantes, por que não!? Desde que seja lucrativo, pois ao contrário a empresa abrirá falência. Portanto, por mais bem-vinda que seja uma prática agrícola livre de substâncias tóxicas e que traga salvaguardas ao meio ambiente, não pode ser um obstáculo para a reprodução ampliada do capital. Ao contrário, têm de ser uma oportunidade para que este processo siga, e sempre mais acelerado. O que determina a agricultura preservacionista da Fazenda da Toca é, portanto, a produção de valor. O desafio que enfrenta é combinar “a dimensão ecológica, de um lado, com a acumulação de capital de modo ampliado, de outro lado” (Gonçalves, 2004, p. 27). Por isso, os “desafios socioambientais estão no centro do negócio da fazenda e são o motor das inovações” (Cardoso *apud* Hessel, 2016, p. 7). Este é o objetivo em última instância e em primeira também: inovar para reproduzir de forma acumulada o capital investido no agronegócio orgânico.

Mas, além de ressaltar essas motivações, também se destaca a importância dessa agricultura implantada em grandes propriedades, pois “o legal de ser em larga escala é que democratiza o alimento orgânico” (Diniz, 2012). Por isso, “sua missão é tornar a agricultura orgânica tão competitiva quanto a que utiliza agrotóxicos” (Caetano, 2017).

Novamente, esta não é uma visão meramente pessoal; há forte dimensão de classe nessas afirmações. Sustentar que para um alimento estar disponível e acessível ao maior número de consumidores só é possível se cultivado em larga escala, é ignorar ou omitir que a maior parte deles à mesa da população urbana vem da pequena e média agricultura familiar. Até mesmo autores críticos a esta afirmação e aos seus respectivos dados¹¹ reconhecem a importância da agricultura familiar brasileira para o abastecimento do mercado interno, independentemente de ser convencional ou agroecológica. Quando se analisa o número de brasileiros que passam fome, produtos orgânicos advindos da Fazenda da Toca são *incompráveis*. São, até mesmo, inacessíveis quando se pensa onde tais produtos são comercializados e qual é o perfil de classe social dos seus frequentadores. Além do que, conforme o gerente comercial da propriedade, 80% dos produtos advindos do cultivo de frutas são exportados para a Alemanha e a França, sendo o restante comercializado no mercado interno. Apenas os ovos eram para este mercado (Reportagem..., 2017b). Afinal, como é mencionado por certo ditado: “os pobres são demasiado pobres para serem verdes” (Alier, 2011, p. 41).

¹⁰ O Desafio de Bonn foi uma iniciativa do governo da Alemanha e da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) que ocorreu em 2011.

¹¹ *Cf.* Hoffmann (2015).

Em suma, a saída para a crise ambiental estaria no agronegócio orgânico massificado, visto como um modelo de regeneração planetária, onde à agricultura campesina caberia papel acessório e subordinado a esta economia.

Considerações finais

Num país como o Brasil, maior consumidor mundial de venenos agrícolas, uma produção agropecuária que não utiliza estas substâncias e nem técnicas de cultivo que degradem o solo e o restante do ambiente natural tem grande importância. Porém, já assinalávamos que o modo de produção capitalista gerou uma grave crise ambiental, caracterizada como tal por dificultar a valorização do valor. Para diminuir os efeitos desta, o capital vem capturando os modelos de agricultura alternativos no espaço rural inserindo-os na lógica capitalista de produção o que lhes retira o seu caráter de oposição ao capital, levando-os à *domesticação dos rebeldes*.

O questionamento ao modelo de agricultura modernizada e a adoção do alternativo pelas grandes empresas está longe de ser uma manifestação de *rebeldia*. Ao contrário, está diretamente inserido na trama deste modo de produção que, com o apoio do Estado e da inserção no mercado capitalista, cumpre sua missão de garantir a ampliação dos lucros e contribui significativamente para a acumulação de capital.

Daí a necessidade de se desenvolver investigações acerca da inserção do capital na produção dos alimentos considerados *saudáveis*. Para isso, elencamos a Fazenda da Toca como estudo de caso por ser uma grande propriedade convertida aos processos de ecologização: preservação dos seus recursos econômicos — solo, água, dentre outros — e pela busca incessante da produtividade e a ampliação do mercado visando realizar o valor de suas mercadorias.

Mesmo que muito limitadamente indicamos alguns processos mais gerais dessa dinâmica produtiva. Uma processualidade conformada por atividades econômicas soerguidas, aceleradamente dinamizadas e rapidamente desativadas ou transferidas a terceiros quando o processo de reprodução ampliada do capital investido parecia perder o vigor acelerante. Vislumbramos duas tendências para essa processualidade do capital materializado na Fazenda da Toca: a agricultura regenerativa (SAFs), capaz de recuperar áreas degradadas pelo movimento anterior do capital não ecologizado, e o investimento nas Áreas de Preservação Permanente (APPs). São processos que dão oportunidade de captação de recursos financeiros em bolsa de valores através da negociação dos créditos de carbono.

Apesar de ressaltado como tendência de investimento do capital da Fazenda da Toca, há indícios de que pode ser um processo de parcelas significativas do capital agrário que busca a ecologização. Afinal, segundo Aline Locks, executiva da Produzindo Certo¹², o maior potencial de crescimento do mercado de finanças verdes está na agricultura (Segalla, 2020).

Para finalizar é importante ressaltar que este artigo não desconsidera as formas de produção menos degradantes, assim como o direito de os agricultores buscarem na produção de orgânicos a possibilidade de sobrevivência. É indiscutível que ela representa um avanço

¹² Empresa de assistência técnica rural especializada em adequações de conformidade ambiental.

se se considerar o modelo do agronegócio. O que se buscou foi chamar atenção à forma como o capital se utiliza desse modelo de produção transformando-o em um grande negócio.

Referências

ALIER, Juan Martínez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Tradução: Maurício Waldman. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 56, n. 1, p. 123–142, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/gRpLPHPWQQ8jrHnMv5DSGYK/>. Acesso em: 6 ago. 2023.

ARBEX, Pedro. Mantiqueira dobra a aposta nos ovos orgânicos. **Brazil Journal**, São Paulo, 6 dez. 2022. Seção Negócios. Disponível em: <https://braziljournal.com/mantiqueira-dobra-a-aposta-nos-ovos-organicos/>. Acesso em: 31 dez. 2022.

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 6, p. 67–80, 2002. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22129>. Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL; DIEESE. **Estatísticas do Meio Rural 2010-2011**. 4. ed. São Paulo: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/707>. Acesso em: 3 ago. 2023.

BICALETTO, Fernando. Toca entrevista: Fernando Bicaletto, Diretor-Executivo da Fazenda da Toca. [Entrevista concedida a] Revista da Toca. **Revista da Toca**. Itirapina: [s. n.], 2018. Disponível em: <https://fazendadatoca.com.br/toca-entrevista-fernando-bicaletto-diretor-executivo-da-fazenda-da-toca/>. Acesso em: 21 nov. 2022.

CAMARGO FILHO, Waldemar Pires de *et al.* Algumas considerações sobre a construção da cadeia de produtos orgânicos. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 55–69, 2004. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/ie/2004/espec1-0204.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2020.

CAPORAL, Francisco. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília: 2009. Disponível em: Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agricu (ifs.edu.br). Acesso em: 01 ago 2024.

COSTA, Manoel Baltasar Baptista da *et al.* Agroecologia no Brasil – 1970 a 2015. **Agroecología**, Murcia, v. 10, n. 2, p. 63–75, 2015. Disponível em: <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/300831>. Acesso em: 28 jun. 2021.

CUNHA, Cristiano Pereira da; CRESTANA, Silvio. Caracterização granulométrica em áreas de neossolo quartzarenico em ecossistema natural, sistema agroflorestal e pastagem. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE INSTRUMENTAÇÃO AGROPECUÁRIA*, 4., 2019, São Carlos. **Anais do SIAGRO**. São Carlos: Embrapa Instrumentação, 2019. p. 356–

360. Disponível em:

<https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&id=1114857&biblioteca=vazio&busca=1114857&qFacets=1114857&sort=&paginacao=t&paginaAtual=1>. Acesso em: 5 jan. 2023.

DELGADO, Guilherme Costa. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 15, n. 43, p. 157–172, 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/WkvT5yVVdhZGprdCGmQfHqk/?lang=pt>. Acesso em: 26 ago. 2023.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2012. (Série Estudos rurais).

DELGADO, Guilherme Costa. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**, São Paulo, n. especial, p. 61–68, 2013. Disponível em:

<https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2013/10/revista-abra-agronegocio-e-realidade-agraria-no-brasil.pdf> Acesso em: 9 mar. 2020.

DINIZ, Pedro Paulo. Pedro Paulo Diniz. [Entrevista concedida a] Paulo Lima. **Revista Trip**, v. 26, n. 21, ed. 210, São Paulo: Trip Editora e Propaganda S/A, 2012. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/pedro-paulo-diniz>. Acesso em: 5 set. 2022.

DINIZ, Pedro Paulo. Toca entrevista: Pedro Paulo Diniz - Sócio-fundador da Fazenda da Toca Orgânicos e da Rizoma. [Entrevista concedida a] Revista da Toca. **Revista da Toca**. Itirapina: [s. n.], 2019. Disponível em: <https://fazendadatoca.com.br/toca-entrevista-pedro-paulo-diniz-socio-fundador-da-fazenda-da-toca-organicos-e-da-rizoma/>. Acesso em: 21 nov. 2022.

FAZENDA DA TOCA. Fazenda da Toca Orgânicos: retrospectiva 2022. **Itirapina**, 2022. Disponível em: <https://br.linkedin.com/company/fazenda-da-toca-ltda---grupo-p-o-de-a-car>. Acesso em: 22 maio 2023.

FAZENDA DA TOCA. Fazenda da Toca é a primeira produtora de ovos carbon free do Brasil. **Itirapina**, 2020a. Disponível em: <https://fazendadatoca.com.br/a-fazenda-da-toca-e-a-primeira-produtora-de-ovos-carbon-free-do-brasil/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

FAZENDA DA TOCA. **FAZENDA DA TOCA**: Um polo de produção orgânica em larga escala. Itirapina, 2020b. Disponível em: <https://fazendadatoca.com.br/fazenda-da-toca-um-polo-de-producao-organica-em-larga-escala/>. Acesso em: 21 nov. 2022.

FAZENDA DA TOCA. **Fazenda da Toca Orgânicos**: retrospectiva 2022. Itirapina, 2022. Disponível em: <https://br.linkedin.com/company/fazenda-da-toca-ltda---grupo-p-o-de-a-car>. Acesso em: 22 maio 2023.

FAZENDA DA TOCA. Nossa história. **Itirapina**, 2017. Disponível em: <https://fazendadatoca.com.br/nossa-historia/>. Acesso em: 17 ago. 2022.

FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa. Agricultura orgânica: regulamentos

técnicos para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil. **PESAGRO-RIO**, Niterói, 2009. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/32349/1/AgriculturaOrganica.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 1–55, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/download/604/10751>. Acesso em: 2 nov. 2020.

HESSEL, Camila. A startup caipira de Pedro Paulo Diniz. **Época Negócios Digital**, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2016/05/startup-caipira.html>. Acesso em: 29 ago. 2022.

HOFFMANN, Rodolfo. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil? **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 417–421, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1386>. Acesso em: 11 jan. 2023.

HOPPE, Alexia *et al.* Comportamento do consumidor de produtos orgânicos: uma aplicação da teoria do comportamento planejado. **BASE : revista de administração e contabilidade da Unisinos**, São Leopoldo, v. 9, n. 2, p. 174–188, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/259361>. Acesso em: 6 ago. 2023.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006. Agricultura familiar: primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Brasília/Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 19 maio 2020.

INICIATIVA VERDE. **Selo Carbon Free e projeto de restauração florestal na Fazenda da Toca ajudam propriedade a obter R\$ 25 milhões em títulos verdes**. São Paulo, 2021. Website. Disponível em: <https://iniciativaverde.org.br/noticias/carbon-free-ovos-toca>. Acesso em: 28 nov. 2022.

LOPES, Marcio Caetano de Azevedo *et al.* Entre o “agro pop” e a agricultura familiar: um breve retrato do cenário agroalimentar brasileiro. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 33, n. 61, p. 01–26, 2023. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/7169>. Acesso em: 26 jul. 2023.

MARÇAL, Maria Fernanda Magioni. **Qualidade do solo em sistemas agroflorestais desenvolvidos para produção em larga escala**. 2018. 97 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível

em: http://acervus.unicamp.br/index.asp?codigo_sophia=1129166. Acesso em: 15 set. 2022.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; BARBOSA, Humberto Junior Neves; SÁ, Thiago Héric de. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, Presidente Prudente, v. 18, n. 3, p. 7–77, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5540/4172>. Acesso em: 3 ago. 2023.

MONERAT, Julio Cesar Pereira. Para a crítica da ecologização do capital. 2020. 367 f. **Tese** (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/16529/2/Tese%20-%20Julio%20Cesar%20Pereira%20Monerat%20-%202020%20%e2%80%93%20Completa.pdf.pdf>. Acesso em: 11 out. 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 23. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2011.

REPORTAGEM sobre a Toca no Globo Rural 2º Parte. São Paulo: TV Globo, 2017. 2 vídeos (13min15s. Publicado pelo canal Fazenda da Toca Orgânicos Oficial). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=W_Z6n2hGiXo. Acesso em: 29 maio 2023.

SEGALLA, Amauri. A primeira safra das finanças verdes. **Plant Project**, Barueri, n. 22, p. 30–37, 2020. Disponível em: https://plantproject.com.br/sexoes/revista/?r=plant_22-issuu. Acesso em: 30 maio 2023.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

WHITACKER, Guilherme Magon. Agricultura Orgânica: estratégia capitalista para a (re)produção do espaço rural. **Revista GeoAtos**. Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 12, v.1, janeiro a junho de 2012. Disponível em: Agricultura Orgânica: estratégias capitalistas para a (re)produção do espaço rural. | Geografia em Atos (Online) (unesp.br). consultado em 1 ago. 2024.

VIOLA, Eduardo e MENDES, Vinicius. Agricultura 4.0 e as mudanças climáticas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo. v. 25, 2022. disponível em: (PDF) Agricultura 4.0 e mudanças climáticas no Brasil (researchgate.net). Acesso em: 1 ago. 2024.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, p. 25–44, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-20032014000600002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 16 abr. 2021.

WOLF, Gregor; KORNEXL, Werner. **Banco Mundial: fazenda em SP mostra viabilidade da agrossilvicultura de grande escala**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/73625-banco-mundial-fazenda-em-sp-mostra-viabilidade-da-agrossilvicultura-de-grande-escala>, <https://brasil.un.org/pt-br/73625-banco-mundial-fazenda-em-sp-mostra-viabilidade-da-agrossilvicultura-de-grande-escala>. Acesso em: 15

maio 2023.

TEIXEIRA, Gerson. O Censo Agropecuário 2019. **Revista NECAT - Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, Florianópolis, v. 8, n. 16, p. 8–39, 2019. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4314>. Acesso em: 3 ago. 2023.

ESTADO AMPLIADO NO RIO DE JANEIRO: A FIRJAN e o Arco Metropolitano

Guilherme de Rocamora
Cézar Henrique Maranhão

Introdução

O presente capítulo objetiva analisar a relação entre a sociedade civil burguesa e o Estado no processo de consolidação das bases para impulsionar novas tendências de reprodução do capital no território do Rio de Janeiro (RJ), durante a fase neoliberal do capitalismo. Para isso, focaliza a investigação em uma situação concreta: a ação política da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), como um intelectual coletivo da burguesia interna e associada ao capital estrangeiro com investimentos no estado do RJ na disputa pelo fundo público e na formulação de diretrizes para as políticas públicas. Seu objetivo era fortalecer a inserção do território fluminense na divisão regional do trabalho como um corredor logístico para as exportações das mercadorias brasileiras no mercado mundial. Este direcionamento se materializou através da formulação, promoção e busca por legitimação de projetos de infraestrutura voltados ao impulsionamento do Porto de Itaguaí, antigamente denominado Porto de Sepetiba. A Firjan, deste modo, buscou disputar o fundo público para impulsionar a acumulação capitalista de frações burguesas industriais e comerciais que organizavam seus interesses através da entidade, abarcando ramos como a construção civil, logística e os vinculados à atividade exportadora e importadora.

O principal desses projetos foi o Arco Rodoviário Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro, cujas obras se iniciaram com investimentos federais através do Plano de Aceleração de Crescimento (PAC), durante as incursões neodesenvolvimentistas¹ do segundo governo Lula (2007-2010). O objetivo do Arco Metropolitano era conectar o Porto de Itaguaí ao que seria o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), no município de Itaboraí, visando diminuir o tempo de circulação das mercadorias pelo território do estado. Com base em uma revisão bibliográfica sobre o tema e análise documental, buscaremos demonstrar como o seu projeto foi formulado e teve o consenso em torno de sua construção produzido pela Firjan, correspondendo a um dos pilares de um projeto regional da burguesia interna para o Rio de Janeiro².

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) é uma federação estadual de sindicatos patronais, contando com 101 sindicatos filiados (Firjan, s.d). Consiste em uma entidade representativa da burguesia interna brasileira. Através da realização de estudos e pesquisas, do esforço para elaborar sínteses coletivas de distintas frações burguesas com investimentos no estado do RJ e da articulação junto à sociedade política, a Firjan busca não apenas garantir o atendimento dos interesses econômico-corporativos da classe que representa, mas também institucionalizar seus projetos estratégicos para o território do

¹ Sobre o neodesenvolvimentismo como linha auxiliar do social-liberalismo – uma variante do projeto neoliberal – no bloco social dominante brasileiro durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), conferir Rodrigo Castelo (2022).

² Este artigo foi formulado a partir dos resultados parciais de dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ em janeiro de 2023. Para um estudo mais abrangente sobre o papel da Firjan na construção de um projeto regional da burguesia para o Rio de Janeiro, conferir Rocamora (2023).

estado do Rio de Janeiro, construindo uma direção intelectual e moral em torno dos seus interesses fundamentais. Assim, compreendemos a Federação como um aparelho privado de hegemonia, cumprindo a função de um intelectual coletivo de uma parcela da burguesia dependente brasileira, organizando a sua ação política.

Com base no estudo dessa situação, o artigo levanta, então, as seguintes hipóteses de trabalho: 1) as transformações territoriais sofridas pelo estado do Rio de Janeiro na fase neoliberal do capitalismo só podem ser compreendidas, em uma perspectiva de totalidade, se considerarmos a ação política das frações industrial e comercial da burguesia interna e associada ao capital estrangeiro que, com a nova divisão internacional do trabalho, projetaram e dirigiram um projeto regional para se adequar às novas formas de inserção subordinada do capitalismo dependente brasileiro no mercado mundial, como estratégia de sua acumulação. Este processo envolveu a articulação junto à sociedade política – nas esferas estadual e federal – para a disputa do fundo público; 2) a análise da formulação e implementação de políticas públicas para aprofundar novas tendências de reprodução do capital no estado do Rio de Janeiro precisa considerar o Estado a partir de sua noção ampliada, abarcando a relação orgânica entre sociedade política e sociedade civil, o que implica o estudo das formas concretas de atuação dos intelectuais orgânicos – individuais e coletivos – das classes dominantes no estado. Assim, a ênfase da análise se desloca da sociedade política – sem desconsiderar essa esfera da realidade e suas especificidades, bem como sua autonomia relativa – para a sociedade civil, enquanto mediação entre as classes sociais e o Estado *stricto sensu*.

Seguimos, assim, as pistas de Jorge Natal (2021), para quem, com base em Karl Marx e David Harvey, os processos sociais ocorridos em um determinado espaço territorial possuem sempre sujeitos sociais, e devem ser compreendidos como a síntese de múltiplas determinações, reunindo “em si ‘acúmulos’ históricos e conjuntura, escalas de análise, disputas por apropriação da renda e da riqueza, interações espaciais etc.” (Natal, 2021, p. 53). Longe de pretender realizar uma análise exaustiva do tema, o que certamente requer esforço coletivo, procuramos contribuir para apreender alguns desses sujeitos.

Excetuando esta introdução, o artigo está dividido em mais quatro seções: na próxima seção, abordaremos a noção ampliada de Estado, conforme formulada por Antonio Gramsci, como uma ferramenta teórico-metodológica para a análise da relação entre Estado e sociedade civil nas sociedades capitalistas contemporâneas, a partir dos apontamentos de Alvaro Bianchi (2010) e Sônia Regina Mendonça (2014). Em seguida, com base na noção de padrão de reprodução do capital proposta por Jaime Osorio (2012a), abordaremos as transformações econômicas processadas no Rio de Janeiro a partir da consolidação do novo padrão exportador de especialização produtiva (Osorio, 2012b) durante a fase neoliberal do capitalismo, dialogando principalmente com o trabalho de José Luiz Vianna da Cruz (2016). Após isso, com base na tese de Lourdes Canosa (1998) e na análise de artigos e reportagens da revista oficial da Firjan, a *Carta da indústria*, buscaremos demonstrar o papel da entidade como um intelectual coletivo da burguesia interna brasileira no processo de direcionamento do território fluminense como um corredor logístico para as exportações nacionais. Por fim, teceremos a conclusão.

A noção ampliada de Estado como ferramenta teórico-metodológica de análise

Como aponta Alvaro Bianchi (2010), o estudo das associações patronais, suas ideologias e ação política deve ser feito a partir de uma perspectiva teórico-metodológica de totalidade, inserindo-as no conjunto das relações de força nas quais a classe em questão, mediada por seus aparelhos privados de hegemonia e intelectuais, opera sua prática. Assim, pode-se compreender como a ação coletiva de uma classe social como a burguesia é perpassada por conflitos, tanto intraclasses dominantes como entre os dominantes e os subalternos (Bianchi, 2010, p. 19).

O autor resgata, para isso, a formulação de Antonio Gramsci sobre as relações de força entre as classes sociais em luta, em uma determinada situação histórica. Conforme Gramsci (2017, p. 40-4 - C13, §17), analisar as relações de força é compreender a relação entre a estrutura e as superestruturas de uma sociedade; ou como as frações dominantes conseguem traduzir sua dominação econômica em supremacia política no Estado, garantindo a reprodução dos seus interesses em conflito e/ou aliança com demais setores das classes dominantes e com as classes subalternas. O estudo das relações de força requer levar em consideração a situação em três níveis de abstração distintos, mas integrados na realidade concreta: 1) o momento das relações de força objetivas ligadas à estrutura; 2) o momento das relações entre as forças políticas; 3) o momento das relações de força político-militares.

O primeiro nível da análise consiste em identificar a configuração objetiva das classes sociais na formação econômico-social em questão, em um determinado período histórico. Trata-se da análise da estrutura da sociedade: “Com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, têm-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na própria produção” (Gramsci, 2017, p. 40-1 - C13, §17).

Analisar a forma objetiva da existência das classes com base nas relações de produção é um primeiro passo importante, mas insuficiente para o entendimento das relações de força. É preciso, em um nível de abstração mais concreto, estudar as relações entre as forças políticas: avaliar o “[...] grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais” (Gramsci, 2017, p. 41 - C13, §17). Para construir a sua supremacia estatal ou garantir que alguns dos seus interesses sejam contemplados no equilíbrio instituído entre as forças sociais, uma classe ou fração de classe precisa se organizar e fundar uma vontade coletiva. Para isso, a construção de aparelhos privados de hegemonia torna-se central, como instâncias organizadoras e diluidoras de concepções de mundo capazes de homogeneizar a consciência das classes, condicionando e coordenando suas ações para um determinado fim estratégico, em consonância com seus interesses. Por fim, o terceiro momento da análise das relações de força é o da relação entre as forças militares, que ocupa um papel decisivo para o desdobramento das situações concretas (Gramsci, 2017, p. 43 - C13, §17).

Em uma situação concreta, esse conjunto de relações de força conforma um equilíbrio, onde um grupo prevalece, subordinando os demais ao seu projeto através de elementos coercitivos e hegemônicos: liquidando os grupos adversários com o uso da força – inclusive armada – e dirigindo os grupos aliados (Gramsci, 2015, p. 62 - C19, §24). Esse equilíbrio entre as forças sociais se traduz no Estado, que materializa a supremacia da classe

dominante e dirigente sobre o conjunto da sociedade. Mas para que esse projeto prevaleça, para que a hegemonia do grupo dominante seja estabelecida, devem ser feitas concessões econômico-corporativas aos grupos dos quais se busca o consenso, desde que essas concessões não afetem a posição de domínio econômico do grupo no poder (Gramsci, 2017, p. 49 - C13, §18). O Estado, deste modo, constitui um equilíbrio instável – pois sempre passível de redefinição – de forças sociais, operando como instrumento de expansão dos interesses do grupo dominante e dirigente, promovendo seu projeto de classe.

Para além disso, Gramsci compreende o Estado a partir de sua noção ampliada. Na formulação de Gramsci (2022, p. 21 – C12, §1), a noção ampliada de Estado engloba em uma unidade de contrários dois “planos” superestruturais: a sociedade política – ou o Estado *stricto sensu* – e a sociedade civil, esta última composta pelos aparelhos privados de hegemonia. Nas formações econômico-sociais onde a sociedade civil é complexa e desenvolvida, os aparelhos privados de hegemonia – partidos, associações profissionais, sindicatos, escolas, jornais, clubes etc. – cumprem papel na manutenção da supremacia de uma classe, seja através da difusão das ideologias na disputa da direção intelectual e moral da prática dos demais grupos para produzir um consenso em torno dos seus projetos; seja no processo de organização dessa classe, formulando e desenvolvendo sua estratégia e táticas de ação política. O “sentido orgânico e mais amplo” de Estado em Gramsci (2017, p. 247 – C6, §87), portanto, abarca a relação entre a sociedade política e a sociedade civil no processo de dominação/direção de classe.

Neste arcabouço teórico, a categoria de intelectual possui um lugar central. Para Gramsci (2015, p. 64 – C19, §24), toda classe social fundamental, oriunda de uma dada configuração da divisão social do trabalho, tende a formar uma camada de intelectuais para si. O que caracteriza um intelectual é a função cumprida no conjunto das relações sociais de produção e reprodução da sociedade: trata-se de funções “[...] precisamente organizativas e conectivas” (Gramsci, 2022, p. 21 – C12, §1). Os intelectuais são membros da própria classe, ou então prepostos, que buscam dar “[...] homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (Gramsci, 2022, p. 15 – C12, §1) aos grupos sociais com os quais possuem conexão.

Esta camada relaciona-se com as classes que representam através das instituições da sociedade civil e da sociedade política, exercendo “[...] as funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (Gramsci, 2022, p. 21 – C12, §1). Em síntese, o intelectual – individual ou coletivo – é um organizador e representante de uma classe social, atuando para construir e manter a sua hegemonia e dominação. Nas palavras de Mendonça (2014, p. 35), é um “[...] efetivo organizador das vontades e da ação coletiva”. Busca não apenas produzir o consenso ativo e/ou passivo de outras classes sociais em relação aos projetos do seu grupo social, mas também garantir que estes projetos sejam institucionalizados na sociedade política. É com base na teoria política gramsciana – não como diretrizes rígidas e estanques, mas como referencial teórico-metodológico para buscar sucessivas aproximações ao objeto pesquisado, como síntese de múltiplas determinações, nos termos de Marx ([1857], 2011) – que buscamos analisar a ação política da Firjan, a partir de uma nova situação de relações de força com a ascensão do padrão exportador de especialização produtiva na América Latina, no Brasil e no Rio de Janeiro.

As particularidades do padrão exportador de especialização produtiva no estado do Rio de Janeiro

A mundialização do capital – um elemento da ofensiva neoliberal – produziu uma reconfiguração da divisão internacional do trabalho. Durante este processo, de acordo com Jaime Osorio (2012b, p. 103-4), a América Latina sofreu transformações, com a consolidação de novas formas de inserção subordinada do subcontinente no mercado mundial, reatualizando velhas tendências das formações econômico-sociais dependentes latino-americanas sob outras roupagens. Com isso, houve o esgotamento do padrão industrial de reprodução do capital³ nos países latino-americanos em geral e no Brasil em particular, gestando uma reconfiguração das relações de força no país. Com a crise deste padrão, entrou em ascensão um novo padrão de reprodução do capital na América Latina: o padrão exportador de especialização produtiva.

As estruturas produtivas dos países latino-americanos, progressivamente, passaram a se especializar na produção de produtos primários, como matérias-primas e alimentos – as chamadas *commodities* –, cuja demanda foi ampliada pelo crescimento das economias asiáticas, principalmente; ou em produtos secundários com baixa intensidade tecnológica incorporada aos seus processos produtivos. A produção de ambas as formas de mercadorias voltava-se essencialmente para a exportação. Neste contexto, houve uma tendência de se formarem novos enclaves econômicos na região e reatualizaram-se os discursos dominantes sobre as “vantagens naturais” e supostas “vocações” dos países latino-americanos na produção de determinados valores de uso, como petróleo, minérios e bens agropecuários (Osorio, 2012b, p. 111-3).

No Brasil, em particular, os setores exportadores se fortaleceram na década de 1980, através de subsídios e incentivos do Estado (Aruto, 2019, p. 65). Contudo, é somente ao final dos anos 1990 e início dos anos 2000 que o padrão exportador de especialização produtiva se consolidou no país, devido a determinações internas e externas: a implementação das políticas econômicas neoliberais e seus impactos na estrutura produtiva nacional; e o significativo aumento do preço internacional das *commodities*, devido à ampliação da demanda por esses produtos proveniente do crescimento econômico dos países asiáticos, com destaque para a China (Aruto, 2019, p. 77-8). A estrutura produtiva do Brasil voltou-se cada vez mais para a produção de bens agropecuários e minerais para exportação, juntamente com algumas reduzidas atividades vinculadas à indústria de transformação.

A reconfiguração da inserção brasileira na divisão internacional do trabalho com a mundialização do capital teve impactos na estrutura produtiva do estado do Rio de Janeiro. Segundo José Luiz Vianna da Cruz (2016, p. 24), com as novas tendências no mercado mundial, podemos observar uma progressiva especialização produtiva do território fluminense em torno de dois polos que passaram a configurar os eixos dinâmicos da reprodução do capital no estado: 1) a indústria de extração *offshore* de petróleo e gás no Norte

³ A noção de padrão de reprodução do capital tem como objetivo analisar as tendências de reprodução do capital ao longo do seu processo de valorização em uma formação econômico-social específica e sob uma dada conjuntura (Osorio, 2012a, p. 40-1). Em suas pesquisas, Osorio (2012a, p. 78) identificou a existência de três padrões de reprodução ao longo da história do capitalismo dependente latino-americano: o padrão agromineiro exportador (1840-1920); o padrão industrial, este possuindo duas etapas, a internalizada e autônoma (segunda metade dos anos 1930 até meados de 1950) e a de integração ao capital estrangeiro (dos anos 1950 até meados dos anos 1970); e o padrão exportador de especialização produtiva (de meados dos anos 1980 até a atualidade).

Fluminense (NF), cuja decolagem alavancou outros setores da economia, como a indústria naval e a química; e 2) as indústrias metalmeccânicas no Sul Fluminense, compostas principalmente pelas indústrias automobilística e siderúrgica, constituindo o chamado Polo Metalmeccânico. Para além disso, a inserção do Rio de Janeiro nas novas divisões regional e internacional do trabalho catapultou uma série de investimentos em infraestrutura rodoviária, portuária e aeroportuária no estado, que passou a ser concebido como um corredor logístico para impulsionar as exportações fluminenses e de outros estados brasileiros.

A indústria de extração *offshore* de petróleo e gás, localizada na Bacia de Campos, na mesorregião do Norte Fluminense, consolidou-se como o principal eixo dinâmico da reprodução do capital no estado com a ascensão do novo padrão. A existência de petróleo na Bacia de Campos foi descoberta no ano de 1974 e as operações para a sua extração se iniciaram no ano de 1978. Porém, foi somente com a conformação da nova divisão internacional do trabalho que a produção desta *commodity* se alçou ao centro da economia política do Rio de Janeiro, concedendo ao estado uma nova posição na divisão regional do trabalho: segundo Floriano de Oliveira (2008, p. 159), a extração de petróleo na Bacia de Campos chegou a tornar, no ano de 2008, o Rio de Janeiro responsável por cerca de 90% do total da produção nacional deste bem.

A razão da expansão da produção petrolífera no Norte Fluminense, de acordo com Cruz (2016), encontrava-se no aumento do preço mundial do barril de petróleo, devido à ampliação da demanda por esta mercadoria proporcionada pelo crescimento econômico da China. O *boom* das *commodities* fez do “ouro negro”, como é chamado o petróleo, o carro-chefe das particularidades do novo padrão exportador de especialização produtiva no território fluminense e o complexo de exploração e produção de petróleo no NF, sob a égide da Petrobras, expandiu-se substancialmente.

Em consequência dessa nova dinâmica, houve o incremento da participação das exportações na economia fluminense: segundo dados tratados por Lia Pereira e Diego Maciel (2012, p. 31), o peso das exportações na conformação do Produto Interno Bruto (PIB) do estado do RJ passou de 2,4% em 2000 a 10% em 2008, praticamente quadruplicando. Ainda segundo os autores, a média anual do crescimento das exportações fluminenses foi consideravelmente superior à média brasileira: entre 2000 e 2010, o crescimento deste indicador no RJ foi de 27%, enquanto no Brasil foi de 14%. Devido a isso, a participação do RJ no total das exportações brasileiras também cresceu de maneira vultosa, indo de 3,3% em 2000 para 9,9% em 2010. O elemento que explica essa mudança é justamente o crescimento das exportações do petróleo bruto: no ano de 2005, 43,4% das exportações do RJ correspondiam a produtos primários; já em 2010, este indicador aumentou para 74,7%, sendo que 74,6% das mercadorias exportadas entravam na categoria de produtos energéticos (petróleo) (Pereira; Maciel, 2012, p. 41).

Por outro lado, o posicionamento geográfico estratégico do Rio de Janeiro, dentre outros fatores, possibilitou ao estado a sua inserção na divisão regional do trabalho como um corredor logístico para as exportações brasileiras, através dos seus complexos portuários-industriais. A consolidação do novo padrão exportador de especialização produtiva no Brasil foi, portanto, acompanhada por uma série de investimentos relacionados à infraestrutura logística no RJ. Dentre eles, um dos mais significativos foi o Arco Rodoviário Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro, projetando interligar o Porto de Itaguaí ao município de

Itaboraí, onde estava instalado o Comperj, um dos principais investimentos da Petrobras neste período. Nas palavras de Cruz (2016, p. 29):

O uso do território do ERJ [estado do Rio de Janeiro] será intensificado como plataforma de corredores nacionais de exportação e importação, previstos nos planos do governo federal de ferrovias, rodovias, portos e aeroportos, e dentro do arcabouço geral do Plano de Aceleração de Crescimento (PAC) e das estratégias setoriais apoiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). [...] Essas estruturas e redes [...] como corredores de escoamento da produção nacional e estadual vinculada preponderantemente ao comércio internacional, são empreendimentos realizados segundo a lógica empresarial da maximização do lucro pela compressão tempo-espaço, ligando os pontos do território que mais favorecem os interesses privados das empresas e dos capitais envolvidos.

Os processos de compressão espaço-tempo, como indica David Harvey ([1992] 2014), são uma das características das novas tendências do capitalismo em sua fase neoliberal. Esses processos inauguraram-se com a necessidade de se acelerar o tempo de giro do capital, desencadeando uma reestruturação produtiva. A descentralização das cadeias produtivas ao redor do globo, diminuindo as barreiras espaciais da acumulação capitalista, possibilitou ao capital explorar as diferenciações de cada formação econômico-social, sempre em busca de melhores condições para ampliar a exploração da força de trabalho e melhor infraestrutura logística local. Uma das consequências dessa dinâmica foi uma competição generalizada por parte de elites decisórias locais para o estabelecimento de condições mais atrativas ao capital internacional:

As elites dirigentes locais podem, por exemplo, implementar estratégias de controle da mão de obra local, de melhoria de habilidades, de fornecimento de infraestrutura, de política fiscal, de regulamentação estatal etc., a fim de atrair o desenvolvimento para o seu espaço particular. [...] A produção ativa de lugares dotados de qualidades especiais se torna um importante trunfo na competição espacial entre localidades, cidades, regiões e nações (Harvey, [1992] 2014, p. 266).

Em síntese, a formação da terceira divisão internacional do trabalho e a consolidação de um novo padrão de reprodução do capital na América Latina e no Brasil produziram mudanças na dinâmica de acumulação capitalista no estado do Rio de Janeiro. A seguir, buscaremos demonstrar o papel da Firjan – como um intelectual coletivo de frações industriais e comerciais da burguesia interna e dependente brasileira com investimentos no estado do RJ – na promoção de um dos pilares deste novo padrão de reprodução, através da formulação e direcionamento das políticas públicas do Estado ampliado para impulsionar a inserção fluminense na divisão regional do trabalho como um corredor logístico para as exportações.

“Um estado de logística” para a FIRJAN: do complexo portuário-industrial de Itaguaí à construção do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro

Com a ascensão do novo padrão de reprodução do capital a partir das transformações na divisão internacional do trabalho, ampliar as exportações fluminenses tornou-se uma preocupação central para as parcelas das classes dominantes com investimentos no Rio de Janeiro. Já na década de 1990, esse objetivo tomava forma pela elaboração por parte da Firjan de projetos voltados para a infraestrutura logística do estado. Desde os anos 1980, com a crise da industrialização dependente no Brasil, as frações da burguesia organizadas na entidade buscavam novos caminhos para impulsionar a sua acumulação, especialmente afetada pela crise, devido à dependência dos seus empreendimentos em relação a investimentos federais e à demanda produzida pelo Estado. Com a transferência da capital federal para Brasília no ano de 1960 e a posterior crise da dívida externa brasileira, este pilar da acumulação da burguesia no RJ foi abalado, de modo que o empresariado, diante da sua perda de poder relativo com a nova situação de relações de força, passou a formular a tese sobre o esvaziamento econômico do Rio de Janeiro e o abandono da União em relação ao estado (Canosa, 1998; Oliveira, 2008).

Conforme destaca Júlio César de Souza (2015), a Firjan, conjuntamente com outras entidades empresariais e instituições estatais, organizou no ano de 1990 a V Plenária da Indústria e do Comércio do estado do Rio de Janeiro (PLENINCO) para discutir os novos caminhos para retomar a acumulação, diante da crise. Uma das principais reivindicações da burguesia na plenária era a reforma do Porto de Sepetiba, atualmente chamado Porto de Itaguaí. Tendo suas obras sido iniciadas no ano de 1976 e sua inauguração ocorrido no ano de 1982, o porto começou suas atividades no contexto de crise do padrão industrial de reprodução do capital e, de acordo com Canosa (1998, p. 256), passou mais de dez anos operando em níveis abaixo da sua capacidade.

Diante da nova situação de relações de força, a Firjan pretendia transformar o então Porto de Sepetiba em um eixo escoador de mercadorias do Sudeste e do Centro-Oeste brasileiros (Canosa, 1998, p. 255). Para isso, planejava fundir a zona de processamento de exportação (ZPE) de Itaguaí – criada durante o governo de Itamar Franco e que concedia uma série de benefícios para as empresas instaladas no local – com o porto, de modo a formar um complexo portuário-industrial. Para cumprir este objetivo, a entidade visava obter financiamento através do fundo público federal⁴, de modo a realizar a reforma do porto.

Conforme Canosa (1998), a Firjan, sob a presidência de Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, empresário do ramo de distribuição de derivados do petróleo então vinculado ao Grupo Ipiranga, buscou uma aliança com o governo do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), de modo que a entidade foi contemplada com a criação do Conselho Coordenador de Ações Federais no Estado do Rio

⁴ Elaine Behring (2018) sintetiza a compreensão sobre a categoria de fundo público como o conjunto de recursos que o Estado mobiliza para intervir na economia através do orçamento público, de empresas públicas e das políticas econômicas, realizando o financiamento do investimento capitalista, das políticas sociais, da geração da infraestrutura necessária à reprodução do capital e a remuneração dos detentores da dívida pública. O fundo público, segundo a autora, é formado a partir do valor produzido pelos trabalhadores, seja na forma da mais-valia ou do valor apropriado pelos próprios trabalhadores através do trabalho necessário, sob os quais incide a tributação do Estado. A destinação do fundo público, por sua vez, é perpassada pelas lutas entre as classes sociais e suas distintas frações.

de Janeiro logo no primeiro ano do governo, bem como a nomeação de Raphael Almeida Magalhães⁵, que por anos havia sido assessor econômico da Firjan, para o cargo de secretário-executivo do órgão. O investimento para reformar o Porto de Sepetiba constava na lista de prioridades enviada pela entidade a Magalhães que, conforme atesta pronunciamento de Márcio Fortes (*apud* Carneiro, 1997, p. 186), então dirigente da Firjan, exercia suas funções diárias na sede da Federação. Apesar disso, o acesso ao fundo público federal para os investimentos no projeto não seria tão simples, uma vez que, a despeito do apoio do Presidente da República, havia uma disputa entre frações burguesas dos distintos estados da federação por aqueles recursos, e os membros da sociedade política no primeiro escalão do governo começaram a sabotar a iniciativa. Em 1996, o então Ministro do Planejamento, Antônio Kandir, diminuiu o valor dos investimentos federais destinados ao Porto de Sepetiba de R\$110 milhões para R\$30 milhões. O Porto de Santos, por sua vez, recebeu R\$187 milhões, favorecendo São Paulo na disputa interestadual (Canosa, 1998, p. 256), que predominava no equilíbrio da relação de forças.

A atitude provocou a reação da Firjan, com o seu presidente redigindo e submetendo carta endereçada à bancada fluminense no Congresso Nacional, conclamando os deputados a lutarem pela liberação da verba. A primeira parcela de R\$10,7 milhões para a reforma do Porto de Sepetiba, proveniente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi liberada somente no início de 1997. Diante da situação, a Firjan recorreu à assessoria prestada pelo engenheiro, ex-presidente da Companhia Vale do Rio Doce e ex-ministro de Minas e Energia, Eliezer Batista. O intelectual orgânico da burguesia também ocupava à época um assento no Conselho Coordenador de Ações Federais do Estado do Rio de Janeiro, a convite do próprio Magalhães (Lemos, s.d.). A pedido da Federação, Batista produziu e apresentou, naquele ano, um estudo a Fernando Henrique Cardoso, intitulado “Infra-estrutura de Longo Alcance para o Desenvolvimento Sustentado”, com o objetivo de dar uma nova função ao Porto de Sepetiba: “Em lugar de mero posto de exportação de minérios e grãos, a ideia era transformá-lo em um ponto de escoamento de compra e venda de produtos manufaturados” (Canosa, 1998, p. 257), proposta também endossada por Raphael Almeida Magalhães.

Para além de reformas no próprio porto, dentre as obras de infraestrutura demandadas pela entidade para aprofundar a atividade exportadora, estava a construção de um arco rodoviário que ligasse o Porto de Sepetiba à Baixada Fluminense. O diagnóstico do empresariado fluminense, vocalizado pelo então diretor operacional corporativo da Firjan, Augusto Franco, era de que a assim chamada “globalização” – ou, nos termos teóricos dos quais compartilhamos, a mundialização do capital – e a abertura econômica havia trazido “[...] o concorrente para mais próximo” (Franco *apud* Firjan, 2002, p. 6). De acordo com a burguesia e seus prepostos, a solução seria investir em infraestrutura logística para ampliar a competitividade do estado do Rio, possibilitando ao Porto de Sepetiba concorrer com o Porto de Santos enquanto opção de eixo exportador do território brasileiro (Firjan, 2014, p. 7). A questão central seria diminuir os custos de operação do capital no RJ, de modo a tornar seus produtos mais competitivos no mercado mundial

⁵ Raphael de Almeida Magalhães, enquanto integrava o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), onde teve proeminência política, foi Ministro da Previdência Social durante o governo Sarney (1985-1990). Em 1994, integrou o conselho político da campanha de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República, sendo um dos responsáveis pelos projetos de infraestrutura do programa de governo (Kropf, s.d.). Antes de seu falecimento em 2011, Magalhães chegou a trabalhar como conselheiro do grupo EBX, então pertencente à Eike Batista, filho de Eliezer Batista.

Nos anos 1990, um projeto foi levantado para cumprir este objetivo: a construção da rodovia RJ-109/BR-493. A proposta foi encabeçada por João Lagoeiro Barbará, empresário do ramo de construção civil e presidente do Conselho Empresarial de Infraestrutura da Firjan, mas, na época, não obteve sucesso (Barbará *apud* Firjan., 2014, p. 7). A Firjan, contudo, insistiu no projeto e passou, conforme Barbará (*apud* Firjan, 2014, p. 7), a contratar “[...] estudos técnicos com recursos próprios e começou a examinar as possibilidades financeiras para viabilizar a estrada”. O objetivo era tornar, primeiramente, a construção da rodovia uma prioridade do governo estadual, para fortalecer o seu pleito e conseguir, posteriormente, o financiamento da União.

Dentre os estudos produzidos neste sentido, um dos mais significativos foi o documento “Rio de Janeiro, um estado de logística”, elaborado no ano de 2002 pela Assessoria de Infraestrutura e Novos Investimentos da Firjan, sob a liderança de Eliezer Batista (Firjan, 2007, p. 5). De acordo com a entidade, o objetivo do estudo seria chamar a atenção ao potencial do estado do Rio de Janeiro para se tornar uma plataforma logística para o Brasil, bem como apresentar soluções viáveis para concretizar esse objetivo.

A construção da RJ-109/BR-493 constava dentre as principais propostas apresentadas pela burguesia com investimentos no RJ na área de infraestrutura. O projeto ganhou o apoio da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) e tornou-se pauta da Câmara de Logística Integrada do Rio de Janeiro, órgão desta entidade que se reunia mensalmente na sede da Firjan e contava com representantes da sociedade civil burguesa e da sociedade política. Apesar do apoio que o governo estadual passou a oferecer ao projeto, sua concretização dependia do fundo público federal. Em reunião da Câmara realizada em maio de 2003, Delmo Pinho – então superintendente de Portos e Logísticas da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro de Energia, Indústria Naval e Petróleo do governo de Rosinha Matheus – afirmou que, apesar de ser considerado pelo Executivo estadual como um projeto prioritário, o estado por si só não possuía os recursos para a sua efetivação, sendo necessário a entrada da União com investimentos (Firjan, 2003, p. 6-7).

A disputa pela apropriação do fundo público federal, contudo, permanecia sendo uma tarefa difícil para os setores organizados na Firjan, tanto pela sua posição subalterna nos conflitos interestaduais como pelo processo de reconfiguração das funções do Estado com a hegemonia neoliberal. Em setembro de 2002, a então governadora Benedita da Silva (PT) assinou, na sede da Firjan, o contrato de execução do projeto básico de engenharia da obra, orçado no valor de R\$1,4 milhão (Firjan, 2002, p. 4). Mas ainda era preciso o apoio da União. Somente em 2003, um ano depois e já no governo Lula, isso começava a dar sinais de se materializar: em 5 de setembro de 2003, o então Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, esteve na sede da Firjan para abrir o processo de licitação da RJ-109/BR-493, agora com o nome de Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, expressando uma tentativa de responder às demandas da burguesia para o estado, de modo a angariar apoio político ao governo eleito (Adauto *apud* Firjan., 2003, p. 6).

Entretanto, a sinalização mais precisa de que o pleito da Firjan ganhava força no governo federal do Partido dos Trabalhadores vinha do BNDES, à época presidido pelo economista Carlos Lessa⁶. O apoio de Lessa o levou, inclusive, a ser homenageado pela

⁶ Vale destacar como Carlos Lessa era especialmente sensível às questões referentes ao estado do Rio de Janeiro. Particularmente sobre o Porto de Sepetiba, o economista, antes de assumir a presidência do BNDES, já havia negrito sua opinião: “O que a Baía de Guanabara foi no passado será Sepetiba no futuro. [...] Sepetiba tem todo potencial para vir a ser

entidade com a Medalha do Mérito Industrial do Rio de Janeiro no ano de 2004 (Firjan, 2004, p. 6-8). Em outubro de 2003, um mês após o início do processo de licitação para a construção da rodovia, a Firjan organizou em seu Centro de Convenções um seminário intitulado “Rio, Corredor de Integração”, para debater a obra e aprofundar sua articulação com o BNDES. O evento foi dividido em dois painéis: no primeiro, intitulado “A importância da logística do Estado do Rio de Janeiro para a Economia Nacional e Sul-Americana”, contou com palestras de Eliezer Batista e Raphael Almeida Magalhães. O segundo painel, de caráter mais operacional, foi intitulado “Parceria Público-Privada: viabilizando o arco rodoviário metropolitano e o ferroanel de São Paulo”, contando com mediação de João Lagoeiro Barbará e com palestra de técnicos do BNDES e do Ministério do Planejamento (Firjan, 2003, p. 6-7). Na ocasião, Lessa tratou de demonstrar o apoio do banco estatal ao projeto da Firjan: “O BNDES tem o dinheiro disponível para este projeto prioritário de infraestrutura, e só espera a carta-consulta dos empresários para liberar o financiamento” (Lessa *apud* Firjan, 2003, p. 6).

O encabeçamento do projeto pelo BNDES expressou uma conquista de posições da burguesia organizada na Firjan no âmbito do Estado e fortaleceu os seus interesses no processo de negociação com outros setores do governo federal, orgânicos à ortodoxia neoliberal e resistentes em financiar o projeto. Em 2004, um ano após a abertura da licitação, a Firjan organizou uma visita às instalações do Porto de Sepetiba. Lessa esteve presente no evento, reforçando seu apoio à Firjan: “Normalmente, estou no fim da linha, vendo se o projeto tem formatação adequada para dar o financiamento. Mas há assuntos que, devido à sua importância, temos que estar à frente, como no caso do Porto de Sepetiba” (Lessa *apud* Firjan, 2004, p. 6). Eliezer Batista, também presente no evento na qualidade de assessor especial da Firjan, reforçava, por sua vez, a importância da articulação.

Na ocasião, a ala orgânica à ortodoxia neoliberal do governo esteve presente, através de Joaquim Levy, então Secretário do Tesouro Nacional. Apesar de declarar como o porto consistia em “[...] uma realidade com potencial muito significativo” (Levy *apud* Firjan, 2004, p. 6), Levy não quis garantir a liberação de recursos federais para as obras. E, de fato, os entraves colocados pelo governo federal ao projeto da Firjan logo se manifestaram: em 2005, o Ministério do Planejamento remanejou os recursos do orçamento da União destinados a financiar o Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, atrasando, novamente, as demandas da entidade. Em agosto daquele ano, a Federação subiu o tom, emitindo nota oficial de repúdio à decisão, onde citou o acordo público realizado entre a União e o governo estadual durante a abertura da licitação do projeto:

A Diretoria do Sistema FIRJAN vem a público para manifestar sua posição de que considera *inacreditável* e *inaceitável* a ação do Ministro do Planejamento [...] Tal remanejamento contraria o bom senso e a lógica econômica, social e política que tornaram essa obra *consensual*. [...] Adicionalmente, esta ação do Ministério do Planejamento contraria acordo público de entendimento entre os governos federal e estadual, firmado no dia 5 de setembro de 2003, na sede do Sistema FIRJAN, e cuja parte de responsabilidade do Governo do Estado, efetivamente, vem sendo cumprida [...] O Sistema FIRJAN tem confiança de que esta *lamentável* e *equivocada* ação será revertida” (FIRJAN, 2005, p. 5, grifos do autor).

no futuro o porto umbral do Atlântico Sul. [...] O Rio será ressituado na economia nacional, a partir de Sepetiba” (Lessa, 2000, p. 375-6). Este elemento favoreceu a Firjan na construção de suas alianças institucionais.

Alguns meses depois, em dezembro daquele ano, Joaquim Levy retornou à sede da Firjan para tentar amenizar a situação, durante o seminário “Quadro Geral das PPPs e o Arco Rodoviário do Rio de Janeiro”. Na ocasião, Levy afirmou o interesse do governo federal em realizar a obra, mas pediu a paciência do empresariado fluminense (Levy *apud* Firjan, 2006, p. 12). A Firjan não estava satisfeita e demandava uma solução com pressa: em sua apresentação no seminário, Barbará defendeu que o caminho mais eficiente seria incorporar o trecho da antiga RJ-109 às obras de ampliação das rodovias BR-040 e BR-116. “Com isso, podemos iniciar de imediato as obras” (Barbará *apud* Firjan, 2006, p. 12).

No ano de 2006, a Firjan reforçou a centralidade que a construção do Arco Rodoviário possuía para o seu projeto regional ao colocá-lo, agora com o nome de Arco Rodoviário Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro, como uma das demandas principais do seu *Mapa do desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro 2006-2015* (Firjan, 2006). Este documento, síntese de uma vontade coletiva da burguesia interna para o estado, possuía um eixo específico para o tema de infraestrutura e logística. No seu diagnóstico, a Firjan utilizou uma pesquisa do *Foreign Investment Advisory Service* (FIAS), associação entre o Banco Mundial e o *International Finance Corporation*, atestando como, no mundo contemporâneo, incentivos fiscais no contexto da “guerra fiscal” seriam insuficientes, por si só, para atrair investimentos estrangeiros. Para aumentar a competitividade de um território e torná-lo atrativo ao capital internacional, seria necessário, dentre outros fatores, investir em infraestrutura logística. Em seguida, a Firjan fez referência ao acúmulo que a burguesia fluminense obteve nos últimos anos, através dos estudos já citados “Infra-estrutura de Longo Alcance para o Desenvolvimento Sustentado”, de 1997, e “Rio de Janeiro, um Estado de Logística”, de 2002, ambos produzidos sob a direção de Eliezer Batista (Firjan, 2006, p. 54-7).

Em um esforço de ampliar a legitimidade das propostas contidas no *Mapa* junto à sociedade civil e política no Rio de Janeiro, a Firjan organizou um grandioso evento para o seu lançamento. O palco escolhido para o espetáculo foi o Theatro Municipal, no Centro do município do Rio de Janeiro. No dia 16 de agosto de 2006, 2,5 mil pessoas – entre empresários, políticos e figuras públicas – se reuniram para assistir à apresentação do documento (Firjan, ago, 2006). Na ocasião, a entidade destacou como a elaboração do projeto havia sido realizada com a colaboração de mais de mil empresários, especialistas, técnicos e acadêmicos, com a proposição de 119 ações a serem tomadas pelas iniciativas pública e privada: “Em 2015, quando o plano se completará, a expectativa é que o Rio seja visto como um estado-destaque na exportação de produtos e serviços” (Firjan, 2006, p. 3).

O objetivo da Firjan era fazer do *Mapa do desenvolvimento* a base de um programa a ser seguido pelo futuro governo eleito do Rio de Janeiro. Para isso, a Firjan convidou os candidatos à eleição a prestigiarem o evento e receberem o documento. A maior parte dos candidatos teceram elogios à iniciativa e endossaram as propostas⁷, buscando sinalizar positivamente à burguesia e angariar apoio às suas candidaturas. Eduardo Paes, candidato pelo PSDB, declarou: “Quem conduz o desenvolvimento é o empresário. Subscrever este documento é um compromisso que assumo com eles” (Paes *apud* Firjan, ago., 2006, p. 6). Sérgio Cabral, que viria a ganhar as eleições pelo PMDB, indicou: “Eu me identifiquei

⁷ A exceção foi Milton Temer, candidato pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) que, apesar de comparecer ao evento, não deu apoio ao programa do empresariado: “Vou usar os dados estatísticos, mas comigo os empresários que sonham impostos serão alvo de perseguição implacável” (Temer *apud* Firjan, 2006, p. 6).

profundamente com as propostas da FIRJAN. Certamente levarei estas medidas à frente se for eleito” (Cabral *apud* Firjan, 2006, p. 6). Marcelo Crivella, por sua vez, afirmou que a iniciativa da Firjan era parte do processo de construção de uma consciência regional para o estado: “Esta é uma enorme contribuição do setor empresarial. O Rio nunca teve um projeto próprio e com foco regional. Agora, é possível saber de fato o que o setor produtivo espera do governo estadual” (Crivella *apud* Firjan, 2006, p. 6).

Após anos de tensionamentos, articulações e disputas, a demanda da Firjan foi contemplada no ano de 2007, quando ocorreu uma inflexão conjuntural no bloco social dominante no Estado brasileiro e medidas neodesenvolvimentistas começaram a ganhar força durante o segundo governo Lula, através do redirecionamento da ação do BNDES. Com o anúncio do Plano de Aceleração de Crescimento (PAC) em 2007, a entidade viu um dos seus principais pleitos por fim ganhar materialidade⁸: o Arco Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro constava entre os investimentos do PAC, com um custo previsto em R\$1 bilhão. No dia 02 de fevereiro daquele ano, o Presidente Lula e o governador eleito do RJ, Sérgio Cabral, assinaram um convênio entre o Departamento Nacional de Infra-estrutura Terrestre, do Ministério dos Transportes, e a Secretaria do Estado de Obras, de modo a dar o pontapé inicial para a construção do Arco. No evento, Lula, em sinalização à Firjan, declarou como havia escolhido para o PAC obras consideradas prioritárias para cada estado e o Arco constava na lista “[...] pela insistência da sociedade e dos empresários, que há tantos anos pedem essa obra” (Silva *apud* Firjan, 2007, p. 6).

Já em outubro de 2007, poucos meses depois, o então secretário estadual do Meio-Ambiente, Carlos Minc, fez a liberação da licença ambiental para a construção do Arco Metropolitano. Na ocasião, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, em sinalização positiva ao governo estadual, declarou que o avanço da pauta “[...] é fruto do entrosamento entre o Sistema FIRJAN e o Governo do Estado. É notória a preocupação do Governo com o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, em linha com as propostas formuladas pelo empresariado fluminense” (Vieira *apud* Firjan, 2007, p. 4).

Com os investimentos garantidos, a Firjan começou a realizar projeções para legitimar a obra junto à opinião pública da sociedade fluminense, apresentando seus interesses particulares como os de todo o estado do Rio de Janeiro: no ano de 2008, a entidade realizou um estudo destacando o que considerava os ganhos para o RJ com a construção do Arco Metropolitano. A Firjan não escondia o objetivo central do projeto, que era a redução dos custos da burguesia para realizar exportações através da diminuição do tempo de circulação das mercadorias pelo território fluminense, tornando seus produtos mais competitivos no mercado mundial (Barbará *apud* Firjan, 2008, p. 7). Mas as classes dominantes buscavam reforçar também os ganhos econômico-corporativos para frações da classe trabalhadora, de modo a ampliar a legitimidade do projeto. O gerente de Infraestrutura

⁸ Embora tenha conquistado posições durante o período neodesenvolvimentista dos governos do PT, a burguesia industrial e comercial organizada na Firjan seguia indicando a importância estratégica da manutenção das bases do neoliberalismo para a sua acumulação. Não é possível falar, portanto, de uma oposição da Firjan ao projeto neoliberal. Nas palavras do seu Presidente, quando do anúncio do PAC: “É importante salientar que um planejamento de longo prazo como o PAC só se tornou possível porque o Brasil conquistou nos últimos anos a estabilidade econômica. [...] A discussão sobre as condicionantes do crescimento permite amplas sugestões de caminhos, menos o que defende maior flexibilidade nas metas de inflação” (Vieira *apud* Firjan, 19 mar./8 abr., 2007, p. 2). E, em artigo de opinião de 2011, destacou: “Lula, sensato, não só manteve como até aprofundou algumas das conquistas de FHC. Em contraponto às ameaças antigas de ruptura do modelo econômico, manteve os fundamentos básicos da âncora fiscal, câmbio flutuante e metas de inflação. Ousou até fazer um ajuste fiscal mais duro no início do governo. Fez privatizações. [...] FHC formulou as bases e construiu a estabilização econômica. Lula a manteve, dando-lhe dimensão social” (Vieira *apud* Firjan., 2011, p. 2).

e Novos Investimentos da Firjan, Cristiano Prado, destacou como as obras do Arco criariam 4.945 empregos diretos e indiretos, especialmente no setor de construção civil, mas também no comércio e serviços (Firjan, 2008, p. 7). A geração de empregos era colocada como o principal fator para que outros grupos sociais do Rio de Janeiro dessem seu apoio ao projeto da entidade. Como ensina Gramsci (2017, p. 49 – C13 §18) a construção da direção intelectual e moral de uma classe sobre as demais, para além da batalha das ideias, requer concessões materiais econômico-corporativas para os subalternos.

Conclusão

Diante da nova inserção subordinada das economias brasileira e fluminense na divisão internacional do trabalho, com a ascensão do padrão exportador de especialização produtiva, a burguesia interna e associada ao capital estrangeiro com investimentos no estado do Rio de Janeiro passou a formular, buscar legitimar e lutar para institucionalizar projetos de infraestrutura logística, visando aprofundar as exportações do estado e disputar o fundo público para moldar o território fluminense às novas formas de configuração da dependência. Para isso, a Firjan realizou estudos e pesquisas sob assessoria de ex-Ministros do Estado brasileiro, com destaque para Eliezer Batista, e buscou construir um conjunto de articulações com integrantes da sociedade política, tanto da esfera estadual como da federal, trabalhando para fazer com que seu projeto fosse adotado pelo governo e para legitimá-lo junto à opinião pública.

Embora tenha conquistado posições importantes no Estado brasileiro para concretizar seu projeto durante os anos 1990, através da articulação com Raphael Almeida Magalhães – também ex-Ministro do Estado –, foi somente nos anos 2000 que a principal demanda da Firjan neste setor, a construção do Arco Metropolitano do Estado do Rio de Janeiro, foi atendida, conforme o neodesenvolvimentismo ganhou força no Estado brasileiro. Evidenciou-se, assim, o avanço de posições das frações industriais e comerciais da burguesia dependente brasileira organizadas na entidade durante este período conjuntural do neoliberalismo no Brasil sem, com isso, encamparem uma oposição ao projeto neoliberal, cujas bases de sustentação permaneciam defendendo.

Referências

ARUTO, Pietro. **Padrão de reprodução do capital e superexploração da força de trabalho no Brasil (2003 - 2016):** uma análise em múltiplas dimensões espaciais. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.

BEHRING, Elaine. Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo.** São Paulo: Cortez, 2018. p. 187-209.

BIANCHI, Alvaro. **Um ministério dos industriais:** a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

CANOSA, Lourdes. **Todas as fatias e a cereja também:** o pensamento político da Firjan em 15 anos de crise (1980-1995). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1998.

CARNEIRO, Glauco. **Sistema FIRJAN:** a história dos 170 anos da representação industrial no Rio de Janeiro, 1827-1997. Rio de Janeiro: Memória Brasil Projetos Culturais, 1997.

CASTELO, Rodrigo. **Tragédia, farsa e crise:** ensaios sobre ideologia, desenvolvimento e capitalismo dependente no Brasil. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

CRUZ, José Luiz Vianna da. Dinâmica socioeconômica e territorial no estado do Rio de Janeiro contemporâneo. In: SILVIA, Gerschman; SANTOS, Angela Moulin (orgs.). **Saúde e políticas sociais no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016. p. 23-62.

FIRJAN. Atuação da Firjan. **FIRJAN**, [s.d]. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/o-sistema-firjan/sindicatos/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

FIRJAN. Sistema Firjan realiza pesquisa sobre a importância da logística. **Carta da Indústria**, n. 170, p. 6-7, 22/28 jul. 2002.

FIRJAN. Recursos para a RJ-109. **Carta da Indústria**, n. 177, p. 4, 9/15 set. 2002.

FIRJAN. Projetos âncora de logística, uma prioridade da Firjan. **Carta da Indústria**, n. 208, p. 6-7, 12/18 mai. 2003.

FIRJAN. Ministro dos Transportes abre licitação para as obras do Arco Rodoviário. **Carta da Indústria**, n. 224, p. 6-7, 8/14 set. 2003.

FIRJAN. Arco Rodoviário no Rio de Janeiro já tem verba do BNDES. **Carta da Indústria**, n. 230, p. 6-7, 20/26 out. 2003.

FIRJAN. Firjan entrega Medalha do Mérito Industrial do Rio de Janeiro a 6 personalidades. **Carta da Indústria**, n. 254, p. 6-8, 31 maio/13 jun. 2004.

FIRJAN. Governo e setor privado se unem para deslanchar a logística a partir do Porto de Sepetiba. **Carta da Indústria**, n. 259, p. 6-7, 19/25 jul. 2004.

FIRJAN. Nota Oficial. **Carta da Indústria**, n. 301, p. 5, 8/14 ago. 2005.

FIRJAN. **Mapa do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro: 2006-2015.** Rio de Janeiro: Sistema Firjan/DCO, 2006.

- FIRJAN. O futuro do Rio depende de nós. **Carta da Indústria**, n. especial, ago. 2006. p. 1-11.
- FIRJAN. Secretário do Tesouro Nacional discute Arco Rodoviário e PPPs na Firjan. **Carta da Indústria**, n. 315, p. 12, 20 dez./15 jan. 2006.
- FIRJAN. Arco Rodoviário: a obra mais esperada pelo setor produtivo. **Carta da Indústria**, n. 346, p. 6-7, 12/25 fev. 2007.
- FIRJAN. O PAC mobiliza o país para o crescimento. **Carta da Indústria**, n. 348, p. 2 19 mar./8 abr., 2007.
- FIRJAN. Arco metropolitano e Comperj avançam. **Carta da Indústria**, n. 360, p. 4, 15/28 out. 2007.
- FIRJAN. Homenagem a Eliezer Batista. **Carta da Indústria**, n. 361, p. 5, 22 out./11 nov. 2007.
- FIRJAN. Ganho logístico com a integração da malha rodoviária nacional. **Carta da Indústria**, n. 389, p. 6-7, 23/29 jul. 2008.
- FIRJAN. Um gesto histórico. **Carta da Indústria**, n. 515, p. 2, 16/22 jun. 2011.
- FIRJAN. Arco Metropolitano é vitória da indústria do Rio de Janeiro. **Carta da Indústria**, n. 655, p. 6-7, 11/24 jul. 2014.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 5: o Risorgimento**. Notas sobre a história da Itália. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- GRAMSCI, Antonio, **Cadernos do cárcere, volume 3: Maquiavel**. Notas sobre o Estado e a política. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 25. ed. São Paulo: Loyola, [1992] 2014.
- KROPF, Simone. Verbete: Rafael de Almeida Magalhães. **Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, [s. d]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rafael-hermeto-de-almeida-magalhaes>. Acesso em: 06 jun. 2024.
- LE MOS, Renato. Verbete: Eliezer Batista da Silva. **Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, [s. d]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eliezer-batista-da-silva>. Acesso em: 10 out. 2022.

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis**: uma reflexão em busca de autoestima. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo/Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, [1857-1858] 2011.

MENDONÇA, Sonia Regina. O Estado ampliado como ferramenta metodológica. *In*: **Marx e o marxismo**, Niterói. v. 2, n. 2, jan/jul 2014. p. 27-43.

NATAL, Jorge. Uma homenagem ao professor Wilson Cano. *In*: **SANTOS, Adroaldo (et al.)**. *Wilson Cano: a questão regional e urbana no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Expressão Popular/ ABED, 2021. p. 51-67.

OLIVEIRA, Floriano José. **Reestruturação produtiva**: território e poder no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. *In*: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012a. p. 37-86.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva - estudo de cinco economias da região. *In*: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012b. p. 103-39.

PEREIRA, Lia; MACIEL, Diego. O papel do comércio exterior na economia do estado do Rio de Janeiro. *In*: **SANTOS, Angela; MARAFON, Glaucio; SANT'ANNA, Maria Josefina**. *Rio de Janeiro: um território em mutação*. Rio de Janeiro: Gramma/FAPERJ, 2012. p. 29-46.

ROCAMORA, Guilherme de. **Governantes com espírito empresarial, empresários com espírito público**: a Firjan como um intelectual coletivo da burguesia dependente fluminense (2002-2016). Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2023.

SOUZA, Júlio César de. V Plenária da Indústria e Comércio: locus de discussão sobre a ação política do empresariado fluminense. *In*: **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, jul/dez 2015. p. 105-20.

A LUTA PELO DIREITO À CIDADE E OS LIMITES DA INSTITUCIONALIDADE BURGUESA: embates de projetos de cidade

Natália Coelho de Oliveira

Introdução

O presente capítulo pretende socializar os resultados da pesquisa histórica, documental e bibliográfica realizada na pesquisa de doutorado, com o objetivo de entender os seguintes processos históricos, sociais e políticos, no período entre 2003-2016. Considerando a atuação dos Movimentos Sociais Urbanos e a correlação de forças presentes, a pesquisa identificou três períodos históricos de grande relevância política, caracterizado historicamente, primeiro a atuação dos movimentos sociais urbanos reivindicativos, o segundo momento compreendido durante a institucionalização das demandas históricas em defesa do Direito à Cidade (1985-1990), reconhecidas pelo Estado. Deve ser considerado que tal período se tornou o ponto de partida para compreendermos os embates travados por estes atores e sujeitos sociais e as vitórias conquistadas pelos MSUs¹, fruto de lutas sociais² no campo do Direito à Cidade, a partir do enfrentamento dos limites impostos pela institucionalidade burguesa.

E por último, o terceiro período histórico no qual iremos nos deter neste artigo, sobre o terceiro momento histórico relativo à ação dos MSUs, que se deu por meio dos canais de participação social formais de decisão, criado pelas instâncias governamentais. Para isso, foi analisado por meio das resoluções das Conferências das Cidades e as atas das reuniões do Conselho das Cidades, o que chamamos de socialização e a instrumentalização da política urbana.³ Esses dois processos políticos são importantes para os MSUs, decorrentes da regulamentação jurídico-formal pelo Direito à Cidade. Neste sentido, a partir do desenvolvimento da pesquisa foi identificado três tendências deste período histórico, no qual

¹ Os Movimentos Sociais Urbanos podem ser conceituados a partir da própria diversidade, como uma comunidade de base ou conjunto de comunidades, favelados ou moradores de bairros populares ou loteamento clandestino, clubes de mães que se organizavam no território; o “movimento popular” era compreendido como um coletivo e tais agrupamentos que eram entendidos como pertencentes às classes sociais que tinham uma composição heterogênea. Para nós, os movimentos sociais urbanos, organizados de forma mais autônoma, sejam eles vinculados à coletivos, às organizações partidárias ou não, de forma mais independente, contudo defendem interesses coletivos na cidade capitalista. Assim, os MSUs, tem na sua forma de organização, a defesa dos direitos dos moradores e dessa forma, caminham na luta por direitos urbanos, e assim fazem o enfrentamento ao Estado capitalista, à medida em que defendem o projeto societário vinculado e construído para defender os interesses da classe trabalhadora, de forma a contestar as injustiças advindas da exploração na cidade capitalista e dos efeitos da segregação socioespacial, que de alguma medida rebatem no modo de vida dos trabalhadores urbanos e aglutinam interesses e identidades urbanas em comum, pois defendem um projeto de cidade divergente aos interesses do capital. Desta maneira, eles contestam as formas de exploração capitalista, considerando o processo de espoliação urbana atenuado pela cidade capitalista, como conceituado por Kovarick (1979) e na defesa da coisa pública para materialização do acesso ao espaço público das nossas cidades.

² Consideramos que as “lutas sociais”, inclusive aquelas orientadas mais diretamente às manifestações e não ao cerne da “questão social”, representam desdobramentos da luta de classes, mesmo tendo objetivos imediatos diferentes (por exemplo, a luta pela instalação de uma creche comunitária não se desenvolve de igual forma que uma luta por melhores salários, nem se utiliza dos instrumentos dessa, como a greve). Mas na medida em que essas diversas “problemáticas” são manifestações, sequelas da “questão social”, ou seja, fundadas na contradição capital e trabalho, as lutas desenvolvidas em torno delas não podem ser entendidas realmente se desconsiderarmos tal contradição fundante do modo de produção capitalista, se autonomizarmos ou isolarmos da questão social, suas manifestações. Elas são expressões das lutas de classes. (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p. 119)

³ Para entender a Formação dos Movimentos Sociais Urbanos no Brasil, ver a tese de doutorado intitulada “O processo de instrumentalização da política urbana no contexto da pactuação de classes: esvaziamento da participação política?” de OLIVEIRA, Natália Coelho. Disponível em: objdij.ufrj.br/30/teses/945015.pdf. Acesso 04 jun 2024.

será apresentada no decorrer do desenvolvimento deste artigo, no qual conceituamos como “despolitização da questão urbana”, são elas: 1) a repetição das reivindicações dos Movimentos Sociais Urbanos nas Conferências Nacional das Cidades; 2) a tecnificação das pautas urbanas no Ministério das Cidades; 3) o refluxo e/ou esvaziamento das instâncias formais de participação social⁴ e a frágil institucionalidade do Conselho das Cidades.

Desenvolvimento

Nas duas primeiras gestões do Governo Lula (2003-2011) estimulou-se a participação de governos, assembleias e câmaras legislativas, movimentos populares, ONGs, entidades empresariais e profissionais, sindicatos de trabalhadores e instituições acadêmicas, no debate e formulação de propostas de políticas setoriais e integradas para habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana, trânsito e organização do espaço urbano – áreas fins do ministério. Em seguida, estava em pauta, a discussão da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

O governo federal convocou, por meio do Ministério das Cidades, a sociedade civil organizada, com base representativa em diversas categorias, entre elas os movimentos sociais urbanos e segmentos sociais e políticos distintos, compostos pelas Entidades Empresariais, Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa, Organizações Não Governamentais, representantes dos poderes públicos federal, estadual e municipal para a realização da 1ª Conferência Nacional das Cidades, que em seis meses mobilizou 3.457 dos 5.661 municípios brasileiros, em 26 estados e o Distrito Federal.

Toda esta mobilização culminou com a realização da 1ª Conferência Nacional das Cidades, que contou com 2.510 delegados que discutiram e elegeram diretamente o Conselho das Cidades, com 71 membros efetivos, representantes de toda a sociedade civil urbana (Conselho das Cidades, 2004).

Representantes de todos esses segmentos⁵, totalizando mais de 80 entidades, participaram da organização da conferência nacional das cidades, realizada em outubro de 2003, ainda organizada durante esse período em que o Ministério estava sob o comando do Olívio Dutra (PT). Por parte dos movimentos sociais urbanos, participaram da primeira Conferência Nacional das Cidades, a Confederação Nacional de Associações de Moradores, a Central de Movimentos Populares, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia e a União Nacional por Moradia Popular. (Material 1ª Conferência Nacional das Cidades, 2003)⁶.

Tal Ministério foi apoiado pelos movimentos sociais urbanos⁷, em 2003, com o objetivo de coordenar e implementar a política nacional de desenvolvimento urbano. Neste

⁴ Apesar dos avanços relacionados à organização política de tais movimentos sociais urbanos, mesmo após o período de institucionalização das demandas históricas em defesa do Direito à Cidade (1985-1990), quando as pautas urbanas pelo Direito à Cidade foram reconhecidas pelo Estado.

⁵ Entre os setores sociais presentes estavam: Movimentos Populares, Poder Público Federal, Poder Público Estadual, Poder Público Municipal, Empresários, Trabalhadores, Entidades Acadêmicas e de Pesquisa e ONGs.

⁶ Material versão digital. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/composicao-1/orgaos-colegiados/arquivos/conselho-das-cidades/publicacoes/CartilhaFinalConselhoDasCidades.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2023.

⁷ A primeira equipe do Ministério das Cidades resultou numa convergência entre militantes, sindicalistas, profissionais e acadêmicos com participação anterior em experiências de administração pública, com grande prestígio no meio técnico e acadêmico, além de forte atuação nos movimentos sociais. O MCidades foi inicialmente composto por 4 secretarias nacionais, de acordo com a estrutura prevista no Projeto Moradia, elaborado por diversos setores. Este desenho previa as secretarias de Moradia, Saneamento Ambiental, Mobilidade e Trânsito e, posteriormente, Programas Especiais, logo depois,

momento, foram criadas condições para a formulação de uma política nacional de habitação com objetivos bem definidos quanto à viabilização para a população de baixa renda do acesso à terra urbanizada e à moradia digna e sustentável; à implantação de programas e projetos para facilitar esse acesso através de subsídios; e à articulação e apoio às instituições e órgãos que tratam da política habitacional (Lei Federal nº 10.683 de 28/05/2003, Brasil, Ministério das Cidades, 2003).⁸

A primeira Conferência Nacional das Cidades, realizada em outubro de 2003, estabeleceu parâmetros para uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano com propostas de integração das políticas setoriais, dos princípios para a construção do Direito à Cidade, do cumprimento da função social da cidade e da propriedade, combate à segregação socioespacial, acesso universal à moradia digna, ao saneamento básico, ao transporte público e acessibilidade, gestão descentralizada e democrática, acesso à informação, participação social na formulação, decisão, implementação e avaliação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

A 1ª Conferência Nacional das Cidades criou o Conselho das Cidades e estabeleceu parâmetros para uma política nacional de desenvolvimento urbano com proposta de integração das políticas setoriais com acesso universal à moradia digna, ao saneamento básico, ao transporte público e à acessibilidade, ao cumprimento da função social da cidade e da propriedade, ao combate à segregação socioespacial, à gestão descentralizada e democrática, bem como ao acesso à informação e à participação social.

Muitas conquistas foram obtidas, a partir das 3.850 emendas ao documento encaminhado ao Ministério das Cidades, após a realização da 1ª Conferência que construíram o Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano, onde os alinhamentos políticos caminharam no sentido de tornar público o regimento do Conselho Nacional das Cidades, a partir de arranjo de Comitês Técnicos, são eles: I – Habitação, coordenado pelo Secretário Nacional de Habitação; II - Saneamento Ambiental, coordenado pelo Secretário Nacional de Saneamento Ambiental; III - Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana, coordenado pelo Secretário Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana e; IV - Planejamento Territorial Urbano, coordenado pelo Secretário Nacional de Programas Urbanos.

Na área da habitação, foi aprovado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), Lei 11.124/05⁹, fruto de um projeto de lei de iniciativa popular, apresentado pelas entidades dos movimentos populares de moradia, que após tramitar 13 anos, foi sancionado pelo Presidente da República em junho de 2005.

Desde a posse, ocorrida em 15 de abril de 2004, o Conselho das Cidades (ConCidades) se consolidou como um espaço democrático de discussão da política urbana entre os segmentos sociais. Um dos debates que ganhou ênfase neste período entre 2004-

renomeada para Programas Urbanos, destacando a necessidade de tratar da questão fundiária e imobiliária (MARICATO, 2010, p. 26-27).

⁸ Lei revogada, devido a extinção desta estrutura institucional e a fusão do Ministério das Cidades e do Ministério da Integração Nacional, transformados em Ministério do Desenvolvimento Regional, em 01 de janeiro de 2019.

⁹ Uma série de normativas e regulamentações foram criados para orientar a atuação da política urbana, desenhados para atuação do novo Ministério das Cidades. Entre elas, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), inspirado pelo Projeto Moradia e consolidado em lei federal de 2005 que institui normas para ações articuladas dos três entes federativos, integrando os órgãos e entidades responsáveis pela coordenação, operacionalização, gerência e administração da política habitacional brasileira. A Lei nº 11.124 também instituiu o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, que desde 2006 centraliza os recursos orçamentários dos programas de Urbanização de Assentamentos Precários e de Habitação de Interesse Social, inseridos no SNHIS.

2006 foi sobre o PPA (Plano Plurianual)¹⁰ e do orçamento do Ministério das Cidades e dos Fundos relacionados à política urbana. Esta questão do orçamento é importante, considerando que o PPA (2004), indicava a meta de manutenção do superávit primário de 5%, e isso inviabilizava diversos investimentos sociais. O tema ‘orçamento’ foi tratado em duas reuniões e o Conselho aprovou a criação de um grupo de trabalho para acompanhar de forma detalhada o orçamento e realizar o monitoramento e definir critérios de escolha das prioridades para os programas.

Como podemos observar, a partir do quadro elaborado abaixo, na tabela 01, com base nos documentos estudados para elaboração da pesquisa, foi realizada uma análise comparativa sobre as reivindicações ao longo da trajetória dos MSUs e as pautas urbanas atuais debatidas nos espaços de reivindicação popular dos movimentos sociais urbanos, a partir das resoluções encaminhadas pelas Conferências das Cidades (2003-2016).

Tabela 01 – Análise sobre as pautas urbanas dos Movimentos Sociais Urbanos

Antigas pautas dos MSUs (1970-80)	Reivindicações atuais dos MSUs, aprovadas nas Conferências (2003-2016)
o direito à moradia adequada	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (fundiária, habitação, saneamento, transporte, acessibilidade e mobilidade), gestada com gestada com participação social.
o acesso à água e ao saneamento básico	Conferências e conselhos, em todos os níveis da federação.
participação social na construção das cidades	Conselho das Cidades
acesso aos serviços públicos	Gestão democrática, da participação e do controle social como diretrizes das políticas de planejamento urbano.
direito à cidade	Política de Consórcios Públicos
justiça social nas cidades	Política Nacional de Mobilidade Urbana e Sustentável
liberdades democráticas e de organização política	Política Regional e Metropolitana
equipamentos sociais: educação, saúde, lazer e cultura nas comunidades	SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
direito ao trabalho nas cidades	Plano Nacional de Habitação de Interesse Social
transporte público acessível e tarifas reduzidas	FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

¹⁰ O PPA é uma Orientação Estratégica de Governo é o instrumento que rege a formulação e a seleção dos programas que integram o PPA 2004-2007. Este foi o primeiro PPA construído, de forma coletiva, com a participação direta da sociedade civil organizada e de todos os órgãos responsáveis pela implementação de políticas. A estratégia é composta em três mega objetivos que espelham o seu conjunto: 1) Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais; 2) Crescimento com Geração de Emprego e Renda, Ambientalmente Sustentável e Redutor das Desigualdades Regionais e 3) Promoção e Expansão da Cidadania e Fortalecimento da Democracia. Podemos também entender que o Plano Plurianual é um instrumento de planejamento para a elaboração de programas das diversas áreas de atuação do Governo. Ele determina como são realizadas grandes obras (hospitais, escolas, linhas de metrô) e serviços públicos (atendimento de saúde, educação, habitação) que contribuem com a qualidade de vida da população.

diminuição do déficit habitacional	Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano
acesso à terra urbanizada	Política Nacional de Regularização Fundiária
função social da propriedade urbana	Política de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos
moradia bem localizada	Plano Nacional de Saneamento Ambiental (PlanSab)
titulação da posse da terra	Articulação do PMCMV (Programa Minha Casa Minha Vida) com as políticas de desenvolvimento urbano, a universalização do transporte público de alta capacidade
redistribuição de renda	Foco na campanha dos Planos Diretores com o estabelecimento dos instrumentos do Estatuto da Cidade como condição para a seleção de projetos de desenvolvimento urbano financiados pelo Ministério das Cidades
redução das desigualdades sociais	Aumento para a produção habitacional autogestionada e maiores recursos para o PMCMV-Entidades

Fonte: Documentos estudados para compor a história dos MSUs e Atas das Conferências das Cidades. Elaboração própria

Assim, podemos analisar o esforço dos movimentos sociais urbanos na institucionalização de tais demandas da população, contudo algumas questões urbanas não foram enfrentadas pela gestão federal entre 2003-2016.

Neste sentido, observamos que há uma tendência há absorção de debates mais técnicos à política urbana, começando deste a construção do PL 775/1983, e posterior no processo constituinte com a introdução dos capítulos 182 e 183 referentes à política urbana na Constituição Federal de 1988, bem como no processo de construção do Estatuto das Cidades.

E neste período mais recente, evidenciado aqui, os debates e pautas urbanas, começam a se destacar com argumentos e instrumentos mais elaborados, que exigem uma participação profissional, de quadros mais formados intelectualmente e que de algum modo vão se “descolando” da base popular, pois não se constitui em demandas do próprio movimento popular e sim, de um processo identificado durante a pesquisa como instrumentalização da política urbana (tabela 01).

Deve ser considerado que, na medida em que o governo absorve técnicos para participar das gestões municipais e do Ministério das Cidades, este quadro técnico qualificado se defronta com uma máquina pública já enraizada por questões eleitoreiras, historicamente demarcadas, o que Whitaker (2012) nos indica que, apesar das boas intenções deste grupo político que fazia a gestão das cidades brasileiras, uma das dificuldades encontradas foi o de promover mudanças estruturais, considerando a máquina pública, herdada do período ditatorial com forte característica funcionalista, centralizadora e burocrática que não foi criada para atender interesses públicos, sendo assim, se perpetuaram mecanismos de dominação de classe, em detrimento ao aparato jurídico-normativo consolidado e criado para executar a gestão democrática das cidades, tal como o Estatuto das Cidades (2001),

Sobre esta disputa de projetos de cidade em curso no Brasil, cabe remontar historicamente que, assim que a Constituição foi aprovada, o embate dos partidos liberais e conservadores se fez sentir nos entraves colocados para encaminhar as diretrizes constitucionais que exigiam maior socialização do fundo público. As leis que precisavam regulamentar os artigos de cunho social, como a Seguridade Social, o Estatuto das Cidades, entre outros, levaram muito esforço e articulações dos movimentos sociais e de algumas instâncias políticas e governamentais. Esse processo todo deixou à mostra o cenário da luta de classes entre os setores mais progressistas e o tradicional conservadorismo brasileiro.

Assim, deve ser considerado que as transformações possibilitadas pela implantação das políticas urbanas e habitacionais nos territórios populares foram consideradas pontuais, como afirma Bonduki (2009), Rolnik (2012), Whitaker (2010), Maricato (2013), pois não enfrentaram a questão fundiária. Não apenas se tornam insuficientes, mas, sobretudo, apresentam uma visão fragmentada da problemática urbana brasileira e, majoritariamente, privatista, salientando que a riqueza social produzida, cujo usufruto deveria alcançar ao conjunto da população, de forma justa e igualitária, compondo o direito à cidade, como reforça os autores Maricato (2013), Rolnik (2012), Kowarick (1979), Ribeiro (1996).

Observando as reuniões do ConCidades, entre 2007 e 2009,¹¹ centrou-se a discussão do PAC e da aprovação da Lei do Saneamento Ambiental para a Mobilização dos Planos de Saneamento Básico municipais. Bem como se discutiu, com profundidade o planejamento do ordenamento territorial de áreas urbanas afetadas por empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Assim, ressaltou-se o fortalecimento e pactuação dos municípios no que se refere às formulações dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) para a garantia de recursos do FNHIS, no desenvolvimento dos programas habitacionais municipais.

Durante as reuniões do ConCidades no ano de 2009, foi ressaltado o lançamento do (PMCMV 2009), bem como a adequação dos projetos habitacionais às necessidades das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Uma das preocupações dos conselheiros, foi a integração às políticas urbanas de regularização fundiária, a questão ambiental e cartorial, e ainda foi enfatizado os impactos previstos deste programa no mercado imobiliário para minimizar a especulação imobiliária, contudo como observamos que com a execução do PMCMV acentuou esta tendência de aumento dos preços dos aluguéis, especialmente nas cidades onde foram sede da Copa do Mundo e Olimpíadas.

Avaliando a 26ª Reunião do ConCidades (2010, p. 1), foi ressaltado o nó da discussão urbana brasileira imbricada com a questão ambiental, “já que o Código Florestal¹² não consegue resolver as questões das cidades”. Nesta reunião um dos conselheiros já levantava a preocupação com a desregulamentação das legislações urbanas e ambientais na implementação de grandes projetos urbanos e empreendimentos nas cidades, promovendo

¹¹ Outro debate realizado neste período focou-se na orientação sobre necessidade de infraestrutura básica a ser prevista no PL para elaboração de projetos de habitação popular, considerando a previsão de reserva de áreas dos novos parcelamentos para a habitação de interesse social que devem prever a energia elétrica, o esgotamento sanitário e o abastecimento de água. Além disso, foi ressaltado a ampliação das políticas para regularização fundiária e integração das políticas do Ministério das Cidades, à agenda das metas do milênio da Agência Habitat da Organização das Nações Unidas – UN-HABITAT.

¹² Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm. Acesso em: 08 jul. 2024.

grandes impactos ambientais, territoriais e urbanos, atingindo populações tradicionais e o uso do solo, em prol da ação do grande capital.

Nesta mesma reunião, um dos secretários do ConCidades, afirmou que a maioria dos municípios não tem capacidade técnica, nem legislativa para colocar em ação as determinações das leis ambientais e mencionou que pobreza e sustentabilidade são contraditórias e as áreas ambientais são ocupadas pelas populações excluídas da cidade legal. Assim, propôs a formalização de uma vinculação institucional entre o ConCidades e o Conama, a fim de, através desta união, encaminharem as teses compartilhadas¹³ (Ata da 26ª Reunião do ConCidades, 2010).

Ainda na presente reunião, foi levantado o acirramento dos conflitos fundiários urbanos, em função de grandes empreendimentos, eventos e processos de desenvolvimento econômico, com ênfase na atuação do setor hoteleiro no Nordeste, dos grandes empreendimentos imobiliários e no processo de privatização de espaços públicos (praias). Considerando que tais investimentos públicos e privados têm gerado impacto urbano relativo, especialmente no que tange à expulsão dos moradores de baixa renda das suas comunidades. Cabe ressaltar que as favelas, em 2010, já abrigavam 11,4 milhões de pessoas em situação de déficit habitacional¹⁴. Somado aos bairros populares que também apresentam situação de precariedade habitacional.

Deve ser ressaltado que o índice de maior peso nos dados déficit habitacional, é o número de famílias que possuem mais de 30% da sua renda comprometida com o gasto do aluguel e o PMCMV não enfrentou esta necessidade habitacional para atender a classe trabalhadora. Desta forma, em 2015, os dados do instituto demonstram que este é o item de maior peso, respondendo por 3,177 milhões de unidades ou 50% do déficit, seguido pela coabitação, totalizando 29,9%, depois a habitação precária significando 14,8% deste cálculo, por último, o adensamento excessivo em domicílios alugados, representando cerca de 5,2% do total do déficit habitacional brasileiro.

Observando as atas das reuniões do ConCidades, na 40ª reunião do ConCidades em 2014, observou-se a dificuldade de ações unificadas entre os investimentos de mobilidade urbana e os referentes a execução de programas de habitação e urbanos. Além disso, foi evidenciado que as propostas do Comitê para o Pacto da Mobilidade não estavam sendo atendidas pelo Governo, ressaltando que o Pacto da Mobilidade não tinha sido publicado até essa data.

Ademais, foi salientado nesta mesma reunião, a questão da localização dos empreendimentos do PMCMV em áreas demarcadas pela violência urbana. Ainda sobre a temática, foi levantada por outro conselheiro uma denúncia relativa à remoção de pessoas residentes em favelas e bairros populares, alvos de disputa pela especulação imobiliária, favorecendo processos de gentrificação¹⁵, considerando que, mais de 50% do público-alvo

¹³ 26ª Reunião do ConCidades (2010). Mais informações disponíveis em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/arquivos/conselho-das-cidades/atas-de-reuniao/ata_26_reuniao.pdf.

¹⁴ O déficit habitacional básico se refere apenas ao somatório dos totais referentes à coabitação familiar (número de famílias conviventes secundárias e número de famílias residente em cômodos), aos domicílios improvisados e aos domicílios rústicos (FJP, 2004). Contudo, a Fundação João Pinheiro considera também como critério no cálculo para fins da composição do déficit habitacional brasileiro, o ônus excessivo com aluguel (aqueles que comprometem mais de 30% da sua renda com esta despesa familiar). Disponível em: <http://fjpdados.fjp.mg.gov.br/deficit/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

¹⁵ De acordo com David Harvey, pode ocorrer o fenômeno da *gentrification*, ou "enobrecimento", quando as áreas centrais da cidade são revitalizadas e passam a ser habitadas por grupos sociais de maior poder aquisitivo, com tendência à criação de novos enclaves residenciais e à expulsão dos moradores originais, de baixa renda ou de origem étnica distinta daquela dos novos moradores (cf. Harvey, 1992: 69-96; Anderson, 1990; e Zukin, 1996: 205-219- In: Frúgoli, 2006, p.22). A

escolhido para residir em empreendimentos no Rio de Janeiro, construídos com os recursos do PMCMV foram destinadas para pessoas em situação de despejos, remoções e violações de direitos humanos relativos ao direito à moradia, no contexto da construção da infraestrutura da Copa do Mundo no Brasil (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016)

Na 47ª reunião do ConCidades, em 2015, foi pontuada a avaliação do PMCMV, o lançamento do caderno técnico de parcelamento, edificação ou utilização compulsória e IPTU progressivo (Imposto Predial e Territorial Urbano), a relação entre planos setoriais, plano diretor e plano de desenvolvimento urbano integrado em regiões metropolitanas; o fortalecimento do plano de desenvolvimento urbano integrado como instrumento de gestão. Também houve a discussão sobre o financiamento da política metropolitana, tendo em vista o veto ao Fundo de desenvolvimento na Lei de Estatuto da Metrôpole¹⁶. Foi apresentada a análise do primeiro ano do Plano Nacional de Saneamento Básico -PLANSAB e levantou-se a preocupação com os desastres socioambientais¹⁷ de barragens e ocupações em áreas de riscos.

Na 50ª reunião do ConCidades em 2016, observou-se algumas renúncias de conselheiros, representantes de organizações da sociedade civil, como por exemplo da CENDHEC (Organização do Serviço Social – Recife)¹⁸ e da FASE¹⁹ (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), sob a justificativa de que o ConCidades não teria se tornado o espaço democrático que era esperado na sua constituição. Na carta de renúncia se explicita que “o pacto democrático da Sociedade Civil com a gestão foi rompido”, quando a Política de Estado de Desenvolvimento Urbano, por mais que tenha certa legitimidade, o rumo da mercantilização tornou inviável a aplicação dos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Ou seja, tornou difícil o conselho se fortalecer na defesa das políticas urbanas, com o desmonte que vinha sendo propagado pelo governo à época. Bem como foi ressaltado, a importância da Campanha Despejo Zero, relativa ao aumento dos despejos e remoções forçadas, violando o direito à moradia adequada.²⁰

Na atual conjuntura, o Estado e suas instâncias administrativas são cooptadas pela burguesia urbana, colocando o fundo público à disposição do capital privado, como barganha política para conciliação de interesses, na medida em que desenvolvem programas e projetos que expandem mais ainda os lucros das empreiteiras e setores privados. Dessa forma, oferecem alguns benefícios à população por meio de obras e serviços executados por empresas privadas que acabam abocanhando boa parte dos recursos e planejam e executam os projetos com pouca ou nenhuma participação direta dos beneficiários. Os movimentos

gentrificação resulta no deslocamento de pessoas para ceder espaço ao novo modelo requalificado do local, com vistas ao interesse público, econômico e social. As intervenções urbanas estão marcadas pela aliança entre interesses do capital e do poder público o que, conseqüentemente, resulta num processo marcado por práticas excludentes.

¹⁶ Lei que institui funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas. Mais informações em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm.

¹⁷ Termo levantado no documento da 47ª Reunião do Conselho das Cidades. Segundo a Defesa Civil, os impactos ambientais são nomeados como desastres socioambientais quando os seus danos e prejuízos são incalculáveis e de difícil restituição para as populações vulneráveis residentes em áreas de risco.

¹⁸ Organização do Serviço Social – Recife, consiste numa ONG que atua na promoção de direitos para crianças e adolescentes, moradores e moradoras de assentamentos. Compõe o Conselho das Cidades como entidade de assessoria aos movimentos sociais urbanos.

¹⁹ Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – foi fundada em 1961, compõe o Conselho das Cidades como entidade de assessoria aos movimentos sociais urbanos.

²⁰ Carta de renúncia das Organizações Não Governamentais FASE e CENDHEC ao mandato no Conselho Nacional das Cidades. 30 de novembro de 2016. Mais informações em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/arquivos/conselho-das-cidades/atas-de-reuniao/50cartaderenuncia.pdf>.

sociais são apaziguados e reduzem a sua capacidade organizativa, o seu grau de enraizamento social e força social, com a institucionalização de medidas sociais pontuais e consequente distanciamento dos anseios populares.

Dagnino (2019) aponta que esses atores dos MSU se encontraram num dilema, neste período dos governos Lula e Dilma (entre 2003-2016), entre confrontar um governo aliado ou fortalecer a governabilidade. Os movimentos sociais urbanos estiveram num impasse entre abandonar os conselhos e demais canais de participação, que representaram importante conquista no campo democrático, ou lutar por dentro do Estado. Deve ser ressaltado, como vimos, que tais espaços já não serviam mais como canais de denúncia, diálogo e corresponsabilidade e coparticipação, com vistas a fazer a disputa política para a formulação de políticas urbanas e confirma as contradições desse período, sinalizando uma mudança no comportamento dos MSUs, a partir de 2010.²¹

Em todo caso, o PT, desde a campanha eleitoral de 2002, flexibilizou as pautas para atrair a confiança de setores que não eram de esquerda, e dessa forma, como afirma Mascaro (2018, p. 35), optando por “não operar uma mudança social suficiente para bancar a sua própria aposta nova”. Como o mesmo autor reafirma, as esquerdas, ao reivindicarem o espaço político institucional e ao jogar o jogo institucional, operaram com a máquina de reprodução do capital, orientados baseados na lógica de acumulação e de valor. Este projeto político acabou por beneficiar interesses do capital associado ao processo de complexo imobiliário-financeiro, com a priorização e expansão dos fundos de investimento imobiliário, a partir das companhias imobiliárias globais, incentivados pelo capital internacional que possibilitou um avanço na expansão urbana, de maneira desigual, que acentuou ainda mais as desigualdades socioterritoriais e que reforçou ainda mais o papel dos agentes globais, na política urbana nacional, promovendo uma guerra de lugares, colonizando a terra e a moradia, na era das finanças, como bem explicou Rolnik (2016) sobre esse processo que atingiu a disputa pela terra nas grandes cidades, especialmente nos jogos olímpicos e na copa do mundo.

Com a falta de diálogo e dificuldade de aprovação de resoluções e implementação de políticas urbanas que eram sugeridas e formuladas pelos movimentos sociais urbanos, houve um esvaziamento dos espaços formais de decisão, como foi possível analisar na pesquisa, considerando que a segunda conferência (2005) obteve uma participação um pouco menor que a primeira (2003), no que tange à adesão dos municípios participantes, 337 municípios a menos que a primeira, sem considerar o aumento do número de municípios, com o processo de descentralização político-administrativa em curso. A quarta Conferência das Cidades (2009), contou com a participação de 2.681 delegados, apresentando uma participação menor que a anterior realizada em 2007.

Já na 5ª Conferência Nacional das Cidades realizada em 2013, observou-se novamente uma diminuição drástica do número de delegados para a Conferência Nacional (561), evidenciando já um esvaziamento deste espaço formal de decisão em virtude da não efetivação das resoluções aprovadas. Por fim, na 6ª Conferências das Cidades, nas etapas municipais, houve uma baixa adesão, considerando que, dos 5.570 municípios brasileiros, apenas 1.367 realizaram suas conferências no prazo previsto, dessa forma, houve o

²¹ A partir de 2010, cresceram as ações diretas, por meio de protestos, marchas e ocupações como mostra os estudos de Tatagiba (2018).

adiamento da 6ª Conferência Nacional das Cidades para o ano de 2019, visto a necessidade de retomar a discussão sobre ampliação da participação. Avaliando este período de 2003-2016, observa-se certo esvaziamento na participação social, a partir da diminuição tanto no número de delegados e adesão dos municípios que participaram das etapas municipais das conferências das cidades.

Com base, neste complexo emaranhado político, podemos observar que algumas demandas centrais para a reprodução da vida urbana, consideradas dispendiosas aos movimentos sociais urbanos, na luta pelo Direito à Cidade não foram atendidas, tais como: 1) Ocupação de imóveis vazios subutilizados no centro e ampliação da oferta de moradia no centro, aonde tem mais oportunidades de trabalho; 2) Criação de fundos e orçamentos definidos para execução das políticas urbanas nas gestões municipais descentralizadas; 3) Moradia bem localizada, com urbanização consolidada para a população de baixa renda; 4) Destinação de recursos para construção de projetos de habitação de interesse social para autogestão; 5) 100% de subsídio para as famílias do faixa 01 do PMCMV; 6) Urbanização e regularização fundiária, garantindo não somente a dotação de serviços urbanos para os bairros populares, comunidades e favelas, bem como garantindo a posse da terra urbana; 7) Destinação de recursos financeiros aos Fundos Nacionais e Estaduais de Habitação de Interesse Social; 8) Aplicação da Lei 8.148/2018, que garante que o FEHIS faça o monitoramento de chuvas e enchentes para os moradores residentes em áreas de risco; 9) Lei 7.366/2016, que garante cinco por cento para a população jovem nos programas habitacionais; 10) A Lei 7.063/2005, que mantém e garante as pessoas com união homoafetiva estável como unidade familiar, que tenham a garantia de inscrição em qualquer programa habitacional no Estado do Rio de Janeiro, e; 11) 10% do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, custeando o FEHIS, entre outras pautas tão importantes quanto essas listadas aqui. (ALERJ - Ata da Audiência Pública da Comissão de Política Urbana Habitação e Assuntos Fundiários - 26/06/2019).

Ou seja, o problema fundiário urbano não foi sequer enfrentado com as políticas governamentais adotadas, fortemente ligadas à expansão do mercado de moradias, como vimos. Em prol da política de governabilidade, o Ministério das Cidades, criado em 2003, já em 2004 foi sorteado entre os partidos considerados da base aliada do governo federal e com isso, com a saída do então Ministro de Estado Olívio Dutra, abandonou algumas pautas importantes que estavam comprometidas com a implementação de um desenvolvimento urbano mais justo e sustentável.

Nesse sentido, cabe resgatar historicamente que a prática da sociedade brasileira, em valorizar demais o poder e os privilégios, está relacionada à gênese histórica. Chauí (2000) aprofunda e problematiza que o neoliberalismo²², a partir dos anos 1990, no Brasil, levou ao extremo a própria estrutura histórica da sociedade brasileira, reforçando privilégios já existentes dos dominantes e a carência das camadas populares.

Dessa forma, cabe ressaltar que a participação cidadã, como fora conceituada por Arantes (2014) e evidenciada neste trabalho, por meio da participação dos MSUs nos espaços formais de decisão, tendeu a legitimar projetos governamentais e referendar propostas

²² Dessa forma, a cidade, sob o neoliberalismo, acentuou e agudizou os conhecidos problemas que as cidades herdaram de desenvolvimentismo excludente: favelização, informalidade, serviços precários ou inexistentes, desigualdades profundas, degradação ambiental, violência urbana, congestionamento e custos crescentes de um transporte público precário e espaços urbanos segregados (Vainer, 2012).

institucionais. Mesmo estando em desacordo com a pauta desses movimentos sociais urbanos, muitos deles referendaram tais programas governamentais, apesar de não atender a maioria da população e seus anseios populares. Por exemplo, há o projeto de autogestão de produção de moradias, reivindicação dos MSUs, que somente representou 1,5% do orçamento geral dos recursos para habitação de interesse social no período dos governos Lula e de Dilma.²³

Considerando em particular no refluxo das políticas intervencionistas dos anos anteriores, em favor daquelas marcadamente neoliberais, como exemplo disso é a da taxa oficial de juros, como bem situa Mascaro (2018). O autor coloca que a disputa da redução da taxa de juros, apesar de uma redução considerável nos primeiros anos do governo Dilma, encontrou-se resistência e pressão política do grande capital em torno desta questão, tendo em vista que o governo teve que retroceder de forma considerável, evidenciando a queda de braços no que tange ao pagamento dos juros da dívida, em virtude dos aspectos que remontam a grande política, sendo a égide neoliberal predominante na política macroeconômica do governo brasileiro.

Dessa maneira, com o golpe de 2016, grandes impactos alteraram significativamente às políticas urbanas, bem como o corte de recursos destinados às cidades na promoção de políticas de habitação, saneamento, saneamento, mobilidade e nos programas de combate às desigualdades sociais, como podemos observar na diminuição dos recursos das políticas urbanas e, atingindo a paralisação de diversas obras urbanas e habitacionais anos depois, considerando a diminuição de recursos financeiros liberados para o PMCMV, a partir de 2019 e quase zerados entre 2020-2022.

A formalização jurídica e institucional de algumas demandas dos movimentos sociais (1985-2016) acaba por contribuir para o apaziguamento das classes subalternas, pois não se materializam em avanços significativos para que possam contribuir para a emancipação dessas classes. Sobre este processo, deve ser levado em consideração, no que tange a despolitização das pautas urbanas, o processo de institucionalização de figuras emblemáticas dos movimentos sociais urbanos,²⁴ construtores de um projeto alternativo para a reforma urbana, que após esta década, já nos anos 2000, compuseram a estrutura governamental para execução de tais políticas, como apontamos no item anterior.

Sobre este processo político, Iasi (2014) conceitua como uma forma de democracia de cooptação pois, para atrair investidores estrangeiros para o projeto nacional de desenvolvimento brasileiro adotado entre 2003 e 2016, os movimentos sociais precisavam estar pacificados para não gerar um grau de insegurança, que colocasse em xeque o avanço das medidas governamentais. O sentimento de apatia política, que se verificou neste período,

²³ O que chamamos de inflexão conservadora, iniciada em 2013, é entendida como uma mudança de rumo político, no qual o governo abandonou as pautas mais urgentes da classe trabalhadora, bem como no enfraquecimento dos espaços de participação democráticos e das esferas públicas, com a adoção de uma política de austeridade, traduzida por Mascaro (2018, p. 165), como um momento em que o capital preside a política. Ele analisa com clareza este momento político, considerando em que em 2013, “o maior exemplo do grande jogo entre a política e economia, no Brasil, não se deu com as manifestações populares, mas com a relação entre o Estado Brasileiro e o capital.”

²⁴ A partir da década de 90, autores indicam um processo em curso de despolitização da classe trabalhadora, que, de acordo com os estudos do Boito Jr (1999), foi marcado por um período de acomodação e cooptação política de dirigentes sindicais e do movimento popular. Isso não significa que as bases dos movimentos sociais e organizações políticas, de modo geral, não tenham se mobilizado. Dessa maneira, elementos políticos importantes, como o suposto apaziguamento da classe trabalhadora e o consentimento dos setores dominados, através da cooptação do sindicalismo e dos movimentos sociais, com priorização do atendimento às demandas sociais dos setores mais subalternos na sociedade, são características marcantes deste período.

assim como as formas não explícitas de resistência, considerando a maneira com que os trabalhadores tratam as coisas da pequena política também formam um sintoma deste processo.

Nessa mesma linha de raciocínio, Coutinho (2010, p. 32), reforça que “existe a hegemonia da pequena política, quando a política deixa de ser pensada como arena de luta por diferentes propostas de sociedade e passa, portanto, a ser vista como um terreno alheio à vida cotidiana dos indivíduos, como simples administração do existente.” Essa ação que muitos grupos políticos praticam, pode distorcer a função do público, tornando lócus privilegiado de disputas de manutenção e conciliação de interesses hegemônicos, ao invés de espaço para concretização de políticas públicas, construção de projetos sociais e execução de reformas sociais vinculadas à justiça social das nossas cidades.

Sobre o fenômeno do transformismo²⁵ no Brasil, Maciel (2006), problematiza que, o Estado assume um caráter fundamental, pois a força social e a enorme capacidade de cooptação são utilizadas para atrair os intelectuais orgânicos oponentes e integrá-los ao sistema de dominação. No governo petista, podemos observar este movimento, por meio da ruptura e dissociação da relação orgânica do vínculo com os trabalhadores e, posteriormente, quando os trabalhadores se organizaram de forma independente e se tornam sujeitos políticos no processo, deixam de ser necessários ao projeto estratégico do campo democrático-popular.

Ainda que formalmente democrática²⁶, a reestruturação política que acabou prevalecendo no Brasil continuou a favorecer as formas tradicionais da política e as forças conservadoras. Estas, de fato, se rearticularam e conseguiram deflagrar uma pesada ofensiva neoliberal, esvaziando as conquistas populares e implantando um sistema político e representativo que não refletia os reais anseios da população. Neste contexto, mesmo alcançando o poder político central com o consenso popular, partidos considerados de esquerda acabaram enredados nas teias do transformismo, a partir de uma revolução passiva, que os manteve longe de estabelecer uma verdadeira hegemonia democrático-popular (Semeraro, 2014, p. 71).

Este processo tem rebatimentos na organização dos MSUs como aponta Dahmer (2014) sob duas perspectivas de análise nas lutas urbanas na contemporaneidade, os processos de cooptação e criminalização desses coletivos políticos. Tais elementos nos ajudam a entender o que ocorreu no Brasil, no período histórico entre 2003 e 2016, com os movimentos sociais urbanos que se mantiveram fazendo a disputa política através das estruturas institucionais, caracterizando um processo de esvaziamento da política, por meio da instrumentalização dos canais de participação popular. É possível notar uma aproximação estreita dos representantes dos MSUs com o governo e um distanciamento dos

²⁵Entendemos por transformismo, no sentido gramsciano, o movimento de cooptação política e ideológica desencadeado pelas classes dominantes sobre suas forças aliadas e/ou sobre as classes subalternas. Tal movimento de aproximação com o governo consiste em atrair para o campo político dominante os intelectuais orgânicos dos outros grupos sociais, seus dirigentes políticos e ideológicos, esvaziando sua postura crítica e decapitando as forças sociais oponentes de sua direção política. Desse modo, permite-se a conservação da ordem numa qualidade superior, pois as contradições sociais e a luta entre as classes não desdobram no plano da luta política e ideológica, ficando como que "congeladas" no plano político (SOARES, 2013, p. 63).

²⁶ Como já assinalava Semeraro (2014) desde os anos 90, reafirma-se, com as análises feitas sobre as relações entre poder público e movimentos sociais, também durante os governos do PT, os movimentos populares entraram em nova fase. Percebe-se que as lutas pelo Estado Democrático de Direito e algumas conquistas governamentais deixavam intocadas o poder das elites e a estrutura econômica do país. Viram que a execração da ditadura e o clamor levantado para exigir substanciais reivindicações sociais eram neutralizados nas tramoias dos jogos parlamentares.

representantes de sua base social, à medida que os movimentos sociais urbanos perderam a sua capacidade organizativa, na defesa das pautas urbanas necessárias que consideravam mais importantes para o conjunto da população.

Sendo assim, o processo de institucionalização das pautas urbanas dos movimentos sociais, no processo de criação do Ministério das Cidades, com apoio de diversos técnicos e profissionais da área, agregou consideravelmente no processo de formulação de políticas urbanas brasileiras. Porém, tais investimentos foram concentrados prioritariamente nos Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o que fez com que as empreiteiras e o setor da construção civil tenham se expandido, com uma injeção de investimentos financeiros mediados pelo fundo público.²⁷ Diante dessa opção, os movimentos e organizações populares se viram alienados do processo, o que acarretou um afastamento com as demandas mais imediatas pelo Direito à Cidade, que lutavam por reformas urbanas mais estruturais e maior independência, como também alternativa coletiva e cooperativada para urbanização dos bairros populares e favelas, além da construção de unidades habitacionais, a partir de anseios locais, atendendo à organização popular dos moradores de periferias.

Tais pautas urbanas foram deslocadas do centro do debate e da disputa da grande política para a pequena política²⁸, considerando que as pautas colocadas para discussão nas conferências e nos Conselhos das Cidades não era executadas ou seja, implementadas, assim, tais espaços se tornaram meros mecanismos de controle e cooptação, visto que essas instâncias formais de decisão ficaram esvaziadas de disputa política, à medida que as decisões governamentais passavam por outras instâncias, a exemplo do PAC e PMCMV, programas urbanos que sequer foram consultados por esses representantes, não passando pelas instâncias democráticas da política urbana.

Conclusão

Observa-se que as Conferências das Cidades e os Conselhos das Cidades, ainda que institucionalizados, se tornaram espaços públicos de representação da classe trabalhadora urbana que foram com o tempo, esvaziados do seu caráter político, ou seja, da sua capacidade de deliberar sobre a vida cotidiana na cidade. Dessa maneira, tais espaços de decisão formal, foram perdendo o sentido e a funcionalidade de fazer política, no sentido dado pelos cidadãos gregos, que assim consideravam os espaços públicos para deliberar sobre a política, ou seja, questões fundamentais que remetiam sobre a vida cotidiana e seus rebatimentos relevantes sobre a sua forma de organização e convivência comunitária, de modo que tais problemas da cidade eram resolvidos em essas instâncias.

²⁷ Sobre este processo de correlação de forças, Iasi (2014) sustenta que, mais uma vez na história brasileira, houve um pacto social da burguesia brasileira, na tentativa de conciliação de classe para expansão do capitalismo no Brasil, que segundo fundamenta o autor, esta é a base do pacto social em curso no Brasil.

²⁸ Para entendermos a institucionalidade capitalista e as lutas políticas decorrentes da organização dos trabalhadores, Gramsci (2007, p. 23), nos seus escritos dos Cadernos do Cárcere, volume III, número 13, nos retrata o que considera como a grande política, dessa forma compartilhamos deste pensamento teórico, considerando que “a grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais.” E para o autor, a pequena política abrange a política do dia-a-dia, tal como a política parlamentar. Ele compreende a pequena política como “as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política.” (IBID).

O processo de despolitização da questão urbana estudado na pesquisa foi pontuado a partir da prevalência de decisões governamentais que, para manter a governabilidade, tenderam a beneficiar o setor privado da economia e as articulações políticas com as bases parlamentares desses interesses, em detrimento da defesa da função social da propriedade, para fins de interesse público, pauta dos MSUs que poderia beneficiar interesses da classe trabalhadora, promovendo um acesso igualitário à cidade. Contudo, o que se viu neste período foi a pauta urbana dos MSUs sendo desqualificada em prol da defesa dos interesses do grande capital, o mercado imobiliário e da construção civil, renunciando à primazia do Estado e seu caráter de interesse público no processo de execução das políticas urbanas.

Assim sendo, a política instrumental, no campo institucional e regulatório, saiu fortalecida, resultando, como vimos acima, num impacto limitado e aquém dos anseios da população para satisfazer suas necessidades sociais, habitacionais e de direito à cidade, considerando o que ocorreu com a trajetória dos conselhos de política urbana e o histórico das pautas das conferências que se repetiam, à medida que tais instrumentos de participação social ficaram em desuso. Ainda que tais governos tenham se sustentado por uma plataforma democrático-popular, suas ações políticas resultaram em alianças de classe que remetem aos fundamentos da política brasileira, como bem acentua Coutinho (2010), não apresentando um rompimento claro com as práticas políticas historicamente consolidadas.

Referências

ALERJ. Ata da Audiência Pública da Comissão de Política Urbana Habitação e Assuntos Fundiários - 26/06/2019. **Online**. Disponível em: alerjln1.alerj.rj.gov.br/compcom.nsf/e36c0566701326d503256810007413ca/d23565bad53ed4a883258481005f85d3?OpenDocument. Acesso em: jun. 2020.

ARANTES, P. **O Novo tempo do mundo**. Boitempo, São Paulo, 2014.

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999. Parte 1: a política neoliberal no Brasil. Cap. 2: neoliberalismo e trabalhadores, p. 77-110.

BONDUKI, N. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa Minha Vida. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 82, p. 8-14, 2009. Disponível em: <http://teoriaedebate.org.br/2009/05/01/do-projeto-moradia-ao-programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 10 jan. 2013.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS CIDADES. Texto base da II Conferência das Cidades. Material de discussão 2ª Conferência das cidades com o tema: Reforma Urbana: Cidade para todos construindo uma Política Nacional De Desenvolvimento Urbano. Brasil, Brasília, [s. d.]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Cidades_II/texto_base_2_conferencia_cidades.pdf. Acesso em: 13 ago. de 2022.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS CIDADES. Atas de Reuniões do Conselho das Cidades. gov.br, 1 jun. 2016. **Online**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/composicao-1/orgaos-colegiados/arquivos/conselho-das-cidades/atas-de-reuniao>. Acesso em: 9 jun. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Cartilha final do Conselho das Cidades. Material da 1ª Conferência das Cidades: Conselho das Cidades: Participação cidadã na política de desenvolvimento. **Online**. Disponível em <https://www.gov.br/cidades/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/arquivos/conselho-das-cidades/publicacoes/CartilhaFinalConselhoDasCidades.pdf> Acesso em: 13 ago. de 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Decreto Federal 11.463 de 03 de abril de 2023**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério das Cidades e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11468.htm. 20 ago. de 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Lei Federal 10.683 de 28 de maio de 2003**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.683.htmAcesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Realizações do Conselho das Cidades 2004-2006**. Publicação produzida pela Secretaria Executiva do Conselho das Cidades – Brasília, 2006. Disponível em: www.cidades.gov.br. Acesso em: 13 ago. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Resoluções da 2ª Conferência Nacional das Cidades: Construindo uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. **Online**. Publicação produzida pela Secretaria Executiva do Conselho das Cidades – Brasília, 2006. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Cidades_II/deliberacoes_2_conferencia_cidades.pdf#:~:text=RESOLU%C3%87%C3%95ES%20DA%202a.%20CONFER%C3%8ANCIA%20NACIONAL%20DAS%20CIDADES%2030%20de%20novembro. Acesso em: 13 ago. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Texto base da III Conferência das Cidades. Material de discussão 3ª Conferência Nacional das Cidades: Desenvolvimento Urbano com Participação popular: avançando na gestão democrática das cidades. [S. l], [s. d.]. **Online**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Cidades_III/texto_base_3_conferencia_cidades.pdf. Acesso em: 13 ago. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Texto base da IV Conferência das Cidades. Material de discussão 4ª Conferência das cidades. [S. l], [s. d.]. **Online**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Cidades_IV/texto_base_4_conferencia_cidades.pdf. Acesso em: 13 ago. 2022.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS CIDADES. Texto base da V Conferência das Cidades. Material de discussão 5ª Conferência das cidades: Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já!. [S. l], [s. d.]. **Online**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/5aCNCidades/texto%20discussao%20parte%201.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS CIDADES. Texto base da VI Conferência das Cidades. Material de discussão 6ª Conferência das cidades: A função social da cidade e da propriedade: Cidades inclusivas, participativas e socialmente justas. **Online**. Disponível

em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/arquivos/conselho-das-cidades/conferencias/Texto_Base_6_CNC_04.03.pdf#:~:text=redu%C3%A7%C3%A3o%20das%20desigualdades%20socioespaciais,%20complementando%20o%20Estatuto%20da%20Cidade%20no. Acesso em: 13 ago. de 2022.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.031, DE 2 DE ABRIL DE 2004**. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5790.htm#art22. Acesso em: 21 set. 2021.

BRASIL. **Lei 12.651/2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 08 jul. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Cadernos do Ministério das Cidades: Habitação. Política Nacional de Habitação**. Brasília, DF: Governo Federal. Caderno 4, *Série de Cadernos MCidades*, 2004.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. Editora Ática: São Paulo, 2000.

COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. *In*: BRAGA, Ruy. **Hegemonia às Avessas**. (orgs.). **Oliveira, de Francisco, Braga Ruy e Rizek, Cibele**. Coleção Estado de Sítio: Boitempo Editorial, 2010.

DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra/ Unicamp, 2019.

DAHMER, T. **Movimentos urbanos: lutas e desafios contemporâneos**. Coletânea. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/27342850/MOVIMENTOS_URBANOS_LUTAS_E_DESAFIOS_CONTEMPOR%C3%82NEOS_Colet%C3%A2nea_2014. **Online**. Acesso em: 04 jul. 2023.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere – Maquiavel: notas sobre o Estado e a Política**. Jornalismo. v. 3. Rio de Janeiro: RJ, Civilização brasileira, Edição Coutinho. Carlos Nelson, 2007, p. 07-419.

IASI, M. L. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. **Portal PCB**, [S. l.], 18 mar. 2013. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/4487>. Acesso em: 01 nov. 2022.

KOVARICK, L. A espoliação urbana. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
MACIEL, D. Notas sobre transformismo e revolução passiva em Gramsci. **História Revista**, v. 11, n. 2. Goiânia, Jul.-Dez. 2006, p. 273-299.

- MARICATO, E. *et al.* **Cidades Rebeldes**. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil, São Paulo, 2013.
- MARICATO, E. *et al.* **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MASCARO, A. L. **Crise e golpe**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MONTANO, C., DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- RIBEIRO, A. C. T. **Urbanidade e Vida Metropolitana**. Editora Espaço, Rio de Janeiro, 1995.
- ROLNIK, R. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e moradia na era das finanças. São Paulo, Boitempo, 2016.
- SEMERARO, G. Gramsci e os Movimentos Populares: uma leitura a partir do Caderno 25 In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 61-76, jan.-mar. 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87330638004> . Acesso em: 15 mar. 2022.
- TATAGIBA, Luciana; ABERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath. 2018. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. In: PIRES, Roberto; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. de (orgs.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil**: interseções analíticas. Brasília, DF: Ipea/Enap. pp. 106-138.
- TEIXEIRA, Ana Claudia; ALMEIDA, Carla; MORONI, José Antônio (Orgs.). **A democracia necessária e desejada**: dilemas e perspectivas. Marília: Lutas Anticapital, 2020.
- VAINER, C. *et. al.* **Cidades Rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo, Boitempo, 2012.
- WHITAKER, J. S. F. Cidades para poucos ou para todos? Impasses da democratização das cidades no Brasil e os riscos de um “urbanismo às avessas”. In: BRAGA, Ruy. **Hegemonia às Avessas**. (orgs.) **Oliveira, de Francisco, Braga Ruy e Rizek, Cibele**. Coleção Estado de Sítio, Boitempo Editorial, 2010.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

Do Prefácio:

Marina Machado Gouvêa

Professora da UFRJ e docente do PPGSS/ESS. É doutora em Economia Política Internacional (UFRJ) e pesquisadora do GT sobre Teoria Marxista da Dependência da Sociedade Brasileira de Economia Política (GT-TMD/SEP) e do GT "Crise e Economia Mundial" do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

Dos capítulos:

Abilio Soares Maiworm-Weiand

Formado em Ciências Sociais (UFF- Niterói, 2010), mestre em Serviço Social (ESS-UFRJ, 2023), doutorando em Serviço Social (ESS-UFRJ), sendo bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Fotógrafo, pós-graduado em Fotografia como instrumento de pesquisa nas ciências sociais.

Cézar Henrique Maranhão

Professor Associado do Departamento de Política Social e Serviço Social Aplicado da Escola de Serviço Social da UFRJ. Integra o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. Doutor em Serviço Social pela UFPE. Pesquisador do Núcleo de Estudos Marxistas (NEPEM/UFRJ). É Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE.

Chantal Liégeois

Nasceu e estudou Serviço Social na Bélgica. Após concluir os estudos, migrou para a Bolívia, onde nasceram suas duas filhas e seu filho. Naquele país, trabalhou na formação dos Sindicatos Camponeses. Durante 30 (trinta) anos, esteve envolvida nas lutas pela preservação dos recursos naturais, especialmente do lítio, e do Salar Uyuni. Mudou-se para o Brasil em 2016. cursou Mestrado no Programa de Pós-graduação em Serviço Social, na Escola de Serviço Social da UFRJ, concluído em 2023. Sua dissertação, intitulada O lítio é o novo ouro branco? Capitais, estado e luta de classes na Bolívia. Ao longo de seus estudos contou com Bolsa do CNPq.

Daniel Silveira Lopes

Mestrando bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). Cofundador do Coletivo de Negras e Negros do Serviço Social da UFRJ Dona Ivone Lara, onde é coordenador e orientador no Preparatório para o Mestrado em Serviço Social Bete Leandro e integrante dos Grupos de Trabalho (GTs) de Comunicação e de Cultura (Cultura na Cena). Representante discente do PPGSS/UFRJ

titular na Comissão de Acompanhamento, Permanência e Avaliação de Políticas de Ações Afirmativas e na Comissão de Acompanhamento Acadêmico (COAA). Assistente Social especialista em oncologia pelo Programa de Residência Multiprofissional em Oncologia/Pós-Graduação *Lato Sensu* do Instituto Nacional de Câncer (INCA, 2022). Bacharel em Serviço Social (UFRJ, 2019).

Julia Barcelos Bittencourt

Assistente Social (UFRJ). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). Bolsista pelo programa Bolsa Nota 10, fomentado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Pesquisadora voluntária no projeto de pesquisa e extensão “Universidade e Saúde”, vinculado ao Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Políticas Públicas, “Questão Social” e Serviço Social (NUPEQUESS) e coordenado pela Prof^a Dr^a Débora Holanda.

Fátima Grave Ortiz

Bacharel em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestre e doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Realizou pós-doutoramento no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É professora associada da Escola de Serviço Social (Departamento de Fundamentos do Serviço Social) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ. Co-coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC).

Gláucia Lelis Alves

Professora associada II da graduação e pós-graduação da Escola de Serviço Social/UFRJ, Assistente Social graduada pela PUC-GO, Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Coordenadora do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão Carlos Nelson Coutinho (LEPECNC) e da Biblioteca Feminista da Praia Vermelha.

Guilherme de Rocamora

Assistente social (UNIRIO). Mestre em Serviço Social (UFRJ). Atualmente, cursa Doutorado em Serviço Social na UFRJ, sendo bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e é Professor Substituto do Departamento de Política Social e Serviço Social Aplicado da UFRJ. Participa do projeto de pesquisa “As origens da ‘questão social’ no Brasil (1850-1930)” (UNIRIO). Integra o Laboratório de Estudos Capitalismo Dependente e Questão Social no Brasil (LECAD/UFRJ).

Higor Claudino Oliveira

Graduado, mestre e doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Integra o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão Carlos Nelson Coutinho (LEPECNC). Especializado em Oncologia e aperfeiçoado em Cuidados Paliativos Oncológicos pelo Instituto Nacional de Câncer.

Ivanete Boschetti

É assistente social, Mestre em Política Social pela UnB. Doutora e pós-doutora em sociologia pela EHESS/Paris. Docente titular aposentada da ESS/UFRJ. Professora colaboradora do PPGSS/UFRJ. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas Marxista em Política Social (GEMPS) da UFRJ e pesquisa sobre Política Social e Trabalho; Serviço Social, Estado Social no Capitalismo.

Laryssa Gabriela Gonçalves dos Santos

Assistente social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora substituta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEP/SE).

Maristela Dal Moro

Assistente Social. Doutora pela Escola de Serviço da UFRJ, professora associada do curso de Serviço Social da UFRJ e professora do Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ. Cooordenadora do Laboratório de Ensino Pesquisa e Extensão: Questão Agrária em Debate, da Escola de Serviço Social da UFRJ. Membro do Grupo de Trabalho e Pesquisa da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): Questão agrária, urbana e ambiental.

Mossicleia Mendes da Silva

Assistente Social. Professora Adjunta do Departamento de Política Social e Serviço Social Aplicado e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da UERJ. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas em Política Social - GEMPS. Conselheira do Conselho Regional de Serviço Social /RJ-CRESS/RJ - Gestão 2023/2026. Membro do Comitê de Iniciação Científica da UFRJ.

Natália Coelho de Oliveira

Assistente Social formada pela UFF/Niterói. Especialista em Política e Planejamento Urbano – IPPUR/UFRJ, Mestre em Serviço Social pela UERJ e Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Possui experiências de trabalho nas políticas de educação, política urbana e de meio ambiente com ênfase na realização de grupos, oficinas, rodas de conversas, atendimentos e orientações às famílias e indivíduos residentes em bairros e comunidades populares, a partir da perspectiva de educação popular para o fortalecimento de grupos sociais comunitários e identitários. Também tem experiência na docência em cursos de graduação, pós-graduação e cursos preparatórios na área de Serviço Social.

Renato de Brito Gomes

Realizou ensino médio no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), é Economista e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente cursa doutorado em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sendo bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tem interesse no pensamento de Antonio Gramsci, em economia política, no debate da formação social brasileira e na conjuntura contemporânea do país.

Sara Granemann:

É docente na Escola de Serviço Social, (1994) e ensina no Programa de Pós-graduação em Serviço Social/PPGSS, (2009), da Escola de Serviço Social da UFRJ. Fez Mestrado e Doutorado no PPGSS e estágio pós-doutoral (CNPq), no Instituto de História da Universidade Nova de Lisboa-Portugal, (2014). Foi professora visitante sênior (CAPES-PrInt), na Università degli Studi di Torino, (2022).

Silvia Silva Martins Pinheiro

Formada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Possui Especialização em Políticas Sociais e Intersetorialidade vinculada ao Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF) e Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Integrante do Laboratório de Estudos de Proteção Social e Trabalho (LepSop), UFRJ. Doutoranda bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela UFRJ.

Vanderlei Martini

É assistente social e Doutor pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro ESS/UFRJ. Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília - PPGPS/UnB. Foi professor substituto no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto - DESSO/UFOP (2019/2021). Estuda e pesquisa sobre: Teoria Social de Marx; Formação social brasileira; Fundamentos da Formação e Trabalho Profissional em Serviço Social; Política Social; Questão social e Movimentos Sociais.

